



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE Graduação em Pedagogia – Licenciatura

Campus Cerro Largo, abril de 2024.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul

Chapecó, SC - Brasil

CEP 89815-899

Reitor: João Alfredo Braida

Vice-Reitora: Sandra Simone Hopner Pierozan

Pró-Reitor de Graduação: Élsio José Corá

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vitório Trevisol

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Willian Simões

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Edivandro Luiz Tecchio

Pró-Reitor de Planejamento: Ilton Benoni da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Clóvis Alencar Butzge

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo

Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski

Coordenadora Acadêmica: Crhis Netto de Brum

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici

Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan



Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenador Administrativo: Bertil Levi Hammarstrom

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



Sumário

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
I DADOS GERAIS DO CURSO.....	6
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	21
3.1 Coordenação de curso.....	21
3.2 Equipe de elaboração:.....	21
3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular.....	21
3.4 Núcleo docente estruturante do curso.....	21
4 JUSTIFICATIVA.....	22
4.1 Justificativa da criação do curso.....	22
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-político, Epistemológicos, Didático-pedagógicos, Legais e Institucionais).....	31
5.1 Referenciais ético-políticos.....	31
5.2 Referenciais Epistemológicos.....	32
5.3 Referenciais Metodológicos.....	34
5.4 Referenciais legais e institucionais.....	36
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	41
6.1 Objetivo Geral:.....	41
6.2 Objetivos específicos:.....	41
7 PERFIL DO EGRESSO.....	43
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	46
8.1 COMPONENTES CURRICULARES: as disciplinas nos domínios formativos.....	50
8.2 COMPONENTES CURRICULARES: as atividades acadêmicas.....	54
8.3 A FLEXIBILIDADE NA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	61
8.4 A MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD.....	62
8.5 ARTICULAÇÕES COM A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	64
8.6 ARTICULAÇÕES COM OUTRAS LICENCIATURAS.....	65
8.7 AS PRÁTICAS NO CURSO.....	67
8.8 A PESQUISA, A EXTENSÃO E A CULTURA INTEGRADA AO ENSINO.....	70
8.9 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES.....	75
8.10 ATENDIMENTO ÀS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS.....	76



8.11 A AVALIAÇÃO NOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM.....	81
8.12 ESTRUTURA CURRICULAR.....	83
8.13 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA CURRICULAR.....	92
8.14 EMENTÁRIOS DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	94
9. PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO.....	230
9.1. DO COLEGIADO DE CURSO.....	230
9.2 DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	231
9.3 O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DOCENTES.....	231
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	233
11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	235
12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	237
13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	243
13.1 BIBLIOTECA.....	244
13.2 LABORATÓRIOS.....	245
14 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E/OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	249
15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	252
16 ANEXOS.....	255
ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	256
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACCS) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA.....	271
ANEXO III – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	279
ANEXO IV - REGULAMENTO DE EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	286



IDADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Graduação em Pedagogia - Licenciatura

1.4 Titulação: Licenciado(a) em Pedagogia

1.5 Local de oferta: *Campus* Cerro Largo

1.6 Número de vagas: 30

1.7 Carga-horária total: 3.215 horas

1.8 Turno de oferta: Noturno

1.9 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 08 semestres

1.10 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 16 semestres

1.11 Carga horária mínima por semestre letivo: 180 horas

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 450 horas

1.13 Coordenadora do curso: Prof^ª Neusete Machado Rigo

1.14. Coordenador adjunto: Prof. Livio Osvaldo Arenhart

1.15 Ato autorizativo: Resolução nº 153/CONSUNI/UFFS/2023

1.16 Formas de ingresso

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado



correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;

Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;

Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;

Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;

Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:



PRO-IMIGRANTE (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.

PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

Antonio Marcos Myskiw

Guilherme José Schons

“A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”¹

José Saramago, 2005

Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.²

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoo panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os

1 SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.

2 TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.



Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja polarização se acentuou.

Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.³ Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi*. O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.⁴

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeação do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluímos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Relatório de Gestão 2009-2019. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.



dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesoar, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas gerais, as entidades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a unificação dos movimentos regionais resultando no nascimento do “Movimento Pró-Universidade Federal”, foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construírem caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteiriça no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.⁵

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo

⁵ RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.



Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFSC) e Marcos Laffin (UFSC).⁶

Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus*, com a seguinte distribuição: sede da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.⁷ O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.⁸

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.⁹

6 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.

7 NICTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade**: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

8 Idem. Ibidem. p. 44-66.

9 BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.



Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional, educacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.¹⁰

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública,

¹⁰ LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. **Acervo arquivístico**. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010>. Acesso em: 14 ago. 2022.



de postura interdisciplinar e de caráter popular.¹¹

As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).¹²

A materialização de um projeto de Universidade

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-

11 PERFIL Institucional UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil. Acesso em: 15 ago. 2022.

12 SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008.



administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a acessibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regimentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de 332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria. Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238 docentes e 266 técnico-administrativos).¹³

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e, junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.¹⁴

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo

13 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pro Tempore**: 2009-2015. Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.

14 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletins informativos**. Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019]. n. 01-250.



curso de graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R\$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.¹⁵ Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de 2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia, migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e almoxarifados.¹⁶

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.¹⁷ É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando

15 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

16 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

17 NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>. Acesso em: 22 out. 2022.



essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.¹⁸

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: “Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos” estruturado em 12 eixos temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado acadêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de

¹⁸ UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. Universidade Federal da Fronteira Sul, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evacao-nos-cursos-de-graduacao. Acesso em: 22 out. 2022.



doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinado aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).¹⁹ Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta

¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antonio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes, suprimidos.²⁰ Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gismael Francisco Perin. Não foram os mais votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-graduação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

20 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.



(Texto homologado pela Decisão nº 5/2023 – CONSUNI/CGRAD)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Profª Dra Neusete Machado Rigo

3.2 Equipe de elaboração:

Professora Dra. Cleusa Inês Ziesmann

Professor Dr. Deniz Alcione Nicolay

Professora Dra. Judite Scherer Wenzel

Professora Dra. Neusete Machado Rigo

Professora Dra. Sandra Vidal Nogueira

Professor Dr. Lívio O. Arenhart - Domínio comum

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. F. Blanger, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Maiquel Tesser (Diretoria de Registro Acadêmico/DRA)

Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração) (Divisão de Integração Pedagógica - PROEC)

Revisão das referências: Jane Lecardelli

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia, conforme designado na Portaria nº 540/PROGRAD/UFFS/2024, conta com os seguintes docentes:

Quadro 1 - Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso.

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Neusete Machado Rigo	Doutorado	Específico
Cleusa Inês Ziesmann	Doutorado	Específico
Deniz Alcione Nicolay	Doutorado	Específico
Sandra Vidal Nogueira	Doutorado	Específico
Lívio Osvaldo Arenhart	Doutorado	Específico
Rosemar Ayres dos Santos	Doutorado	Conexo
Ana Cecília Teixeira Gonçalves	Doutorado	Comum



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

Não se pode educar sem ao mesmo tempo ensinar; uma educação sem aprendizagem é vazia e, portanto, degenera, com muita facilidade, em retórica moral e emocional. É muito fácil, porém, ensinar sem educar, e pode-se aprender durante o dia todo sem por isso ser educado. Tudo isso são detalhes particulares, contudo, que na verdade devem ser entregues aos especialistas e pedagogos. A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumir a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos pequenos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender algo novo e imprevisto para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência, para a tarefa de renovar um mundo comum.

Hannah Arendt (2011)

O Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura no *campus* Cerro Largo inscreve-se no cenário de consolidação da Universidade Federal da Fronteira Sul, cuja política orientadora visa à democratização do acesso à educação superior; interiorização das Universidades Federais e ampliação da presença da Universidade Pública. Atua, nesse sentido, como via democratizante, que oportuniza o acesso a um curso de qualidade, público e gratuito, coadunando-se ao perfil institucional, na condição de uma “[...] universidade multicampi, interestadual, pública, democrática, popular e socialmente comprometida com a realidade sócio-histórico, econômica, política, ambiental e cultural da sua região de inserção” (PPI/UFFS, 2019, p. 18).

Mediante o quadro social examinado pela Comissão de Implantação da UFFS, o qual ainda persiste, uma década depois, a maior parte das microrregiões que compreendem a Mesorregião “Grande Fronteira do Mercosul” são formadas por municípios com população inferior a 20.000²¹ habitantes, vivendo um processo recorrente de ausência do Estado em termos de investimentos e com enormes dificuldades de superar exclusões historicamente constituídas.

Geograficamente distante dos centros de decisão política dos Estados e da União, a Mesorregião apresenta, desde sua colonização, uma trajetória marcada por baixos investimentos estatais e pela ausência de equipamentos públicos essenciais ao seu processo de desenvolvimento. Os investimentos em desenvolvimento na região seguiram a lógica da

21 O que traduz o cenário da maioria dos municípios brasileiros, pois, conforme o IBGE (2017), o Brasil possui 5.570 municípios, dos quais 68,4% apresentam população de até 20 mil habitantes



geração de empregos através da implantação de grandes empreendimentos econômicos privados, dando margem à aceleração de processos concentradores de riqueza e renda.

A Região Funcional 7²², por sua vez, na qual situa-se a área prioritária de atuação do *Campus Cerro Largo*, da UFFS, é constituída por 4 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), abrangendo 77 municípios, dos quais 90,90% (70 municípios) deles apresentam população até 20 mil habitantes, de acordo com os dados do Censo de 2020.

Situada no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, em uma área de fronteira com a Argentina e com o estado de Santa Catarina, a Região Funcional 7 vive um processo de estagnação econômica e perda de representatividade na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado Fiscal (VAF) na relação com o restante da economia gaúcha. Trata-se de uma região que apresenta sua base produtiva assentada na produção agropecuária, na indústria metalmeccânica e de processamento de produtos derivados da agropecuária (suínos, leite, aves, soja e trigo), no comércio varejista e na prestação de serviços públicos e privados ligados a essas atividades (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

A estrutura social dessa Região, mesmo que não apresente índices expressivos de vulnerabilidade social, denota aspectos preocupantes no que concerne à pobreza relativa, ao processo de evasão da população jovem (entre 18 e 30 anos), ao envelhecimento rápido e expressivo da sua população e às condições de infraestrutura física e de capital humano para atrair investimentos ou para dinamizar, de forma própria seu desenvolvimento (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Os estudos sobre desenvolvimento têm apontado que essas situações históricas de exclusão somente podem ser rompidas com investimentos públicos e privados especialmente orientados para as políticas sociais, dadas as condições precárias de infraestrutura física e de capital humano para atrair investimentos produtivos. Nesses casos, a educação transforma-se em diferencial estratégico e em condição imprescindível para o desenvolvimento.

É nesta realidade socioeconômica que as ações do Estado se tornam essenciais, de forma especial pela orientação dos investimentos nas políticas sociais, pois elas mobilizam grande parte do fundo público disponível e podem apresentar resultados expressivos em termos de garantia de direitos, qualificação das pessoas, ampliação das oportunidades e melhoria das condições de vida da população local (ROTTA, LAGO, ROSSINI, 2017).

22 Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDES) foram agregados em nove Regiões Funcionais de Planejamento, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e outras características similares, definidas pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAN). A Região Funcional 7 integra 4 COREDES: Celeiro, Fronteira Noroeste, Missões e Noroeste Colonial. Compreende 77 municípios situados no Noroeste do Rio Grande do Sul, na divisa com a Argentina. (RIO GRANDE DO SUL, 2015).



Tomando como referência os aspectos relativos à educação, constata-se, na Região Funcional 7, uma estrutura bem organizada e constituída de acesso à Educação Básica, tanto pública quanto privada, e a presença dominante das Instituições Comunitárias no acesso ao Ensino Superior. Essa realidade garante o pleno acesso à Educação Básica e um acesso predominantemente pago ao Ensino Superior. Apenas na década de 2000 em diante que se ampliou o acesso à educação pública e gratuita ao Ensino Superior com a implantação dos Institutos Federais (Panambi, Santo Augusto, Santa Rosa e Santo Ângelo), da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS – *Campi* em Três Passos e São Luiz Gonzaga) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (*Campus* Cerro Largo).

Apesar do movimento de expansão, ainda persistem desafios importantes na área da Educação que são apontados nos diagnósticos e análises sobre essa Região. Entre os principais pode-se destacar os índices ainda elevados de população adulta analfabeta ou semianalfabeta, os baixos índices de escolarização formal da população adulta, a defasagem idade série e os percentuais de população adulta com Ensino Superior (RIO GRANDE DO SUL, 2015; ROTTA, LAGO, ROSSINI, 2017).

Os dados divulgados pelo Censo da Educação Básica, ano base 2020, para o Rio Grande do Sul, conforme demonstra o extrato abaixo, apresentam um pouco desse retrato, se analisados os aspectos do acesso. Olhando para os dados da matrícula inicial na Creche, Pré-Escola, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) Ensino Médio (incluindo o médio integrado e normal magistério) e Educação de Jovens e Adultos (Presencial – fundamental e Médio), no tocante às escolas rurais e urbanas, das redes municipal e estadual, evidencia-se uma ampla cobertura. Quando acrescidos os dados da Rede Privada, evidencia-se uma cobertura de acesso quase que plena à Educação Básica.

Quadro 2 - Matrículas na Educação Básica no Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul	Matrícula inicial											
	Ensino Regular										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial	
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio
Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral			
Estadual Urbana	0	0	455	9	176.651	8.411	198.398	2.721	257.973	4.875	13.721	24.274
Estadual Rural	0	0	723	0	14.862	556	15.629	624	7.180	2.001	992	237
Municipal Urbana	24.338	94.130	131.215	28.665	296.981	22.608	206.572	3.883	2.493	210	26.361	271
Municipal Rural	624	1.984	16.748	2.378	43.752	6.407	29.419	3.157	228	119	723	76
Estadual e Municipal	24.962	96.114	149.141	31.052	532.246	37.982	450.018	10.385	267.874	7.205	41.797	24.858

Fonte: Censo da Educação Básica 2020.

Recorrendo, ainda, aos dados do Censo Escolar da Educação Básica, ano base de 2018, verifica-se que o número de professores em escolas estaduais no Rio Grande do Sul teve queda: em um ano, 1.379 docentes deixaram de dar aula. Em 2017, havia 45.061 professores



vinculados à rede estadual gaúcha, somando-se aqueles que dão aulas nas áreas urbana e rural. No ano passado, o total caiu para 43.682.

Na rede privada do Estado, houve aumento no total de docentes: de 27.646 em 2017 para 28.106 em 2018 — acréscimo de 1,7%. Somadas todas as redes (federal, estadual, municipal e privada), porém, novamente nota-se uma queda: de 118.189 professores há dois anos para 117.520 no ano passado.

A maior queda, na rede pública, foi no número de professores concursados: o total passou de 75.583 em 2017 para 72.993 em 2018 — queda de 2.590 docentes, ou 3,42% daqueles com cargo efetivo na Educação Básica no Rio Grande do Sul. Só na rede estadual, a diminuição foi de 9,5% — 2,7 mil professores concursados a menos em um ano. Os contratos temporários caíram 1,67% (de 23.284 em 2017 para 22.893 em 2018), enquanto os terceirizados aumentaram 27,2% (de 544 para 692). Já os contratos CLT tiveram queda de 37,1% no Estado (de 973 para 612).

Fazendo uma breve retrospectiva na dimensão de uma série histórica, é possível constatar também a acentuada queda, ocorrida entre os anos de 2014 e 2018, conforme demonstra o Gráfico a seguir.

Gráfico 1- Número de professores na Educação Básica no Rio Grande do Sul



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica ano base 2018.

Nesse sentido, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e ampliando seus fundamentos, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) apresenta as diretrizes para a educação brasileira, a saber, dentre elas: universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2014). Há, pois, o reconhecimento da imprescindibilidade, para o alcance destas diretrizes, a formação dos profissionais da educação. A valorização profissional pode ser identificada ou relacionada com outros aspectos, e o PNE (2014-2024) destaca, nas metas de nº 15 a 18, a questão da “formação dos

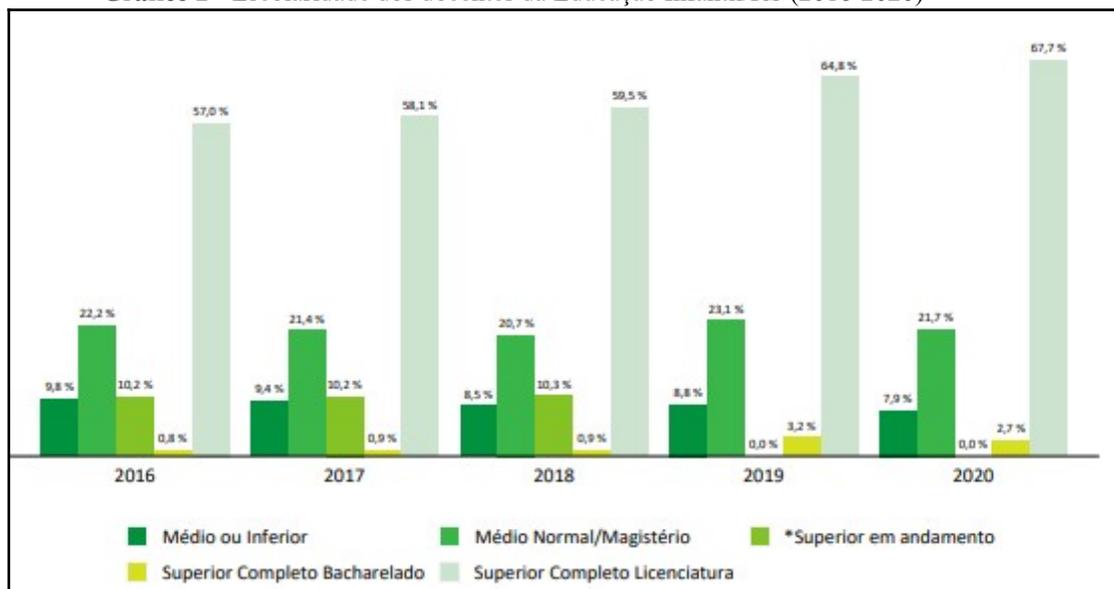


profissionais da educação” de que tratam os incisos I, II e II do caput do artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 (BRASIL, 1996), ao indicar a formação dos professores da Educação Básica em nível superior.

No entanto, o acompanhamento das metas do PNE indica que a proporção de professores que possuem formação docente compatível com a área de atuação na Educação Básica atinge aproximadamente 50%, para uma meta prevista em 100% até 2024 (BRASIL, 2022).

No contexto do Rio Grande do Sul existem 34.709 professores atuando na Educação Infantil, e destes 21,7% possuem somente o curso de nível médio na modalidade Curso Normal, haja vista que houve crescimento no percentual de formação destes profissional: em 2016 era 57,9% e em 2020 passou para 70,4% (BRASIL, 2021, p. 39).

Gráfico 2 - Escolaridade dos docentes da Educação Infantil/RS (2016-2020)

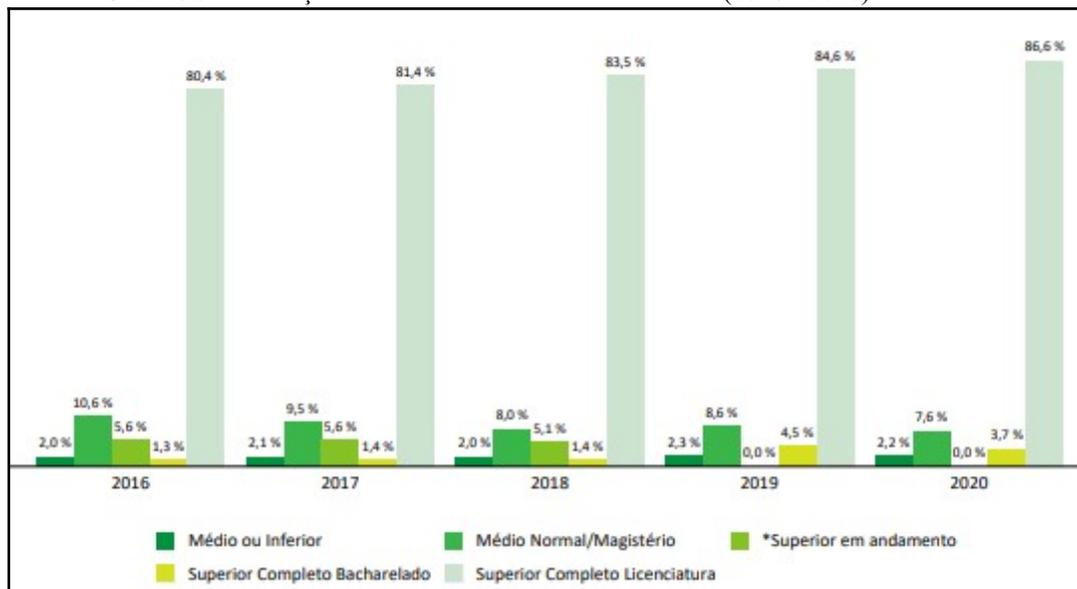


Fonte: Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

No Ensino Fundamental, especificamente nos anos iniciais (1º ao 5º ano), dos 41.172 docentes 86,6% possuem licenciatura e 7,6% somente formação em nível médio, ou seja, aquela obtida no Curso Normal (BRASIL, 2021).



Gráfico 3 - Formação dos docentes dos Anos Iniciais/RS (2016 - 2020)



Fonte: Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Estes dados definem também a região funcional 7 dos COREDES/RS no que tange a formação de professores que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, e mostram que ainda se fazem necessários empreendimentos de esforços para que o estado do Rio Grande do Sul (e o país) atinja a meta 15 do PNE, por meio do acesso ao curso superior em Pedagogia, garantindo a exigência legal prevista na LDB, no Art. 62, quanto à formação mínima para o exercício do magistério:

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que **todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior**, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

15.9) **implementar cursos** e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, **aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal**, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício; (BRASIL, 2022. Grifos nossos).

Nos municípios mais próximos ao *campus* Cerro Largo os dados seguem demonstrando a necessidade da oferta do curso de Pedagogia, a fim de atender à demanda de profissionais neste nível de ensino.

Quadro 3 – Adequação da formação docente: docentes sem formação superior

	Município	Educação Infantil	Anos Iniciais
01	Cerro Largo	9,8%	8,8%
02	São Pedro do Butiá	5,9%	20%
03	Salvador das Missões	25%	14%
04	Guarani das Missões	0,0%	67,1%



05	Ubiretama	0,0%	0,0%
06	Porto Xavier	0,0%	0,0%
07	Santo Antônio das Missões	41,0%	23,9%
08	Campina das Missões	33,3%	19,0%
09	Eugênio de Castro	0,0%	0,0%
10	Garruchos	25,0%	15,8%
11	Giruá	44,3%	16,8%
12	Roque Gonzales	15,4%	0,0%

Fonte: INEP/2022.

Essa realidade sofrerá impacto após a integralização do curso pelos/as novos/as pedagogos/as que estarão aptos a passar por processos seletivos e ingressarem nos sistemas municipais de ensino da região, a partir de do ano de 2028, atendendo à duração mínima do curso (4 anos).

Os impactos sociais do curso de Pedagogia estão relacionados à sua contribuição para o fortalecimento da escola pública e democrática, tanto no campo da gestão pública (administração e formulação de políticas), quanto aos processos educativos que envolvem a infância. Isso porque, a formação proporcionada pelo curso objetiva a atuação qualificada do/a pedagogo/a como um/a profissional da educação capaz de pensar, articular e recriar a teoria e as políticas e práticas educativas. Compreende-se, assim, a importância da oferta do curso de Pedagogia - Licenciatura em uma Universidade Pública e gratuita desde Cerro Largo, Rio Grande do Sul, abrangendo demandas de formação da Região Funcional 7, como parte integrante das ações desenvolvidas na Mesorregião da Fronteira Sul, a partir de uma dupla perspectiva.

A primeira delas como parte integrante do fortalecimento das redes de Educação Infantil e Ensino Fundamental e da integração às políticas do governo federal para a interiorização e expansão do Ensino Superior. A reversão do processo de esvaziamento populacional e profissional, com reflexos na educação, é um desafio desta instituição, e o Curso de Pedagogia tem papel decisivo no desenvolvimento socioeconômico regional. Isto significa dizer, no preparo de profissionais em condições efetivas de compreender o que vem ocorrendo com a educação brasileira, propor análises para reinvenção da escola e, também, ampliar a capilaridade de conhecimentos novos que possam instrumentalizar sujeitos e instituições, na direção de caminhos emancipatórios. Ressalta-se, com isso, o trabalho pedagógico, a formação e a atuação nas escolas, como algo individual e coletivo. Desse modo, parte-se do entendimento de que o processo formativo envolve a construção de saberes,



habilidades e competências tanto individuais quanto organizacionais.

A segunda perspectiva em face da valorização das carreiras do magistério, com destaque para a dimensão de atuação de pedagogos e pedagogas. Em que pese os avanços realizados, a universalização da Educação Básica ainda é uma meta a ser atingida, cuja concretização passa necessariamente pela valorização dos profissionais da educação, e, conseqüentemente, por condições adequadas de formação inicial e continuadas destes profissionais, o que pressupõe uma contínua articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Os dados indicam que todas as regiões do país apresentam carências na formação de professores na Educação Básica, o que remete a inúmeras explicações e fatores históricos. A esse respeito, Abrucio (2016, p. 15) mostra as estatísticas: “(...) até 1988, boa parte do professorado não tinha nível superior. Em 1991, 20% dos professores não eram graduados, segundo dados do Inep. Em 2006, o número de formados chegou a 60% e, em 2013, a 75%”. Somado a isso, constata-se a real situação da formação inicial dos professores para esses segmentos da educação escolar, que é, nas palavras de Abrucio,

[...] amplificada pelo baixo capital cultural e social da grande maioria dos estudantes de magistério. Isso faz com que a garantia de uma boa formação continuada ganhe ainda mais relevância. Atualmente, os futuros professores vêm, tipicamente, dos piores estratos da avaliação do Enem, e um pouco mais da metade deles constitui a primeira geração em suas famílias a chegar à Educação Superior. Na maioria das licenciaturas, tais características se repetem (ABRUCIO, 2016, p. 16).

A UFFS assumiu compromisso com a formação de professores desde a sua criação. Em 2017 ratificou esta posição construindo democraticamente sua Política Institucional para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (UFFS, 2024), redefinindo: os objetivos e os princípios da política institucional de formação de professores na UFFS; as diretrizes para o currículo, a organização pedagógica e a gestão acadêmica dos cursos de formação de professores; e as demandas institucionais vinculadas à implantação e ao desenvolvimento da política de formação de professores. Tudo isso fortalece e incentiva a criação de um curso de pedagogia no *campus* Cerro Largo para superação da hegemonia acadêmica e do determinismo econômico e político, como perspectiva de construção de um projeto acadêmico socialmente referendado, ou seja, a instituição escolar, na realidade, tornou-se expressão social daquilo que entendemos e aspiramos ser um direito fundamental para criança e jovens.

A escola, ao mesmo tempo em que se legitimou como depositária de conhecimentos acumulados e chancelados pela ciência, por meio de seus processos e dinâmicas pedagógicas, por sua vez, manteve-se fortemente ativa e desestabilizadora de verdades constituídas em



narrativas universalizantes, por intermédio de suas práticas cotidianas, aproximando práticas de ensino e de projetos de pesquisa, muito mais uma recriadora de saberes, do que uma simples modeladora de corpos e mentalidades.

Nessa direção, há pelo caminho a sinalização do reconhecimento de valor para a pesquisa na formação de professores e também pela frente se vislumbra o desafio de criar as condições necessárias para via de resolutividade, sem, contudo, comprometer o próprio estatuto de pesquisa. A instituição escolar é, portanto, o objeto do interesse e da formação acadêmica, profissional e científica do nosso sujeito, o(a) aluno(a) – futuro pedagogo(a).

Por isso, a UFFS assume o compromisso de permanente diálogo e interação com a sociedade, nas mais diversas práticas acadêmicas, sem deixar de manter sua autonomia enquanto instituição à qual cabe o papel de pensar não apenas sobre a solução dos problemas da sociedade, mas sobre a própria forma como a sociedade delimita e compreende tais problemas, produzindo sobre eles não apenas alternativas de solução, mas conhecimento científico.

Considerando, portanto, os cenários de consolidação institucional no campo da formação de professores, há de se ampliar o atendimento e também potencializar a criação de novas demandas nas cidades, por isso, a UFFS, *Campus* de Cerro Largo, propõe o Curso de Pedagogia - Licenciatura, como forma de contemplar os profissionais que atuam ou que desejam atuar na docência da Educação Básica visando, sobretudo, a melhoria nos processos de ensinar e aprender de crianças, jovens e adultos. Reafirma-se, portanto, no Projeto Pedagógico de Curso, o desafio de revalorização da escola pública e formação dos professores, inicial (e continuada!), levando em conta sua complexidade para responder às exigências sociais de qualificação profissional, capaz de perceber a amplitude dos significados do atual estágio de democratização da Educação brasileira, em especial, no Rio Grande do Sul.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-político, Epistemológicos, Didático-pedagógicos, Legais e Institucionais)

Os referenciais que orientam esse PPC seguem a Política de Formação Inicial e Continuada de Professores (Resolução Nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024), inspirados nos princípios orientadores:

- I - A docência como atividade profissional intencional e metódica;
- II - O currículo como produto e como processo histórico;
- III - O conhecimento como práxis social;
- IV - A formação integral e a processualidade dialógica na organização pedagógica;
- V - A gestão democrática e o planejamento participativo;
- VI - A articulação com a Educação Básica pública e outros espaços educativos escolares e não escolares;
- VII - O egresso como docente para a Educação Básica pública
- VIII - O compromisso com a inclusão, a diversidade, os direitos humanos e a educação ambiental.

5.1 Referenciais ético-políticos

O curso de Pedagogia - Licenciatura se pauta pelo princípio da valorização da pessoa humana. Compreendemos que as transformações históricas, sociais, culturais e econômicas da civilização geraram desigualdades sociais na sociedade, que se tornaram desafios a serem enfrentados pelo campo da Educação. Tais desigualdades são de toda ordem e sentido, mas talvez, a mais radical delas seja a exclusão do acesso aos bens culturais, uma vez que inviabiliza o crescimento pessoal em direção à emancipação do sujeito.

No entanto, em países onde a fome e a desagregação dos valores ganham margem e espaço nas disputas pela sobrevivência cotidiana, tratar do aspecto formacional pode significar utopia. Mas é justamente da utopia, do sonho e da alegria que vive a educação. Sem criarmos a projeção de um mundo novo, sem a perspectiva de que possamos melhorar a realidade em que vivemos, será muito difícil de partilhar a esperança. E isso porque “seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança” (FREIRE, 1998, p. 80).

Por isso, o caminho de um curso de Pedagogia - Licenciatura, que se pretende progressista, público, popular e democrático (como almeja a missão institucional da UFFS por



meio do PDI 2019-2023) direciona ao esforço de construção participativa, de abertura à educação inclusiva e de busca pela formação omnilateral da pessoa humana.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura está amparado nos princípios orientadores do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFFS, visando: ação de qualidade, que articula e integra formação acadêmica e profissional com as demandas sociais, regionais e nacionais, numa perspectiva emancipatória; formação de professores para atuar e qualificar a Educação Básica como uma de suas prioridades; compromisso com a superação das desigualdades regionais e com a transformação das relações excludentes; promover a democratização do acesso e da produção do conhecimento como perspectiva de democratização da sociedade, mediante integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão; inclusão social como forma de contribuir para a superação de todas as formas de preconceito e discriminação.

Nessa busca, pautamos ainda nossos esforços em direção a intencionalidade do ato pedagógico. Ou seja, é a ação exercida por meio da atividade curricular e da mediação docente que proporciona a constituição subjetiva do saber. Entretanto, essa ação não atinge a forma plena se, por parte do sujeito, não existe a aceitação e a abertura em direção àquilo que Paulo Freire (1998) chama de “Ser mais”. É a vocação ontológica do ser humano em querer aprender e se relacionar com o outro que proporciona o desenvolvimento do afeto e da humanidade possível no homem. Por isso, contra a desumanização, contra a desvalorização do ofício de professor, contra o sucateamento da escola básica pública, contra a lógica perversa da concentração de renda, elencamos nossa escala de valores, que prioriza o valor da vida acima de tudo, e erige os saberes considerados essenciais para a formação do pedagogo ou pedagoga. Esses saberes corroboram com o que Morin (2013) apresenta como uma outra ética do gênero humano, uma Antropo-Ética.

Ou seja, além do cuidado de si, sentido clássico do termo Ética, desenvolver uma forma de consciência em relação às responsabilidades sociais de cada indivíduo. E para esse exercício de cidadania, torna-se fundamental acalentar laços de democracia, porque é o regime de organização do Estado em que o poder se alterna e o direito ao voto exige patamar de igualdade entre classes sociais distintas. Portanto, para além dos fundamentos teóricos deste curso, investimos na capacidade de articulação social, na cooperação, no respeito pela dignidade humana, na compreensão crítica da realidade social onde a escola está inserida.

5.2 Referenciais Epistemológicos

A palavra Pedagogia oriunda do grego (*paidagogia*), é a teoria e ciência da Educação



que tem por objeto de estudo a educação enquanto práxis social humana situada histórica e culturalmente. Ela está relacionada ao ato de condução de saber, preocupando-se com os meios, com as formas e maneiras de como levar o indivíduo a constituir (ou construir) o conhecimento (GUIRALDELLI, 1987). Como ciência, a Pedagogia possui um objeto, um método e uma intencionalidade. O estatuto epistemológico da Pedagogia, como assevera Pimenta (2021), está voltado para as análises teóricas (críticas) das práticas educativas para evidenciar as condições que contrariam a formação humana como direito humano, por isso “ela tem um compromisso que é o de transformação das condições que geram a desigualdade” (PIMENTA, 2021, p. 929).

Estudar, pesquisar, analisar sobre a prática do pedagogo na atualidade, significa, necessariamente, refletir sobre a identidade deste profissional. Assim, compreende-se a identidade como sendo um processo que, simultaneamente, pode diferenciar cada sujeito em relação aos outros, mas pode também, caracterizar o pertencimento a diferentes grupos em diferentes lugares. Dessa forma, podemos considerar que o processo identitário é permanente, em constante (re) construção e transformação, pois nunca estará pronto e acabado (FREIRE, 2003). Nesse sentido, Romanowski (2013, p. 308) complementa, dizendo que: “[...] a identidade profissional se constrói socialmente a partir do processo de formação, atuação profissional, organização da categoria profissional e do reconhecimento social.”

No viés do senso comum ainda se acredita que a identidade do pedagogo está relacionada somente ao ensino e às técnicas de ensinar. Podemos afirmar que esta é uma visão simplista e reducionista da função do pedagogo e da própria Pedagogia. Libâneo (2001) discorre sobre esta questão dizendo que:

A Pedagogia se ocupa, de fato, com a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, ele tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimento sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa (LIBÂNEO, 2001, p.6).

Desde a criação do curso de Pedagogia no Brasil, em 1939, há muitas discussões em torno da identidade do pedagogo. Assim, foram atribuídas várias identidades ao curso, devido a vários conflitos teóricos e epistemológicos da Pedagogia e do próprio curso. Estas discussões têm produzido, por vezes, dificuldades para a definição e compreensão da identidade profissional e para a formação do pedagogo.

Nessa linha de pensamento, compreendemos que a complexidade do campo de atuação dos profissionais pedagogos e as bases epistemológicas do curso precisam ter o alicerce na



abordagem dialética, dialógica e holística, em que se compreende que é necessário o processo reflexivo entre a teoria e prática, por ser uma ação que estimula mudanças necessárias para a nossa sociedade.

Nesse sentido, Houssaye (2004) afirma que

Se a pedagogia é a reunião mútua e dialética da teoria e da prática educativas pela mesma pessoa, em uma mesma pessoa, o pedagogo é antes de mais nada um prático-teórico da ação educativa. O pedagogo é aquele que procura conjugar a teoria e a prática a partir de sua própria ação. É nessa produção específica da relação teoria-prática em educação que se origina, se cria, se inventa e se renova a pedagogia. [...] o pedagogo não pode ser um puro e simples prático nem um puro e simples teórico (HOUSSAYE, 2004, p.10).

Nesse ínterim, o curso de Pedagogia - Licenciatura que ora propomos, busca em seu conjunto, promover a formação dos futuros pedagogos, pautada nas contribuições de todos os campos de conhecimentos (o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural). Em relação a formação do estudante pedagogo, procura-se que o mesmo atinja uma formação investigativa, de forma que venha a potencializar a reflexão crítica para que consiga, de forma incessante, planejar, executar e avaliar as atividades educativas no ambiente escolar em que estiver inserido.

5.3 Referenciais Metodológicos

Os referenciais metodológicos que orientam a proposta formativa do curso em Pedagogia - Licenciatura indicam uma perspectiva de ação pedagógica que se afasta da visão pragmatista orientada por uma razão instrumental, a qual envidou um modelo de educação e de formação docente que ignorou as condições históricas, sociais e culturais em que se dão os processos de ensino. Assim, mais do que competências e habilidades para a docência, o curso proporciona ampla compreensão sobre o conhecimento social, político e pedagógico que perpassa a profissão.

Sob uma perspectiva dialógica e interdisciplinar, acredita que a ação coletiva e colaborativa dos sujeitos que participam no desenvolvimento do curso pode se constituir em uma prática pedagógica que construa uma tessitura do conhecimento em rede. Tecido como uma rede, o conhecimento deixa de ser tratado de modo linear e hierarquizado, nos componentes curriculares, porque se reconhece que há inúmeros e diferentes caminhos que podem ser traçados, entrelaçados, de maneira que a ‘ordem’ “só pode ser percebida e representada pelo pensamento *a posteriori* da própria criação” (Alves; Garcia, 2008, p. 94). O paradigma da ordem, ao banir a desordem, a instituiu como essência e verdadeira natureza,



impedindo a coexistência da ordem e da desordem (Morin, 2008). Esse pensamento tornou-se estruturante na organização escolar, por meio dos currículos, pelos modos como o conhecimento é tratado - fragmentado e verticalizado -, pelas metodologias e processos avaliativos que sustentaram (e sustentam) as práticas pedagógicas focadas nas partes e, por isso, desconsiderando o todo. No entanto, a tarefa da “ciência não é mais banir a desordem de suas teorias, mas de tratar dela. Não é mais anular a ideia de organização, mas de compreendê-la e de introduzi-la para reunir disciplinas parceladas” (Morin, 2008, p. 62). Nessa direção, a Pedagogia como uma ciência “do coletivo dos educadores” (Marques, 1992), investida de um contínuo processo crítico-reflexivo, pode contribuir para um entendimento sobre a atuação dos sistemas de ensino, das instituições escolares e das suas práticas educativas que supere a visão reducionista, protagonizando a complexidade do conhecimento.

Para isso, o estudante de Pedagogia deverá envolver-se em uma pluralidade de conhecimentos teórico-práticos fundamentados em princípios, tais como: interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (Brasil, 2006). Estes conhecimentos constituirão um núcleo de estudos básicos que articulam princípios e concepções do campo da Pedagogia, em espaços escolares e não escolares; no planejamento, implementação e avaliação de processos educativos; no estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente; no trabalho didático relativos às áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares pertinente aos primeiros anos de escolarização; na atenção e proposição de inferências às problemáticas contemporâneas relacionadas ao trabalho, à cidadania, à diversidade cultural, à sustentabilidade, etc. Além destes, o curso deverá estar voltado para as áreas de atuação profissional do pedagogo, que envolvem investigação e avaliação de processos educativos; criação de materiais, procedimentos pedagógicos e propostas educacionais inovadoras; e estudo e análise de teorias da educação, com a finalidade de aperfeiçoar propostas educacionais. Ainda, integram o currículo do curso, atividades práticas que propiciam vivências em diferentes áreas de atuação do pedagogo, como também, estudos e seminários, iniciação científica, monitorias, participação em programas de iniciação à docência e extensão universitária (Brasil, 2006).

Sob essa perspectiva, os pressupostos metodológicos que fundamentam a formação preconizada neste curso orientam-se pelo desenvolvimento de práticas integradoras e interdisciplinares, corroborando para que nas relações entre

[...] aqueles que ensinam e aqueles que aprendem e no diálogo que se estabelece entre as disciplinas é possível integrar o objeto de conhecimento a um todo complexo, sem reduzi-lo à sua especificidade,



buscando construir-se um caminho de aprendizagem à medida em que se caminha e em que o sentido se faz emergir (Costa, 2003, p. 267).

Consoante a esse propósito, a pesquisa, além de ser concebida como um princípio pedagógico, é também, para o currículo do curso em Pedagogia - Licenciatura, um princípio metodológico, que, associada às práticas de extensão, poderá ser capaz de constituir uma formação docente que envolva os acadêmicos na produção do conhecimento científico, familiarizando-os com as práticas teóricas e empíricas da pesquisa, inseridas também em contextos sociais.

Os vínculos entre pesquisar e ensinar são fundamentais, por isso os processos didático-metodológicos, voltados para a pesquisa e para a extensão nos trabalhos investigativos nas áreas e campos de atuação do pedagogo, constituem-se como exigência ao longo do curso, e não apenas em algumas determinadas disciplinas. Nesse sentido, a organização de **Seminários de Estudos Integradores e Práticas Interdisciplinares** ao longo do curso contribuem para construção metodológica do curso orientada por uma visão complexa do mundo, do conhecimento e dos sujeitos, num permanente processo de articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura.

Nessa direção, a estrutura curricular define eixos formativos ao longo do curso com a intenção de produzir estudos e integrar conhecimentos, ampliando e articulando conceitos e práticas da ordem pedagógica, sociológica, cultural, histórica, filosófica, psicológica capazes de proporcionar uma sólida formação profissional. Assim, pontuamos os seguintes eixos: 1) A Pedagogia e a construção da educação na sociedade contemporânea; 2) A escola e os processos de ensinar e de aprender; 3) A educação inclusiva e as práticas curriculares democráticas. Cada eixo agrega componentes curriculares e demais atividades desenvolvidas, coordenados pelo CCR **Seminários de Estudos Integradores e Práticas Interdisciplinares: Introdutório, Aprofundamento e Avançado**.

Há que se destacar que o conhecimento é resultado de processos coletivos, e que o fundamental não é sua condição de produto, mas o seu processo (SEVERINO, 2009), por isso o entrecruzamento das dimensões epistemológica, pedagógica e político-social que os eixos integradores proporcionarão, são fulcrais para a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão e cultura transformada numa intervenção didático-pedagógica reflexiva e com propósitos de uma pedagogia que produza um pensamento complexo.

5.4 Referenciais legais e institucionais

Os referenciais legais e institucionais para o curso de Pedagogia - Licenciatura,



de maneira geral contemplam a legislação Brasileira vinculada à formação de professores, tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394/1996, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) (PNE) por meio da Lei 13.005/2014, e com mais especificidade, a Resolução CNE/CP/2006 que indica as diretrizes para os Cursos de Pedagogia-Licenciatura.

Ainda, o curso orienta-se por referenciais de âmbito nacional, institucional e específico:

5.4.1 Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada



no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências.

Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

5.4.2 *Âmbito institucional:*

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da



democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2011 – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11 – CONSUNI/UFFS/2012 - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 33 - CONSUNI/UFFS/2013 – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução Nº 40 - CONSUNI CGAE/UFFS/2022 – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

RESOLUÇÃO Nº 42 - CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS.

Resolução nº 6 - CGRAD/UFFS/2015 – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015 – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 10 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2017 – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.



Resolução nº 16 - CONSUNI/UFFS/2019 - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 93 – CONSUNI/UFFS/2021 - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 39 - CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022 – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resolução nº 106 - CONSUNI/UFFS/2022 - Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 52 - CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 – Aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, indicando princípios e diretrizes que orientem o currículo das licenciaturas da UFFS.

5.4.3 Legislações específicas do Curso de Pedagogia:

Parecer CNE 05/2005 – subsidia as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

Resolução CNE/CP 01, de 15 de maio de 2006 – institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura.

Resolução CNE/CP 2/2015 – define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduadas (os) e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral:

Formar profissionais docentes para a atuação na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de formação inicial de professores de nível médio – Curso Normal –, contemplando conhecimentos relacionados à coordenação pedagógica, à gestão escolar e educacional, e áreas afins, com base teórico-metodológica na pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, fundamentada nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, constituída pela indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura.

6.2 Objetivos específicos:

6.2.1 Compreender a educação numa perspectiva interdisciplinar e crítica, a partir de conhecimentos filosóficos, históricos, antropológicos, ambiental-ecológicos, psicológicos, linguísticos, sociológicos, políticos, econômicos e culturais.

6.2.2. Desenvolver fundamentos teóricos e metodológicos das ciências que envolvem os currículos escolares, qualificando a formação profissional para proposição, acompanhamento ou execução de processos didático-pedagógicos.

6.2.3 Capacitar para a proposição, planejamento, execução, avaliação e coordenação de processos de construção de conhecimento de crianças, jovens e adultos e de processos de gestão democrática em instituições escolares e não escolares e em sistemas de ensino;

6.2.4 Promover a produção acadêmico-científica enquanto construção reflexiva, crítica e propositiva frente aos problemas pedagógicos e político-educacionais, mediante engajamento no contexto de estudos científicos/educacionais e nas práticas pedagógicas.

6.2.5 Oportunizar a vivência de práticas investigativas e interventivas nos diferentes níveis e espaços educacionais de abrangência do curso, para fortalecer a formação docente sob pressupostos teórico-práticos que considerem a complexidade do mundo material e suas problemáticas sociais, políticas e culturais;

6.2.6 Oportunizar uma formação crítica e reflexiva em uma perspectiva inclusiva para novos patamares de desenvolvimento educacional, cultural, político e social em âmbito local e regional.

6.2.7 Promover uma formação para a atuação profissional nos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica, em espaços escolares e não escolares e áreas afins com o



compromisso de construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

6.2.8 Compreender a escola como instituição social complexa, historicamente situada, e posicionar-se diante dos tensionamentos que se estabelecem em torno de sua organização e funcionamento;

6.2.9 Promover o estudo teórico-prático de distintas concepções de currículo, de docência, de ensino e aprendizagem com suas interfaces pedagógicas, didáticas e de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem;

6.2.10 Proporcionar a iniciação à pesquisa educacional e o desenvolvimento de investigações que produzam conhecimentos na área de educação para qualificar a docência e a difusão de conhecimento no âmbito da atuação profissional;

6.2.11 Integrar a formação inicial e continuada em relação à Educação Básica e a estudos posteriores em nível de Pós-Graduação, no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura;

6.2.12 Promover a constante articulação teórico-prática entre estudos acadêmicos e os contextos escolares da Educação Básica, tanto em relação aquelas promovidas pelo currículo do curso quanto por Programas oficiais de Iniciação à Docência.

6.2.13 Oportunizar estudos que articulem conhecimento e cultura para produzir reflexões sobre a formação social e cultural brasileira por diferentes povos denominados como indígenas, quilombolas e afrodescendentes.

6.2.14 Oportunizar estudos sobre a infância para a compreensão sobre o cuidado e a educação de crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual e social;

6.2.15 Proporcionar estudo e reflexão sobre o uso das tecnologias da informação na educação para uso didático-pedagógico como forma de qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem na construção do conhecimento.

6.2.16 Oportunizar a produção de material didático-pedagógico para articular os processos que envolvem a teoria e a prática pedagógica na educação e no ensino da infância.



7 PERFIL DO EGRESSO

A Resolução nº 52 - CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 preconiza que o egresso “dos cursos das Licenciaturas da UFFS é dotado de um repertório de saberes que o qualificam para atuar como docente na Educação Básica pública, no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento. Tais saberes são constituídos por conhecimentos teórico-conceituais (gerais, específicos e pedagógicos) e por habilidades práticas, articulados entre si, que lhe possibilitam propor, desenvolver e avaliar suas ações, de forma intencional e metódica e em cooperação com o coletivo escolar” (Art. 10).

O curso de Pedagogia - Licenciatura assume como característica fundamental do egresso a atuação docente ética e o compromisso com a construção de uma sociedade pautada na justiça social, na democracia e na ciência, como elementos centrais para a realização de uma sociedade humana mais solidária e inclusiva. A formação do egresso qualifica para atuar como docente na Educação Básica, no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento (Resolução nº 52/2024). Portanto, o perfil almejado para os egressos do curso é constituído três dimensões de atuação, nas quais o egresso estará apto a:

I - Atuação profissional ampla:

- a) atuar profissionalmente em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, situados nos níveis e modalidades da Educação Básica;
- b) atuar ética e politicamente em diferentes contextos educativos e pedagógicos, tendo por base o reconhecimento da dignidade humana, da alteridade, da diversidade das experiências culturais, da sensibilidade ambiental e da formação humana integral;
- c) identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- d) desenvolver práticas que promovam a diversidade, respeitando as diferenças de natureza linguística, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, pessoas com deficiências ou síndromes, dificuldades de aprendizagem ou transtornos de desenvolvimento, orientação sexual, entre outras;
- e) demonstrar conhecimentos sobre sistemas de ensino e instituições educativas como organizações complexas com a função de promover o direito à educação e à aprendizagem para/pela cidadania;
- f) realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e



práticas pedagógicas;

- g) analisar e interpretar criticamente as diretrizes curriculares, as políticas de avaliação da educação e a legislação educacional e outras determinações legais que direcionam políticas públicas em educação ou políticas curriculares;
- h) atuar na formulação, execução e avaliação de políticas públicas em educação visando contribuir para a qualidade da educação e o acesso e permanência das crianças, adolescentes e jovens e adultos na escola;
- i) atuar de forma comprometida no fortalecimento e consolidação da Educação Básica sob princípios democráticos e de qualidade social para todos, propondo possibilidades curriculares que trabalhem fundamentadas no conhecimento e na cultura, respeitando a experiência humana e suas dimensões éticas, estéticas e cognitivas;
- j) produzir e divulgar conhecimentos científicos no campo da educação aprofundando estudos e propondo alternativas para as problemáticas educacionais;
- k) apropriar-se e utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos de produção de conhecimento e de ensino e de aprendizagem e compreender os impactos dessas tecnologias na cultura, nas relações sociais e na constituição da subjetividade e das identidades infanto-juvenis;

II- Atuação profissional no ensino:

- l) atuar na Educação Infantil compreendendo a indissociabilidade dos processos de cuidar e educar da infância, de zero a cinco anos, considerando a diversidade sociocultural-afetiva para contribuir com desenvolvimento integral infantil;
- m) atuar nos anos iniciais promovendo o ensino nas áreas do conhecimento - Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Ensino Religioso e Matemática - e outras áreas, de forma interdisciplinar, contextualizada, histórica e social, tendo em vista o desenvolvimento humano;
- n) atuar em cursos de nível médio - Curso Normal - promovendo a formação inicial para a docência na Educação Infantil e Anos Iniciais;
- o) atuar nas diferentes modalidades da Educação Básica reconhecendo as diferenças curriculares necessárias para o desenvolvimento de um processo pedagógico que não exclua, inferiorize ou diminua os sujeitos, respeitando suas trajetórias e formas de vida;
- p) relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação (TICs e TDICs) adequadas ao desenvolvimento da aprendizagem.
- q) desenvolver o trabalho pedagógico de forma coletiva, dialógica, contextualizada, crítica e criativa para compreender e propor alternativas frente às transformações vivenciadas nos processos de ensino e de aprendizagem.

III- Atuação na gestão dos processos educacionais, de ensino e de aprendizagem, e da coordenação pedagógica e em outros espaços de apoio pedagógico:



- r) promover a participação e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade, garantindo e consolidando a gestão democrática;
- s) participar e/ou coordenar trabalhos em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- t) participar e/ou coordenar a gestão das instituições propondo e contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico construído pela instituição, fortalecendo princípios democráticos;
- u) participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares, fortalecendo relações democráticas entre os sujeitos participantes;
- v) promover e coordenar ações, programas e propostas de formação continuada dos professores e comunidade escolar em geral, no âmbito escolar ou dos sistemas de ensino;
- w) acompanhar, executar, coordenar e avaliar políticas públicas que perpassam a Educação Básica e que afetam a escola, sejam elas de acesso e de permanência dos alunos, ou articulações celebradas entre universidade e escola, a exemplo de programas de formação pedagógica que visam proporcionar a experiência de licenciandos no espaço escolar;
- x) atuar como apoio pedagógico em espaços sociais e institucionais que exigem formação pedagógica, promovendo a interdisciplinaridade e a inclusão social, com vistas à formação humana integral;
- y) coordenar e acompanhar o trabalho pedagógico no âmbito escolar de modo crítico-reflexivo, propondo espaços e mecanismos avaliativos que possibilitem a participação da comunidade escolar;
- z) propor e/ou coordenar a elaboração e a execução de projetos educacionais no âmbito escolar vinculados às especificidades locais e para a formação integral, envolvendo a cultura, a diversidade étnico-racial, a inclusão social, a educação ambiental, entre outros.



8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Graduação em Pedagogia- Licenciatura está organizado em (4) quatro anos (oito semestres), com o regime de funcionamento regular presencial. A organização curricular contempla as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação Pedagogia – Licenciatura (Resolução CNE/CP N° 1/2006) e atende aos dispositivos legais vigentes que determinam a carga horária mínima para integralização do curso. Atende à Resolução 40/CGAE/CONSUNI/2022, que aprova o Regulamento dos cursos de graduação da UFFS e à Resolução nº 52 - CONSUNI/CGAE/UFFS/2024, que versa sobre a Política Institucional para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

O currículo do curso em Pedagogia - Licenciatura está focado na formação de professores para a atuação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, e também, em cursos de nível médio – Curso Normal e Cursos Profissionalizantes (em área que exija formação pedagógica) – e espaços de gestão educacional. A proposta curricular do curso contempla a Educação Básica em suas diferentes modalidades, não desconsiderando o que prevê a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, a saber: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Indígena e Educação do Campo. Além disso, o curso proporciona enfoque na atuação do/a pedagogo/a em espaços não-escolares, reconhecendo que processos educativos e aprendizagens ocorrem em múltiplos espaços, que incluem a escola, mas não só.

O curso parte da concepção de currículo como uma construção social, compreendendo que a proposta curricular vai tomando forma a partir das práticas construídas, mobilizadas pela ação docente e pelo protagonismo dos estudantes nos processos coletivos de ensino na sala de aula, nas práticas articuladas com a Educação Básica, na pesquisa e na extensão, e todos os demais movimentos e experiências formativas que possam integrar o curso. Esta interação social é marcada pela cultura e por relações sociais de poder que produzem processos de significação, e por meio destes “construímos nossa posição de sujeito e nossa posição social, a identidade cultural e social de nosso grupo, e procuramos constituir as posições e as identidades de outros indivíduos e de outros grupos” (Silva, 2001, p. 21). Assim, não há como prescrever uma formação total e final do/a licenciando/a em Pedagogia, porque o currículo não é pré-determinado, acabado, concluído e prescrito, mas “sobretudo como atividade, como prática de produção, de criação” (Silva, 2001, p. 19) que produz efeitos sobre os sujeitos, tanto os estudantes, em processo de formação docente inicial, quanto os professores, em constante movimento de formação permanente. O currículo não pode ser focalizado em si, mas:



[...] como fator de produção de sujeitos dotados de classe, raça, gênero. [...] o currículo deve ser visto não apenas como a *expressão* ou a *representação* ou o *reflexo* de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. O currículo não apenas *representa*, ele *faz*. É preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão *no currículo* tem conexões com a inclusão ou exclusão *na sociedade* (Silva, 2008, p.10. Grifos do autor).

Assim, se o currículo é “[...] algo que se constrói, seus conteúdos e suas formas últimas não podem ser indiferentes aos contextos nos quais se configura” (Sacristán, 2008, p. 21), o curso de Pedagogia - Licenciatura *Campus* Cerro Largo/RS não desconsidera as condições sociais e as culturas que configuram o contexto educacional regional e brasileiro.

Em consonância com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica da UFFS (Resolução nº 52 - CONSUNI/CGAE/UFFS/2024), o currículo do curso de Pedagogia - Licenciatura *Campus* Cerro Largo/RS incorpora um conjunto de diretrizes que orientam a organização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, os processos de organização pedagógica e de gestão da educação. O artigo 4º desta Resolução assegura “o currículo como produto e processo histórico” que compreende:

- I - O reconhecimento da historicidade e da complexidade da organização curricular, envolvendo seus conflitos e contradições;
- II - A constituição de um percurso de formação docente a partir da definição de conhecimentos, sua contextualização conceitual e pedagógica, tendo por base um repertório amplo de possibilidades que integram o universo da experiência humana, em que se consideram a cultura e as relações sociais como espaço de produção de significados, subjetividades e/ou identidades sociais;
- III - A organização de um percurso formativo voltado para a construção de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva;
- IV - Movimentos e diálogos permanentes com os processos sociais, seus padrões éticos, estéticos, cognitivos, de trabalho e produção, efetivando-se através da interação entre as áreas que integram a estrutura do currículo, do respeito à diversidade cultural linguística e cognitiva, das relações de ensino e aprendizagem, entre teoria e prática e com a comunidade regional, e entre ensino, pesquisa e extensão, que se desenvolvem no tempo-espaço de um currículo orientado criticamente;
- V - A integração dos domínios formativos (Comum, Conexo e Específico) na organização dos projetos formativos, em consonância com as orientações institucionais e com as diretrizes curriculares nacionais;
- VI - A oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo através da flexibilidade curricular, em consonância com suas trajetórias pessoais e os processos de inserção social, cultural e profissional, a ser incorporado na estrutura curricular dos projetos pedagógicos dos cursos;
- VII - O compromisso com a inclusão na definição, organização e desenvolvimento do currículo, abrangendo as dimensões ética, estética e epistemológica, em que se concebe o ser humano como capaz de aprender, de ser e de conviver em diferentes situações de ensino e aprendizagem.

A concepção de currículo que perpassa o curso de Pedagogia - Licenciatura não o reduz a um rol de componentes curriculares, ementas e objetivos definidos em uma estrutura curricular. A proposta contempla um conjunto de estudos pedagógicos, sociológicos,



filosóficos, políticos e psicológicos que visam a reflexão e a crítica sobre a educação e o ensino na infância, desde a sala de aula e espaço comunitário até o contexto macro de gestão e das políticas educacionais responsáveis pela garantia do direito à educação de qualidade social. Tomando estes estudos como históricos e culturais, vinculados às configurações da sociedade e suas problemáticas, o curso articula a prática pedagógica no ensino, na pesquisa e na extensão, focando os processos de ensino e de aprendizagem na educação infantil, nos anos iniciais, considerando modalidades de educação formal (educação especial, educação do campo, educação de jovens e adultos) e da educação não formal (espaços sociais, institucionais e comunitários).

Nessa direção, o curso contempla uma proposta metodológica com processualidade dialógica que busca integrar e promover a interdisciplinaridade entre os níveis do curso, constituída por *focos formativos (1, 2 e 3)* que se desdobram em *seminários de estudos integradores e práticas interdisciplinares (introdutório, aprofundamento e avançado)*. Os focos formativos terão a função de integrar as ações que perpassam a teoria e a prática, estabelecendo conexões com a pesquisa, a extensão e a cultura, segundo uma lógica interdisciplinar entre os componentes curriculares dos níveis correspondentes à proposta de cada seminário. Os 3 (três) Seminários previstos constituir-se-ão como um campo aberto para o atravessamento de estudos e práticas emergentes dos componentes curriculares que compõem os níveis do curso, construindo entrelaçamentos com abordagens culturais emergentes pertinentes às políticas de educação em direitos humanos, de educação étnico-racial, inclusão e educação ambiental. Os Seminários possuem um ementário próprio, partindo de uma proposta introdutória (Seminário I), seguindo para um nível de aprofundamento (Seminário II), e outro, de caráter avançado (Seminário III). Eles compõem a estrutura curricular e são responsáveis por estudos, pesquisas, discussões, sistematização e socialização das experiências formativas ocorridas ao longo do curso, associando-se às diversas atividades e experiências dos estudantes no ensino, na pesquisa, na extensão, nas Práticas como Componente Curricular e nos Estágios Curriculares Supervisionados. Os Seminários são construídos com o protagonismo dos professores e dos estudantes e são ofertados no 2º, 4º e 6º nível, conforme apresentação na sequência.

Quadro 4 - Organização dos Seminários

Seminários	Seminário I: <i>Estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório (2º nível)</i>	Seminário II: <i>Estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento (4º nível)</i>	Seminário III: <i>Estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado (6º nível)</i>
Foco formativo	A Pedagogia e a construção da educação	A escola e os processos de ensinar e de aprender	A educação inclusiva e as práticas curriculares



	na sociedade contemporânea		democráticas
Níveis	1º e 2º	3º e 4º	5º e 6º

Seminário I - Estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório. Foco formativo: **A Pedagogia e a construção da educação na sociedade contemporânea.** Os primeiros níveis (1º e 2º) constituem a entrada do/a estudante no curso de Pedagogia - Licenciatura. É o momento de introdução para conhecimento e aproximação da perspectiva de formação que a Pedagogia contempla. Para isso, o conjunto dos componentes curriculares destes níveis inserem o/a estudante em estudos, reflexões e debates que partem da compreensão da Pedagogia como a Ciência da Educação e seus enredamentos epistemológicos com aspectos sociológicos, filosóficos, psicológicos e históricos para situar a educação da infância na sociedade e no contexto escolar. O Seminário *de estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório* assume uma perspectiva introdutória, como espaço/tempo que objetiva conhecer, interrogar, problematizar e refletir criticamente sobre a Pedagogia, o desenvolvimento das teorias educacionais, a investigação pedagógica, e as problemáticas educativas que perpassam a educação e a instituição escolar contemporânea. O Seminário objetiva integrar e socializar (teoria e prática) o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura que integraram o 1º e 2º níveis do Curso.

Seminário II - Estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento. Neste foco formativo - **A escola e os processos de ensinar e de aprender** - a ênfase se dá na escola, enquanto instituição formadora e nos processos de ensinar e de aprender na infância, como território de socialização e sociabilidade dos sujeitos coletivos. Os/as estudantes realizarão, no 3º nível, o primeiro estágio na escola - Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar -, considerando que já terão vivenciado inserção na instituição escolar sob o ponto de vista político e pedagógico. Assim, espera-se dar continuidade ao conhecimento e à reflexão sobre a construção do espaço/tempo escolar em uma perspectiva inclusiva e interdisciplinar, e por isso, essencialmente democrática, para realizar estudos e pesquisas sobre a educação, o ensino e a aprendizagem na infância nas diferentes áreas do conhecimento.

Os estudos deste Seminário pretendem articular aqueles realizados nos processos de ensinar/aprender/interrogar/conhecer/intervir no âmbito das infâncias, orientados por diferentes abordagens epistemológicas e metodológicas. Espera-se dar continuidade aos estudos do 1º e 2º nível, aprofundando os processos de ensino presentes nas práticas pedagógicas e nos estágios, os quais se articularam com a pesquisa e a extensão.



Seminário III - Estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado. O foco formativo - **A educação inclusiva e as práticas curriculares democráticas** - agrega o 5º e 6º nível e objetiva o aprofundamento dos estudos sobre a docência às infâncias e suas diferentes condições de existência. Essas infâncias que adentram as escolas de educação infantil e as escolas de Educação Básica são também forjadas por um currículo que é produzido a partir das interrelações e das práticas que se efetivam no cotidiano da escola. Por isso, uma das ênfases desse foco formativo está relacionada à construção de escolas inclusivas, por excelência, que, além de adotarem posturas de acolhimento e respeito à diversidade e à pluralidade, também revisam suas práticas pedagógicas para democratizar o acesso e a permanência de todos, na tentativa de criar outras formas de viver com o outro, que estejam pautadas pelo acolhimento das diferenças entre os iguais. Com este foco formativo espera-se construir novas e melhores práticas pedagógicas que levem os estudantes a vivenciarem temáticas e problemáticas de aprofundamento sobre a docência e a infância, integrando ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura como prática social inclusiva.

8.1 COMPONENTES CURRICULARES: as disciplinas nos domínios formativos

O Regulamento da Graduação (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022), no Art. 22, afirma que “o Currículo do Curso de Graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na Estrutura Curricular em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento”. O Art. 10, inciso X, da Resolução Resolução nº 52 - CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 prevê a “articulação entre os domínios curriculares, abarcando o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura orienta que o currículo dos cursos de licenciatura da UFFS devem promover a articulação entre os domínios curriculares, abarcando o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura”.

8.1.1 Domínio Comum

A estrutura curricular do curso atende ao § 1º do Art. 22 do Regulamento da Graduação que determina aos cursos de graduação da UFFS a adoção de, no mínimo de 420 horas e no máximo 660 horas de componentes curriculares integrantes do Domínio Comum definido pela instituição. O Domínio Comum é definido no Art. 14 da Resolução nº 52 - CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 como “o processo de formação voltado para a inserção



acadêmica dos estudantes no contexto da universidade e da produção do conhecimento”. Os documentos normativos citados preveem que essa inserção seja feita pelos “eixos formativos, complementares entre si”, os quais propõem uma formação articulada entre a especificidade do curso e a contextualização acadêmica e a formação crítico-social.

Os componentes curriculares do Domínio Comum do curso de Pedagogia - Licenciatura são os seguintes:

Quadro 5 - Componentes curriculares: Domínio Comum

Código	Componente Curricular	Carga Horária
EIXO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA		
GLA0683	Produção Textual Acadêmica	60h
GEX1039	Informática Básica	60h
GCH1729	Iniciação à Prática Científica	60h
EIXO 2 - FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL		
GCH1730	Introdução ao Pensamento Social	60h
GCH1731	História da Fronteira Sul	60h
GCS0683	Direitos e Cidadania	60h
GCS0682	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	60h
Total		420h

8.1.2 Domínio Conexo

O Domínio Conexo é compreendido como o conjunto de componentes curriculares que articulam áreas de conhecimento, e tem como objetivo a formação e o diálogo interdisciplinar entre os cursos do *campus*. Definido pelo *campus*, após amplo processo de discussão institucional, caracteriza-se, segundo a Política de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica/UFFS, como um conjunto de saberes que conectam os cursos de licenciaturas e que devem envolver a compreensão e a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional.

O Domínio Conexo entre as licenciaturas organiza-se na forma de eixos formativos, que compreendem: I - Fundamentos da educação, abrangendo os aspectos filosóficos, históricos, sociológicos, antropológicos, pedagógicos, psicológicos e políticos da formação docente; II - Políticas, financiamento e a gestão da educação como objetos de abordagem teórico-prática, abrangendo os aspectos conceituais e sua contextualização escolar, bem como a análise de



currículos, programas e processos de avaliação; III - Diversidade e inclusão, abrangendo as concepções históricas, psicológicas e pedagógicas referentes à diversidade e à inclusão, as formas organizativas do trabalho pedagógico, as políticas e práticas de atendimento educacional para pessoas com deficiência, bem como a reflexão teórico-metodológica acerca dos desafios da educação inclusiva; IV - Didáticas e metodologias de ensino, em seus aspectos gerais, compreendendo as concepções de currículo, processos pedagógicos e avaliação; V - Estudos e pesquisas em educação, compreendendo a apropriação teórica e epistemológica dos processos de pesquisa e investigação no campo da educação e do estado da arte da produção do conhecimento na área educacional e escolar; VI - Práticas de ensino e os estágios, comuns, que contemplam as dimensões da atuação docente, o conhecimento da instituição escolar e de sua organização e funcionamento, os processos de gestão da educação e de coordenação pedagógica, a organização do trabalho pedagógico, os processos de ensino e aprendizagem e de inclusão escolar e a formação continuada.

Os componentes curriculares do Domínio Conexo constam no quadro a seguir.

Quadro 6 - Componentes curriculares: Domínio Conexo

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Carga Horária
EIXO I - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO		
GCH813	Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação	60h
GCH816	Fundamentos do Ensino e da Aprendizagem	60h
EIXO II - POLÍTICAS, FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO		
GCH1766	Políticas Educacionais	30h
EIXO III - DIVERSIDADE E INCLUSÃO		
GCH810	Educação Inclusiva	30h
GCH811	Temas Contemporâneos e Educação	60h
GLA0704	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	60h
EIXO IV - DIDÁTICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO		
GCH1767	Fundamentos Pedagógicos da Educação	60h
EIXO V - ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO		
GCH1768	Prática de Ensino: Pesquisa em Educação	60h
EIXO VI - PRÁTICAS DE ENSINO E ESTÁGIOS		
GCH1769	Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar	90h
Total		510h

8.1.3 Domínio Específico

O Domínio Específico do Curso de Pedagogia - Licenciatura, compreende os CCRs que contemplam conhecimentos necessários à formação do/a Pedagogo/a segundo uma pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos ao exercício da profissão. Esses



conhecimentos perpassam a Educação Básica pelo campo da gestão educacional e escolar, pela docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais e nos cursos de formação de professores (Curso Normal-Nível Médio).

O conjunto dos CCR do Domínio Específico objetivam oferecer conhecimentos que atinjam uma formação abrangente do/a Pedagogo/a em nível de conhecimentos pedagógicos, filosóficos, sociológicos e psicológicos, e também conhecimentos relacionados aos diferentes contextos e modalidades da educação no ensino aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e à ação didático-pedagógica na Educação Infantil. Desta forma, o egresso do curso obtém um perfil que possibilita a ação profissional do Pedagogo em diferentes níveis e modalidade de educação ofertada em espaços educacionais, seja em instituições regulares de ensino ou outros espaços e instituições que exijam a atuação do Pedagogo.

Os CCR possuem ementas organizadas de modo a estabelecer coerência e diálogo com o currículo da Educação Básica contemplando: a) a gestão escolar e de sistemas de ensino; b) a organização pedagógica da escola; c) os fundamentos teórico-metodológicos que integram as áreas do conhecimento no processo de ensino nos Anos Iniciais e na Educação Infantil; d) os fundamentos da educação; e) a diversidade cultural e os processos inclusivos; as práticas como componente curricular e os estágios como práxis da ação pedagógica; f) princípios voltados para a construção de uma sociedade democrática; g) inovações pedagógicas associadas ao uso de mídias e tecnologias; h) articulação do ensino, pesquisa e extensão.

O curso de Pedagogia - Licenciatura articula o Domínio Específico com outras licenciaturas, a exemplo do Curso de Letras: português e espanhol, incluindo CCRs deste curso no rol de CCR específicos ofertados. São CCR que abordam os Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de língua portuguesa, a Psicolinguística e a Literatura infantil e juvenil, os quais contribuem para uma sólida formação do pedagogo no campo da linguagem, do estudo da língua e da literatura.

O Domínio Específico atende às Diretrizes Nacionais que orientam o curso (BRASIL, 2006) organizando em sua estrutura curricular estudos voltados para princípios e concepções de diferentes áreas do conhecimento pertinentes à Pedagogia, para desenvolver tanto as pessoas quanto a sociedade sob uma perspectiva ética, democrática e sustentável; também proporciona investigações sobre os processos educativos que possibilitem ao egresso a análise, a crítica e a proposição de propostas educacionais inovadoras. Além disso, a proposta curricular do curso propõe um enriquecimento formativo a ser proporcionado por meio dos *Seminários de estudos integradores e práticas interdisciplinares* (especificados no item 8) desenvolvidos ao longo do curso, os quais objetivam articular os CCR em estudos e práticas



interdisciplinares. Estes Seminários são uma possibilidade para integrar os Domínios formativos - Conexo, Comum e Específico - em torno de focos formativos que estão definidos para cada Seminário.

8.2 COMPONENTES CURRICULARES: as atividades acadêmicas

Segundo o regulamento da graduação (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022) as atividades acadêmicas integram a formação do estudante e podem ser autônomas e orientadas de modo individual ou coletivo. Quanto à função que desempenham, podem ter a natureza de estágio supervisionado e de trabalho de conclusão de curso.

8.2.1 Atividades de orientação coletiva: os Estágios Curriculares Supervisionados (ECS)

Os Estágios Curriculares Supervisionados (ECS) previstos no Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura do *Campus* Cerro Largo/RS seguem ao disposto no Regulamento de Estágio da UFFS (Resolução 04/CGRAD/CONSUNI/CGRAD/2018), compreendendo-os como:

[...] um tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação (UFFS, 2018).

Os ECS estão direcionados aos espaços da Gestão Escolar e da docência no nível de ensino da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental contemplando enfoque nas diferentes modalidades de educação e de ensino, sejam elas: educação do campo, educação especial, educação indígena e quilombola. Segundo o Parecer CNE/CES Nº 15, de 2 de fevereiro de 2005, os estágios se constituem em inserções em escolas de Educação Básica, sendo entendidos como:

[...] um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático (Brasil, 2005).

Os ECS contemplam o ensino, a pesquisa e a extensão visando articular o currículo da formação inicial sob os princípios formativos que caracterizam a universidade; preveem



tempo teórico, de estudo e de planejamento e de estágio profissional em escolas da Educação Básica, preferencialmente, públicas. São orientados, acompanhados e avaliados por docentes do curso em articulação com um docente/supervisor da Unidade Concedente de Estágio e demandam de Convênios com as mantenedoras das instituições escolares.

Todos os estágios ofertados pelo curso são definidos como “Atividade acadêmica” com natureza “coletiva”, em atendimento aos Art. 69 e 73, da Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022. São compreendidos como um espaço/tempo de formação inicial que se articula com a pesquisa e a extensão, constituindo-se em um movimento teórico-prático-formativo que possibilita o “desenvolvimento da autonomia intelectual, profissional e da identidade docente, tendo em vista a formação de um professor-pesquisador crítico-reflexivo” (Ghedin; Oliveira; Almeida, 2015, p. 18). Os estágios serão planejados e articulados com a extensão respeitando ao previsto na Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, que, no Artigo 10, §3º, prevê “Atividades de Extensão e de Cultura podem ser inseridas nas modalidades de Estágios e/ou Práticas como Componente Curricular (PCC) previstas nos currículos dos cursos”. Isso implica na elaboração do Plano de Atividades (Artigo 77, §2º, da Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022) com descrição metodológica das atividades de estágio e de extensão que serão executadas na comunidade escolar.

A organização dos tempos de estágio orienta-se pela Resolução nº 4/CGAE/CONSUNI/2018, contemplando: aulas teórico/práticas presenciais que consistem em encontros pedagógicos do docente com a turma; elaboração do plano de estágio e do trabalho de conclusão e estágio; e realização das atividades de estágio. Estes últimos entendidos como “carga horária discente”, conforme prevê o Art. 70, da Resolução Nº 40/CGAE/CONSUNI/2022.

Os ECS possuem como objetivo geral proporcionar a compreensão crítica e reflexiva sobre as propostas pedagógicas de escolas de Educação Básica e sobre a organização das práticas pedagógicas desenvolvidas na docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais e na atuação na Gestão Escolar, seja na função de direção ou coordenação pedagógica, se assim lhe couber. Isso exige dos estudantes: a) inserção no contexto escolar em espaços administrativos e pedagógicos para reconhecer a escola nos aspectos organizacionais e curriculares; b) aproximação com o contexto escolar e comunidade escolar; c) planejamento de ações pedagógicas (docentes e de extensão) voltadas aos sujeitos da comunidade escolar e geral; d) desenvolvimento de intervenções didático-pedagógicas que envolvam o ensino na Educação Infantil e nos Anos iniciais; e) desenvolvimento de ações que envolvam a extensão



com a comunidade escolar; f) produção de relatórios crítico-reflexivos e socialização dos mesmos.

No quadro 7, a seguir, constam os 5 (cinco) estágios obrigatórios previstos na estrutura curricular nos respectivos níveis com a carga horária:

Quadro 7 - Estágios Curriculares Supervisionados

Nível	Código	Componente Curricular	Carga Horária
3ª	GCH1769	Estágio Curricular Supervisionado: gestão escolar	90
4ª	GCH1849	Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I	60
5ª	GCH1858	Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II	75
6ª		Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I	90
7ª		Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II	90
Total			405

O Estágio Curricular Supervisionado: gestão escolar (90h) objetiva proporcionar conhecimento da instituição escolar pela perspectiva da gestão. Seu objetivo é proporcionar a vivência no espaço escolar para conhecer a instituição e reconhecê-la como uma organização complexa que articula os sujeitos da escola para o desenvolvimento de processos educativos democráticos. É um estágio que proporciona o conhecimento e sobre a organização institucional e suas relações com os sistemas de ensino municipais, estaduais e nacional, segundo seus princípios, diretrizes e normativas, para construir a crítica permanente sobre as possibilidades da escola tornar-se um espaço público e republicano. Para tal reflexão faz-se necessário conhecer os desafios da comunidade escolar para a organicidade dos colegiados como espaços de participação coletiva e democrática, envolvendo processos administrativos e pedagógicos da escola. Por isso, o estágio consiste na prática de pesquisa, análise, reflexão e proposição de ações que visem fortalecer os processos de gestão democrática que envolvem a comunidade escolar.

O Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I (60h) objetiva inserir o/a pedagogo/a no campo de estágio da Educação Infantil com bebês e crianças bem pequenas (0 a 3 anos), observando, conhecendo e participando da dinâmica institucional, das especificidades do cotidiano pedagógico (cuidar e educar) e da docência com as crianças desta faixa etária. Além disso, este estágio se articula com ações de extensão protagonizadas pelo/a estagiário/a e direcionadas à comunidade escolar e/ou geral.

Historicamente, a educação infantil esteve marcada por rotinas e práticas de intervenção voltadas a gestos rotineiros de uma infância também vista desta forma (Barbosa; Horn, 2019). Diferentemente a esta visão, a concepção de infância que orienta o curso de Pedagogia, a compreende como uma construção social que não é natural e semelhante em todos os locais,



por isso é imprescindível considerar o contexto e suas variáveis sociais relacionadas à classe social, gênero, raça, religião, as quais oferecem elementos para que as crianças se constituam como sujeitos. Além disso, “as culturas locais, as culturas familiares, as culturas elaboradas pelas crianças e as culturas infantis são elementos fundamentais na educação das crianças” (Barbosa; Horn, 2019, p. 19). Por isso, as atividades que envolvem a educação infantil não podem ser consideradas como meras atividades rotineiras, mas possibilidades de constantes e novas ressignificações pela criança. O desafio ao educador é justamente “transformar o dia a dia da vida na escola com crianças pequenas em desafio pedagógico” (Barbosa; Horn, 2019, p. 26), ou seja, cabe a ele criar alternativas ao modo convencional de ensinar-aprender na escola e fazer com que a rotina crie encontros com o inesperado.

A educação infantil com bebês e crianças bem pequenas (0-3 anos) possui uma particularidade que a diferencia das demais faixas etárias, pois a professora não ministra aulas para estas crianças e seus planejamentos não estão voltados para o ensino de conteúdos. Tratando-se da educação em creche o que deve estar em evidência é o protagonismo da criança para a construção de uma pedagogia “centrada nas crianças, nas suas interações, nos seus coletivos, nas brincadeiras” (Vargas; Gobbato; Barbosa, 2018, p. 17). Por isso, a proposta do **Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I** consiste em estudos e pesquisas que ampliam a concepção de educação infantil e a vivência da experiência pedagógica com crianças bem pequenas, para reconhecê-la como um processo que promove reflexões sobre concepções de escola de educação infantil e da própria educação infantil na faixa etária de 0 a 3 anos. Os saberes tratados neste CCR contemplam especificidades das crianças bem pequenas e levam o estudante a pensar outras pedagogias para as infâncias (no plural, porque não há uma única infância, mas múltiplas), sendo estas voltadas para a escuta e para o acolhimento às diferentes manifestações das crianças.

Desta forma, a proposta deste estágio consiste em contexto formador que produz uma relação entre teoria e prática, que não está separada de uma intencionalidade pedagógica, mas o estágio é “a condição para promover o saber e o fazer sobre a educação das crianças pequenas” (Vargas; Gobbato; Barbosa, 2018, p. 18), porque ele é uma possibilidade para que os estudantes entrem em contato com os bebês e crianças bem pequenas e conheçam suas formas de ser e de estar nos espaços de vida coletiva.

O **Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II**, com carga horária de 75 horas, objetiva inserir o/a estudante no campo da Educação Infantil com crianças pequenas (4 e 5 anos), observando, conhecendo e participando da dinâmica escolar e das suas relações com as famílias, das especificidades do cotidiano pedagógico e da docência com as crianças



desta faixa etária, além de protagonizar ações de extensão com a comunidade escolar e/ou geral.

As dimensões do *cuidar* e do *educar* aludidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE nº 7/2010) para toda a Educação Básica são inseparáveis também na Educação infantil e reafirmam o direito constitucional à educação, tomando o cuidado no seu sentido de acolhimento e de desenvolvimento da sensibilidade humana na relação consigo e com o outro. Isso porque “educar e cuidar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões” (Brasil, 2010).

Partindo do pressuposto que a educação infantil se constitui como uma política social para a infância e que o espaço coletivo escolar tem como finalidade promover experiências enriquecedoras para sua educação, este estágio reconhece a criança como um sujeito histórico e cultural, pertencente a um contexto familiar diverso, com vivências e lógicas de vida inerentes às suas condições de existência. Ao estudante em Pedagogia cabe estar preparado para lidar com as diferentes infâncias compreendendo-as como condições e possibilidades de aprendizagem e do desenvolvimento do pensamento. Muito além da formação disciplinar dos corpos infantis e da produção de subjetividades adaptadas à contemporaneidade, a educação infantil é um espaço/tempo de virtualidades que pode produzir outras lógicas e formas de pensar o mundo e a vida coletiva orientadas por atividades lúdicas de aprendizagem. Por isso, o **Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II** estabelecerá conexões e relações com as famílias das crianças com a finalidade de ampliar compreensões sobre a infância e suas constituições culturais, podendo constituir atividades de extensão com as famílias.

O **Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I** (90h), é destinado à docência com crianças do 1º ao 3º ano dos anos iniciais. Este bloco pedagógico está voltado à “alfabetização e ao letramento, demandando uma ação pedagógica que assegure o desenvolvimento das diversas expressões e o aprendizado das áreas de conhecimento” (Brasil, 2008). As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010) recomendam que os três primeiros anos do ensino fundamental não devam ser passíveis de interrupção por se constituírem em um bloco pedagógico que possibilita à criança desenvolver seus processos de letramento e de alfabetização, seguindo seus ritmos em um contínuo processo de aprendizagem. Pedagogicamente este bloco deve estar atento ao desenvolvimento integral da criança, contemplando suas experiências, sua cultura e sua condição de existência. As ações



pedagógicas são de respeito às formas da criança inserir-se na materialidade do mundo, e a partir dela, ampliar suas compreensões conceituais sobre a natureza, a língua, a arte, a escrita, a leitura, a compreensão lógico-matemática e a vida social. Nesse sentido, o/a estagiário/a será desafiado/a a protagonizar ações de extensão com a comunidade escolar e/ou geral.

A prática de estágio com estas crianças não desconsidera a etapa anterior da Educação Infantil, ao contrário, articula vivências, prevendo sistematizações de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades, novas hipóteses, novas conclusões, em uma atitude contínua na construção do conhecimento. Os processos da literacia e da numeracia iniciados na Educação Infantil prosseguem nesta etapa. Na literacia, estes processos estão presentes no uso social da leitura e da escrita e nas habilidades da criança relacionadas ao conhecimento alfabético, ao desenvolvimento da consciência fonológica e outras habilidades linguísticas, indicando um processo mais amplo do que o letramento, que acaba se reduzindo, muitas vezes, às práticas de leitura e escrita, simplesmente. Já, na numeracia, pode ser observada a capacidade das crianças de aplicar conceitos numéricos simples nas relações de vida.

Para além da compreensão dos processos de literacia e numeracia que levam à alfabetização e ao desenvolvimento do pensamento matemático, as áreas do conhecimento que compõem o currículo escolar, já previstas nos anos iniciais, são campos de investigação no estágio. Assim, o **Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I** estará focado na compreensão do processo de construção de conhecimento das crianças no campo das Linguagens e da Matemática e também deverá ocorrer em relação às Ciências Humanas e Ciências da Natureza, abordando noções de tempo, espaço, sociedade, território, natureza, religiosidade, arte e movimento corporal, entre outros, conduzido por uma prática integrada entre as diferentes áreas do conhecimento.

O **Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II** (90h) é destinado à docência no 4º ou 5º ano do Ensino Fundamental. Estes anos de escolarização da criança finalizam sua passagem pelo primeiro ciclo do Ensino Fundamental composto por 5 anos (1º ao 5º ano), desenvolvido sob uma forma interdisciplinar e conduzido por um único docente, salvo em casos em que há complementaridade com outros professores em áreas específicas.

A prática docente nestes anos de ensino exige do/a licenciando/a em Pedagogia conhecimentos conceituais e metodológicos nas áreas de conhecimento para desenvolver uma prática pedagógica que assegure qualidade ao ensino das crianças. No entanto, é a sua trajetória de estágio que lhe possibilitará construir um conhecimento acerca desta docência. O **Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II** marca a complexidade da prática pedagógica que não trabalha com a fragmentação do conhecimento em disciplinas fechadas e



isoladas, mas em processos teórico-metodológicos de ensino e de aprendizagem nas áreas do conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Cabe também, neste estágio, o desenvolvimento de ações de extensão voltadas para a comunidade escolar e/ou geral, protagonizadas pelo/as estagiário/a.

A regulamentação dos Estágios Curriculares Supervisionados encontra-se descrita no Anexo I o qual está de acordo com o regulamento institucional da UFFS (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/UFFS/2022). Ainda, em conformidade com esta Resolução, é permitida a realização de estágios não obrigatórios desenvolvidos como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do Curso como Atividades Curriculares Complementares (ACCs), em regulamentação específica do curso.

8.2.2 Atividades de orientação individual: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e II

De acordo com o art. 81 da Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022, que dispõe sobre o Regulamento da Graduação da UFFS, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) corresponde a uma produção acadêmica que sintetiza os conhecimentos e habilidades construídas durante o curso de graduação e tem sua regulamentação feita em Colegiado de Curso. A forma da participação docente no TCC está prevista como atividade de orientação individual.

Dessa forma, o TCC da Graduação em Pedagogia – Licenciatura será o resultado de um processo de investigação individual em que o/a licenciando/a desenvolve a partir da identificação de um problema de pesquisa, expresso na forma de trabalho monográfico ou de artigo científico, compreendido como atividade culminante do percurso formativo, a ser desenvolvido individualmente, sob a orientação de um professor-orientador, e submetido à avaliação de uma banca examinadora.

O TCC é parte integrante do percurso curricular obrigatório dedicado à elaboração de projeto de pesquisa, execução da pesquisa, elaboração de relatório e apresentação pública. São objetivos do TCC:

I – Aprofundar estudos, observações e discussões desenvolvidas ao longo do percurso formativo a partir da problematização de uma temática específica;

II - Potencializar a capacidade investigativa, a autonomia intelectual e a responsabilidade ético-política;

III – Avaliar os conhecimentos teóricos e práticos essenciais às condições de qualificação do estudante, para o seu acesso ao exercício profissional;



IV - Oportunizar o exercício da escrita de um texto sistemático, crítico e reflexivo articulado com o percurso formativo desenvolvido ao longo do curso;

V - Estimular o desenvolvimento tanto da educação inicial quanto da educação continuada.

O projeto de pesquisa é desenvolvido no CCR de Trabalho de Conclusão de Curso I (30h) no sétimo nível, em conformidade com as normas éticas de pesquisa, tendo como orientação as normas e regras de formatação conforme o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS, normas da ABNT e demais orientações definidas pelo Colegiado.

Já no oitavo nível, o CCR Trabalho de Conclusão de Curso II (30h), é dedicado à execução do projeto de pesquisa, aprovado previamente pelo/a orientador/a, e a defesa do mesmo em seminário público, com banca de avaliação.

A descrição detalhada das normativas do TCC do curso de Pedagogia - Licenciatura encontra-se disposta no Anexo III deste documento.

8.3 A FLEXIBILIDADE NA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A flexibilização curricular é um dos princípios norteadores da Política de Formação de Professores da UFFS Resolução nº 52 - CONSUNI/CGAE/UFFS/2024, que a compreende como princípio estruturante do currículo a oportunidade de os estudantes definirem parte de seu percurso formativo. Ela se aplica à oferta de CCRs optativos que integram o currículo do Curso.

Quanto aos componentes curriculares optativos o curso exige o cumprimento de, no mínimo, 5% da carga horária total do curso (3.215 horas), integralizando 180 horas (equivalente a 5,59% da carga horária total do curso). Os CCR Optativos não possuem definição fixa na estrutura curricular do curso, proporcionando aos estudantes livre escolha com base na relação de CCR que constam no Quadro 15, observando as ofertas nos semestres.

Os CCR optativos cumprem o papel de complementar conhecimentos por parte do estudante, fortalecendo seu protagonismo na construção da sua formação acadêmica. Cabe destacar que estes CCR podem estar identificados tanto com o Domínio Específico, quanto com os Domínios Comum e Conexo. O rol de componentes curriculares optativos CCR contemplam também ofertas dos demais cursos de Licenciatura do *Campus* e que coadunam com a formação pretendida no curso de Pedagogia - Licenciatura.

Estão contempladas na flexibilização curricular as Atividades Curriculares Complementares (ACC), as quais constituem atividades diversas desenvolvidas pelo



licenciando, com ou sem orientação docente, registradas e aprovadas como atividade de complementação curricular, de acordo com a política institucional e com regulamentação específica de cada curso, atendendo a carga horária de 200 (duzentas) horas conforme especificado no Anexo III.

Ainda, os alunos têm a possibilidade de participar do Programa de Mobilidade Acadêmica da UFFS, que visa propiciar aos seus estudantes o contato com outras realidades e culturas, mediante o desenvolvimento de atividades acadêmicas em outros *Campi* da UFFS e em outras IES. O referido programa é normatizado por resolução própria.

8.4 A MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

A Portaria nº. 1.134, de 10 de outubro de 2016, emitida pelo MEC, regulamentou a oferta da modalidade a distância na organização curricular de cursos para a integralização do currículo dos cursos de graduação. Nessa direção, a Portaria nº. 2.117, de 6 de dezembro de 2019, regulamentou a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais, excetuando-se os cursos de medicina, que poderá ser de até 40 % da carga horária total do curso.

Seguindo estas normativas, a UFFS aprovou a Resolução Nº 42/CONSUNI CGAE/UFFS/2023, que dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS, observando a carga horária já indicada pelo MEC e orientando que os CCR podem ser ofertados integral ou parcialmente na modalidade de EaD.

O curso de Pedagogia-licenciatura oferta somente CCR com carga horária parcial em EaD, sob a compreensão dos termos da Resolução Nº 42/CONSUNI CGAE/UFFS/2023, de que o EaD é concebido como aquele que inclui “*atividades didáticas*, módulos ou unidades centradas nos processos de ensino e de aprendizagem, ofertados com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (Grifo nosso) (Art. 1º). Nesta modalidade, a mediação didático-pedagógica é realizada com o uso de meios e tecnologias de informação e comunicação, envolvendo estudantes e professores no desenvolvimento de atividades educativas, em lugares e/ou tempos diversos.

As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) estão transformando as relações sociais e os processos de ensino e de aprendizagem porque desencadeiam “novas maneiras de pensar e de conviver” (Levy, 1990, p. 7). O curso compreende que estas novas



formas de viver e de aprender são significativas para estabelecer uma educação para além dos espaços presenciais da universidade, situando o conhecimento numa nova perspectiva que envolve criatividade e comunicação. A internet associada à tecnologias digitais da informação e da comunicação possibilitam a educação em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) que viabilizam a comunicação síncrona e assíncrona (fóruns, Chat, Wiki, etc) “proporcionando que os professores e estudantes convivam em tempos diferentes, bem como em tempo ‘real’, numa perspectiva de educação à distância, alterando assim, o conceito de distância” (Rocha; Rangel; Souza, 2017, p. 15).

A proposta do curso com a EaD perpassa também pela concepção de um tempo além da universidade em que o estudante de forma autônoma possa construir experiências no contexto social. Nesse sentido, o curso entende que a metodologia utilizada pelo professor que ministra os CCR com carga horária parcial em EaD fará uso de atividades didáticas e de pesquisas articuladas como e tempo presencial, porém desafiando os estudantes a interagirem por meio de AVAs. Essas atividades podem ser apresentadas, sistematizadas e avaliadas no tempo presencial ou postadas e avaliadas no AVA. Nestes espaços o professor será um mediador para potencializar a capacidade crítica, criativa e reflexiva dos estudantes, estimulando a aprendizagem cooperativa (Rocha; Rangel; Souza, 2017).

Para o desenvolvimento das aulas em EaD são utilizados os recursos institucionais disponíveis. A metodologia de trabalho realizada pelo professor está prevista no Plano de Curso, incluindo as estratégias de avaliação a serem utilizadas, o qual será aprovado pelo Colegiado do Curso. Parte das aulas dos CCR que contém carga horária a distância são desenvolvidas em aula e outra parte sob a orientação e acompanhamento do professor por meio do ambiente virtual disponibilizado pela instituição. A avaliação tem caráter presencial e as atividades avaliativas são realizadas de modo presencial e seguem as normativas da instituição.

Dentre os 51 componentes curriculares ofertados pelo curso de Pedagogia - Licenciatura, 4, integrantes do Domínio Específico, serão na modalidade EaD com carga horária parcial (até 30 horas) e 1 (um) CCR Optativo (60h carga horária total com 30h EaD), perfazendo um total de 150 horas, ou seja, 4,66 % da carga horária total dos CCR, conforme o Quadro 8. Esses são ofertados regularmente, estando distribuídos ao longo do curso, como forma de flexibilizar a proposta pedagógica, oportunizando experiências formativas diversificadas.

Quadro 8 - CCR com carga horária na modalidade EaD



Nível	Código	Componente Curricular	Carga horária Presencial	Carga horária à distância	Carga horária total do CCR
2º	GCH1805	Organização pedagógica da educação infantil	30	30	60
4ª	GCH1853	História da educação brasileira	30	30	60
6ª	GCH1860	Ética contemporânea e educação	30	30	60
6ª	GCH1862	Sociologia da educação	30	30	60
*		Optativa	30	30	60
			150	150	300

*As optativas não estão fixas nos níveis, podendo ser realizadas ao longo do curso pelo licenciando.

Os docentes que ministram aulas nos componentes curriculares com carga horária à distância, terão à disposição ferramentas digitais e capacitação mínima para utilizá-las. De acordo com a Resolução Nº 42/CONSUNI/CGAE/UFFS/2023, no artigo:

Art. 9º Para ministrar atividades didáticas na modalidade EaD, o professor deve, obrigatoriamente, possuir capacitação específica para Educação a Distância - EaD e para o ambiente virtual de ensino e de aprendizagem. Parágrafo único. Os docentes que não possuem tal capacitação devem realizar curso de capacitação específico para este fim, ofertados no Programa de Capacitação Docente da UFFS ou equivalente, com carga horária mínima de 80 horas.

8.5 ARTICULAÇÕES COM A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A docência na Educação Básica é o princípio fundamental da formação inicial proporcionada pelo curso Pedagogia – Licenciatura, a qual perpassa pelo desenvolvimento profissional nas diversas etapas e modalidades da educação, respectivamente: a educação infantil, os anos iniciais e ensino médio; educação de jovens e adultos, educação especial, educação escolar indígena, educação no campo e educação escolar quilombola. Essa compreensão ampla da educação visa assegurar a atuação do/a pedagogo/a tanto no ensino, quanto na gestão e na formulação e avaliação de políticas e programas destinados à Educação Básica. Além disso, a formação inicial se articula com a formação continuada realizada no campo da Educação Básica devendo constituir-se como um processo dinâmico direcionado à melhoria da qualidade social da educação e à valorização profissional.

Nesse sentido, o curso de Pedagogia - Licenciatura mantém permanente e sólida relação com a Educação Básica, com o propósito de fortalecer a práxis pedagógica, seja pelos estudos teóricos de conhecimento e investigação do contexto da Educação Básica, seja pelas



práticas realizadas nos espaços escolares públicos, no que tange ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Os programas institucionais criados pelo MEC (PIBID, PET, e outros), desde 2007, para constituir um amplo aprimoramento da formação de professores para a Educação Básica, coordenados pelas instituições de ensino superior, são importantes articulações com a Educação Básica, mantendo a formação inicial imbricada com a formação continuada.

Além destes programas que possibilitam o constante diálogo com a Educação Básica visando um currículo contextualizado e coerente com a realidade das escolas públicas, também há outras possibilidades. São elas:

a) os diferentes CCR que contemplam relações com a Educação Básica por meio de práticas de pesquisa e de extensão;

b) a Prática como Componente Curricular estruturada em eixos temáticos que atendem ao caráter teórico-metodológico e prático-reflexivo que articulam também o ensino à extensão;

c) os Estágios Supervisionados Curriculares que oportunizam a práxis pedagógica além do conhecimento da instituição educativa como uma organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

d) as atividades de extensão com a comunidade escolar como constituintes do currículo do curso, protagonizadas pelos estudantes e docentes;

e) a permanente discussão crítica acerca das políticas educacionais e curriculares que afetam a Educação Básica, mantendo desta forma, o currículo do curso atualizado e contextualizado em relação aos currículos das escolas públicas.

f) a organização de semanas acadêmicas e outros eventos abertos aos profissionais da educação básica pública com o objetivo de discutir sobre o currículo escolar, políticas educacionais e o ensino.

g) as pesquisas realizadas tendo como campo empírico as escolas de educação básica.

8.6 ARTICULAÇÕES COM OUTRAS LICENCIATURAS

A Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura* e no Art. 4º pode ser lido: “O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços



e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”. O Art. 5º da Resolução CNE nº 1/2006 estabelece as aptidões a serem adquiridas no curso de Pedagogia. A aptidão constante do Inciso VI manifestou enfaticamente a necessidade de o curso de Pedagogia dialogar com os outros cursos de Licenciatura, posto que os/as egressos/as de Pedagogia devem ser aptos/as, entre outras coisas, a “ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano”. Este inciso remete aos relevantes estudos dos/as estudantes de Pedagogia em Fundamentos teóricos e metodológicos de Língua Portuguesa, de Matemática, de Ciências (Biologia, Química, Física e outras), História, de Geografia, de Artes e Educação Física, na interface com os cursos correspondentes a essas disciplinas.

Quanto a isso, é notório que o curso de Pedagogia - Licenciatura necessita de permanente e orgânico diálogo com as outras licenciaturas. A aptidão do Inciso XI do Art. 5 mencionado anteriormente, exige a capacidade de “desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento”. Na formação dos/as estudantes em Pedagogia, seria altamente censurável uma aprendizagem deficitária em qualquer uma das disciplinas citadas e respectivas metodologias de ensino, voltadas especialmente para a educação das crianças de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Além desse diálogo interdisciplinar, os Incisos IX, X e XIV (Resolução CNE nº 1/2006) se referem às capacidades de diálogo intercultural, o que remete à problemática da desigualdade social e da diferença sociocultural. O trabalho educativo com pessoas imersas em mundos socioculturais de territórios, idiomas, dialetos, vocabulários e, em especial, sintaxes diferentes é algo extremamente exigente para os profissionais da educação. Em razão desta complexidade teórico-prático, parece razoável que o curso de Pedagogia dê importância ao campo temático das *linguagens* e suas interfaces com o trabalho pedagógico. Isso parece justificar uma aproximação dos cursos de Pedagogia e de Letras: português e espanhol licenciatura. Aderindo a essa composição, o curso integra em sua estrutura curricular, como Domínio Específico, 3 (três) CCR que são ofertados pelo curso de Letras: português e espanhol licenciatura. De outro modo, propõe-se que os CCR do Domínio Conexo e Domínio Comum ofertados pelas licenciaturas do *campus* Cerro Largo ocorra de modo combinado, em fusão, quando for possível, de acordo com os PPCs em seus respectivos níveis da estrutura curricular.



Além disso, as aproximações entre as licenciaturas do *campus* Cerro Largo podem ocorrer pela ação colaborativa e integrada em diversas situações, tais como:

- a) grupos de estudos, que proporcionem estudos complementares à formação inicial em diferentes áreas do conhecimento;
- b) programas de incentivo à formação docente (PIBID, PET e outros), em relação aos processos formativos e atuação nas escolas de Educação Básica;
- c) seminários, congressos, semanas acadêmicas, palestras e outros eventos planejados de forma conjunta;
- d) programas e projetos de extensão de formação continuada;
- e) oferta de CCRs Optativos de forma conjunta entre as licenciaturas;
- f) oferta do Domínio Conexo de forma conjunta entre as licenciaturas;
- g) inclusão de CCRs ofertados em outros cursos na estrutura curricular do curso em Pedagogia - Licenciatura;
- h) integração com o Centro de Línguas coordenado pelo Curso de Letras: português e espanhol/UFFS/*Campus* Cerro Largo.

8.7 AS PRÁTICAS NO CURSO

Em cumprimento às legislações nacionais e às normativas institucionais, a organização curricular do Curso prevê o desenvolvimento de um conjunto de práticas, expressas em três categorias: a) a prática articulada à teoria no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; b) a Prática como Componente Curricular (PCC); e c) o Estágio Curricular Supervisionado (ECS).

8.7.1 A prática articulada à formação teórica

O curso de Pedagogia compreende a prática como “prática pedagógica” em conformidade com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica (Resolução nº 52 - CONSUNI/CGAE/UFFS/2024) e com o Regulamento da Graduação/UFFS, (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022) que prevê aquelas em que os estudantes, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios e experimentos em ambiente do exercício profissional da Pedagogia.

A prática pedagógica é compreendida como ação que incorpora a reflexão contínua e coletiva, de forma a assegurar a intencionalidade proposta e produzir seu sentido como *práxis*, ou seja, como uma ação consciente e participativa, que emerge da multidimensionalidade que



cerca o ato educativo e que o produz também. A prática pedagógica assume uma variedade de possibilidades que dependem do desenvolvimento do CCR. Tais atividades podem envolver, por exemplo: a) práticas em laboratórios de ensino nas diferentes áreas de conhecimento e na brinquedoteca; b) atividades de jogos, teatros, danças, cantigas, contação de histórias, etc. em espaços diversos, no âmbito da universidade e/ou espaços públicos e comunitários (praças, entidades, museu); c) visitas e viagens de estudos; d) atividades culturais que envolvem dinâmicas pedagógicas com filmes, fotografias, teatro, danças, música e literatura; e) produção de material didático-pedagógico com ou sem o uso de tecnologias; f) atividades de leitura e escrita voltadas para a investigação e reflexão sobre a educação básica e à docência.

8.7.2 A Prática como Componente Curricular (PCC):

A Prática como Componente Curricular (PCC) no curso de Pedagogia - Licenciatura segue aos pressupostos definidos na Resolução CNE N° 2/2015 e na Resolução 52/2024/CONSUNI/CGAE, compreendendo-a como um conjunto de atividades voltadas para a compreensão da prática educativa da Educação Básica que integram conhecimentos conceituais e pedagógicos para construção da docência e conhecimento do contexto educacional de modo geral. Conforme a Resolução CNE n° 15/2005, as PCC “podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de atividades formativas”. Já a Resolução n° 93/CONSUNI/UFFS/2021 as define como “Atividades focadas na formação para a docência, em que se articulam, de forma explícita, dimensões conceituais, contextuais e pedagógicas para o desenvolvimento de trabalho docente, com carga horária específica prevista para este fim” (Art. 3º). Ainda, a Resolução CNE/CP N°1/2006 prevê que as práticas “ensejem aos licenciandos a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos;

Assim, o curso de Pedagogia - Licenciatura apresenta a PCC na estrutura curricular na forma de 08 (oito) CCR (Quadro 9) que fazem a articulação entre teoria e prática rompendo com a visão de que a prática é a aplicação da teoria, e tornando a prática docente a teoria vivida em um constante movimento reflexivo.

Quadro 9– Práticas como Componente Curricular (PCC).



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Carga Horária
GCH1805	Organização pedagógica da educação infantil	60
	Prática de ensino: pesquisa em educação	60
GCH1850	Educação em ciências da natureza II	60
GCH1856	Educação em matemática II	60
GCH1851	Educação em linguagens II	60
GCH1869	Educação popular e ação pedagógica na educação de jovens e adultos	60
	Fundamentos teórico-metodológicos de Língua Portuguesa	30
GLA430	Literatura infantil e juvenil	30
	Subtotal	420

Cabe destacar que as PCC estão integradas aos processos teórico-metodológicos e prático-reflexivos envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura, possibilitando ao estudante a vivência e o exercício da ação pedagógica no âmbito da gestão, da Educação Infantil, dos Anos Iniciais e em modalidades de educação (educação especial, educação de jovens e adultos, educação no campo) contextualizadas em ambientes escolares e não escolares.

No Quadro 10, constam as PCC prevendo carga horária total com a descrição do modo de articulação com a Educação Básica.

Quadro 10 - A Prática como Componente Curricular (PCC)

Eixos temáticos (contemplar as dimensões da atuação profissional)	Componente(s) articulador(es)	Carga Horária do CCR	Níveis	Forma de interação com a Educação Básica (natureza da atividade)
Docência na educação infantil	Organização pedagógica da educação infantil	60h	2º	Vivências escolares com vista à reflexão teórico-prática sobre o contexto de educação e ensino da na educação infantil.
Formação docente	Prática de ensino: pesquisa em educação	60h	5ª	Análise de pesquisas e proposição de pesquisa relacionada à Educação Básica.
Docência - Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino em Ciências da Natureza	Educação em Ciências da Natureza II	60h	4ª	Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos formais e não formais.
Docência - Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino em Matemática	Educação em Matemática II	60h	5ª	Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos formais e não formais.
Docência- Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino em	Educação em Linguagens II	60h	4ª	Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos formais e não



Linguagens				formais.
Docência - Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino em Linguagens	Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de língua portuguesa	30h	4 ^a	Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos formais e não formais.
Docência - Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino em Linguagens	Literatura infantil e juvenil	30h	5 ^a	Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos formais e não formais.
Docência e prática a partir dos fundamentos da educação popular e educação de jovens e adultos	Educação Popular e ação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos	60h	8 ^a	Estudo, planejamento e desenvolvimento de proposições didáticas e/ou formativas em diferentes contextos formais e não formais.
Total		420 h		

As PCC também articulam o ensino e a extensão e a cultura em propostas de ações que atingem a gestão escolar e a docência, extrapolando os espaços regulares da escola, sendo desenvolvidas em espaços extra escolares, não formais, atingindo públicos diversificados de idade escolar e em geral. Este público pode estar vinculado a movimentos sociais, associações, sindicatos, por exemplo, para os quais serão direcionadas ações pedagógicas destinadas à crianças, jovens e adultos.

As PCC também assumem a curricularização da extensão articulando ensino e extensão, constituindo-se em componentes curriculares mistos, atendendo a Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, conforme o Quadro 12.

8.8 A PESQUISA, A EXTENSÃO E A CULTURA INTEGRADA AO ENSINO

8.8.1 A organização da pesquisa, da extensão e da cultura integrada ao ensino

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e cultura é um princípio orientador para a qualidade da produção universitária e se constitui como eixo da ação e da reflexão universitária (Moita; Andrade, 2009). A UFFS possui compromisso com a democratização do conhecimento e busca de excelência na realização de suas atividades. Por isso, sustenta suas ações em princípios éticos e epistemológicos que reconhecem a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura para a construção de um



fazer acadêmico socialmente relevante, contrapondo-se à mercantilização da pesquisa e a funcionalização da extensão (UFFS, 2019). O curso de Pedagogia - Licenciatura, reafirma estes princípios, reconhecendo:

a) *ensino*, como um processo dialógico, investigativo e interdisciplinar que produz aprendizagens de conhecimentos científicos vinculados a objetivos sociopolíticos comprometidos com princípios democráticos e emancipatórios.

b) *pesquisa*, como responsável pela produção do conhecimento científico e pela atitude crítico-reflexiva sobre a materialidade do mundo, das relações sociais, políticas, econômicas e culturais e da constituição dos processos educativos. Nessa direção, os *Seminários de estudos integradores e práticas interdisciplinares* que integram o currículo do curso possibilitam a transversalidade da formação do/a pedagogo/a e constituem linhas de pesquisa para orientar a proposição de projetos de pesquisa e/ou de extensão pelo curso.

c) *extensão*, como o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Os focos formativos previstos nos *Seminários de estudos integradores e práticas interdisciplinares* são possibilidades para a projeção de ações de extensão que possam articular a formação inicial à continuada voltada para a educação básica pública.

d) *cultura*, como manifestação das formas de significar e dar sentido às práticas sociais; como desconstituição da noção de cultura universal e única, assegurando a pluralidade cultural.

8.8.2 A Extensão e a Cultura no currículo

A inserção da extensão e da cultura no currículo do curso em Pedagogia - Licenciatura atende a legislação vigente (Resolução CNE/CES nº 7/2018) que regulamenta o disposto na estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), a qual preconiza, no mínimo, 10% do total da carga horária do curso para a extensão e a cultura. As atividades de extensão e de cultura previstas no curso seguem os parâmetros da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021 e estão presentes nos ECS, nas PCC e em CCR do Domínio Específico e Domínio Conexo, prevendo-as no ementário, nos Planos de Curso e nos registros dos Diários de Classe e nos Planos de estágio.

Os objetivos da curricularização da extensão/cultura atentam para a promoção da interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade e o protagonismo estudantil na sua formação acadêmica, profissional e cidadã, comprometida com o



desenvolvimento e a transformação social. Além disso, a curricularização da extensão incentiva iniciativas da Universidade que contribuam para o debate com a sociedade sobre diversas questões, colaborando no enfrentamento de problemáticas sociais urgentes da sociedade; contribui para a produção e democratização do conhecimento e na formação científica, humana e social do estudante; insere atividades de extensão e extensão de forma articulada e indissociada do ensino e da pesquisa; contempla flexibilidade ao currículo; incentiva a promoção e o fortalecimento de ações que respondam às diretrizes voltadas para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos, questões de gênero e diversidade; potencializa o projeto pedagógico do curso.

As atividades de extensão/cultura vinculadas ao currículo do curso em Pedagogia - Licenciatura são cumpridas pelos estudantes por meio de componentes curriculares mistos, ou seja, nos ECS, em PCC e em CCR Domínio Conexo e Específico, conforme inciso II, do Art. 10 da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021;

Outras participações em ações de extensão ou de cultura, inclusive externas à UFFS, em projetos e/ou programas poderão integrar a carga horária das Ações Curriculares Complementares (ACC). (Anexo III).

Segundo o Art. 10, da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, a PCC e o ECS são concebidos como espaços/tempos para potencializar a curricularização da extensão/cultura, por compreendê-los, por um lado, como desencadeadores de atividades de extensão que extrapolam à docência, e por outro, como precedentes a estas práticas, podendo ser realizadas no próprio espaço escolar ou fora dele, envolvendo a comunidade escolar ou geral.

A proposta do curso em trabalhar a PCCr e o ECS (como CCR mistos), articulando o ensino e a extensão, implica no reconhecimento de que parte da carga horária do CCR seja contabilizada concomitantemente, porque as atividades de extensão realizadas no contexto escolar ou em espaços da comunidade em geral são indissociáveis da prática, contemplando a Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, no Art. 3º, que: a) compreende a extensão como um processo interdisciplinar (Inciso I); b) compreende que o componente curricular misto assume integradamente atividades de ensino e extensão (Inciso VIII). Assim, de acordo com a resolução supramencionada, a extensão está imbricada ao ECS e à PCC, como um processo simbiótico, que faz parte da proposta da prática (tanto da PCC quanto do estágio) e por isso, é planejada com o objetivo de possibilitar contextualização às intervenções nas escolas. As atividades de extensão são realizadas no período que compreende o estágio na instituição escolar, e podem ocorrer nos seguintes momentos: antecipando-se às atividades docentes (do ECS e da PCC); de modo concomitante; ou ainda, sequencial, como forma de ampliação e



aprofundamento da intervenção visando fortalecer as possibilidades de transformação da realidade da comunidade escolar. Nessa concepção, a curricularização da extensão no curso é compreendida como um processo articulado entre o ensino e a prática, e não está limitada ao tempo da mera execução de uma atividade de extensão, mas compreende o diálogo com a comunidade, a reflexão, o planejamento, a execução e a avaliação. O planejamento da proposta de extensão na comunidade está previsto no regulamento dos Estágios (Anexo I) como elemento que integra o plano de estágio do licenciando, garantindo também carga horária específica à prática docente de estágio e às atividades de extensão, mantendo integração entre ambas.

Nestas condições, as ações de extensão nos CCR mistos poderão constituir-se, por exemplo, como: oficinas, palestras, atividades culturais, artísticas, recreativas, apoio a projetos escolares ou comunitários, etc. observando o Art. 9º da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021:

- a) são realizadas sob a coordenação e orientação do docente que ministra o CCR;
- b) promovem o envolvimento da comunidade escolar e/ou geral em ações de inclusão social, relacionadas à problemáticas sociais e educativas relevantes;
- c) atendem às exigências do perfil do egresso e aos objetivos da formação prevista no PPC;
- d) tem o/a estudante como protagonista das ações pautadas pela perspectiva de investigação/ação e em métodos de análise inovadores;
- e) desenvolvem metodologias participativas que proporcionam participação democrática, inclusão social e diálogo entre os atores que compõem a universidade e a sociedade em relação às problemáticas sociais e educacionais relevantes;

Por meio destas atividades de extensão/cultura são colocados em movimento prático e reflexivo os conhecimentos que perpassam nas atividades formativas que compõem o currículo do curso. A curricularização da extensão/cultura nos componentes CCR representa um espaço/tempo de muitas aprendizagens em contextos diversos e multiculturais, possibilitando ao estudante novas leituras e diálogos com a diversidade de sujeitos e suas culturas que se manifestam em contexto local e regional.

A operacionalização da extensão está vinculada aos eixos formativos que guiam os *Seminários integradores de práticas interdisciplinares*, a saber: a) A Pedagogia e a construção da educação e da escola na sociedade contemporânea; b) A escola e os processos de ensinar e de aprender; c) A educação inclusiva e as práticas curriculares democráticas. Além dos eixos, as linhas de extensão previstas na Resolução nº



4/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2017, aproximando-se, principalmente da: Alfabetização, leitura e escrita; Formação de professores; Grupos sociais vulneráveis; Infância e adolescência; Jovens e adultos; Metodologias e estratégias de ensino e de aprendizagem; Música; pessoas com deficiências; Questões ambientais; Segurança alimentar e nutricional.

A seguir, apresenta-se a curricularização da extensão/cultura presente nos ECS (Quadro 11), nas PCC (Quadro 12) e em CCR misto (Quadro 13), totalizando 325 horas (10,10% da carga horária exigida) e atendendo à exigência mínima de 10% da carga horária total do curso (3.215 horas) (Resolução CNE/CES nº7/2018).

Quadro 11- A extensão no Estágio Curricular Supervisionado como CCR misto

Componente Curricular articulador	Carga Horária do CCR	Carga Horária extensionista	Extensão/cultura com a comunidade escolar e/ou comunidade em geral
Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar	90h	30h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Estágio Curricular Supervisionado: Educação Infantil I	60h	30h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Estágio Curricular Supervisionado: Educação Infantil II	75h	30h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Estágio Curricular Supervisionado: Anos Iniciais I	90h	50h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Estágio Curricular Supervisionado: Anos Iniciais II	90h	50h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Total	405h	190h	

Quadro 12 - A extensão na Prática como Componente Curricular como CCR misto

Componente Curricular articulador	Carga Horária do CCR	Carga Horária extensionista	Extensão/cultura com a comunidade escolar e/ou comunidade em geral
Educação em Ciências da Natureza II	60h	10h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Prática de ensino: pesquisa em educação	60h	15h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Educação Popular e ação pedagógica na Educação	60h	40h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou



de Jovens e Adultos			geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Total		65h	

Quadro 13 - A extensão em CCR misto do Domínio Conexo e Domínio Específico

Componente Curricular articulador	Domínio	Carga Horária do CCR	Carga Horária extensionista	Extensão/cultura com a comunidade escolar e/ou comunidade em geral
Educação Especial na perspectiva da Inclusão	Domínio Específico	60h	15h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Temas Contemporâneos e Educação	Domínio Conexo	60h	30h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Língua Brasileira de Sinais Libras	Domínio Conexo	60h	15h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Educação em Linguagens III	Domínio Específico	60h	10h	Estudo, planejamento e desenvolvimento de atividades diversas com a comunidade escolar e/ou geral: atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa, palestras, etc.
Total			70h	

Quadro 14 - A extensão nos CCR

Campo formativo	Carga Horária do CCR	Domínio formativo
PCC	65h	Domínio Conexo e Domínio Específico
ECS	190h	Domínio Conexo e Domínio Específico
CCR	70h	Domínio Conexo e Domínio Específico
Total	325h	

Quadro 15-A extensão no Curso

Configuração da extensão no curso	Carga horária (horas)
CCR Misto	325
Total na modalidade extensão e cultura	325

8.9 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

As atividades curriculares complementares (ACCs) constituem atividades diversas desenvolvidas pelo licenciando, com ou sem orientação docente, registradas e aprovadas como atividade de complementação curricular, de acordo com a política institucional e com regulamentação específica de cada curso, atendendo a carga horária de 200 (duzentas) horas



conforme consta especificado no Anexo II.

8.10 ATENDIMENTO ÀS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

O atendimento às legislações específicas segue as normativas nacionais perpassando vários CCR em atividades de ensino, pesquisa e extensão e cultura. São também abordados de forma interdisciplinar nos Seminários Integradores de Práticas Interdisciplinares previsão no 2º, 4º e 6º nível do curso.

1- O Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – e dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores. Desta forma, o curso atende à legislação, desenvolvendo estudos e ações de educação ambiental que promovam a formação acadêmica sustentada pela pesquisa, por estudos e por práticas voltadas para a sustentabilidade.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002		
Componente Curricular	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Meio Ambiente, Economia e Sociedade (60h - obrigatório)	A ementa apresenta a proposta de estudo sobre modelos produtivos e sustentabilidade e o objetivo do CCR propõe estudos sobre conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações econômicas e do meio ambiente.	MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente . Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003. LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza . São Paulo: FFLCH/USP, 1992. VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
Educação em Ciências da Natureza I e II (120h - obrigatório)	O ensino na área de ciências da natureza contempla conceitos estruturantes do conhecimento biológico e fundamentos teórico-epistemológicos e históricos sobre a natureza.	CAPRA, Fritjof; STONE, Michel K.; BARLOW, Zenobia. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável . São Paulo: Cultrix, 2006. MOLON, Susana Inês; DIAS, Cleuza Maria Sobral (org). Alfabetização e educação ambiental: contextos e sujeitos em questão . Rio Grande: FURG, 2009.



Educação ambiental (30h - Optativa)	Princípios, diretrizes e alguns marcos históricos da Educação Ambiental (EA). A prática da EA em diferentes contextos intra e extraescolares. Trilhas ecológicas como instrumento de EA no ensino de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Causas e consequências dos problemas ambientais. Benefício da sustentabilidade ecológica. Consumo consciente. Metodologias de Pesquisa em Educação Ambiental. Situações de ensino com uso de diferentes instrumentos culturais como a fala, a escrita e a leitura, relacionados aos conteúdos em questão.	BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. BRASIL. Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 de abril de 1999. Disponível em: . DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: Princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: GAIA, 2004. GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de (Org.). Metodologias Emergentes de Pesquisa em Educação Ambiental. Ijuí: UNIJUÍ, 2005. LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental no Brasil, pesquisa e Ensino. São Paulo: Cortez, 2006. MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007. (Tradução Sandra Trabucco Valenzuela)
Responsabilidade socioambiental (30h - Optativa)	Sustentabilidade. Gestão Social. O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. O CCR se propõe a desenvolver no estudante a capacidade de reflexão sobre as diferentes formas de perceber a responsabilidade social e ambiental de um ponto de vista crítico e problematizador	ALMEIDA, J. R. de et al. Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000. PAULI, G. Emissão zero. Porto Alegre: Edipuc, 1996. JACOBI, P. R. Ciência ambiental os desafios da interdisciplinaridade. São Paulo: Annblame, 1999.
Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Língua portuguesa (30h- obrigatório)	Abordagem de temas transversais: pluralidade cultural, direitos humanos, educação ambiental, relações étnico-raciais	BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, MEC/SEF, 1998. ROCCO, M. T. F. Literatura/ensino: uma problemática. São Paulo: Ática, 1981.
Natureza e infância (Optativo – 30 horas)	Causas e consequências da crise ambiental atual. Importância da educação ambiental para reverter os principais problemas ambientais. Conexão homem/natureza, a biofilia. Estruturação do cérebro infantil e experiências na natureza. Relação éticas e saudáveis com animais na infância.	LOUV, R. A última criança na natureza : resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza. São Paulo: Aquariana, 2016. PRIMACK, R. B.; RODRIGUES infância, E. Biologia da conservação . São Paulo: Editora Planta, 2001. SIEGEL, D. Cérebro da criança : estratégias revolucionárias para nutrir a mente em desenvolvimento do seu filho e ajudar sua família a prosperar. [S. l.]: Versos, 2020.

2- A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004. Assim, para atender esta normativa, o curso contempla componentes curriculares que realizam estes estudos.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática



Temas Contemporâneos e Educação (60h horas-- obrigatório)	Diversidade étnico-racial, cultura e história afro-brasileira e indígena. Diretrizes Curriculares Nacionais e políticas públicas relacionadas aos respectivos temas.	BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica . Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília, 2013. CANDAU, Vera M. (org). Didática crítica intercultural : aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. MATTOS, Regiane A. de. História e cultura afro-brasileira . São Paulo: Contexto, 2007. MOREIRA, Antônio F. B.; CANDAU, Vera M. Multiculturalismo : diferenças culturais e práticas pedagógicas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
Literatura infantil e juvenil (30h obrigatório)	Literatura infantil e juvenil na escola: ações práticas. A importância da Lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008 na Educação Básica.	AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
Educação em Ciências Humanas I (60h - obrigatório)	A história, a cultura e a religiosidade afro-brasileira e indígena. Educação étnico-racial a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais e da legislação.	COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da (ORGS.). África da e pela diáspora: pontos para a Educação das relações étnico-raciais . Curitiba, PR: NEAB-UFPR, 2013. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica . Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília, 2013.
História da Fronteira Sul (60h - obrigatório)	Noções de Identidade e de Fronteira. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.	ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil : Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Língua portuguesa (30h- obrigatório)	Abordagem de temas transversais: pluralidade cultural, direitos humanos, educação ambiental, relações étnico-raciais	BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa . Brasília, MEC/SEF, 1998. ROCCO, M. T. F. Literatura/ensino: uma problemática . São Paulo: Ática, 1981.

2- A Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012. Para atender a esta Diretriz, o curso contempla estudos transversais que contemplam o currículo do curso:

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Temas Contemporâneos e Educação (60h - obrigatório)	Temas emergentes em Educação: Gênero e Sexualidade, Educação e Saúde, Direitos Humanos.	BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. ANTUNES-ROCHA, I.; HAGE, S. M. (Org). Escola de Direito : reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. HADDAH, Sérgio; GRACIANO, M. A educação entre os direitos humanos . São Paulo: Cortez, 2006. SILVA, Enio W. da. Estado, sociedade civil e cidadania no Brasil : bases para uma cultura de direitos humanos. Ijuí: UNIJUÍ, 2014. (Coleção Direito, política e sociedade);



Direitos e Cidadania (60h - obrigatório)	Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil	BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 2004. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel , 1843. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . 10. ed., rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001 TOURAINÉ, Alain. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático . Bauru, SP: Edusc, 1998.
Educação Especial na perspectiva da Inclusão (60h - - obrigatório)	Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar.	MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. RIBEIRO, M. L. S; BAUMEL, R. C. R. C. Educação especial: do querer ao fazer . São Paulo: Avercamp, 2003. BAPTISTA, C. R; CAIADO, Katia R. M.; JESUS, Denise M. Educação Especial: diálogo e pluralidade . 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais . 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. SCHMIDT, C. Autismo, Educação e Transdisciplinaridade . SP: Campinas. Papyrus, 2013. JANNUZZI, Gilberta de M. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI . São Paulo: Autores Associados, 2002. WINNER, Ellen. Crianças superdotadas: mitos e realidades . Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 11-20; 113-144; 187-220.
Educação Inclusiva (30h - obrigatório)	Educação Especial e Educação Inclusiva. A construção da normalidade e da anormalidade. Estudos acerca das condições e possibilidades para a educação do público da educação especial (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades). Análises a partir de pesquisas em educação sobre a questão da inclusão escolar.	AQUINO, J. G. Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas . 9 ed. São Paulo: Summus, 1998. GÓES, M. C. R. de; LAPLANE, Adriana Lia F. de (orgs). Políticas e práticas de educação inclusiva . 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. MANTOAN, M. T. E. (org). O desafio das diferenças nas escolas . 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. CARVALHO, R. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico . 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. JESUS, D. M; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa . 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. RAMOS, R. Passos para a inclusão: algumas orientações em classe regulares com crianças com necessidades especiais . São Paulo: Cortez, 2010. ROZEK, M.; VIEGAS, L. T. (orgs). Educação Inclusiva: políticas, pesquisa e formação . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.



Língua Brasileira de Sinais - Libras (60h - obrigatório)	Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais.	QUADROS, R. M. de. Língua de sinais brasileira : estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. (Biblioteca Artmed) QUADROS, R. M. de. Educação de surdos : a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997. FERREIRA, L. Por uma gramática de língua de sinais . Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2010. GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LOPES, M. C. Surdez & educação. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. 102 p. (Temas & educação) MOURA, M. C. de. Língua de Sinais e Educação do Surdo. Série neuropsicológica. São Paulo: TECART, 1993. v. 3.
Relação pedagógica na biologia do amor (Optativa - 30h)	A Biologia do Amor na perspectiva de Humberto Maturana e o entrelaçamento de suas proposições com a Educação para promover uma reflexão sobre a cultura da competição predominante nas nossas relações e na escola e promover reflexões sobre os direitos humanos e a cultura da paz.	MATURANA, Humberto. Transformación en la convivencia . Buenos Aires: Granica, 2014. MATURANA, Humberto; REZEPKA, Sima Nisis. Formação humana e capacitação . Petrópolis: Vozes, 2008. MATURANA, Humberto; VERDEN-ZOLLER, Gerda. Amar e brincar : fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena, 2004. BARCELOS, Valdo; MADERS, Sandra. Humberto Maturana e a Educação : educar no amor e na liberdade. Caxias: Santa Maria, 2016. MATURANA, Humberto. El sentido de lo humano : comunicaciones nordeste: Chile, 1997.
Direitos humanos e educação (Optativa – 30h)	Conceito e evolução dos Direitos Humanos. Características dos Direitos Humanos. Multiculturalismo e Direitos Humanos. Direitos Humanos e cidadania. A relação entre Educação e direitos humanos na consolidação do estado democrático e da cidadania. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Políticas e ações educacionais afirmativas.	BOBBIO, N. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 2004. GUERRA, S. Direitos Humanos : curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2013. HAHN, P. Direitos fundamentais : desafios e perspectivas. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2010. MORAIS, F. I.; SILVA, A. M.M; TAVARES, C.(org). Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos . São Paulo: Cortez, 2010. RIZZI, E.; GONZALES, M.; XIMENES, S. B. Direito humano à educação . 2 ed. Curitiba: Plataforma DhESCA Brasil, 2011. SCAVINO, S; CANDAU, V. (org). Educação em direitos humanos : temas, questões e propostas. Petrópolis: DP et ali, 2008.

4. Lei nº 12.764 de 27 de Dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (60h- obrigatório)	A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos.	BRASIL. O enfoque da educação inclusiva. In: DUK, Cyntia (Org.). Educar na diversidade : material de formação docente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. ZIESMANN, C. I.; BATISTA, J. F. (Org.) ; DANTAS, N. M. R. (Org.) . Educação inclusiva e formação docente : olhares e perspectivas que se entrelaçam. 1. ed. Campinas- SP: Pontes Editores, 2020. v. 1.



Educação Inclusiva (30h- obrigatório)	Educação Especial e Educação Inclusiva. A construção da normalidade e da anormalidade. Estudos acerca das condições e possibilidades para a educação do público da educação especial (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/ altas habilidades)	ROZEK, M.; VIEGAS, L. T. (orgs). Educação Inclusiva: políticas, pesquisa e formação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. SCHMIDT, C. Autismo, Educação e Transdisciplinaridade. SP: Campinas. Papirus, 2013.
---------------------------------------	---	---

8.11 A AVALIAÇÃO NOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

O processo de avaliação no curso de licenciatura em Pedagogia (*Campus Cerro Largo RS*), tributário da grande área das Ciências Humanas, exerce atividade paradigmática no rol da formação do licenciando. Trata-se de ação perene, reflexiva, diagnóstica, cumulativa e, essencialmente, formativa. No seu contorno, partilha de diretrizes da macropolítica institucional e, no seu núcleo de gestão local, absorve diretrizes da micropolítica regional. Isso faz da avaliação uma pauta em perene transformação e debate. Em transformação porque conjuga a ótica do seu tempo, as necessidades pedagógicas que colocam em evidência os problemas do ensino e da aprendizagem. Em debate, porque não se isola no efeito disciplinar do currículo, mas cria fóruns, espaços de discussão, necessários à organização pedagógica do curso.

Nesse sentido, permeado pela ação reflexiva sobre a prática, o ato avaliativo transcende o nível específico do conteúdo e procura re(orientar) as estruturas das atividades que compõem a dinâmica formativa dos futuros profissionais em educação, licenciandos em Pedagogia. Tais atividades não se esgotam de sentido, tampouco se prendem na lógica da exclusão, da indiferença, mas revitalizam o esforço criativo da tessitura humana. E é nessa direção que o Colegiado Docente do curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Coordenação do Curso exercem, em reuniões ordinárias e extraordinárias, a gestão didático-pedagógico do processo avaliativo.

Essa forma de organização partilha da coletividade e do reforço positivo em afirmar a qualificação do curso, dos discentes e docentes, uma vez que reestabelece metas, prioridades, objetivos, problemas que agregam as temáticas contemporâneas (da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental) e que, por isso, atualizam o percurso formativo. Para isso, as ações do ensino e da aprendizagem são amplificadas. Com efeito, elas são atividades distintas, mas interdependentes porque se exercem na construção da lógica curricular. Assim, no âmbito do componente curricular ou disciplina, relaciona-se ao Plano de Curso docente e ao Regulamento dos Cursos de Graduação da UFFS (Resolução nº 40/CONSUNI/CGAE/UFFS/2022) e, no âmbito do curso, relaciona-se a avaliação



institucional realizada pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA - Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004) que, por sua vez, segue diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). Tais mecanismos, de avaliação interna e autoavaliação, contribuem como ferramentas fundamentais na dinamicidade do curso.

Além disso, periodicamente, o MEC realiza por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), utilizando instrumentos oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), processo externo de avaliação dos cursos superiores no Brasil. Nesse sentido, cabe ao curso disponibilizar à Comissão Avaliativa todos os recursos e dados oficiais sobre o andamento do currículo, do trabalho e da organização do curso.

Portanto, a avaliação do processo de ensino e da aprendizagem não se dá de maneira unilateral, classificatória ou isolada. Ao contrário, ela se coaduna com o processo de avaliação institucional, num exercício progressivo do currículo como ferramenta de resistência, inovação e excelência.

Como acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes são realizadas avaliações periódicas da aprendizagem e, sempre que necessário, estudos de recuperação para possibilitar a aprendizagem, obedecendo ao disposto nos regulamentos da Instituição, utilizando os processos que considerarem mais adequados e que estejam em diálogo junto ao colegiado de Curso. Os critérios avaliativos adotados pelo professor são divulgados e registrados no Plano de Curso. Os instrumentos de avaliação também estão previstos no Plano de Curso de acordo com a natureza do CCR e especificidade da turma.

Como estratégia do acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, cabe ao docente proceder à discussão dos resultados das atividades avaliativas, esclarecendo dúvidas em relação às notas, ao conhecimento e aos objetivos e conteúdos avaliados, sob a forma mais adequada possível. Com isso, espera-se manter diálogo permanente com os estudantes prevendo e sanando dificuldades que possam interferir na sua trajetória acadêmica, diminuindo os riscos de retenção e de evasão. Ao estudante cabe também, o direito de vista dos instrumentos e de revisão de rendimento acadêmico de avaliação, conforme previsto no Regulamento da graduação.

O rendimento acadêmico é expresso em valores numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento para cima da segunda casa decimal. O estudante é considerado aprovado ao atingir a média 6,0 e o mínimo em frequência, previsto na legislação. Este resultado é sistematizado no período letivo considerando o número de unidades avaliativas previstas em cada CCR (até 3 unidades) e



registradas no SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades-, as quais deverão estar indicadas no Plano de Curso. As atividades avaliativas previstas em cada unidade podem variar de acordo com as especificidades do CCR e podem ser alteradas somente mediante deliberação da Unidade Acadêmica de vinculação do curso.

Cabe destacar que o processo avaliativo da aprendizagem leva em consideração situações específicas de acessibilidade para o caso de estudantes que integram ao público da educação especial, ou seja, aqueles que possuem deficiências, transtornos de desenvolvimento e superdotação/altas habilidades. Com o apoio do Setor de Acessibilidade do *campus*, o professor adota procedimentos e/ou recursos que ampliam as possibilidades de acessibilidade na aprendizagem e nos processos avaliativos.

8.12 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular, a organização das atividades dos diferentes Domínios Formativos articulados entre si, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, distribuindo-os ao longo do período de formação, envolvendo a definição de carga horária teórica e prática, a identificação dos estágios, da prática como componente curricular, da flexibilidade, incluindo os componentes optativos, a indicação dos pré-requisitos e a carga horária referente às atividades complementares.

Na descrição da Estrutura Curricular os CCR são identificados de acordo com os Domínios que compõem o currículo dos cursos da UFFS:

CM	Domínio Comum
CX	Domínio Conexo
ES	Domínio Específico

8.12.1 Componentes curriculares obrigatórios



Quadro 15 - Estrutura curricular do Curso Pedagogia - Licenciatura

Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo					Atividades ^{a)}								Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais				Aulas na Modalidade de EAD	Estágio-Atividade coletiva		TCC		
					Teórica	Prática	Extensionista	PCC	Teórica	Discente Orientada - Presencial	Discente Orientada Extensionista - Presencial	Discente Orientada		
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular										
1º nível	01	ES	GCH1784	Pedagogia e formação de professores	60								60	
	02	CM	GEX1039	Informática básica	60								60	
	03	CM	GCH1730	Introdução ao pensamento social	60								60	
	04	CX	GCH1766	Políticas educacionais	30								30	
	05	ES	GCH1785	Educação e infância	30								30	
	06	CX	GCH813	Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da educação	60								60	
Subtotal					300	-	-	-	-	-	-	-	300	-
2º nível	07	ES	GCH1806	Psicologia do desenvolvimento infantil	60								60	
	08	ES	GCH1805	Organização pedagógica da educação infantil				30	30				60	
	09	ES	GCH1767	Fundamentos pedagógicos da educação	60								60	
	10	CM	GLA0683	Produção textual acadêmica	60								60	
	11	CM	GCH1729	Iniciação à prática científica	60								60	
	12	ES	GCH1807	Seminário I - Estudos integradores e práticas interdisciplinares:	30								30	



Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo					Atividades ^{a)}						Total de Horas	Pré-req		
					Aulas presenciais				Aulas na Modalidade de EAD	Estágio-Atividade coletiva			TCC	
					Teórica	Prática	Extensionista	PCC	Teórica	Discente Orientada - Presencial			Discente Orientada Extensionista - Presencial	Discente Orientada
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular										
				introdutório										
Subtotal					270	-	-	30	30	-	-	330		
3º nível	13	CX	GCH816	Fundamentos do ensino e da aprendizagem	60							60		
	14	ES	GCH1845	Educação em linguagens I	60							60		
	15	ES	GCH1846	Educação em ciências da natureza I	60							60		
	16	ES	GCH1847	Currículo e didática: processos de planejamento e de avaliação	60							60		
	17	ES	GCH1848	Educação em ciências humanas I	60							60		
	18	CX	GCH1769	Estágio curricular supervisionado: gestão escolar	45	15	15*				15*		90	04
Subtotal					345	15	15	-	-	15	-	390		
4º nível	19	ES	GCH1849	Estágio curricular supervisionado: educação infantil I	20		30				10	60	05, 07, 08	
	20	ES	GCH1850	Educação em ciências da natureza II			10**	50				60		
	21	ES	GCH1851	Educação em linguagens II				60				60		
	22	ES	GCH1852	Educação em matemática I	60							60		
	23	ES	GLA405	Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de língua portuguesa				30				30		
	24	ES	GLA423	Psicolinguística	30							30		
	25	ES	GCH1853	História da educação brasileira	30				30			60		



Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo					Atividades ^{a)}								Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais				Aulas na Modalidade de EAD	Estágio-Atividade coletiva		TCC		
					Teórica	Prática	Extensionista	PCC	Teórica	Discente Orientada - Presencial	Discente Orientada Extensionista - Presencial	Discente Orientada		
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular										
	26	ES	GCH1854	Seminário II - Estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento	30								30	
Subtotal					170		40	140	30				390	
5º nível	27	ES	GCH1855	Educação em ciências humanas II	60								60	
	28	ES	GCH1856	Educação em matemática II				60					60	
	29	ES	GCH1857	Educação em linguagens III	50		10***						60	
	30	ES	GCH1858	Estágio curricular supervisionado: educação infantil II	35		30*			10			75	19
	31	ES	GCH1859	Educação: mídias e tecnologias digitais	60								60	
	32	CX	GCH810	Educação inclusiva	30								30	
	33	ES	GLA430	Literatura infantil e juvenil				30					30	
Subtotal					235		40	90	-	10			375	
6º nível	34	CX	GCH1768	Prática de ensino: pesquisa em educação			15**	45					60	
	35	ES	GCH1860	Ética contemporânea e educação	30				30				60	
	36	CX	GLA0704	Língua brasileira de sinais (LIBRAS)	45		15***						60	
	37	ES	GCH1861	Teorias do currículo: conhecimento e cultura	60								60	
	38	ES	GCH1862	Sociologia da educação	30				30				60	



Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo					Atividades ^{a)}								Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais				Aulas na Modalidade de EAD	Estágio-Atividade coletiva		TCC		
					Teórica	Prática	Extensionista	PCC	Teórica	Discente Orientada - Presencial	Discente Orientada Extensionista - Presencial	Discente Orientada		
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular										
	39	ES	GCH1863	Estágio curricular supervisionado: anos iniciais I	30		50*			10			90	07,13,14,15,16,17,20,21,22,27,28,29
	40	ES	GCH1864	Seminário III - Estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado	30								30	
Subtotal					225		80	45	60	10			420	
7º nível	41	ES	GCH1865	Organização do trabalho pedagógico escolar: gestão, coordenação pedagógica e orientação educacional	60								60	
	42	CX	GCH1765	Temas contemporâneos e educação	30		30***						60	
	43	ES	GCH1866	Políticas educacionais e curriculares para educação infantil e anos iniciais	60								60	
	44	CM	GCH1731	História da fronteira sul	60								60	
	45	ES	GCH1867	Trabalho de conclusão de curso I								30	30	11, 34
	46	ES	GCH1868	Estágio curricular supervisionado: anos iniciais II	30		50*				10			90
Subtotal					240		80	-	-	10		30	360	
8º nível	47	CM	GCS0682	Meio ambiente, economia e sociedade	60								60	
	48	ES	GCH1869	Educação popular e ação pedagógica na educação de jovens e adultos			40**	20					60	
	49	ES	GCH1870	Educação especial na perspectiva da inclusão	45		15***						60	



Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo					Atividades ^{a)}							Total de Horas	Pré-req	
					Aulas presenciais				Aulas na Modalidade de EAD	Estágio-Atividade coletiva				TCC
					Teórica	Prática	Extensionista	PCC	Teórica	Discente Orientada - Presencial	Discente Orientada Extensionista - Presencial			Discente Orientada
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular										
	50	CM	GCS0683	Direitos e cidadania	60							60		
	51	ES	GCH1871	Trabalho de conclusão de curso II							30	30	45	
Subtotal					165	-	55	20	-	-	30	270		
Subtotal Geral					1950	15	310	325	120	40	15	60	2.835h	
Atividades curriculares complementares												200h		
Componentes curriculares optativos					150				30			180h		
Total Geral												3.215h		
Carga horária da Prática como Componente Curricular							65	325	30			420		
Carga horária extensionista							310				15	325		

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

a - Atividades descritas conforme previsto no Art. 44 do atual Regulamento da Graduação da UFFS.

* Horas de Extensão desenvolvidas nas atividades de Estágio Curricular Supervisionado, conforme especificado no texto do PPC no ponto 8.8.2, são desenvolvidas de modo articulado à prática de estágio na escola, observando o Regulamento de Estágio (Anexo I),

** Horas de Extensão desenvolvidas nas atividades de Práticas como Componente Curricular, conforme especificado no texto do PPC, no ponto 8.8.2.

*** Horas de Extensão desenvolvidas nas atividades teóricas dos Componentes Curriculares específicos.



8.12.2 Componentes Curriculares optativos:

Quadro 16 – Componentes Curriculares Optativos

Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo/RS				Atividades		Carga horária total
Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Aulas presenciais teóricas	Aulas na modalidade a distância	
52	CX	GCH821	Direitos Humanos e Educação	30	-	30
53	CX	GCH818	Educação e estudos sociológicos	30	-	30
54	CX	GCH820	Estudos culturais e educação	30	-	30
55	CX	GCH819	Fundamentos da educação popular	30	-	30
56	ES	GCH1872	Sistema Braille: métodos e técnicas para leitura e escrita	30	-	30
57	ES	GCH1873	Educação: corpo, gênero e sexualidade	30	-	30
58	ES	GCH1874	Avaliação na educação	30	30	60
59	ES	GCH1875	Práticas e ludicidade na sala de aula	30	-	30
60	ES	GCH1876	A Pedagogia em espaços não escolares	30	-	30
61	ES	GCH1877	A Pedagogia e a educação do campo	30	-	30
62	ES	GCH1878	O ensino colaborativo: práticas pedagógicas em sala de aula	30	-	30
63	ES	GCH1879	Pluralidade Linguística na escola	30	-	30
64	ES	GCH1880	Introdução à educação a distância	30	-	30
65	ES	GCH1881	Arte, educação, didáticas e metodologias ativas	30	-	30
66	ES	GCH1882	Divulgação científica na infância	30	-	30
67	ES	GCH1883	Indisciplinas, incivildades, conflitos e cultura de paz nas escolas	30	-	30
68	ES	GCH1884	Práticas e dinâmicas pedagógicas de 0 a 3 anos	30	-	60
69	ES	GCH1885	Práticas e dinâmicas pedagógicas de 4 a 5 anos	30	-	60
70	ES	GCH1886	O ensino religioso nos anos iniciais	30	-	30
71	ES	GCH1887	Diversidade, diferença e educação	30	-	30
72	Química	GCH308	Educação ambiental	30	-	30



Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo/RS				Atividades		Carga horária total
Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Aulas presenciais teóricas	Aulas na modalidade a distância	
73	Letras	GLA608	O papel da gramática na escola	30	-	30
74	Letras	GLA640	O texto como unidade de ensino de língua portuguesa	30	-	30
75	Letras	GLA646	O ensino de leitura na escola	30	-	30
76	Letras	GLA651	Gêneros discursivos/textuais e ensino	30	-	30
77	Letras	GLA562	Tópicos em ensino de literatura	30	-	30
78	Letras	GLA452	Ensino de espanhol para pessoas com deficiência visual	30	-	30
79	Letras	GLA454	Relação pedagógica na perspectiva da biologia do amor	30	-	30
80	Letras	GLA455	Espanhol para crianças	30	-	30
81	Letras	GLA480	Produção de textos acadêmicos	30	-	30
82	Letras	GLA668	Literatura e cinema	30	-	30
83	Letras	GLA576	Tópicos de estudo em literatura: gênero e sexualidade	30	-	30
84	Letras	GLA577	Tópicos de estudo em literatura: relações étnico-raciais	30	-	30
85	CB	GCH1204	Educação em Saúde	30	-	30
86	CB	GCA059	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	30	-	30
87	Química	GCS085	Responsabilidade Socioambiental	30	-	30
88	CB	GCH1800	Neurociências, ensino e aprendizagem	30	-	30
89	CB	GCH1802	Práticas pedagógicas em saúde	30	-	30
90	CM	GCH1732	Introdução à Filosofia	60	-	60
91	Letras	GLA436	Literatura Brasileira: Poesia	60	-	60
92	Letras	GLA461	Fundamentos gramaticais de língua portuguesa	30	-	30
93	Letras	GLA663	Linguagem, discurso e subjetividade	30	-	30
94	Letras	GLA346	Língua espanhola I	30	-	30
95	CB	GCB0679	Natureza e infância	30	-	30



Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura Campus Cerro Largo/RS				Atividades		Carga horária total
Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Aulas presenciais teóricas	Aulas na modalidade a distância	
96	ES	GCH1889	Jogos e brincadeiras na infância	30	30	60
97	Letras	GLA602	Tópicos de estudo: literatura infantojuvenil afro-brasileira	30	-	30

8.12.3 Resumo da carga horária

Quadro 17 - Resumo da Carga Horária: PPC, ECS, TCC, Optativas, ACE, ACC e EaD.

CCR/Atividades acadêmicas	Carga horária (horas)
Prática Como Componente Curricular (PCC)	420
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60
Componentes curriculares optativos	180
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	405
Atividades Curriculares Complementares (ACC)	200
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE)	-
Carga Horária na modalidade EaD	150



8.13 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA CURRICULAR

Quadro 18 - Representação Gráfica do Curso de Pedagogia-Licenciatura

1º NÍVEL	2º NÍVEL	3º NÍVEL	4º NÍVEL	5º NÍVEL	6º NÍVEL	7º NÍVEL	8º NÍVEL
Pedagogia e formação de professores (60h)	Organização pedagógica da Educ. Infantil (60h)	Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar(90h)	Estágio Curricular Supervisionado: Educação Infantil I (60h)	Estágio Curricular Supervisionado: Educação Infantil II (75h)	Estágio Curricular Supervisionado: Anos Iniciais I (90h)	Estágio Curricular Supervisionado: Anos Iniciais II (90h)	Trabalho de Conclusão de Curso II (30h)
Políticas Educacionais (30h)	Psicologia do Desenvolvimento Infantil (60h)	Fundamentos do Ensino e da Aprendizagem (60h)	Educação em Ciências da Natureza II (60h)	Educação em Ciências Humanas II (60h)	Prática de Ensino: Pesquisa em educação (60h)	Organização do trabalho pedagógico escolar: gestão, coordenação pedagógica e orientação educacional. (60h)	Educação Especial na perspectiva da Inclusão (60h)
Educação e Infância (30h)	Fundamentos Pedagógicos da Educação (60h)	Educação em Ciências da Natureza I (60h)	Educação em Matemática I (60h)	Educação em Matemática II (60h)	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (60h)	Temas Contemporâneos e Educação (60h)	Educação Popular e ação pedagógica na EJA PCC (60h)
Informática Básica (60h)	Iniciação à Prática Científica (60h)	Currículo e Didática: processos de planejamento e de avaliação (60h)	Educação em Linguagens II (60h)	Educação em Linguagens III (60h)	Teorias do currículo: conhecimento e cultura (60h)	Políticas Educacionais e curriculares para Educação Infantil e Anos Iniciais (60h)	Direitos e Cidadania (60h)
Introdução ao Pensamento Social (60h)	Produção Textual Acadêmica (60h)	Educação em Linguagens I (60h)	Psicolinguística (30h)	Literatura Infantil e Juvenil (30h)	Sociologia da Educação (60h)	História da Fronteira Sul (60h)	Meio Ambiente, economia e sociedade (60h)
Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação (60h)		Educação em Ciências Humanas I (60h)	Fundamentos teórico-metodológico de LP (30h)	Educação: mídias e tecnologias digitais (60h)	Ética contemporânea e educação (60h)	Trabalho de Conclusão do Curso (30h)	
			História da educação Brasileira (60h)	Educação Inclusiva (30h)			
	Seminário I (30h)		Seminário II (30h)		Seminário III (30h)		
300h	330h	390h	390h	375h	420h	360h	270h

Domínio Específico Domínio Comum Domínio Conexo Estágios Supervisionados



8.14 EMENTÁRIOS DOS COMPONENTES CURRICULARES

Nesta seção, são apresentados ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares, conforme segue.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1784	Pedagogia e formação de professores	60
EMENTA		
A Pedagogia como ciência da educação: história e identidade. A pedagogia e a educação como processo de formação da condição humana. A Educação como prática histórica, política, social, cultural e institucional. A Pedagogia e o pedagogo nas diretrizes curriculares nacionais. A Pedagogia como campo teórico-investigativo da educação e das práticas educativas em contextos múltiplos. Espaços de atuação profissional: formais e não formais.		
OBJETIVO		
Compreender a pedagogia como ciência da educação que possibilita a docência e a proposição, análise e construção de políticas e práticas no campo da educação escolar e não escolar.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAMBI, Franco. História da pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999.		
GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias . 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.		
PIMENTA, Selma Garrido (org.); LIBÂNEO, José C. Pedagogia: ciência da educação? 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.		
SAVIANI, Dermeval. A Pedagogia no Brasil: história e teoria . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.		
SILVA, Carmem Silvia Bissolli da <i>et al.</i> Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade . 3. ed. Campinas: Autores associados, 2006.		
TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BOTO, Carlota. Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados . Uberlândia: EDUFU, 2019. Disponível em: https://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273.pdf . Acesso em: 23 nov. 2022.		
BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores . 3. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2000.		
COMENIUS, Johann Amos. Didática magna . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.		
DEWEY, John. Experiência e Educação . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido . 25. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2019.		
GIROUX, Henry Armand. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem . São Paulo: Artmed, 1997.		



LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NARODOWSKI, Mariano. **Comenius & a educação.** 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2006.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 8. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2013.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1039	INFORMÁTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.		
OBJETIVO		
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTONIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões . Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.		
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.		
NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson, 2010.		
SEBBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice . Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação . 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.		
HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.		
LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.		
MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate . São Paulo: Érica, 2010.		
MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador . Porto Alegre: Bookman, 1999.		
MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.		
MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.		
SCHECHTER, Renato. BROffice Calc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.		
Número de unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1730	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	60
EMENTA		
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais . Buenos aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.		
Número de unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas Teóricas
GCH1766	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	30
EMENTA		
<p>Estado, políticas públicas e políticas educacionais no Brasil. O direito à educação na Constituição Federal. Organização do sistema de ensino brasileiro, em específico da educação básica. Políticas nacionais no campo da gestão, da formação de professores, do currículo, do financiamento e de avaliação. Bases político-legais que orientam a organização curricular da escola de educação básica: LDB, PNE, DCN e BNCC da Educação Básica. Políticas educacionais de inclusão.</p>		
OBJETIVO		
<p>Reconhecer as políticas educacionais como pressupostos que garantem constitucionalmente o direito social à educação, discutindo-as a partir do contexto político, econômico e social brasileiro como propulsoras da organização do sistema educacional brasileiro quanto aos aspectos curriculares, de gestão, de formação de professores, de avaliação e de financiamento da educação, bem como a inclusão.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.</p> <p>FÁVERO, O. (org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Campinas: Autores Associados, 2005.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>SANDER, B. Políticas públicas e gestão democrática da educação. Brasília: Líber Livro, 2005.</p> <p>SAVIANI, D. Da Nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.</p> <p>SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. Política educacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>DOURADO, L. F. (org.). Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. 2. ed. Goiânia: UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>DOURADO, L. F. (org.). Políticas e gestão da educação no Brasil: novos marcos regulatórios. São Paulo: Xamã, 2009.</p> <p>FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (org.). Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.</p> <p>GENTILI, P. Adeus a escola pública, a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, P. (org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.</p> <p>LINHARES, C.; SILVA, W. C. Políticas de formação de professores: limites e possibilidades colocados pela LDB para as séries iniciais do Ensino Fundamental. In: SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.</p>		



MARTINS, P. S. O financiamento da educação básica como política pública. **Revista Brasileira de política e Administração da Educação**. Porto Alegre, v. 26, n. 3, 2011. DOI: 10.21573/vol26n32010.19795. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19795>. Acesso em: 08 mar. 2023.

VIEIRA, S. L.; FARIAS. I. M. S. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Liber Livro, 2011.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1785	Educação e infância	30
EMENTA		
A educação de infâncias em diferentes contextos, espaços e tempos. O sentimento de infância segundo a História das Mentalidades. Tendências teórico-metodológicas da pesquisa social sobre infância, adolescência e juventude.		
OBJETIVO		
Caracterizar o segmento infanto-juvenil na formação histórica da educação brasileira, observando o desenvolvimento econômico e a condução das políticas de acesso e inclusão na escola básica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARIÈS, P. História da criança e da família . Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.		
ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Orgs.) . Culturas Jovens: novos mapas do afeto . Rio de Janeiro: Zahar, 2006.		
DEL PRIORE, Mary(org.). História das crianças no Brasil . São Paulo: Contexto, 1999.		
DIMENSTEIN, G. O Cidadão de Papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil . São Paulo: Atlas, 2012		
SENNETT, R. A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo . Rio de Janeiro: Record, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, M. I. M.; TRACY, K. M. A. Noites Nômades - Espaço e Subjetividade nas Culturas Jovens Contemporâneas . Rio de Janeiro: Rocco, 2003.		
ARENDDT, Hannah. A condição humana . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10. ed., 2001.		
COHN, C. Antropologia da criança . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.		
DONZELOT, J. A Polícia das famílias . 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1996.		
KRAMER, S.; LEITE, M. I. (orgs). Infância: fios e desafios da pesquisa . Campinas, SP: Papyrus, 1996.		
POSTMAN, Neil. O desaparecimento da infância . Tradução Suzana Menescal. Graphia Editorial, São Paulo: 1999.		
Número de unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH813	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS E SOCIOLOGICOS DA EDUCAÇÃO	60
EMENTA		
A educação na Grécia Antiga e em Roma. A educação cristã na Idade Média. A formação das Universidades. Renascimento e educação. As reformas religiosas e a educação. Infância e Pedagogia Moderna. A educação no Brasil colônia, império e república. A formação político filosófica do estado moderno. Iluminismo e educação. Teoria crítica e educação. Função social da escola. Educação e neoliberalismo. Fundamentos Sociais e Antropológicos da Educação. Educação e racionalidade instrumental/burocracia/dominação. Teoria social e modelos pedagógicos. Teorias pós-críticas e educação. Educação e pós-modernidade, identidade e diferença.		
OBJETIVO		
Discutir os fundamentos teóricos conceituais das áreas histórico-filosóficas e sociológicas do campo educacional, a fim de estimular o desenvolvimento da compreensão crítica acerca das teorias e práticas pedagógicas contemporâneas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. W. Educação e emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 1995.		
ARANHA, M. L. A. Filosofia da educação . São Paulo: Moderna, 2009.		
ARIÈS, P. História social da criança e da família . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.		
MANACORDA, M. A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias . São Paulo: Cortez, 2010.		
QUINTANEIRO, T. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.		
SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAMBI, F. História da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999.		
COMENIUS. Didática Magna . São Paulo: Martins Fontes, 2006.		
FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 2011.		
MÉSZAROS, I. A educação para além do capital . São Paulo: Boitempo, 2005.		
KANT, I. Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento? In: Textos Seletos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.		
HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.		
HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural . São Paulo: Loyola, 2011.		
LE GOFF, J. Os intelectuais na Idade Média . 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.		



ROUSSEAU, J. **Emílio ou da Educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1805	Organização pedagógica da educação infantil	60
EMENTA		
A Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. A escola inclusiva de educação infantil e a docência com crianças de 0 a 5 anos. A creche e a pré-escola: práticas de cuidado e educação. A organização dos tempos e espaços da educação infantil. Organização didático-pedagógica: planejamento, acompanhamento (registros) e avaliação. A escola, a família e a educação infantil como eixos que caracterizam a Prática como Componente Curricular.		
OBJETIVO		
Refletir sobre a Pedagogia na educação infantil, analisando aspectos relativos à organização da escola e à atuação docente na infância com crianças de 0 a 5 anos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALCÂNTARA, Cristiano. Coordenação pedagógica na infância: a gestão dialogada com os registros. São Paulo: Phorte, 2020.		
BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.		
HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. São Paulo: Ed. Penso, 2003.		
KRAMER, Sônia. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. 11. ed. São Paulo: Ática, 1998.		
OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.). Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.		
PROENÇA, Maria Alice. O registro e a educação pedagógica: entre o real e o ideal...o possível. São Paulo: Panda Educação, 2022.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, Rosângela; JULIASZ, Paula C. S. Espaço e tempo na educação infantil. São Paulo, SP: Contexto, 2014.		
BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Por amor e por força: rotinas da educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.		
GONZALEZ-MENA, Janet. O cuidado com bebês e crianças pequenas na creche: um currículo de educação e cuidados baseado em relações qualificadas. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.		
MELLO, Suely Amaral; BARBOSA, Carmem Silveira; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org.). Documentação pedagógica: teoria e prática. 3. ed. São Carlos, SP: Pedro & João, 2020.		
OSTETTO, Luciana Esmeralda. (org.). Educação infantil: saberes e fazeres da formação de professores. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.		
PROENÇA, Maria Alice. Prática docente. São Paulo: Panda Books, 2019.		
ROSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. <i>et al.</i> Os fazeres na educação infantil. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		



TONUCCI, Francesco. **Com olhos de criança**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Problemas da defectologia**. Organização e tradução: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1806	Psicologia do desenvolvimento infantil	60
EMENTA		
Desenvolvimento psicológico da criança no enfoque histórico-cultural. O papel proeminente da atividade e da linguagem no desenvolvimento psicológico. O papel da educação escolar no desenvolvimento psicológico. Princípios gerais do desenvolvimento psicológico. Critérios de periodização. Caracterização (não-estruturalista) dos períodos de desenvolvimento. Esboço de comparação entre as sínteses de Piaget, Wallon e Vigotski do desenvolvimento psicológico.		
OBJETIVO		
Compreender as bases conceituais das teorias histórico-culturais do desenvolvimento psicológico (Vigotski, Luria, Wallon) e sua distinção em relação à psicogênese de Jean Piaget.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GALVÃO, Isabel. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil . 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.		
LA TAYLLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 1992.		
LURIA, Alexander Romanovich. Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria . Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.		
MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice . São Paulo: Autores Associados, 2020.		
PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. A psicologia da criança . Rio de Janeiro: Difel, 2003.		
VIGOTSKI, Lev Semenovich. A construção do pensamento e da linguagem . São Paulo: Martins Fontes, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ELKONIN, Daniil Borisovich. Psicologia do jogo . São Paulo: Martins Fontes, 1998.		
MARTINS, Lígia Márcia. O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica , Campinas, SP: Autores Associados, 2013.		
PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia . Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.		
VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . 12. ed. São Paulo: Ícone, 2012.		
VIGOTSKI, Lev Semenovich. A formação social da mente . 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1988.		
VIGOTSKI, Lev Semenovich. Imaginação e criatividade na infância . Tradução: João Pedro Fróis. [S. l.]: WMF Martins Fontes, 2014.		
VIGOTSKI, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem . São Paulo, Martins Fontes, 1998.		
VIGOTSKI, Lev Semenovich. Psicologia, educação e desenvolvimento: escritos de L. S. Vigotski . Tradução: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.		
Número de unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1767	FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO	60
EMENTA		
Educação, cultura e escola. Docência. Saberes da docência e formação de professores. Concepções pedagógicas na educação brasileira. Estudos sobre currículo escolar e suas perspectivas: tradicional, crítica e pós-crítica, com perspectiva inclusiva. Processos colaborativos de planejamento escolar: Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Plano de Estudos, Plano de Trabalho. A prática pedagógica e a Didática: história e concepções. Planejamento e processos didático-pedagógicos: objetivos, metodologia e avaliação. O debate pedagógico nas pesquisas contemporâneas em educação e ensino.		
OBJETIVO		
Discutir a educação considerando as diferentes concepções pedagógicas que fundamentam os currículos escolares, os processos de planejamento escolar e os processos didáticos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CANDAU, V. M. (org). Didática crítica intercultural : aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.		
CARVALHO, R. E. Escola inclusiva : a reorganização do trabalho pedagógico . 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. 150 p.		
LOPES, A. R. C.; MACEDO, E. (Orgs). Currículo : debates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.		
NARODOWSKI, M. Comenius e a educação . 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.		
SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2010.		
SILVA, T. T. da. Documentos de identidade . Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Minha biblioteca/UFFS).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CANDAU, V. M. (org). Rumo a uma nova Didática . 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.		
CANDAU, V. M. Didática, currículo e saberes escolares . 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.		
CANDAU, V. M; CRUZ, G. B. da; FERNADES, C. (orgs). Didática e fazeres-saberes pedagógicos : diálogos e insurgências políticas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.		
CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. P. (Org.). Ensinar a ensinar : didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira, 2018. (Minha biblioteca/UFFS).		
GASPARIN, J. L. Uma Didática para a pedagogia Histórico-Crítica . 5 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.		
FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 66. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2018. 253 p		
LOPES, A. R. C.; MACEDO, E. (Orgs). Teorias do currículo . São Paulo: Cortez, 2011.		



MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Minha biblioteca/UFFS)

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

SILVA, J. F.; HOFFMAN, J.; ESTEBAN, M. T. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo**. 8. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCHI729	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	60
EMENTA		
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.		
OBJETIVO		
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.		
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.		
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.		
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.		
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.		
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.		
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.		
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.		
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.		
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.		
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.		
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.		
Número de unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0683	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60
EMENTA		
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.		
OBJETIVO		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo. São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 1997. KOCH, Ingedore V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2009. KOCH, Ingedore V. I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos. Petrópolis: Vozes, 2002.		
Número de unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH816	FUNDAMENTOS DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM	60
EMENTA		
<p>Desenvolvimento humano em diferentes aspectos: cognitivo, afetivo, social e motor e as suas implicações no contexto escolar. Desenvolvimento humano e adolescência. Diferentes abordagens e perspectivas teóricas de aprendizagem: comparações, limites e possibilidades no ensino. Saberes e Conhecimentos docentes e as suas implicações para os processos de ensino e aprendizagem. Contribuições da psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade para os modos de apropriação e significação do conhecimento. Aprendizagem e inclusão das pessoas com deficiências. Os sujeitos da educação: interações estabelecidas em sala de aula no processo do ensinar e aprender.</p>		
OBJETIVO		
<p>Oportunizar compreensões acerca do desenvolvimento humano e do processo de ensino e da aprendizagem escolar, com atenção para as interações estabelecidas em sala de aula e para os modos de apropriação e significação do conhecimento.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. L. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.</p> <p>LEONTIEV, A. N. et al. Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2007.</p> <p>MOREIRA, M. A. Teorias de aprendizagem. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro, RJ: E.P.U., 2011.</p> <p>OLIVEIRA, M. B.; OLIVEIRA, M. K. (org.). Investigações cognitivas: conceitos, linguagem e cultura. Porto Alegre: Artmed, 1999. VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.;</p> <p>LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 12. ed. São Paulo: Ícone, 2012.</p> <p>VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CORRÊA, M. S. Criança, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2015. E-book. (Minha biblioteca/UFFS).</p> <p>DUMARD, K. Aprendizagem e sua dimensão cognitiva, afetiva e social. São Paulo: Cengage Learning, 2015. E-book. (Minha biblioteca/UFFS).</p> <p>GAMEZ, Luciano. Psicologia de educação. Rio de Janeiro: LTC, 2013. E-book. (Minha biblioteca/UFFS).</p> <p>KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Ebook. (Minha biblioteca/UFFS).</p> <p>LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D. Adolescência: superando uma visão biologizante a partir da psicologia histórico-cultural. In: LEAL, Z. F. R. G.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. Adolescência em foco: contribuições para a psicologia e para a educação. Maringá: Edem, 2014. p. 15-44. E-book. (SciELO Books).</p>		



MIZUKAMI, M. G. N. et al. **Escola e aprendizagem da docência:** processos de investigação e formação. São Carlos, SP: Ed. da UFSCAR, 2002.

SMOLKA, A. L. B.; GÓES, M. C. R. et al. (org.). **A linguagem e o outro no espaço escolar:** Vygotsky e a construção do conhecimento. 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

SOUZA, C.; SILVA, D. N. H. **Adolescência em debate:** contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, v. 23, 2018. DOI: 10.4025/psicoestud.v23.e35751. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/jkmy5cvdmf7p987ycxnvhp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2024. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 15. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQWfsn4kN/>. Acesso em: 03 mar. 2024. _

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1847	Currículo e didática: processos de planejamento e de avaliação	60
EMENTA		
Currículo, didática e avaliação na Educação Básica. Currículo e políticas de avaliação na Educação Básica. Currículo e avaliação no processo de construção do conhecimento. Perspectivas teóricas sobre metodologias de ensino e processos avaliativos nos Anos Iniciais e na Educação Infantil.		
OBJETIVO		
Reconhecer o currículo e a didática como elementos necessários para refletir sobre processos metodológicos e avaliativos no planejamento e nas práticas didático-pedagógicas da Educação Básica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CANDAU, Vera M. Didática crítica intercultural: aproximações . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. ESTEBAN, Maria T. Escola, currículo e avaliação (org.). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2013. LIBÂNEO, José Carlos. Didática . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017. PIMENTA, Selma Garrido (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 2012. SACRISTÁN, José Gimeno.; GÓMES, Ángel I. Pérez. Comprender e transformar o ensino . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CANDAU, Vera M.; CRUZ, Gisele B. da; FERNANDES, Claudia (org.). Didática e fazeres-saberes pedagógicos: diálogos, insurgências e políticas . Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber às práticas educativas . Porto Alegre: Cortez, 2013. COMENIUS, Johann Amos. Didática magna . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática . 11. ed. Campinas: Papirus, 2011. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar : estudo e proposições . 22. ed. São Paulo: Cortez, 2013. REDIN, Marita Martins <i>et. al.</i> Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil . Porto Alegre: Mediação, 2012. SANTOMÉ, Jurjo Torres. Currículo escolar e justiça social . Porto Alegre: Artmed, 2011. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca). SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo . 8. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Didática: o ensino e suas relações . 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. ZABALA, Antoni <i>et al.</i> Didática Geral . Porto Alegre: Penso, 2016.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1853	História da educação brasileira	60
EMENTA		
Pedagogia moderna, reformas religiosas e a educação no Brasil colônia. Historiografia da educação brasileira: aspectos introdutórios. Culturas e práticas educacionais no Brasil (imperial e republicano). Processos formativos da educação brasileira nos séculos XIX e XX. Perspectivas atuais da educação brasileira.		
OBJETIVO		
Compreender a articulação do processo educativo com a economia, a política e a cultura na construção das legislações e do modelo de sistema de ensino no Brasil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAMBI, Franco. História da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999.		
LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (org.). 500 anos de educação no Brasil . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.		
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil . Petrópolis: Vozes, 2013.		
SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008.		
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). Histórias e memórias da educação no Brasil . Petrópolis: Vozes, 2005. 3 v.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil . São Paulo: Moderna, 2006.		
FÁVERO, Osmar (org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988 . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.		
HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da Educação Brasileira: Leituras . São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2003.		
RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira . São Paulo: Autores Associados, 2010.		
Número de unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1807	Seminário I - Estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório	30
EMENTA		
A construção social dos direitos educativos em diferentes espaços e instâncias, após a Constituição de 1988: sistemas e instituições escolares, movimentos sociais e outras formas de organização da sociedade civil. O estatuto da Pedagogia e as políticas educacionais expressas nas reformas, nos projetos e na legislação voltada para o campo educacional e das ações afirmativas. Pesquisas, projetos e experiências que interrogam, problematizam e refletem sobre a Pedagogia, o processo educativo, a escola e a docência em suas conexões com o mundo.		
OBJETIVO		
Vivenciar e refletir sobre temáticas e problemáticas básicas relacionadas a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e cultura como prática social e inclusiva, considerando os elementos fundamentais para o exercício da docência de pedagogos/as, de maneira crítica, criativa e investigativa.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LARROSA, Jorge. Elogio da escola . Belo Horizonte: Autêntica, 2017. (Minha Biblioteca – <i>E-Book</i>)		
LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa . O neoliberalismo em ataque ao ensino público. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.		
MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.		
MIRANDA, Shirley Aparecida. Diversidade e ações afirmativas : combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.		
MONTEIRO, Agostinho dos Reis. História da educação : do antigo direito de educação ao novo direito à educação. São Paulo: Cortez, 2006.		
LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos : para quê? Cortez, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional : Lei 9394/96, apresentação Carlos Roberto Cury. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.		
HOOKS, Bell; CARA, Daniel; HADDAD, Sérgio; GUAJAJARA, Sonia; CÁSSIO, Fernando. Educação contra a barbárie : por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.		
FAZENDA, Ivani C. A. GODOY, Herminia P. Interdisciplinaridade : pensar, pesquisar e intervir. São Paulo: Cortez, 2014 (Minha Biblioteca E-book).		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação . 7. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.		
PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar : introdução crítica. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2012.		
PEREIRA, Thiago Ingrassia. Aprender e ensinar com Paulo Freire : por uma escola emancipatória. Porto Alegre: CirKula, 2015.		
PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente . São Paulo: Cortez Editora, 2012.		
SOUZA, José E.; RUCKERT, Fabiano (org.). A escola pública no Brasil : temas e		



problemas. Porto Alegre: Evangraf, 2016.

SILVA, Rodrigo Manuel D. da; SILVA, Roberto Rafael D. da; BENINCÁ, Dirceu (Org.).
Educação, cultura e reconhecimento: desafios às políticas contemporâneas. São Paulo,
SP: Salta, 2015.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas			
		Presenciais			Disc. orient. extens.
		Teór	Prát	Ext	
GCH1769	Estágio curricular supervisionado: gestão escolar	45	15	15	15

EMENTA

Acompanhamento e reconhecimento do contexto escolar. Vivência de situações e práticas de gestão das (nas) unidades escolares: no planejamento escolar anual; na gestão pedagógica; na gestão dos processos administrativos; na gestão econômico-financeira; na gestão dos mecanismos instituintes da gestão democrática; nas relações com a legislação educacional e normas vigentes nas redes de ensino. Realização das atividades de estágio, reflexão e análise das situações vivenciadas durante o estágio, fundamentadas teoricamente. Apresentação de proposição para a gestão da escola com a perspectiva de fortalecer as relações democráticas e a qualidade da educação. Desenvolvimento de atividades e/ou projetos de extensão que envolvam a comunidade escolar. Extensão universitária com foco na aplicação do conhecimento profissional como agente transformador da sociedade.

OBJETIVO

Vivenciar, problematizar e reconhecer o contexto escolar como possibilidade de iniciação a docência compreendendo a complexidade da gestão escolar como processo democrático, necessário para fortalecer a qualidade da educação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011
- FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GAUTHIER, C. **Por uma outra pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. 2. ed. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2006.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2008.
- LÜCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- PARO, V. **Escritos sobre a educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível** 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
- FERREIRA, N. S. C. (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 46. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2013.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Heccus, 2018.
- LÜCK, H. **Gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- PARO, V. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2016
- PARO, V. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007.
- PARO, V. **Diretor escolar: educador ou gerente**. São Paulo: Cortez, 2014.
- PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. (org.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano**



da escola. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

SARTORI, J.; BONA, S. C.; GUEDES, S. M. (org.). **Estágios nas licenciaturas: desafios do constituir-se professor.** Passo Fundo: UPF, 2008.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

ZABALZA, M. A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária.** São Paulo, SP: Cortez, 2014. (Docência em formação. Saberes pedagógicos).



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1846	Educação em ciências da natureza I	60
EMENTA		
Fundamentos teórico-epistemológicos e históricos sobre a natureza e a construção do conhecimento científico. Linguagem Científica e Alfabetização Científica e Tecnológica. Fundamentos teóricos, curriculares e avaliativos para o Ensino de Ciências da Natureza. Didática no ensino de Ciências da Natureza.		
OBJETIVO		
Compreender as Ciências da Natureza e os fundamentos teórico-metodológicos necessários à construção do conhecimento na perspectiva humana, histórica e cultural para a docência nos Anos Iniciais e Educação Infantil e suas interfaces com o currículo escolar e a formação docente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARCE, Alessandra; SILVA, Débora A. S. M. da; VAROTTO, Michele; MIGUEL, Carolina Costa. Ensinando Ciências na Educação Infantil . 2. ed. Campinas: Alínea, 2020.		
CACHAPUZ, António; GIL-PEREZ, Daniel; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de, PRAIA, João; VILCHES, Amparo. A necessária renovação do ensino das ciências . São Paulo, SP: Cortez, 2011.		
CAMPOS, Maria Cristina da Cunha; NIGRO, Rogério Gonçalves. Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 1999.		
CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org) Ensino de Ciências por Investigação: condições de implementação em sala de aula . São Paulo: Cengage Learning, 2013.		
CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação . 8. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2018.		
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos . São Paulo: Cortez, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAPRA, Fritjof; STONE, Michael K.; BARLOW, Zenobia. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável . São Paulo: Cultrix, 2006.		
FRACALANZA, Hilário; MEGID NETO, Jorge (org.). O livro didático de ciências no Brasil . Campinas: Komedi, 2006.		
LORENZETTI, Leonir; DELIZOICOV, Demétrio. Alfabetização Científica no contexto das séries iniciais. Revista Ensaio. Belo Horizonte, v.03 , n.01 , p.45-61 jan-jun 2001, disponível em https://www.scielo.br/j/epec/a/N36pNx6vryxdGmDLf76mNDH/?format=pdf&lang=pt		
MARANDINO, Martha, SELLES, Sandra Escovedo; FERREIRA, Márcia Serra. Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez, 2009.		
MOLON, Susana Inês; DIAS, Cleuza Maria Sobral (org.). Alfabetização e educação ambiental: contextos e sujeitos em questão . Rio Grande: FURG, 2009.		
PFITSCHER, Elisete Dahmer. Avaliação de Sustentabilidade: Evolução de um sistema de Gestão Ambiental. Curitiba, Appris, 2024, 167p.		
SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. Educação em química: compromisso com a cidadania . 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2015.		
SCHNETZLER, Roseli Pacheco; ARAGÃO, Rosália Maria Ribeiro de. Ensino de ciências: fundamentos e abordagens . Piracicaba: CAPES/UNIMEP, 2000.		



SILVA, Cibelle Celestino. **Estudos de História e Filosofia das Ciências**: subsídios para a aplicação no ensino. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2006.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1848	Educação em Ciências Humanas I	60
EMENTA		
<p>Fundamentos Teórico-metodológicos das Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Antropologia) e Ensino Religioso: a formação do/a professor/a na área de conhecimento. Saberes e práticas escolares: o ensino das Ciências Humanas na cultura escolar. Estudo de conceitos centrais da Geografia e da História, especialmente de espaço, território, grupo e tempo. A construção das identidades locais, nacionais e globais considerando as questões de ordem social, étnica, cultural, econômica e política. A história, a cultura e a religiosidade afro-brasileira e indígena. Educação étnico-racial a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais e da legislação.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender a área das Ciências Humanas na formação do/a professor/a e os fundamentos teórico-metodológicos necessários à construção do conhecimento para a docência nos Anos Iniciais e Educação Infantil.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICA		
<p>ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.</p> <p>CALLAI, Helena Copetti (org.). Educação geográfica: reflexão e prática. Ijuí: UNIJUÍ, 2011.</p> <p>CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao Ensino de Geografia. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago., 2005.</p> <p>DAVIES, Nicholas. Para além dos conteúdos no ensino de história. Rio de Janeiro: Access, 2001.</p> <p>KARNAL, Leandro. História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia. São Paulo: Cortez, 2012.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.</p> <p>CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago., 2005.</p> <p>CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella; CAVALCANTI, Lana de Souza; CALLAI, Helena Copetti. Didática da geografia: aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012.</p> <p>COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da (org.). África da e pela diáspora: pontos para a Educação das relações étnico-raciais. Curitiba, PR: NEAB-UFPR, 2013.</p> <p>DIONIZIO, Mayara <i>et al.</i> História das religiões. Porto Alegre: SAGAH, 2020. <i>E-book</i>. (Minha Biblioteca).</p> <p>OLIVEIRA, Lilian Blanck de <i>et al.</i> Ensino religioso: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Docência em Formação. Série Ensino Fundamental).</p> <p>RUEDELL, Pedro. Trajatória do Ensino Religioso no Brasil e no Rio Grande do Sul: legislação e prática. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.</p> <p>SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e</p>		



metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **História da África e dos africanos**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2014.

VISENTINI, Paulo F.; RIBEIRO, Luiz D. T.; PEREIRA, Analúcia D. História da África e dos africanos. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2014.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA405	Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de Língua portuguesa	30
EMENTA		
Concepções de linguagem, de língua e de gramática. Perspectivas de ensino de língua e de literatura. Texto como unidade de ensino. A escuta, a leitura e a produção de textos orais e escritos na escola. Metalinguagem e aprendizagem da norma: uma abordagem crítica. Avaliação do texto do aluno. Abordagem de temas transversais: pluralidade cultural, direitos humanos, educação ambiental, relações étnico-raciais, orientação sexual, trabalho e consumo.		
OBJETIVO		
Aprofundar conhecimentos teórico-metodológicos acerca do processo ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa. Abordar os temas transversais perpassando a formação inicial do professor.		
REFERÊNCIAS BÁSICA		
ANTUNES, Irlandé. Aula de português: encontro & interação . São Paulo: Parábola, 2003.		
BASTOS, Neusa Barbosa (org.). Língua Portuguesa: História, Perspectivas, Ensino . São Paulo: Educ, 1998.		
BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Aula de português: discurso e saberes escolares . São Paulo: Martins Fontes, 1997.		
GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula . 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.		
POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola . Campinas: Mercado de Letras, 1999. (Coleção Leituras no Brasil).		
ROCCO, Maria Thereza Fraga. Literatura/ensino: uma problemática . São Paulo: Ática, 1981.		
SILVA, Ezequiel Teodoro da. Elementos da pedagogia da leitura . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AZEREDO, José Carlos de (org.). Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.		
BRITTO, Luiz Percival Leme. A Sombra do Caos: ensino de língua x tradição gramatical . Campinas: Mercado das Letras, 1997.		
CITELLI, Adilson. Aprender e ensinar com textos não escolares . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Aprender e ensinar com textos, 3).		
FARIA, Maria Alice. Como usar o jornal na sala de aula . São Paulo: Contexto, 1992.		
GERALDI, João Wanderley. Portos de passagem . 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. (Texto e linguagem).		
RAMOS, Jânia Maria. O espaço da oralidade na sala de aula . São Paulo: Martins Fontes, 1997.		
RICHTER, Marcos Gustavo. Ensino do português e interatividade . Santa Maria: UFSM, 2000.		
SUASSUNA, Livia. Ensino da Língua Portuguesa: uma abordagem pragmática . Campinas: Papyrus, 2011. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico).		
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de		



gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA423	Psicolinguística	30
EMENTA		
Psicolinguística: o que é este campo de conhecimento. Teorias de aquisição da língua. Processos de leitura e de escrita.		
OBJETIVO		
Refletir criticamente sobre a ciência psicolinguística, seus fundamentos, suas relações e suas aplicações ao processo ensino e aprendizagem da língua portuguesa.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
KLEIMAN, A. Texto e leitor : aspectos cognitivos da leitura. 14. ed. Campinas: Pontes, 2011.		
LEFFA, V. J. Aspectos da leitura, uma perspectiva psicolinguística : ensaios. Porto Alegre: Sagra - D. C. Luzzatto, 1996.		
MATENCIO, M. de L. M. Leitura, produção de textos e a escola : reflexões sobre o processo de letramento. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012.		
MARTELOTTA, M. E. Manual de linguística . São Paulo: Contexto, 2008.		
MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (org.). Introdução à lingüística . São Paulo: Cortez, 2009. v. 2.		
TOMITCH, L. M. B. (org.). Aspectos cognitivos e instrucionais da leitura. Bauru SP: EDUSC, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CABRAL, L. G; GORSKI, E (org.). Linguística e Ensino : Reflexões para a prática pedagógica da língua materna. Florianópolis: Insular, 1998.		
DEHAENE, S. Os neurônios da leitura : como a ciência explica nossa capacidade de ler. Porto Alegre: Penso, 2012.		
KLEIMAN, A. Os Significados do Letramento : uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2012.		
MAIA, M. (org.). Psicolinguística e Educação . São Paulo: Mercado de Letras, 2018.		
NUNES, T.; BUARQUE, L.; BRYANT, P. Dificuldades na aprendizagem de leitura : teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
ORTIZ-PREUSS, E., FINGER, I. (org.). A dinâmica do processamento bilíngue . Campinas, SP: Pontes editores, 2018.		
RIBEIRO, A. E.; COSCARELLI, C. V. Linguística Aplicada : ensino de português. São Paulo: Contexto, 2023.		
RÖSING, T M K. A Formação do Professor e a Questão da Leitura . Passo Fundo: EDIUPF, 1996. (Série Didática).		
SOARES, M. Alfabetização e letramento . 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011		
Número de unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1852	Educação em matemática I	60
EMENTA		
Numeracia na Educação Infantil e o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático pela ludicidade em brincadeiras e jogos sobre noções numéricas, espaciais, geométricas, de medida e estatística. Metodologias para o ensino de Matemática: jogos, brincadeiras, tecnologias e materiais didático-pedagógicos inclusivos. Organização de propostas pedagógicas e processos didáticos na matemática que explorem o entorno da criança (espaços, tempos, quantidades, relações e transformações) por meio de experiências. Análise e produção de materiais didáticos para desenvolver o pensamento matemático na educação infantil e anos iniciais. Didática no ensino de Matemática na infância.		
OBJETIVO		
Compreender as noções matemáticas construídas na infância que ocorrem a partir da experiência com o mundo e que fundamentam os processos de raciocínio lógico-matemático para o desenvolvimento infantil.		
REFERÊNCIAS BÁSICA		
KAMII, Constance. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. 39. ed. Campinas: SP: Papyrus, 2012.		
LORENZATO, Sergio. Educação infantil e percepção matemática. Campinas: Autores Associados, 2006.		
NACARATO, Adair Mendes. MENGALI, Brenda Leme da Silva; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (<i>E-book</i> . Minha Biblioteca).		
NUNES, Terezinha; CAMPOS, Tânia Maria Mendonça; Magina, Sandra; BRYANT, Peter. Educação Matemática: Números e Operações numéricas. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 06 ex. (2.ed. 2009).		
MUNIZ, Cristiano Alberto. Brincar e jogar: enlces teóricos e metodológicos no campo da Educação Matemática. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.		
SMOLE, Katia Stocco; MUNIZ, Cristiano Alberto. A matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola infantil: Pra que te quero? <i>In:</i> CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
KAMII, Constance; JOSEPH, Linda Leslie. Crianças pequenas continuam reinventando a aritmética (séries iniciais): implicações da teoria de Piaget. Tradução: Vinicius Figueira. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.		
MUNIZ, Cristiano Alberto. Brincar e jogar: enlces teóricos e metodológicos no campo da Educação Matemática. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.		
MORETTI, Vanessa Dias; SOUZA, Neusa Maria Marques de. Educação matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: princípios e práticas pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2015.		
SILVA, João Alberto da (org.). Alfabetização matemática nos anos iniciais do ensino		



fundamental. Curitiba: CRV, 2020.

SMOLE, Kátia Stocco *et al.* **Brincadeiras infantis nas aulas de Matemática.** São Paulo: Penso, 2020. v. 1. *E-book.* (Minha Biblioteca).

SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignes. **Materiais manipulativos para o ensino das quatro operações básicas.** Porto Alegre: Penso, 2016.

SMOLE, Kátia Stocco. **Jogos de matemática de 1º ao 5º ano.** Porto Alegre: Artmed, 2007. *E-book.* (Minha Biblioteca).

TOMAZ, Vanessa Sena; DAVID, Maria Manuela Martins Soares. **Interdisciplinaridade e aprendizagem da matemática em sala de aula.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1854	Seminário II - Estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento	30
EMENTA		
A escolarização como fenômeno cultural e o seu impacto no desenvolvimento humano, priorizando as noções de diversidade, igualdade e diferença. Paradigmas de formação do pensamento pedagógico (clássicos e contemporâneos) e o papel da escola na ampliação, aprofundamento e atualização dos campos dos saberes e de seus modos de produção curricular para crianças e jovens, infâncias e juventudes.		
OBJETIVO		
Vivenciar temáticas e problemáticas de nível intermediário em relação a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como prática social e inclusiva, considerando os elementos fundamentais para o exercício da docência de pedagogas e pedagogos, de maneira crítica, criativa e investigativa.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.		
BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano . Belo Horizonte: Autêntica, 2017.		
BOTO, Carlota. A liturgia escolar na idade moderna . Campinas, SP: Papyrus, 2017.		
OLIVEIRA, Roselusia T. de M. (org). Leituras e infâncias: experimentações sensíveis . Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. Disponível: https://editoracriacao.com.br/leituras-e-infancias-experimentacoes-sensiveis/ Acesso em: 18 abr. 2023.		
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações . 2.ed São Paulo: Cortez, 1997.		
VEIGA, I. P. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível . 13. ed. Campinas: Papyrus, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARIËS, P. História Social da Criança e da Família . Rio de Janeiro: Zahar, 2015.		
ARROYO, Miguel González. Ofício de mestre: imagens e autoimagens . 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.		
ARROYO, Miguel González. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres . 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.		
GADOTTI, Moacir. História das Ideias Pedagógicas . São Paulo: Ática, 1997.		
HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade . 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.		
PHILIPPI, Arlindo Jr. FERNANDES, Valdir. Práticas da interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa . São Paulo: Manole, 2015 (Minha Biblioteca E-book).		
PRIORE, Mary Del. História das Crianças no Brasil . São Paulo: Contexto, 2013.		
COSTA, Marisa V. <i>et al.</i> A escola tem futuro . 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		
ZITKOSKI, Jaime José. Horizontes da (re) fundamentação em educação popular . Frederico Westphalen:URI, 2000.		



Número de unidades de avaliação: 1



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1849	Estágio curricular supervisionado: educação infantil I	60
EMENTA		
A educação infantil: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Cuidar educar de 0 a 3 anos. A interação e a brincadeira como eixos estruturantes para a experiência com o mundo: o outro, o corpo, a fala, o pensamento, a imaginação, os sons, as cores, as formas, etc. Intervenção pedagógica: planejamento, vivência e produção de relatório crítico-reflexivo. Produção de escritas reflexivas sobre a experiência de estágio. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.		
OBJETIVO		
Protagonizar prática pedagógica com crianças de 0 a 3 anos vivenciando-a como investigação teórico-prática.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (org.). Ensinando aos pequenos de zero a três anos . 2. ed. Campinas: Alínea, 2012.		
FOCHI, Paulo. Afinal, o que fazem os bebês no berçário? Porto Alegre: Penso, 2015.		
GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON Sonia. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche . 2. ed. São Paulo: Ed. Penso, 2006.		
HORN, Maria da Graça Souza. Brincar e interagir nos espaços da escola infantil . São Paulo: Ed. Penso, 2017.		
MATURANA, Humberto; VERDEN-ZOLLER, Gerda. Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano . São Paulo: Palas Athena, 2004.		
OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Registros na educação infantil: pesquisa e prática pedagógica . Campinas, SP: Papyrus, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores . São Paulo: Avercamp, 2006.		
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil . Brasília, 2009.		
BRASIL/MEC/SEB/COEDI. Critérios para um atendimento em creches que respeite os DEBUS, Eliane. Festaria de brincadeira: a leitura literária na educação infantil . São Paulo: Paulus, 2006.		
LIMA, Elvira. Conhecendo a criança pequena . São Paulo: Inter Alia, 2001.		
MARTINS, Gabriela Dal Forno; STERNBERG, Priscilla Wagner; ROSEK, Marlene. Infância e inclusão: princípios inspiradores da atuação na educação infantil . Porto Alegre: EdiPUCRS, 2022.		
KISHIMOTO, Tizuco Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.		
PIORSKI, Gandhi. Brinquedos do chão: a natureza, o imaginário e o brincar . São Paulo: Fundação Peirópolis, 2016.		
SÍVERES, Luiz (org). A extensão universitária como um princípio de aprendizagem . Brasília: Liber Livro, 2013. Disponível em:		



<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232083> Acesso em 2 jan. 2024.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Imaginação e criatividade na infância**. Tradução: João Pedro Fróis. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2018.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na educação infantil**: uma história que se repete. 9. ed. São Paulo. Cortez, 2012.

Número de unidades de avaliação: 1



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1845	Educação em linguagens I	60
EMENTA		
Letramento e alfabetização: aspectos históricos e teórico-metodológicos. Processos de aquisição da linguagem oral e escrita pela criança na educação infantil e anos iniciais. Usos e funções da escrita na cultura contemporânea. Produção e apropriação da leitura e da escrita: uma metodologia de alfabetização a partir do texto. Processos didáticos e fundamentos teóricos das linguagens, da alfabetização e do letramento. Práticas e processos de avaliação e inserção na alfabetização. Práticas cotidianas de leitura e a formação de leitores na educação infantil e anos iniciais.		
OBJETIVO		
Compreender os processos de aquisição da linguagem, da alfabetização e do letramento na infância e suas implicações para o ensino.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FERREIRO, Emília; PALACIO, Margarita Gomes. Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.		
FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita . Porto Alegre: Artmed, 1999.		
KRAMER, Sonia. Alfabetização, leitura e escrita . Formação de professores em curso. São Paulo: Ática, 2001		
SANTOS, Carmi Ferraz (org.). Alfabetização e letramento: conceitos e relações . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.		
SOARES, Magda. Alfabetização e letramento . 6. ed. São Paulo: Contextos, 2011.		
VIGOTSKY, Lev Semenovitch; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . 12. ed. São Paulo: Ícone, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa (org.). Leitura e produção de textos na alfabetização . Belo Horizonte: Autêntica, 2005.		
CASTANHEIRA, Maria Lucia. Alfabetização e letramento na sala de aula . São Paulo: Autêntica, 2008. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
KISHIMOTO, Tizuko M.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Em busca da pedagogia da infância: pertencer e participar. Porto Alegre: Penso, 2013. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
LOTSCH, Vanessa de Oliveira. Alfabetização e letramento: uma visão geral . São Paulo: Cengage Learning, 2015. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender . Porto Alegre: Mediação, 2009.		
ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social . São Paulo: Parábola, 2009.		
SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros . Belo Horizonte: Autêntica, 2003.		
SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social . 17. ed. São Paulo: Ática,		



2008.

TFOUNI, Leda Verdiani (org.). **Letramento, escrita e leitura: questões contemporâneas.** São Paulo, SP: Mercado de Letras, 2011.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1851	Educação em linguagens II	60
EMENTA		
Princípios e fundamentos das linguagens da arte. A arte na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: concepções teóricas e metodológicas. A expressão da criança nas linguagens da arte: artes visuais, cinema, teatro, música e dança. Aspectos metodológicos da arte em contextos educativos. Didática no ensino das artes como fundamento pedagógico da Prática como Componente Curricular.		
OBJETIVO		
Refletir acerca do papel da arte, princípios, fundamentos e das linguagens artísticas em instituições de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBIERI, Stela (org.). Inquietações e mudanças no ensino da arte . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2016.		
BARBIERI, Stela (org.). Interações: onde está a arte na infância . São Paulo: Blucher, 2012.		
KRAMER, Sonia. Infância e produção cultural . Campinas: Papyrus, 1998.		
OSTETTO, Luciana Esmeralda; LEITE, Maria Isabel. Arte, infância e formação de professores . Campinas: Papyrus, 2004.		
VIGOTSKI, Lev Semenovich. Psicologia da Arte . São Paulo: Martins Fontes, 1999.		
VYGOTSKI, Lev Semenovich. Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico . Tradução: Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, Célia M. de C. Concepções e práticas artísticas na escola. <i>In</i> : FERREIRA, Sueli (org.). O Ensino das Artes: construindo caminhos . São Paulo: Papyrus, 2001.		
BARBOSA, Ana Mae. John Dewey e o ensino da arte no Brasil . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.		
BRITO, Teca Alencar de. Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança . 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2003.		
BUORO, Anamélia Bueno. Olhos que pintam: a leitura da imagem e o ensino da arte . São Paulo: Educ./Fapesp/Cortez, 2002.		
CAVALCANTI, Zelia (org.). Arte na sala de aula . Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.		
FERREIRA, Taís; FALKEMBACH, Maria Fonseca. Teatro e dança nos anos iniciais . Porto Alegre: Mediação, 2012.		
FUSARI, Maria Felisminda de Resende e; FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. Arte na educação escolar . São Paulo: Cortez, 1992.		
GOBBI, Marcia Aparecida; PINAZZA, Mônica Appezzato (org.). Infância e suas linguagens . São Paulo: Cortez, 2015. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte . Porto Alegre: Artmed, 2003.		
SOARES, Lisbeth. Música, educação e inclusão: reflexões e práticas para o fazer musical . Curitiba: Intersaberes, 2020.		
Número de unidades de avaliação: 2		





Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1850	Educação em ciências da natureza II	60
EMENTA		
Temáticas e Conceitos estruturantes do conhecimento biológico, físico e químico. Investigação, experimentação, expedições e pesquisa no Ensino de Ciências. Metodologias de Ensino de Ciências da Natureza: concepções, fundamentos, práticas de ensino e pesquisa, materiais e recursos didáticos. A educação ambiental como princípio pedagógico para a Prática como Componente Curricular e no desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.		
OBJETIVO		
Compreender fundamentos teórico-metodológicos das Ciências da Natureza para desenvolver processos didático-pedagógicos voltados à construção de conhecimentos na infância.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARCE, Alessandra; SILVA, Débora A. S. M. da; VAROTTO, Michele; MIGUEL, Carolina Costa. Ensinando Ciências na Educação Infantil . 2. ed. Campinas: Alínea, 2020.		
CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática . São Paulo: Cengage Learning, 2015.		
CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; GIL-PÉREZ, Daniel. Formação de professores de ciências: tendências e inovações . São Paulo: Cortez, 2014.		
CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de Ciências por Investigação: condições de implementação em sala de aula . São Paulo: Cengage Learning, 2013.		
CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (org.). Ensinar a Ensinar: didática para o escola fundamental e média . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001		
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos . São Paulo: Ed. Cortez, 2002.		
SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMEZ, Ángel I. Pérez. Compreender e transformar o ensino . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.		
ZABALA, Antoni. A prática educativa . Porto Alegre: ARTMED, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DOMINGUINI, Lucas; ROSSO, Pedro; GIASSI, Maristela Gonçalves. Extensão e a formação continuada de professores: um estudo de caso em Ciências Naturais. Rev. Ciênc. Ext. v.9, n.1, p.124-134, 2013.		
FRACALANZA, Hilário; MEGID NETO, Jorge (org.). O livro didático de ciências no Brasil . Campinas: Komedi, 2006.		
GALIAZZI, Maria do Carmo; MORAES, Roque. Educação pela pesquisa como modo, tempo e espaço de qualificação da formação de professores de ciências. Ciência e Educação , v. 8, n. 2, p. 237-252, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/rpxWhrW3yfVZHTY9kSVyrxS/ Acesso em: 29 set. 2023.		
GALIAZZI, Maria do Carmo. Aprender em Rede na educação em Ciências . Ijuí, RS: Unijuí, 2008.		



GONÇALVES, Nadia G; QUIMELLI, Gisele A. de S. **Princípios da extensão universitária:** contribuições para uma discussão universitária. Curitiba, PR: CRV, 2016.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elisabeth. **Currículo de ciências em debate.** Campinas, SP: Papyrus, 2016.

MACEDO, Elisabeth (org.) **Currículo:** debates contemporâneos. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAES, Roque; LIMA, Valderez Marina do Rosário. **Pesquisa em sala de aula:** tendências para a educação em novos tempos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ROSA, Daniela. **Textos de divulgação científica nas Séries Iniciais:** um caminho para alfabetização científico-tecnológica de crianças. 2002. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. **Educação em química:** compromisso com a cidadania. 4. ed. Ijuí: Unijuí, 2015.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1855	Educação em ciências humanas II	60
EMENTA		
As Ciências Humanas e os fundamentos teórico-metodológicos e avaliativos na aprendizagem nos Anos Iniciais. A didática no ensino de Ciências Humanas (História e Geografia). Práticas pedagógicas, materiais didáticos e tecnologias no ensino de Ciências Humanas (Geografia e História). A prática pedagógica nas Ciências Humanas em escola. Proposição e de atividade de extensão com a comunidade escolar ou geral. Didática no ensino de História e Geografia nos anos iniciais.		
OBJETIVO		
Protagonizar práticas pedagógicas orientadas sob fundamentos teórico-metodológicos necessários à construção do conhecimento histórico e geográfico para a docência nos Anos Iniciais e Educação Infantil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABUD, Kátia M. <i>et al.</i> (org.). Ensino de história . São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico em sala de aula . São Paulo: Contexto, 1997.		
CALLAI, Helena C. (org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões . Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.		
COPATTI, Carina. Geografia(s), professor(es) e a construção do pensamento pedagógico-geográfico . Curitiba: CRV, 2020. v. 1. (Coleção Educação e geografia: tramas e tessituras contemporâneas).		
GUIMARÃES, Selva. Didática e prática do ensino de história . São Paulo: Papyrus, 2013.		
KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, prática e propostas . São Paulo: Contexto, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, Rosângela Doin de; JULIASZ, Paula C. Strina. Espaço e tempo na educação infantil . São Paulo: Contexto, 2014.		
CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos . Campinas, SP: Papyrus, 2011.		
CASTELLAR, Sonia. Educação geográfica: teorias e práticas docentes . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.		
LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia e educação infantil: espaços e tempos desacostumados . Porto Alegre: Mediação, 2018.		
PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.		
SILVA, Andréia Giordanna Araujo da. O ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental . Maceió, Alagoas: Café com Sociologia, 2020.		
VASCONCELLOS, Luiz Gonzaga Falcão; SAMPAIO, Adriany de Ávila Melo. Geografia e anos iniciais do ensino fundamental . Curitiba: CRV, 2020.		
Número de unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1858	Estágio curricular supervisionado: educação infantil II	75
EMENTA		
A formação integral das crianças dos 4 e 5 anos na pré-escola. A interação e a brincadeira como eixos estruturantes das experiências com: o outro, corpo, fala, pensamento, imaginação, sons, cores, formas, etc. Docência na educação infantil. Intervenção pedagógica: planejamento, vivência e produção de relatório crítico-reflexivo. Produção de escritas reflexivas sobre a experiência de estágio. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.		
OBJETIVO		
Protagonizar a prática didático-pedagógica com crianças da educação infantil (4 a 5 anos) vivenciando-a como investigação teórico-prática sobre a infância.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
COUTINHO, Angela S.; DAY, Giseli; WIGGERS, Verena (org.). Práticas pedagógicas na educação infantil: diálogos possíveis a partir da formação profissional. São Leopoldo: Oikos; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.		
FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org.). O coletivo infantil em creches e pré-escolas-falares e saberes. São Paulo: Cortez, 2007.		
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, 2011. <i>E-book.</i> (Minha Biblioteca).		
ROCHA, Eloísa A. C.; KRAMER, Sonia (org.). Educação infantil: enfoques em diálogo. Campinas, SP: Papyrus, 2011.		
SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. Lev S. Vigostki: imaginação e criação na infância. São Paulo: Expressão Popular, 2018.		
TIRIBA, Lea. Educação infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AUD, Daniela. Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola. São Paulo, SP: Contexto, 2006.		
HORN, Maria da Graça Souza Brincar e interagir nos espaços da escola infantil. Porto Alegre: Penso, 2017.		
LIMA, Elvira. A criança pequena e suas linguagens. São Paulo: Inter Alia, 2011.		
KRAMER, Sônia. Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. 10. ed. São Paulo: Ática, 1997.		
LIMA, Izenildes B. de. A criança e a natureza: experiências educativas nas áreas verdes como caminhos humanizadores. Curitiba, PR: Appris, 2020.		
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.		
SCHMITZ, Lenir Luft. Entre a educação infantil e o ensino fundamental: uma análise das vivências espaço-temporais das infâncias. Curitiba, PR: CRV, 2012.		
SÍVERES, Luiz (org.). A extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Brasília: Liber Livro, 2013. Disponível em:		



<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232083> Acesso em 2 jan. 2024.

TONUCCI, Francesco. **Com Olhos de Criança**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Psicologia, Educação e Desenvolvimento**: escritos de L. S. Vigotski. Organização e tradução: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

Número de unidades de avaliação: 1



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA430	Literatura infantil e juvenil	30
EMENTA		
Literatura infantil e juvenil: conceito e história. Gêneros da literatura infantil e juvenil: populares, clássicos e contemporâneos. Literatura infantil e juvenil na escola: ações práticas que promovam a vivência da Prática como Componente Curricular. A importância da Lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008 na Educação Básica.		
OBJETIVO		
Promover a reflexão de leitores a partir da leitura de obras da literatura infantil e juvenil brasileira e universal. Propor atividades para o trabalho em sala de aula. Discutir o papel das relações étnico-raciais na Educação Básica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AMÂNCIO, Iris M. da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.		
COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise e didática . São Paulo: Moderna, 2000.		
COLOMER, Teresa; CAMPS, Anna. Ensinar a ler, ensinar a compreender . Porto Alegre: Artmed, 2011.		
COSSON, Rildo. Círculos de leitura e letramento literário . São Paulo: Contexto, 2014.		
HUNT, Peter. Crítica, teoria e literatura infantil . Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.		
ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a literatura infantil brasileira . Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fada . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.		
HUSTON, Nancy. A espécie fabuladora . Porto Alegre: L&PM, 2010.		
JOUVE, Vicent. A leitura . São Paulo: UNESP, 2002.		
MACHADO, Ana Maria. Como e por que ler os clássicos universais . Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.		
PETIT, Michèle. Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva . 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.		
RODARI, Gianni. Gramática da fantasia . São Paulo: Summus, 1982. (Novas buscas em educação, 11).		
SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSSING, Tânia M. K. Mediação de leitura: discussão e alternativas para a formação de leitores . São Paulo: Global, 2009.		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1857	Educação em linguagens III	60
EMENTA		
<p>O corpo no desenvolvimento integral da criança: movimento, expressão e interação com o outro e com o ambiente pela linguagem corporal. O corpo como expressão corporal das emoções, dos sentimentos, sensações, necessidades e desejos. As práticas corporais como um tipo de conhecimento que possibilita perceber o mundo, o outro e a si próprio de um modo singular. Estratégias fundamentais para o trabalho com o corpo infantil (Educação Infantil) e na educação física escolar (Anos Iniciais). Planejamento e avaliação de ações didático-pedagógicas envolvendo atividades corporais para a Educação Infantil e Anos iniciais. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender a linguagem das práticas e das culturas corporais como processos que constituem uma educação para a vida individual e coletiva, privilegiando a autonomia e o reconhecimento da corporeidade nas experiências da vida social.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ARAÚJO, Raffaele A. dos S. A educação física na formação inicial: prática pedagógica e currículo. São Luís, MA: EDUFMA, 2014.</p> <p>ARROYO, Miguel; SILVA, Maurício R. da. Corpo infância: exercício tensos de ser criança, por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.</p> <p>CAMARGO, Daiana. O brincar corporal na educação infantil: reflexões sobre o educador, sua ação e formação. Curitiba: Intersaberes, 2014.</p> <p>GRANDO, Beleni S. Corpo, educação e cultura: práticas sociais e maneiras de ser. Ijuí: Unijuí, 2009.</p> <p>MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física Infantil: construindo o movimento na escola. São Paulo: Phorte, 2003.</p> <p>PICCOLO, Vilma L. N. Lení Nista. Corpo em movimento na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2012.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



ALVES, Fátima. **Psicomotricidade: corpo, ação e emoção**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

BAGNARA, Ivan C. **Educação física escola: política, currículo e didática**. Ijuí: Unijuí, 2019. *E-book*. (Minha Biblioteca).

CALMÉLS, Daniel. **Infâncias do corpo**. 2. ed. São Paulo: Editora Phorte, 2022.

CANO, Márcio R. de O. **Educação física cultural**. São Paulo: Blucher, 2016. *E-book*. (Minha Biblioteca).

CARVALHO, Célia R; CIRÍACO, Klinger T; ALMEIDA, Roseli M. R. **Contextos formativos no ensino, pesquisa e extensão universitária**. Curitiba, PR: CRV, 2015.

FREIRE, João B. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física**. 5. ed. São Paulo, SP: Scipione, 2009.

GARCIA, Regina L. (org.). **O corpo que fala dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GRABER, Kim C. **Educação física e atividades para o ensino fundamental**. Porto Alegre: AMGH, 2014. *E-book*. (Minha Biblioteca).

KISHIMOTO, Tizuko M. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. São Paulo: Cortez, 2023. *E-book*. (Minha Biblioteca).

SILVA, Juliano V. da. **Educação física adaptada**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. (Minha Biblioteca).

Número de unidades avaliativas: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1859	Educação: mídias e tecnologias digitais	60
EMENTA		
Mídias, cultura e educação. Educação e infância na cultura digital. Mídias e a constituição das culturas infantis e juvenis na contemporaneidade. Tecnologias da informação e da comunicação na organização de situações de ensino e aprendizagem. Docência interativa, ambientes virtuais de aprendizagem e produção de material didático digital. Mídias na escola: elaboração, utilização e avaliação de recursos didáticos digitais. As ferramentas da Web 2.0 na Educação Infantil e Anos Iniciais.		
OBJETIVO		
Refletir sobre a cultura digital no mundo contemporâneo e os processos pedagógicos criados no ensino a partir das tecnologias da informação e da comunicação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, Fernando J. de; FONSECA JÚNIOR, Fernando M. Aprendendo com projetos: coleção informática para a mudança na educação. Brasília: MEC/SEED, 2004.		
ALMEIDA, Maria E. B. de; MORAN, José M. Maria Elizabeth Bianconcini de; MORAN, José Manuel. Integração das tecnologias na educação. Brasília: MEC/SEED, 2005.		
BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastião (org.). Computadores em Sala de Aula: métodos e usos. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.		
LÉVY, Pierre. As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 2010.		
MORAN, José M.; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 19. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.		
WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e Inclusão Social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A Sala de Aula Digital: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, on-line e híbrido. Porto Alegre: Penso, 2021. <i>E-book.</i> (Minha Biblioteca).		
COSTA, Alan R.; BEVILAQUA, André; KIELING, Helena dos S.; FIALHO, Vanessa R. Paulo Freire. Hoje na Cibercultura. Porto Alegre: CirKula, 2020.		
HAN, Byung-Chul. No Exame: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.		
MARTINO, Luis M. S. Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis: Vozes, 2015.		
MARTINS, Beatriz C. Autoria em Rede: os novos processos autorais através das redes eletrônicas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.		
SANTAROSA, Lucila Maria Costi; CONFORTO, Débora. Formação de professores em tecnologias digitais acessíveis. Porto Alegre: Evangraf, 2012.		
STRASBURGER Victor C.; WILSON, Barbara J.; JORDAN, Amy B. Crianças. Adolescentes e a mídia. Tradução: Sandra Mallmann. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. <i>E-book.</i> (Minha Biblioteca).		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH810	Educação inclusiva	30
EMENTA		
Educação Especial e Educação Inclusiva. A construção da normalidade e da anormalidade. Estudos acerca das condições e possibilidades para a educação do público da educação especial (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades). Análises a partir de pesquisas em educação sobre a questão da inclusão escolar.		
OBJETIVO		
Reconhecer os processos de construção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em seus aspectos históricos, culturais, filosóficos, políticos e pedagógicos, para promover a construção da inclusão nas práticas escolares em geral e nas práticas didático-pedagógicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. MANTOAN, M. T. E. (org.). O desafio das diferenças nas escolas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. C. Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BAPTISTA, C. R.; CAIADO, Katia R. M.; JESUS, Denise M. Educação especial: diálogo e pluralidade. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. CARVALHO, R. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. 4. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção educação contemporânea). JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. MANTOAN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo, SP: Memnon, 2001. PAIM, R. O.; ZIESMANN, C. I.; PIEROZAN, S. S. H.; LEPKE, S. (org.). Educação especial e inclusiva e(m) áreas do conhecimento. Curitiba, PR: CRV, 2019. SILUK, A. C. P. Atendimento educacional especializado: contribuições para a prática pedagógica. Santa Maria, RS: UFSM, 2014. ZIESMANN, C. I.; BATISTA, J. F.; LEPKE, S. (org.). Formação humana, práticas pedagógicas e educação inclusiva. Campinas, SP: Pontes, 2019.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1856	Educação em matemática II	60
EMENTA		
<p>O conhecimento e o pensamento matemático nos Anos iniciais do Ensino Fundamental. Fundamentos e princípios teóricos-metodológicos para o ensino de Matemática nos Anos Iniciais: desenvolvimento do pensamento numérico, algébrico, geométrico, estatístico e probabilístico. Metodologias para o ensino de Matemática. Produção e análise de propostas e materiais didáticos para ensino de Matemática nos Anos Iniciais. Noções para o desenvolvimento do pensamento matemático na educação infantil. A Didática no ensino de Matemática nos anos iniciais: vivenciando uma Prática como Componente Curricular.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender a natureza do pensamento matemático explorando processos teórico-metodológicos para a aprendizagem de conceitos estruturantes da Matemática nos Anos Iniciais.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BETTI, Mauro; GOMES, Pierre, N. Corporeidade, jogo, linguagem: a educação física nos anos iniciais do ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2019.</p> <p>CARVALHO, Mercedes (org.). Ensino fundamental: práticas docentes nos anos iniciais. 5. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>DEUS, Sandra de. Extensão universitária: trajetórias e desafios. Santa Maria. RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf Acesso em: 30 out. 2023.</p> <p>KIRCHOF, Edgar Roberto; PEREIRA, Mara Elisa Matos; SOUZA, Luana Soares de; Literatura Infantojuvenil. Curitiba: Intersaberes, 2013.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuco Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006. <i>E-book</i>.</p> <p>PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>SILVA, João Alberto da (org.). Alfabetização matemática nos anos iniciais do ensino fundamental. Curitiba: CRV, 2020.</p> <p>SILVA, Rovilson José da; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de (org.). Formação docente para os anos iniciais do ensino fundamental: estágio e pesquisa. Curitiba: CRV, 2016.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>MANRIQUE, Ana L.; VIANA, Elton de A. Educação Matemática e educação especial: diálogos e contribuições. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. <i>E-book</i>. (Minha Biblioteca).</p> <p>MOYSÉS, Lúcia. Aplicações de Vygotsky à educação matemática. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.</p> <p>PARRA, Cecília; SAIZ, Irma (org.). Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas. Tradução: Juan Acuña Llorens. Porto Alegre: Artmed, 1996.</p> <p>SANTOS, Cleane A. dos; NACARATO, Adair M. Aprendizagem em geometria na</p>		



educação básica: a fotografia e a escrita na sala de aula. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SMOLE, Kátia S; DINIZ, Maria I; CÂNDIDO, Patrícia. **Figuras e formas:** 0 a 6. 2. ed. São Paulo: Penso, 2014. v. 3. *E-book*. (Minha Biblioteca).

ZALESKI FILHO, Dirceu. **Matemática e arte**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. *E-book*. (Minha Biblioteca).

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1863	Estágio curricular supervisionado: anos iniciais I	90
EMENTA		
Docência nos anos iniciais (do 1º ao 3º ano) do ensino fundamental. Aspectos teórico-metodológicos do ensino nos anos iniciais. Currículo e aspectos didático-pedagógicos nos anos iniciais. Intervenção pedagógica: planejamento, vivência e produção de relatório crítico-reflexivo. Produção de escritas reflexivas sobre a experiência de estágio. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.		
OBJETIVO		
Protagonizar a prática didático-pedagógica com crianças do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental vivenciando-a como investigação teórico-prática.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (org). Ensinando aos pequenos de zero a três anos. 2. ed. Campinas: Alínea, 2012.		
LIMA, Maria Socorro Lucena.; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e Docência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
LIMA, Elvira. Desenvolvimento e aprendizagem na escola . São Paulo: Inter Alia, 2011.		
SILVA, Lázara C.; MIRANDA, Maria I. Estágio Supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades . São Paulo: Junqueira & Martin, 2008.		
SOARES, Magda. Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever . São Paulo: Contexto, 2020.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BETTI, Mauro; GOMES, Pierre, N. Corporeidade, jogo, linguagem: a educação física nos anos iniciais do ensino fundamental . São Paulo: Cortez, 2019.		
CARVALHO, Mercedes (org.). Ensino fundamental: práticas docentes nos anos iniciais . 5. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2011.		
DEUS, Sandra de. Extensão universitária: trajetórias e desafios . Santa Maria. RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf Acesso em: 30 out. 2023.		
KIRCHOF, Edgar Roberto; PEREIRA, Mara Elisa Matos; SOUZA, Luana Soares de;. Literatura Infantojuvenil. Curitiba: Intersaberes, 2013.		
KISHIMOTO, Tizuco Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação . 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006. <i>E-book</i> .		
PRIORE, Mary (org.). História das crianças no Brasil . São Paulo: Contexto, 2006.		
SILVA, João Alberto da (org.). Alfabetização matemática nos anos iniciais do ensino fundamental . Curitiba: CRV, 2020.		
SILVA, Rovilson José da; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de (org.). Formação docente para os anos iniciais do ensino fundamental: estágio e pesquisa . Curitiba: CRV, 2016.		
SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ Maria Ines (org.). Materiais manipulativos para o ensino das quatro operações básicas . Porto Alegre: Penso, 2016. v. 2		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1862	Sociologia da educação	30
EMENTA		
Educação e integração social; educação e relações de classe; educação e desigualdades; educação e emancipação social; educação e trabalho; educação e cultura; educação e desenvolvimento.		
OBJETIVO		
Compreender as relações entre educação e organização da vida em sociedade no sentido de habilitar o entendimento de contextos sociais e educacionais específicos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando. Sociologia da educação: análise internacional . Porto Alegre: Penso: 2013.		
BODART, Cristiano das N. (org.). O ensino de Humanidades nas escolas . Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.		
BONETI, Lindomar W. Sociologia da educação no Brasil: do debate clássico ao contemporâneo . Curitiba: PUCPress, 2018.		
GIDDENS, Anthony; SUTTON, Phillip W. Conceitos essenciais da sociologia . São Paulo: UNESP, 2017.		
KRUPPA, Sônia M. P. Sociologia da educação . São Paulo: Cortez, 2018.		
OLIVEIRA, Dijaci D.; RABELO, Danilo; FREITAS, Revalino A. de. (org.). Ensino de Sociologia: currículo, metodologia e formação de professores . Goiânia: UFG/FUNAPE, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CHARLOT, Bernard. Educação ou barbárie? Uma escolha para a sociedade contemporânea . São Paulo: Cortez, 2020.		
FERNANDES, Florestan. Educação e sociedade no Brasil . São Paulo: Dominus, 1966.		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996.		
FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo (org.). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho . São Paulo: Cortez, 2002.		
HABERMAS, Jurgen. O futuro da natureza humana: a caminho de uma eugenia liberal? Tradução: Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2004.		
MORIN, Edgar. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.		
ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu . 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.		
SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política . 35. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.		
Número de unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH186 4	Seminário III - Estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado	30
EMENTA		
A organização do espaço e do tempo escolar. Os desafios da carreira docente na sociedade do conhecimento e da aprendizagem em cidades educadoras, a partir dos processos de produção, circulação e aquisição do conhecimento e de desenvolvimento humano, em especial, na Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.		
OBJETIVO		
Vivenciar temáticas e problemáticas de aprofundamento sobre a articulação de uma educação inclusiva e democrática entre ensino, pesquisa, extensão e cultura, considerando os elementos fundamentais para o exercício da docência de pedagogos/as, de maneira crítica, criativa e investigativa.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALARCÃO, Isabel. Escola reflexiva e nova racionalidade . Porto Alegre: Artmed, 2001. (Minha Biblioteca – <i>E-Book</i>)		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador . São Paulo: Cortez, 2003.		
FENSTERSEIFER, Paulo E. A tarefa educacional na especificidade da escola . Ijuí: UNIJUÍ, 2020 (Minha Biblioteca – <i>E-Book</i>)		
RANCIERI, Jacques. O ódio à democracia . São Paulo: Boitempo, 2014.		
SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.		
PIMENTA, Selma Garrido S.G. (org.). Saberes Pedagógicos e Atividade Docente . São Paulo: Cortez Editora, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALARCÃO, Isabel. Professores Reflexivos em uma escola reflexiva . São Paulo: Cortez, 2003.		
CANCLINI, Nestor. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade . Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.		
HOOKS, Bell; CARA, Daniel; HADDAD, Sérgio; GUAJAJARA, Sonia; CÁSSIO, Fernando. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de Ensinar . São Paulo: Boitempo, 2019.		
KOHAN, Walter. Paulo Freire: mais do que nunca – uma biografia filosófica . Belo Horizonte: Vestígio, 2019.		
LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos: para quê? Cortez, 2003.		
MOLL, Jaqueline. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos . São Paulo: Penso, 2012. (Minha Biblioteca – <i>E-Book</i>)		
MOLL, Jaqueline (org). Os tempos da vida nos tempos da escola: construindo possibilidades . 2. ed. São Paulo: Penso, 2013. (Minha Biblioteca – <i>E-Book</i>)		
REDIN, Euclides. O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca . Porto Alegre: Mediação, 2004.		
Número de unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	
GCH1860	Ética contemporânea e educação	60
EMENTA		
Pólis, paideia e aretê como parceria colaborativa. Razão comunicativa, ética do discurso e educação crítico-dialógica. Responsabilidade como princípio de ética pública na educação das crianças e adolescentes. Ética da alteridade, diálogo intercultural, solidariedade sociopolítica e o princípio da unidade de educar e cuidar.		
OBJETIVO		
Refletir sobre os fundamentos ético-axiológicos das práticas educativas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna . Petrópolis: Vozes, 1994.		
BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e holocausto . Rio de Janeiro: Zahar, 1998.		
DUSSEL, Enrique D. Para uma ética da libertação latino-americana . I – Acesso ao ponto de partida da ética. São Paulo: Loyola: Ed. UNIMEP, [1980].		
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.		
HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo . 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.		
JONAS, Hans. O princípio responsabilidade : ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.		
LÉVINAS, Emmanuel. Ética e Infinito . Lisboa: Edições 70, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
HERMANN, Nádia. Ética & Educação : outra sensibilidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.		
KOHAN, Walter Omar; OLARIETA, Beatriz Fabiana (org.). A escola pública aposta no pensamento . Belo Horizonte: Autêntica, 2012. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
KOHAN, Walter Omar. Ensino de Filosofia . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
MARTINS Rogério Jolins; LEPARGNEUR, Hubert. Introdução à Lévinas : pensar a ética no século XXI. São Paulo: Paulus, 2014.		
MIOTELLO, Valdemir. Por uma escuta responsiva : a alteridade como ponto de partida. São Carlos, SP: Pedro & João, 2018.		
SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença : e se o outro não estivesse aí? Tradução: Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.		
Número de unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas	
		PCCr	PPCr Extensionista
GCH1768	Prática de ensino: pesquisa em educação	45	15
EMENTA			
<p>Conceitos, metodologias, abordagens e estratégias de intervenção. Pesquisa, formação docente, racionalidades e tendências. O papel das pesquisas educacionais nos processos de ensino e na formação de professores da educação básica. Tendências da pesquisa educacional na formação de professores e no ensino. Elaboração e execução de pesquisa em contexto escolar. Vivências das etapas da pesquisa contemplando diferentes temáticas do ensino, com especial atenção ao contexto escolar. Extensão universitária com foco na aplicação do conhecimento profissional como agente transformador da sociedade.</p>			
OBJETIVO			
<p>Fundamentar a docência na Educação Básica com pesquisa na área da Educação pela via da análise teórica e de modelos de pesquisa, formação de professores e ensino.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>DEMO, P. Educar pela pesquisa. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.</p> <p>FAZENDA, I. Pesquisa em educação. São Paulo: Papyrus, 2002.</p> <p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>HERMEL, E. E. S.; GÜLLICH, R. I. C. Educação em ciências e matemática: pesquisa e formação de professores. Chapecó: UFFS, 2016.</p> <p>LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>ALARCÃO, I. (org.). Formação reflexiva de professores: estratégias de supervisão. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>ALARCAO I. Escola reflexiva e nova racionalidade. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>GERALDI, C.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. (org.). Cartografias do trabalho docente: professor(a) pesquisador(a). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.</p> <p>BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é como se faz. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.</p> <p>DINIZ-PEREIRA, J. E.; ZEICHNER, K. M. (org.). A pesquisa na formação e no trabalho docente. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2012. <i>E-book</i>. (Minha biblioteca/UFFS).</p> <p>BIAPINA, I. M. L. M. Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>			



MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2013.

MATTAR, J.; RAMOS, D. K. **Metodologia da pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. São Paulo: Almedina, 2021. *E-book*. (Minha biblioteca/UFFS).

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. 4. ed. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2001.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1861	Teorias do currículo: conhecimento e cultura	60
EMENTA		
Etimologia e epistemologia do currículo. Estudo do pensamento educacional curricular, com ênfase na perspectiva do currículo como produção cultural. Estudos culturais e teorias (críticas e pós-críticas) do currículo. A cultura escolar e a disciplinarização do conhecimento. Cultura, políticas curriculares e educacionais na contemporaneidade. A relação mídia-informação x ensino-construção do conhecimento.		
OBJETIVO		
Compreender o desenvolvimento histórico da construção curricular na escola, discernindo o debate político, cultural e epistemológico que se manifesta em cada momento de reformulação das diretrizes curriculares (nacionais, estaduais e municipais).		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
APPLE, Michael Whitman. Ideologia e currículo . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.		
FORQUIN, Jean Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.		
GOODSON, Ivor Frederick. Currículo: teoria e história . 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.		
LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias do currículo : São Paulo: Cortez, 2011.		
SACRISTÁN, José Gimeno. Currículo: uma reflexão sobre a prática . 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.		
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . 3. ed. 10. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
APPLE, Michael Whitman. Educação e poder . Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.		
CORAZZA, Sandra Mara. O que quer um currículo? Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.		
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.		
MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículos e programas no Brasil . 18. ed. Campinas: Papirus, 2011.		
MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: _http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf . Acesso em: 18 abr. 2023.		
SILVA, Tomaz Tadeu da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular . Belo Horizonte: Autêntica, 2001.		
SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula . 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.		
Número de unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas	
		Teóricas	Extensão
GLA0704	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	45	15
EMENTA			
<p>Visão sócio antropológica da Surdez. Aspectos históricos da Educação de Surdos e da formação da Libras. Relações entre surdos e ouvintes (educador, intérprete e família) e seu reflexo no contexto educacional. Noções básicas da estrutura linguística da Libras e de sua gramática. Vocábulo e comunicação básica em Libras. Políticas públicas e legislações pertinentes a educação dos surdos e a Libras e sua difusão. Ações de extensões com a comunidade escolar e/ou geral com atividades de formação, projetos, oficinas, rodas de conversa e/ou palestras.</p>			
OBJETIVO			
<p>Proporcionar aos acadêmicos uma compreensão dos processos didático-pedagógicos das diferentes formas de expressões, dialogando sobre a educação dos surdos, o papel da língua de sinais, do intérprete educacional, relações familiares e processos de leitura e escrita dos surdos, a fim de fornecer os instrumentos necessários para a atuação profissional inclusiva.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BRASIL. Decreto 5.626/05. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004. xi, 221 p. (Biblioteca Artmed). ISBN 9788536303086 (broch.).</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, RS: Artmed, 1997. xi, 126 p. ISBN 9788573072655 (broch.).</p> <p>GESSER, Audrei. Libras? que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo: Parábola, 2009. 87 p. (Série estratégias de ensino; 14). ISBN 9788579340017 (broch.).</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. (Ed). Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em Linguística e Neurociências cognitivas. São Paulo: EDUSP: Inep, CNPq, CAPES, 2012.</p> <p>LACERDA, Cristina B. F. de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019. 95 p. ISBN 9788577061358 (broch.).</p> <p>LOPES, Maura Corcini. Surdez & educação. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, c2007. 102 p. (Temas & educação). ISBN 9788575262832 (broch.).</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. (). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011. 127 p. ISBN 9788576058786 (broch.).</p> <p>ZIESMANN, C. I. Educação de surdos em discussão: práticas pedagógicas e processo de alfabetização. 1. ed. Curitiba: Editora e Livraria Appris, 2017. v. 1. 145p.</p> <p>ZIESMANN, C. I.; PERLIN, G. (Org.) ; VILHALVA, S. (Org.) ; LEPKE, S. (Org.) .</p>			



Família sem Libras: até quando?. 1. ed. Santa Maria: Editora e Gráfica Curso Caxias, 2018. v. 1. 288p

Número de unidades avaliativas: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH186 6	Políticas educacionais e curriculares para educação infantil e anos iniciais	60
EMENTA		
Fundamentos históricos, políticos e pedagógicos da Educação Infantil como direito da criança. Políticas para a Educação Infantil no Brasil em diferentes contextos (urbanos, rurais, indígenas, quilombolas): influências nacionais e internacionais. Políticas de formação de professores para a Educação Infantil. Propostas curriculares em Educação Infantil: bases teóricas e metodológicas. Legislação e orientações governamentais para a Educação Infantil. Financiamento da Educação Infantil.		
OBJETIVO		
Compreender as políticas de Educação Infantil como propulsoras para as propostas pedagógicas de sistemas de ensino e de escolas em todas as modalidades de educação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788579830853 . Acesso em: 10 set. 2023.		
ARROYO, Miguel Gonzalez. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.		
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm . Acesso em: 10 set. 2023.		
BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº11, de 7 de julho de 2010. Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 10 set. 2023.		
BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 5 de 17 de dezembro de 2009. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb00509.pdf . Acesso em: 10 set. 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARAÚJO, Vania C. de <i>et al.</i> Educação Infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas. Ministério da Educação. Vitória: EDUFES, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32831-seb-educacao-infantil-em-jornada-de-tempo-integral-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 12 set. 2023.		
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil. Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf . Acesso em: 10 set. 2023.		
BRASIL. Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe da Lei do Marco Legal para a Primeira Infância. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm . Acesso em: 12 set. 2023.		
BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf . Acesso em: 12 set. 2023.		



BRASIL. **Parâmetros nacionais de qualidade da Educação Infantil**. Secretaria de Educação Básica, Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=141451-public-mec-web-isbn-2019-003&category_slug=2020&Itemid=30192. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB Nº 18 de 15 de setembro de 2005**. Orientações para a matrícula das crianças de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental obrigatório, em atendimento à Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, que altera os Arts. 6º, 32 e 87 da Lei nº 9.394/1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb018_05.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

FRANCISCHINI, Rosângela; SILVA, Carmem Virgínia Moraes da. O surgimento da educação infantil na história das políticas públicas para a criança no Brasil. **Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, p. 257-276, 2012. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/699/584>. Acesso em: 12 set. 2023.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 05-18, jul., 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 28 nov. 2021.

Número de unidades avaliativas: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1868	Estágio curricular supervisionado: anos iniciais II	90
EMENTA		
Docência nos anos iniciais (4º e 5º ano) do ensino fundamental. Aspectos teórico-metodológicos do ensino nos anos iniciais. Currículo e aspectos didático-pedagógicos nos anos iniciais. Intervenção pedagógica: planejamento, vivência e produção de relatório crítico-reflexivo. Produção de escritas reflexivas sobre a experiência de estágio. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.		
OBJETIVO		
Protagonizar a prática didático-pedagógica com crianças do 4º ou 5º ano do Ensino Fundamental vivenciando-a como investigação teórico-prática.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BITTENCOURT, Zoraia A. <i>et al.</i> A compreensão leitora nos anos iniciais: reflexões e propostas de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.		
FERREIRA, Andréa Tereza Brito; ROSA, Ester Calland de Souza. O fazer cotidiano na sala de aula: a organização do trabalho pedagógico no ensino da língua materna. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca).		
LATERMAN, Ilana; AGOSTINHO, Kátia A. (org.). Perspectivas do estágio curricular na formação docente: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Florianópolis: NUP - Núcleo de Publicações, 2017.		
SILVA, Rovilson José da; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira (org.). Formação docente para os anos iniciais do ensino fundamental: estágio e pesquisa. Curitiba: CRV, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.		
CARVALHO, Mercedes (org.). Ensino fundamental: práticas docentes nos anos iniciais. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.		
GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 2009.		
FARIA, Dóris Santos de (Org.). Construção conceitual da extensão na América Latina. Brasília: UNB, 2001.		
KLEIMAN, Ângela (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. 2. ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.		
LOSS, Adriana Salette; SOUZA, Flávia Burdzinski de. BITTENCOURT, Zoraia Aguiar Fundamentos didáticos e pedagógicos para pensar a docência nos anos iniciais do ensino fundamental: diálogos com a BNCC, Curitiba: CRV, 2021.		
URBAN, Ana Cláudia; LUPORINI, Teresa Jussara. Aprender e ensinar história nos anos iniciais do ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2015.		
VICKERY, Anitra. Aprendizagem ativa nos anos iniciais do ensino fundamental. Porto Alegre: Penso, 2016. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas	
		Teóricas	Extensão
GCH1765	Temas Contemporâneos e Educação	30	30
EMENTA			
Educação, currículo e diversidade. Temas emergentes em Educação: Gênero e Sexualidade, Educação e Saúde, Direitos Humanos. Diversidade étnico-racial, cultura e história afro-brasileira e indígena. Educação de Jovens e Adultos. Educação no Campo. Educação em comunidades Quilombolas. Diretrizes Curriculares Nacionais e políticas públicas relacionadas aos respectivos temas. Análise de pesquisas, de propostas e/ou práticas pedagógicas articuladas em currículos que abordam a diversidade e a inclusão. Proposição e desenvolvimento de atividades e/ou projetos de extensão com a comunidade escolar ou geral.			
OBJETIVO			
Discutir temáticas contemporâneas no contexto educacional como elementos estruturantes da formação de professores, tendo como referência a diversidade como articuladoras das propostas de ensino.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica . Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília, 2013.			
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.			
CANDAU, Vera M. (org). Didática crítica intercultural: aproximações . Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.			
LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista . Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.			
LOURO, Guacira L; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo . Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.			
MACEDO, Elizabeth. (Org). Currículo: debates contemporâneos . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Cultura, memória e currículo; 2)			
SILVA, Tomaz T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . 3. ed. 10 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.			
MATTOS, Regiane A. de. História e cultura afro-brasileira . São Paulo: Contexto, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALVES, Douglas S. (org). Gênero e diversidade sexual: teoria, política e educação em perspectiva . Tubarão, SC; COPIART, 2016.			
ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.			
ANTUNES-ROCHA, I.; HAGE, S. M. (Org). Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.			
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam . 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Questões da nossa época; v. 22)			
HADDAH, Sérgio; GRACIANO, M. A educação entre os direitos humanos . São Paulo:			



Cortez, 2006.

MOREIRA, Antônio F. B.; CANDAU, Vera M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOREIRA, Antônio F.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Enio W. da. **Estado, sociedade civil e cidadania no Brasil: bases para uma cultura de direitos humanos**. Ijuí: UNIJUÍ, 2014. (Coleção Direito, política e sociedade; 36)

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria A.; GOMES, Nilma L. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. 4. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1865	Organização do trabalho pedagógico escolar: gestão, coordenação pedagógica e orientação educacional.	60
EMENTA		
Gestão educacional concebida sob a égide do Estado Democrático e Social de Direitos. Processos de tomada de decisão e dinâmicas participativas na esfera de atuação das equipes e coordenação pedagógica. Pressupostos teóricos e metodológicos no campo de estudos da gestão, da coordenação pedagógica e orientação educacional na organização do trabalho pedagógico escolar e educacional. Proposição e desenvolvimento de atividades de extensão com a comunidade escolar ou geral.		
OBJETIVO		
Estudar as conceituações sobre gestão educacional, a partir do marco regulatório da Constituição Federal de 1988, visando fortalecer a formação docente para a proposição, planejamento e condução de processos de tomada de decisões e de dinâmicas participativas na atuação das equipes de gestão escolar e educacional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALARCÃO, Isabel. Escola reflexiva e nova racionalidade . Porto Alegre: Artmed, 2001.		
BATISTA, Neusa Chaves; FLORES, Maria Luiza Rodrigues (org.). Formação de gestores escolares para a educação básica: avanços, retrocessos e desafios frente aos 20 anos de normatização da gestão democrática da LDBEN . Porto Alegre: Evangraf: Escola de Gestores da Educação Básica, 2016. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/217700/001012136.pdf?sequence=1 . Acesso em: 18 abr. 2023.		
GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. A prática dos orientadores educacionais . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.		
LÜCK, Heloísa. Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional . 22. ed. São Paulo: Vozes, 2013.		
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização . São Paulo, Cortez, 2013.		
PLACCO, Vera Maria; ALMEIDA, Laurinda (org.). O Coordenador Pedagógico desafios da educação . 8. ed. São Paulo: Loyola, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva . 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012.		
ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (org.). O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade . São Paulo, SP: Loyola, 2010.		
ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (org.). O coordenador pedagógico e o trabalho colaborativo na escola . 11. ed. São Paulo: Loyola, 2016.		
DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Conselho de classe e avaliação: perspectiva na gestão pedagógica da escola . 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.		
DOMINGUES, Isaneide. O coordenador pedagógico e a formação contínua dos docentes na escola . São Paulo, SP: Cortez, 2015.		
GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. Orientação educacional: conflito de		



paradigmas e alternativas para a escola. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

McLAREN, Peter. **Rituais na escola:** em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Tradução: Juracy C. Marques; Ângela M. B. Biaggio. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico.** 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1867	Trabalho de conclusão de curso I	30
EMENTA		
Projeto de pesquisa com temática relacionada ao perfil do egresso. Orientações do projeto de pesquisa. Produção de dados e organização da pesquisa.		
OBJETIVO		
Elaborar o Projeto de pesquisa seguindo normas de trabalho acadêmico, conforme especificações no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>COSTA, Marisa V. (org.). Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p> <p>FAZENDA, Ivani (org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. 7. ed. aum. São Paulo, SP: Cortez, 2011.</p> <p>FAZENDA, Ivani (org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 12. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2016.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisas em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.</p> <p>MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BELEI, Renata A. <i>et al.</i> O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. Cadernos de Educação, Pelotas, n. 30, jan./jun. 2008. Disponível em: https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/5198 Acesso em: 10 set. 2023</p> <p>COSTA, Marisa V. (org.). Caminhos investigativos II: outros modos de fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.</p> <p>COSTA, Marisa V.; BUJES, Maria I. E. (org.) Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pensar nas fronteiras. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.</p> <p>FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre, RS: Penso, 2013.</p> <p>GERALDI, Corinta M. G.; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete M. A. (org.). Cartografias do trabalho docente: professor (a) - pesquisador (a). Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.</p> <p>GRESSLER, Lori Alice. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>MALHEIROS, Bruno Taranto. Metodologia da pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2011.</p>		



MARQUES, Mário Osório. Escrever é **Preciso**: o princípio da pesquisa. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica**: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2003.

Número de unidades avaliativas: 1



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1869	Educação popular e ação pedagógica na educação de jovens e adultos	60
EMENTA		
A Educação de Jovens e Adultos: marcos legais, história e políticas e propostas curriculares. Educação popular e cultura na EJA. Currículo na EJA. Fundamentos teórico-metodológicos para propostas e práticas educativas de EJA na perspectiva da educação popular em espaços formais e não formais. Sujeitos da EJA e diversidade: gênero, raça e etnia, e as questões geracionais. Pesquisa e docência na EJA: elementos constituintes da Prática como Componente Curricular. Proposição e desenvolvimento de ações de extensão com a comunidade escolar ou geral, articuladas à Prática como Componente Curricular.		
OBJETIVO		
Compreender a educação de jovens e adultos como um campo político de formação e investigação comprometido com as camadas populares, que busca a superação das diferentes formas de discriminação de sujeitos que ficaram excluídos dos processos de escolarização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Alfabetização de jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento . 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2007. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2006.		
MARTINS FILHO, Lourival J. Alfabetização de jovens e adultos: trajetórias de esperança . Florianópolis, SC: Insular, 2011.		
SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria; GOMES, Nilma Lino. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos . 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.		
SOARES, Leôncio. Trajетórias compartilhadas de um educador de jovens e adultos . São Paulo, SP: Autêntica, 2019. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (org.). Histórias e memórias da Educação no Brasil . Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSUMPÇÃO, Raiane (org). Educação popular na perspectiva freireana . São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.		
FRANTZ, Walter; GERHARD, Milton César; AMARAL, Antônio Gonçalves do (org). Ações e experiências educativas no campo da educação popular . Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2017.		
GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais . São Paulo: Cortez, 2023. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros . 3. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.		
LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Afetividade e letramento na educação de jovens e adultos –EJA . São Paulo: Cortez, 2014. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
NETO, João Colares da Mota. Por uma pedagogia decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda . Curitiba: CRV, 2020.		
PEREIRA, Thiago Ingrassia. Aprender e ensinar com Paulo Freire: por uma escola		



emancipatória. Porto Alegre: Cirkula, 2015.

SPILOGON, Nima Imaculada. *et al.* **Reinventar a universidade:** extensão universitária com a EJA. Uberlândia: Navegando publicações, 2019. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-reinventar-a-universidade> Acesso em: 30 out. 2023.

Número de unidades avaliativas: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1870	Educação especial na perspectiva da inclusão	60
EMENTAS		
<p>Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação no cenário internacional e nacional. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não-escolar. O ensino colaborativo na escola. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal. Proposição e desenvolvimento de ações de extensão com a comunidade escolar ou geral.</p>		
OBJETIVO		
<p>Abordar a diversidade e os processos de construção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em seus aspectos históricos, culturais, filosóficos, políticos e pedagógicos, para promover a inclusão nas práticas escolares e didático-pedagógicas.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>GONZALEZ, Eugênio. Necessidades educacionais específicas – intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>GOÊS, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman (org.). Políticas e práticas da educação inclusiva. São Paulo: Autores Associados, 2004.</p> <p>JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI. São Paulo: Autores Associados, 2002.</p> <p>MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.</p> <p>PAIM, Robson Olivino; ZIESMANN, Cleusa Inês; PIEROZAN, Sandra Simone Hopner; LEPKE, Sonize (org.). Educação Especial e Inclusiva e(m) Áreas do Conhecimento. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019. v. 1.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>AMARAL, Lígia Assumpção. Pensar a diferença/deficiência. Brasília: CORDE, 1994.</p> <p>ANDRÉ, Marli (org.). Pedagogia das diferenças na sala de aula. Campinas-SP: Papirus, 1999.</p> <p>BRASIL. O enfoque da educação inclusiva. <i>In</i>: DUK, Cyntia (org.). Educar na diversidade: material de formação docente. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.</p> <p>DOMINGUINI, Lucas; ROSSO, Pedro; GIASSI, Maristela Gonçalves. Extensão e a formação continuada de professores: um estudo de caso em Ciências Naturais. Rev. Ciênc. Ext. v.9, n.1, p.124-134, 2013.</p> <p>PUESCHEL, Siegfried (org.). Síndrome de Down: guia para pais e educadores. 11. ed. Tradução: Lúcia Helena Reily. Campinas, SP: Papirus, 1993. p. 53-98. (Série Educação Especial).</p> <p>MAZZOTTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>WINNER, Ellen. Crianças superdotadas: mitos e realidades. Tradução: Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 11-20; 113-144; 187-220.</p>		



SÍVERES, Luiz (org). **A extensão universitária como um princípio da aprendizagem.** Brasília: Liber Livro, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232083> Acesso em: 30 out. 2023.

ZIESMANN, Cleusa Inês; BATISTA, Jeize de Fátima; DANTAS, Nozangela Maria Rolim (org.). **Educação inclusiva e formação docente: olhares e perspectivas que se entrelaçam.** 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. 378 p. v. 1.

Número de unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1871	Trabalho de conclusão de curso II	30
EMENTA		
Desenvolvimento do projeto de pesquisa. Apresentação dos resultados da pesquisa. Incorporação de contribuições da banca. Entrega do texto final em formato acadêmico.		
OBJETIVO		
Desenvolver o projeto de pesquisa e a elaboração final do Trabalho de Conclusão de Curso sob a orientação de professora (or) e apresentar em defesa pública.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDRÉ, Marli (org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . Campinas, SP: Papyrus, 2001.		
BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo . São Paulo: Edições 70, 2011.		
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.		
MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva . Ijuí: UNIJUÍ, 2007.		
MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola, 2010.		
ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: Princípios e procedimentos . Campinas, SP: Pontes, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANDRÉ, Marli. Pesquisa sobre formação de professores: síntese do II Simpósio de grupos de pesquisa do GT8 da ANPED. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente , Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 152-159, ago./dez., 2010. Disponível em: https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/24 . Acesso em: 11 nov. 2021.		
BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático . 13. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.		
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.) Novos enfoques da pesquisa educacional . 7. ed. aum. São Paulo: Cortez, 2010.		
GONSALVES, Elisa Pereira.. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica . 4. ed. Campinas, SP: Alínea, 2007.		
MARQUES, Mário Osório. Escrever é preciso: o princípio da pesquisa . 4. ed. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 2001		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0683	DIREITOS E CIDADANIA	60
EMENTA		
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.		
OBJETIVO		
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995. BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995. DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009.		



MORAIS, José Luis Bolzan de. **Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica.** Campinas, SP: Papirus, 2008.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático.** Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.

Número de unidades avaliativas: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1731	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	60
EMENTA		
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.		
OBJETIVO		
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228.		
CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999.		
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.		
HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.		
LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994.		
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguay, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002.		
AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008.		
BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v.		
CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.		
GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004.		
GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.		
LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.		
MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004.		
MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009.		



- NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.
- SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.
- TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.
- TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

Número de unidades avaliativas: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCS0682	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	60
EMENTA		
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável . Porto Alegre: UFRGS, 1998.		
ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo . São Paulo: Brasiliense, 2004.		
BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.		
FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.		
HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004.		
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.		
MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente. Teoria e Prática . Rio de Janeiro: Campus, 2003.		
MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.		
SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados , USP, v. 21, n. 59, 2007.		
SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza . São Paulo: FFLCH/USP, 1992.		
VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular . Blumenau: Edifurb, 2008.		
CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável . São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.		
DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo . São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.		
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro:		



Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista**, São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. Curitiba: Hermes, 2001.

Número de unidades avaliativas: 2



8.17.1 Componentes curriculares optativos

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1872	Sistema braille: métodos e técnicas para leitura e escrita	30
EMENTA		
O ensino para cegos e deficientes visuais. Sistema Braille: histórico e sua importância. Escrita e Leitura no Sistema Braille: alfabeto, sinais de pontuação e simbologia matemática básica. Noções de Orientação e Mobilidade e Atividades da vida diária.		
OBJETIVO		
Incentivar a difusão e conhecimento do Sistema Braille, instrumento de comunicação da pessoa com deficiência visual na perspectiva da inclusão social.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Deficiência visual : reflexão sobre a prática pedagógica. São Paulo: Laramara, 1997.		
GRAFIA Braille para a Língua Portuguesa. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2006.		
MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil : Histórias e Políticas Públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.		
NORMAS Técnicas para a Produção de Textos em Braille. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2006. <i>E-book</i> .		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Saberes e práticas da inclusão : desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. 2. ed. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006b.		
CERQUEIRA, Jonir Bechara. Louis Braille: um benfeitor da humanidade. Revista Benjamin Constant , Rio de Janeiro, v. 15, p. 5-11, 2009a. Edição especial.		
CERQUEIRA, Jonir Bechara. O legado de Louis Braille. Revista Benjamin Constant , Rio de Janeiro, v. 15, p. 25-37, 2009b. Edição especial.		
LEMONS, Edison Ribeiro; CERQUEIRA, Jonir Bechara. O Sistema Braille no Brasil. Revista Benjamin Constant , Rio de Janeiro, n. 2, p. 13-17, 1996.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA454	Relação pedagógica na perspectiva da biologia do amor	30
EMENTA		
A Biologia do Amor na perspectiva de Humberto Maturana e o entrelaçamento de suas proposições com a Educação.		
OBJETIVO		
Conhecer as proposições de Humberto Maturana e sua contribuição para a educação, o ensino e aprendizagem de línguas; promover uma reflexão sobre as proposições de Humberto Maturana; promover uma reflexão sobre a cultura da competição predominante nas nossas relações e na escola; promover uma reflexão sobre os direitos humanos e a cultura da paz; promover espaço de interação colaborativa, não competitiva; mediação intercultural; educação a partir dos trópicos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARCELOS, Valdo. Uma educação nos trópicos: contribuições da Antropofagia Cultural Brasileira . Rio de Janeiro. Vozes, 2013.		
MATURANA, Humberto. Cognição, ciência e vida cotidiana . Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.		
MATURANA, Humberto. Emoções e linguagem na educação e na política . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.		
MATURANA, Humberto. Transformación en la convivencia . Buenos Aires: Granica, 2014.		
MATURANA, Humberto; REZEPKA, Sima Nisis. Formação humana e capacitação . Petrópolis: Vozes, 2008.		
MATURANA, Humberto; VERDEN-ZOLLER, Gerda. Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano . São Paulo: Palas Athena, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BARCELOS, Valdo; MADERS, Sandra. Humberto Maturana e a Educação: educar no amor e na liberdade . Caxias: Santa Maria, 2016.		
DEMO, Pedro. Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento . São Paulo: Atlas, 2011.		
MARIOTITI, Humberto. Pensamento complexo: suas aplicações à liderança, à aprendizagem, ao desenvolvimento sustentável . São Paulo: Atlas, 2010. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
MATURANA, Humberto. A Ontologia da realidade . Belo Horizonte: UFMG, 2014.		
MATURANA, Humberto. El sentido de lo humano . Chile: Comunicaciones Nordeste 1997.		
MATURANA, Humberto. La objetividad: um argumento para obligar . Santiago, Chile: J.C Sáez Editor, 1993.		
MATURANA, Humberto; D'AVILA, Ximena. Educación desde la matriz biológica de la existencia humana: biología del conocer y biología del amar . Chile: [s. n.], 2005.		
Disponível em: http://portal.educ.ar/noticias/img/generales/viejas/sentidos_educacion_ponencia_humberto_maturana.pdf . Acesso em: 11 dez. 2023		



PELLANDA, Nize Maria Campos. **Maturana & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SCHLICHTING, Homero; BARCELOS, Valdo. **Humberto Maturana: amar...verbo educativo**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

VARELA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH Eleanor. **A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana**. Artmed: Porto Alegre, 2003.

Número de unidades avaliativas: 1



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA455	Espanhol para crianças	30
EMENTA		
O Ensino da língua espanhola para crianças dos anos iniciais do ensino fundamental através de uma perspectiva lúdica de aquisição/aprendizagem da língua.		
OBJETIVO		
Apresentar e discutir as principais teorias da aprendizagem que embasam o ensino de línguas para crianças; diferenciar e organizar propostas de ensino em contextos de aprendizagem e em contextos de aquisição de Língua espanhola; bilinguismo; oralidade e ensino de línguas; o lúdico no ensino de língua estrangeira.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>AMARAL, Nívia Figueiredo. O ensino de línguas estrangeiras na formação integral das crianças: abordagem antropológica. <i>In</i>: LEFFA, Vilson (org.). O Professor de Línguas: construindo a profissão. 2. ed. Pelotas: EDUCAT, 2006.</p> <p>BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua estrangeira. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_estrangeira.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.</p> <p>FIGUEIRA, Cristina Dias de Souza. Crianças alfabetizadas aprendendo línguas estrangeiras. 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002.</p> <p>ROCHA, Cláudia Hilsdorf; TONELLI, Juliana R Assunção; SILVA, Kleber A. da (org.) Língua estrangeira para crianças: ensino-aprendizagem e formação docente. São Paulo: Pontes, 2010. v. 7.</p> <p>TONELLI, Juliana Reichert Assunção; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes. O papel dos cursos de Letras na formação de professores de inglês para crianças. Calidoscópico, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 65-76, jan./abr., 2010. Disponível em: http://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/download/159/15. Acesso em: 20 set. 2023.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>LINGUEVIS, Ana Maria. Vamos ouvir a voz das crianças sobre aprender inglês na educação infantil! <i>In</i>: TONELLI, Juliana Reichert Assunção; RAMOS, Samantha Gonçalves Mancini (org.). O ensino de LE para crianças: reflexões e contribuições. Londrina: Moriá, 2007.</p> <p>SCAFFARO, Andréia Peixoto. O uso da atividade de contar histórias como recurso na retenção de vocabulário novo na língua inglesa com crianças na fase pré-escolar. 2006. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2006.</p> <p>SCHEIFER, Camila Lawson. Ensino de língua estrangeira para crianças: entre “o todo” e “a parte”: uma análise da dinâmica das crenças de uma professora e de seus alunos. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, 2008.</p> <p>SHIMOURA, Alzira da Silva. Projeto de formação de professores de inglês para crianças: o trabalho do formador. 2005. 206 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.</p>		



SUÁREZ, José Luis Parga. Acerca de la enseñanza de Español como lengua extranjera en la clase de infantil III (6 años de edad). *In: Actas del IX Seminario de Dificultades Específicas de la Enseñanza del Español a Lusohablantes*. São Paulo: [s. n.], 2001.

SZUNDY, Paula Tatianne Carréra. **Os jogos no ensino-aprendizagem de LE para crianças: a construção do conhecimento através de jogos de linguagem**. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

TONELLI, Juliana Reichert Assunção. O uso de histórias infantis no ensino de inglês. O uso de histórias infantis no ensino de inglês para crianças: analisando o gênero textual história infantil sob a perspectiva do interacionismo sociodiscursivo. **Acta Scientiarum – Language and Culture**, v. 30, n. 1, p.19-27, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307426639003>. Acesso em: 21 nov. 2022.

TONELLI, Juliana Reichert Assunção. Histórias infantis e o ensino da língua para crianças. *In: TONELLI, Juliana Reichert Assunção; RAMOS, Samantha Gonçalves Mancini (org.). O Ensino da LE para crianças: reflexões e contribuições*. Londrina: Moriá, 2007. p. 107-136.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Número de unidades avaliativas: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas Teóricas
GCH819	Fundamentos da educação popular	30
EMENTA		
Educação popular. Sociedade, classes sociais, movimentos sociais, cultura e saber popular. Educação e participação social e política. Educação: diálogo, conscientização e emancipação. Fundamentos ontológicos e gnoseológicos da Educação Popular. Projetos sócio-comunitários e escola pública. A perspectiva da educação socialista.		
OBJETIVO		
Discutir os fundamentos e os princípios da educação popular para compreendê-la como um fenômeno sociocultural e uma concepção de educação transformadora da realidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FREIRE, P. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2006. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. A importância do ato de ler . São Paulo: Cortez, 1987. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos . 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. STRECK, D. R.; ESTEBAN, M. T. (org.). Educação popular: lugar de construção social coletiva . Petrópolis: Vozes, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CHAUÍ, M. Cidadania cultural . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. GADOTTI, M.; TORRES, C. Estado e educação popular . São Paulo: Liber Livros, 2004. MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição . São Paulo: Boitempo, 2011. STRECK, D. R. Educação popular e docência . São Paulo: Cortez, 2014. STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. Dicionário Paulo Freire . Belo Horizonte: Autêntica, 2016.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH820	Estudos culturais e educação	30
EMENTA		
Introdução aos Estudos Culturais com ênfase na vertente pós-estruturalista. Educação e cultura na pós-modernidade. Poder, saber e verdade. Conhecimento, discurso e mídia. Genealogia, arqueologia e ética em Nietzsche e Foucault. Estética, <i>performance</i> e pedagogias do corpo. Biopoder e biopolítica. Identidade, globalização e multiculturalismo. Diferença e representação.		
OBJETIVO		
Apresentar o campo dos Estudos Culturais em Educação, enfatizando as transformações da sociedade contemporânea e suas implicações na formação de professores.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FOUCAULT, M. Microfísica do poder . Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.		
FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão . Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.		
NIETZSCHE, F. Genealogia da moral . Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.		
ROSE, N. Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade . Rio de Janeiro: Vozes, 2011.		
VEIGA-NETO, A. Foucault e a educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CANCLINI, N. G. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização . 6ª Edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.		
FOUCAULT, M. A ordem do discurso . São Paulo: Loyola, 2012.		
HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade . Rio de Janeiro: DP&A, 2006.		
JOHNSON, R.; ESCOSTEGUY, A. C. D; SCHULMAN, N.; SILVA, T. T. da (Org). O que é, afinal, estudos culturais? 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.		
LE BRETON, D. Adeus ao corpo . São Paulo: Papyrus, 2003.		
MACHADO, R. Nietzsche e a verdade . Rio de Janeiro: Graal, 1999.		
MATTELART, A.; NEVEU, É.. Introdução aos estudos culturais . Parábola, 2004.		
SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . Belo Horizonte: Autêntica, 1999.		
SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K.. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais . 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.		
SILVA, T. T. da. O currículo como fetiche . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.		
Número de unidades de avaliação	02	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0679	Natureza e infância	30
EMENTA		
<p>Causas e consequências da crise ambiental atual. Importância da educação ambiental para reverter os principais problemas ambientais. Conexão homem/natureza, a biofilia. Estruturação do cérebro infantil e experiências na natureza. Relação éticas e saudáveis com animais na infância. Infância e adição a telas. Implicações do sedentarismo para a infância e saúde da sociedade. Importância do exemplo parental, como funcionam os neurônios espelhos. Necessidade de estudar para educar, dedicação a criação dos filhos.</p>		
OBJETIVO		
<p>Apresentar informações sobre a importância das experiências vividas junto a natureza durante a infância, evidenciando o papel imprescindível da educação ambiental entre educadores e profissionais da área ambiental.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>LOUV, R. A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza. São Paulo: Aquariana, 2016.</p> <p>PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. Biologia da conservação. São Paulo: Editora Planta, 2001.</p> <p>SIEGEL, D. Cérebro da criança: estratégias revolucionárias para nutrir a mente em desenvolvimento do seu filho e ajudar sua família a prosperar. [S. l.]: Versos, 2020.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BEGON, M. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2023. <i>E-book</i>. (Minha biblioteca/UFFS)</p> <p>RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2010.</p> <p>SILVA-MELO, M. R.; DE MELO, G. A. P.; GUEDES, N. M. R. Unidades de conservação: uma reconexão com a natureza, pós-covid-19. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 15, n. 4, p. 347-360, 2020.</p>		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
		Presenciais
GCH1884	Práticas e dinâmicas pedagógicas de 0 a 3 anos	30
EMENTA		
O educar e o cuidar com crianças bem pequenas. Práticas e dinâmicas pedagógicas para o desenvolvimento infantil: recreativas, musicais, corporais e sensoriais.		
OBJETIVO		
Conhecer, desenvolver e criar práticas e dinâmicas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento de crianças bem pequenas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FOCHI, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Porto Alegre: Penso, 2015 (<i>Ebook</i> -Minha biblioteca).		
GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche. Porto Alegre: Artmed, 2015 (<i>Ebook</i> -Minha biblioteca).		
LIMA, Elvira de Souza. Como a criança pequena se desenvolve. São Paulo: Sobradinho, 2001.		
RAMOS, Tacyana Karla Gomes; ROSA, Ester Calland de Sousa (org). Os saberes e as falas de bebês e suas professoras. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARCE, Alessandra; MARTINS, Lígia Márcia (org). Ensinando aos pequenos de zero a três anos. 2. ed. Campinas: Alínea, 2012.		
MEDEL, Cássia Ravena Mullin de A. Educação infantil: da construção do ambiente às práticas pedagógicas. 4. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas	
		Presenciais	EAD
GCH1885	Práticas e dinâmicas pedagógicas de 4 a 5 anos	30	30
EMENTA			
O educar e o cuidar com crianças pequenas. Práticas e dinâmicas pedagógicas para o desenvolvimento infantil: recreativas, musicais, artísticas, corporais e sensoriais.			
OBJETIVO			
Conhecer, desenvolver e criar práticas e dinâmicas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento de crianças pequenas por meio de atividades coletivas e interativas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARCE, Alessandra; DUARTE, Newton (org). Brincadeira de papéis sociais na educação infantil : as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006.			
BRANDÃO, Ana Carolina; ROSA, Ester Calland de Sousa (org). A aprendizagem inicial da língua escrita com crianças de 4 a 5 anos : mediações pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.			
DEHEINZELIN, Monique; MONTEIRO, Priscila; CASTANHO, Ana Flávia. Aprender com a criança : experiência e conhecimento. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRANDÃO, Ana Carolina; ROSA, Ester Calland de Sousa (org). Ler e escrever na educação infantil . Belo Horizonte: Autêntica, 2021.			
HORN, Maria G. Brincar e interagir nos espaços da escola infantil . Porto Alegre: Penso, 2017.			
KLOPPE, Sofia; BATLLORI Aguilá. Jogos para educação infantil . Rio de Janeiro: Vozes, 2018.			
SMOLE, Kátia Stocco. Brincadeiras infantis nas aulas de matemática , v. 1. Porto Alegre: Penso, 2017 (<i>E-book – Minha biblioteca</i>).			
Número de unidades avaliativas: 1			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas	
		Presenciais	EAD
GCH1874	Avaliação na educação	30	30
EMENTA			
<p>O papel social da avaliação da aprendizagem na contemporaneidade. A escola e os processos de avaliação da instituição escolar e dos processos de ensino e de aprendizagem. Sistemas de avaliação nacionais e internacionais: relações com o processo de ensino e da avaliação escolar. Avaliação da aprendizagem: finalidades e possibilidades. Metodologias avaliativas. Tendências, avanços e inovações de pesquisas sobre processos avaliativos em contexto escolar da educação infantil e séries iniciais.</p>			
OBJETIVO			
<p>Compreender os processos avaliativos que envolvem a educação e a escola para refletir sobre a autonomia docente para a proposição de metodologias avaliativas no ensino.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>AFONSO, A. J. Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>ESTEBAN, M. T (org). Escola, Currículo e avaliação. Série Cultura Memória e currículo, vol. 5. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>PERRENOUD, P. Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.</p> <p>WERLE, Flávia Obino Corrêa. Avaliação em larga escala.: questões polêmicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>GAMA, Maria Eliza Rosa; ZAMBON, Luciana Bagolin; TERRAZZAN, Eduardo Adolfo. Incidências das políticas de avaliação em larga escala na organização e no desenvolvimento do trabalho escolar. Curitiba: CRV, 2021.</p> <p>HOFFMANN, J. M. L. Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 2003.</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação em Educação: questões epistemológicas e práticas.</p> <p>SAUL, A. M. Referenciais Freireanos para a Prática da Avaliação. Revista de Educação. PUC-Campinas, n. 25, p. 17-24, nov/2008. Disponível em: https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/90 Acesso em: 10 out. 2023.</p> <p>UHMANN, R. I. M. O Professor em formação no processo de ensinar e aprender ao avaliar. Curitiba: Appris, 2017.</p> <p>UHMANN, R. I. M.; ZANON, L. B. Avaliação Escolar em Discussão no Processo Constitutivo da Docência. Revista Debates Em Ensino De Química, v. 2, n. 1, p. 66–72, 2017. Disponível em: https://www.journals.ufrpe.br/index.php/REDEQUIM/article/view/1280 Acesso em: 30 out. 2023.</p>			
Número de unidades avaliativas: 1			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1873	Educação: corpo, gênero e sexualidade	30
EMENTA		
A produção cultural do corpo. O currículo escolar e o diálogo sobre as diferenças de gênero e sexualidade. A educação que promove a igualdade e desconstrói estereótipos masculinos e femininos.		
OBJETIVO		
Refletir sobre o currículo escolar e a produção do corpo como uma construção social que se relaciona com identidades de gênero e de sexualidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade . 22. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2022.		
DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe . São Paulo: Boi Tempo, 2016.		
DEL PRIORE, Mary, (Org.). História das mulheres no Brasil . 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012.		
LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação . 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.		
SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane. Educação, gênero e sexualidade: (im)pertinências . São Paulo: Vozes, 2020.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ADICHE, Chimamanda Ngozi. Sejam todos feministas . São Paulo: Companhia das Letras, 2015.		
LE BRETON, David. A sociologia do corpo . 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.		
SARTORI, Ari José; BRITTO, Néli Suzana (Org.). Gênero na educação: espaço para a diversidade . 2. ed. Florianópolis, SC: Genus, 2008.		
CASAGRANDE, Lindamir; LUZ, Nanci Stancki da; CARVALHO, Marília Gomes de, (Org.). Igualdade de gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia . Curitiba: Ed. UTFPR, 2011		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH821	Direitos Humanos e Educação	30
EMENTA		
Conceito e evolução dos Direitos Humanos. Características dos Direitos Humanos. Multiculturalismo e Direitos Humanos. Direitos Humanos e cidadania. A relação entre Educação e direitos humanos na consolidação do estado democrático e da cidadania. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Políticas e ações educacionais afirmativas.		
OBJETIVO		
Conhecer e analisar os fundamentos e concepções de direitos humanos, oportunizando o conhecimento e o debate sobre a relação entre Direitos Humanos e Educação, bem como conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seus princípios e valores.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, N. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 2004.		
GUERRA, S. Direitos Humanos: curso elementar . São Paulo: Saraiva, 2013.		
HAHN, P. Direitos fundamentais: desafios e perspectivas . Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2010.		
MORAIS, F. I.; SILVA, A. M.M; TAVARES, C.(org). Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos . São Paulo: Cortez, 2010.		
RIZZI, E.; GONZALES, M.; XIMENES, S. B. Direito humano à educação . 2 ed. Curitiba: Plataforma DhESCA Brasil, 2011.		
SILVA, E. W. da. Estado, sociedade civil e cidadania no Brasil: bases para uma cultura de direitos humanos . Ijuí: UNIJUI, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARBONARI, P. C. (org). Sentido filosófico dos direitos humanos: leituras do pensamento contemporâneo . Passo Fundo, RS: IFIBE, 2006-2013.		
EYNG, A. M. (org). Direitos Humanos e violência nas escolas: desafios e questões em diálogo . Curitiba, PR: CRV, 2013.		
NOGUEIRA, S. V. (org). Educação popular, democracia e direitos humanos: ensaios para uma pedagogia universitária interdisciplinar e transversal . Ijuí, RS: UNIJUI, 2015.		
RIFIOTIS, T.; RODRIGUES, T. H. Educação em direitos humanos: discursos críticos e contemporâneos . 2. ed. Florianópolis: Ed UFSC, 2010.		
SARLET, I. W. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . 10. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2011.		
SCAVINO, S; CANDAU, V. (org.). Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas . Petrópolis: DP, 2008.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH818	Educação e estudos sociológicos	30
EMENTA		
Educação como processo social. Educação e integração/manutenção da ordem social. Educação e relações de classe. Educação e Racionalidade Instrumental/burocracia/dominação. Educação e Reprodução. Educação e emancipação. Ideologia e Educação. Educação e desigualdade. Educação e contingência. Educação e ação. Educação e complexidade.		
OBJETIVO		
Compreender as contribuições das ciências sociais à análise da educação enquanto processo social, construído em contextos específicos e a partir da interação de sujeitos concretos		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOURDIEU, P. A Reprodução . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.		
BOURDIEU, P.; CATANI, Afrânio (orgs). Escritos de educação . 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.		
DEMO, P. Introdução à sociologia : complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2002.		
FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2013.		
FRIGOTTO, G.; GENTILI, P. (org.). A cidadania negada : políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.		
SACRISTÁN, J.; ROSA, E. Educar e conviver na cultura global : as exigências da cidadania. Porto Alegre, RS: Artmed, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COSTA, M. C. C. Sociologia, introdução à ciência da sociedade . São Paulo: Moderna, 2010.		
FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real . São Paulo: Cortez, 2010.		
GOHN, M. da G. Movimentos sociais e educação . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.		
MEKSENAS, P. Sociologia da educação : introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 1995.		
MELLO, G. N. de. Cidadania e competitividade, desafios educacionais do terceiro milênio . São Paulo: Cortez, 2000.		
MORIN, E. Educação e complexidade : os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2013.		
NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Escritos de Educação . Petrópolis: Vozes, 2012.		
ORTIZ, R. (org.). A sociologia de Pierre Bourdieu . São Paulo: Olho D' Água, 2013.		
PERRENOUD, P. A pedagogia na escola das diferenças : fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porto Alegre: Artmed, 2001.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1875	Práticas e ludicidade na sala de aula	30
EMENTA		
Produzir e criação de jogos lúdicos. Importância de métodos pedagógicos utilizados no ensino. Importância da Brinquedoteca na escola. Exploração de atividades práticas para os diferentes conteúdos. Organização de atividades lúdico pedagógicas de acordo com as diversas fases do ensino. Criação e testagem das diferentes propostas de jogos e brinquedos didáticos referentes ao ensino. Avaliação das propostas didáticas.		
OBJETIVO		
Organizar atividades lúdicas pedagógicas de acordo com as diversas fases do ensino e propostas de jogos para o ensino na educação infantil e séries iniciais		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FORTUNA, Tânia Ramos. Formando professores na Universidade para brincar. In: SANTOS, Santa Marli Pires dos (org.). A ludicidade como ciência . Petrópolis: Vozes, 2001.		
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O Jogo e a Educação Infantil . São Paulo: Cengage Learning, 2016. <i>E-book</i> . (Minha Biblioteca).		
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (org). O desafio das diferenças nas escolas . 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.		
LOPES, Maria da Glória. Jogos na Educação: Criar Fazer Jogar . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CHASSOT, Attico. Alfabetização Científica: questões e desafios para a educação . 8. ed. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2018.		
FARIAS, Robson Fernandes. História da Alquimia . 2. ed. Campinas, SP: Átomo, 2010.		
HUIZINGA, Johan. Homo ludens: O jogo como elemento de cultura . Trad. J. P. Monteiro. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.		
OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – um processo sociohistórico . 4. ed. São Paulo: Scipione, 2001.		
TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. O jogo e os Processos de Aprendizagem e Desenvolvimento: Aspectos Cognitivos e Afetivos. Mostra das Produções Científicas Fênix . Faculdade Fênix de Bauru, 2004. v. 1. Disponível em: http://www.profala.com/artpsico38.htm . Acesso em: 30 out. 2023.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1876	A Pedagogia em espaços não escolares	30
EMENTA		
Processos educativos em instituições não escolares e movimentos sociais. O papel do/a pedagogo/a na articulação do conhecimento e das ações no âmbito da sociedade civil organizada. A práxis pedagógica da educação popular na educação não escolar.		
OBJETIVO		
Reconhecer a atuação do/a pedagogo/a em espaços não escolares como uma intervenção social que desenvolve processos educativos com sujeitos e realidades diversas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2023. (Minha Biblioteca – E-book).		
GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.		
LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12. ed. São Paulo, Cortez, 2022. (Minha Biblioteca – E-book).		
MOLL, Jaqueline (org). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos > Porto Alegre: Penso, 2012.		
STRECK, Danilo R. <i>et al.</i> Educação popular e docência. São Paulo: Cortez, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
STRECK, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). Educação popular: lugar de construção social coletiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.		
SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; POSSEBON, Elisa Gonsalves (orgs). Fundamentos e temas em Pedagogia Social e educação não escolar. João Pessoa: Ed, UFPB, 2019. Disponível em: http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/587/608/3115-1 Acesso em: 30 out. 2023.		
TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie. Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo, SP: Summus, 2008.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1877	A Pedagogia e a educação do campo	30
EMENTA		
A educação do campo: história e lutas. Cultura do campo e currículo da escola do campo.		
OBJETIVO		
Compreender a cultura do campo e propor currículos voltados a essa realidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). Por uma Educação do campo . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.		
CALDART, Roseli Salete. Caminhos para transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo . São Paulo, SP: Expressão Popular, 2015. (volume 2).		
GHEDINI, Cecília Maria. A produção da educação do campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização . Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.		
SOUZA, Antônio J. de; SOUZA, Heron F. Educação no/do campo: entre o concebido, percebido e vivido . Curitiba: CRV, 2020.		
SOUZA, Maria Antônia de (org.). Escolas públicas no/ do campo: letramento, formação de professores e prática pedagógica . Curitiba: UTP, 2016.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FRANTZ, Walter; GERHARDT, Milton César; AMARAL, Antonio Gonçalves do (org.). Ações e experiências educativas no campo da educação popular . Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2017.		
ODY, Leandro Carlos; MOHR, Matheus Fernando (org.). Educação e agroecologia: interfaces entre o popular e o científico . Curitiba, PR: CRV, 2021.		
VENDRAMINI, Célia Regina; AUED, Bernardete Wrublevski. Educação do Campo: desafios teóricos e práticos . Florianópolis: Editora Insular. 2009.		
ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; EVANGELISTA, Aracy Alves Martins (org.). Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais . Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Minha Biblioteca – E-book).		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1878	O ensino colaborativo: práticas pedagógicas em sala de aula	30
EMENTA		
Conceitos de Inclusão Escolar e Colaboração; A inclusão escolar e os novos papéis na escola; Ensino colaborativo; Análise do Trabalho Colaborativo; Formação de profissionais e estudo curricular como estratégias para a construção de escolas inclusivas; produção de materiais para as práticas inclusivas.		
OBJETIVO		
Compreender os discursos sobre a educação especial e educação inclusiva, destacando aspectos históricos, políticos, psicológicos, socioculturais e pedagógicos e analisar as diretrizes políticas e pesquisas acerca da educação especial em uma perspectiva inclusiva e as contribuições/desafios para os professores/práticas educativas para a formação de professores a partir de um ensino colaborativo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ASSIS, Caroline Penteado; MENDES, Enicéia Gonçalves; MELMEIDA, Maria Amélia. Ensino colaborativo: um relato de experiência sobre o desenvolvimento de parceria colaborativa. <i>Educere et Educare</i>, v. 6, n. 11, 1-15, 2011. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/3981 Acesso em: 30 out. 2023.</p> <p>GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (org.). Políticas e práticas de educação inclusiva. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.</p> <p>MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar com colaboração: unindo conhecimentos, perspectivas e habilidades profissionais. In: ARAUJO, R. M.; PIRES, J.; PIRES, G. N. L. (org.). <i>Políticas e práticas educacionais inclusivas</i>. Natal, RN: EDUFRN, 2009.</p> <p>MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: UFSCar, 2014.</p> <p>STAINBACK Suzan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.</p> <p>ZIESMANN, Cleusa Inês; BATISTA, Jeize de Fátima.; LEPKE, Sonize (org.). Formação humana, práticas pedagógicas e educação inclusiva. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2019.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CARVALHO, Rosita Edler. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.</p> <p>JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Cláudio Roberto; BARRETO, Maria parecida Santos Corrêa; VICTOR, Sônia Lopes (orgs). Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>ZIESMANN, Cleusa Inês; THOMAS, Isabel Follman. Os desafios dos processos formativos dos professores inclusivos: práticas pedagógicas dos docentes na Educação Básica. <i>Rev. Triângulo</i>, v. 13, p. 97-109, 2020. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/5032 Acesso em: 30 out. 2023.</p> <p>ZIESMANN, Cleusa Inês.; BATISTA, Jeize de Fátima; DANTAS, Nozângela Maria Rolim. (org.). Educação inclusiva e formação docente: olhares e perspectivas que se</p>		



entrelaçam. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. v. 1.
--

Número de unidades avaliativas: 1



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1879	Pluralidade linguística na escola	30
EMENTA:		
Monolingüismo, bilingüismo e plurilingüismo; interculturalidade e transculturalidade; línguas de fronteira/contacto; línguas de imigração e de acolhimento; educação bilíngue; políticas linguísticas e políticas públicas; formação docente crítico-reflexiva para contextos plurilíngues.		
OBJETIVO:		
Refletir sobre o espaço da escola e da sala de aula como um espaço plural em termos linguísticos. Olhar para os espaços escolares e suas diversidades culturais, para a presença e a valorização das línguas (língua materna, segundas línguas, línguas adicionais, etc) em diferentes contextos/situações (fronteira, imigrações, refugiados, etc); Analisar as políticas públicas em torno das questões linguísticas da/na escola. Conceituar e refletir a luz de teóricos da área questões em torno de: língua nacional, língua adicional, línguas minoritárias, línguas indígenas, línguas hegemônicas; línguas de herança, línguas estrangeiras, etc. Apagamento/invisibilidade das línguas nacionais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS:		
CALVET, Louis-Jean. As Políticas Linguísticas . São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.		
RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa . Ed. 68. São Paulo: Paz e Terra, 2019.		
TAKAKI, Nara; MACIEL, Ruberval. Letramentos em Terra de Paulo Freire . Campinas: Pontes, 2014.		
UNESCO. Políticas para a primeira infância . Brasília: Unesco, 2005.		
UYENO, Elzira; CAVALLARI, Juliana. Bilingüismos: subjetivação e identificações nas/pelas línguas maternas e estrangeiras . Coleção INPLA Vol. 9. Campinas: Pontes, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:		
ASSIS-PETERSON, A. A.; GONÇALVES, M. O. C. Qual é a melhor idade para aprender Línguas? Mitos e Fatos. Contexturas - Ensino Crítico de Língua Inglesa. 5: 11-27, 2000/2001.		
BARCELOS, Ana Maria F. (org.). Linguística aplicada: reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e língua estrangeira . Campinas: Pontes, 2011.		
BRASIL. Parecer CNE/CEB Nº 2 de nove de julho de 2020. Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue . Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=156861-pceb002-20&category_slug=setembro-2020-pdf&Itemid=30192 .		
LIBERALI, Fernanda. Formação crítica de educadores: questões fundamentais . 3. ed. Campinas: Pontes, 2018.		
MAGALHÃES, Maria Cecília (org.). A formação do professor como um profissional crítico: linguagem e reflexão . Campinas: Mercado de Letras, 2004.		
MELLO, H. A. B. Educação bilíngue: uma breve discussão. Horizontes de Linguística Aplicada , v. 9, n.1, p. 118-140, 2010. Disponível em:		



<https://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/818/> Acesso em: 30 out. 2023.

MEGALE, Antonieta Heyden. Bilinguismo e educação bilíngue: discutindo conceitos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**. Mato Grosso do Sul. v. 3, n. 5, s./p. ago. 2005. Disponível em: Disponível em: [Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL](#) . Acesso em: 30 out. 2023.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

NICHOLAIS, Christine; SILVA, Kleber; TILIO, Rogerio; ROCHA, Claudia (org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes/ALAB, 2013.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A língua estrangeira para crianças: um tema no mínimo ambíguo. In: ROCHA, Cláudia; TONELLI, Juliana; SILVA, Kleber (org.). **Língua Estrangeira para crianças: ensino-aprendizagem e formação docente**. Campinas: Pontes Coleção INPLA, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Número de unidades avaliativas: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1880	Introdução à educação a distância	30
EMENTA		
Histórico, fundamentos e regulamentações sobre a EAD. Mediação pedagógica na modalidade EAD, ambientes virtuais de aprendizagem e seus recursos didáticos para o ensino preferencial para crianças e jovens. Comunidades educativas por acesso remoto, com enfoque nas práticas de comunicação, colaboração e interação individuais e coletivas.		
OBJETIVO		
Compreender o processo de aprendizagem em ambientes virtuais de ensino para crianças e jovens, com ênfase em suas dimensões de historicidade, fundamentos, regulações e mediações pedagógico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Marcos (org.). Educação a distância : o estado da arte, volume 2. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.		
PRIMO, Alex. Interação mediada por computador : comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.		
ROMMEL, Melgaço Barbosa. Ambientes Virtuais de Aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COSTA, Cristina. Educação, imagem e mídias . São Paulo: Cortez Editora, 2005.		
PALLOFF, Rena M; PRATT, Keith. O aluno virtual : um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: Artmed, 2004. (Minha Biblioteca E-book)		
VALENTE, Germando, BUSTAMANTE, Sílvia Branco V. Educação a distância : prática e formação do professor reflexivo. São Paulo: Avercamp, 2009.		
BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; COUTINHO, Clara Pereira (org.). Educação on-line : conceitos, metodologias, ferramentas e aplicações. Curitiba: CRV, 2012.		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1881	Arte, educação, didáticas e metodologias ativas	30
EMENTA		
A construção do conhecimento e as especificidades das linguagens teatral, musical e estética nos currículos funcionais e adaptados. Os jogos teatrais e a expressão musical na educação escolarizada e nas práticas de inclusão com crianças e jovens. O conceito de artes visuais e suas modalidades inseridas: pintura, desenho, modelagem, fotografia e vídeo.		
OBJETIVO		
Aproximar Arte, Didáticas e Metodologias Ativas na formação ao magistério, valorizando trabalhos educativos e pedagógicos com comunidades escolares.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBOSA, A. M. (org.) Inquietações e mudanças no ensino da arte . São Paulo. Cortez, 2012.		
FERREIRA, Aurora. Arte, Escola e Inclusão . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.		
SEBACH, Simone. Arte e Didática . Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTUNES, Celso. Jogos para bem ensinar . Fortaleza: Imeph, 2009.		
BARBOSA, Ana Mae. Arte/Educação Contemporânea . São Paulo: Cortez, 2013.		
COLI, Jorge. O que é arte? 1 ed. São Paulo. Brasiliense, 1990.		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1882	Divulgação científica na infância	30
EMENTA		
A construção do conhecimento da Ciência pelo uso de diferentes instrumentos de divulgação científica: Análise de Textos publicados em Revistas de Divulgação Científica e em Desenhos Animados.		
OBJETIVO		
Compreender a Divulgação Científica como modo de potencializar o Ensino de Ciências na Educação Infantil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ALMEIDA, Sheila de Almeida; GIORDAN, Marcelo. Práticas de Letramento mediadas pela Revista Ciência Hoje das Crianças: Cenas de Sala de Aula. In: GIORDAN, Marcelo; CUNHA, Marcia Borin. Divulgação Científica na sala de aula: Perspectivas e Possibilidades. Ijuí: Editora Unijuí, 2015. p. 213-248.</p> <p>CAMPOS, Carlos Roberto Pires. Divulgação científica e ensino de ciências: debates preliminares. Vitória: Editora Ifes, 2015.</p> <p>GIORDAN, Marcelo. Computadores e linguagens nas aulas de ciências: uma perspectiva socio-cultural para compreender os significados. Ijuí: Unijuí, 2008.</p> <p>MASSARANI, Luísa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fatima (org.) Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002. Disponível em: https://museudavida.fiocruz.br/images/Publicacoes_Educacao/PDFs/cienciaepublico.pdf Acesso em: 30 out. 2023.</p> <p>MASSARANI, Luísa (org) O pequeno cientista amador - a divulgação científica e o público infantil. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2005.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CHASSOT, Attico Inácio. Alfabetização Científica: questões e desafios para a educação. 7. ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2016.</p> <p>ROJO. Roxane. O letramento escolar e os textos da divulgação científica – A apropriação dos gêneros de discurso na Escola. Linguagens em (Dis)curso – v. 8, n. 3,p. 581-612,set/dez. 2008.</p> <p>ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: http://www.fiocruz.br/brasiana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=207&sid=27 Acesso em: 30 out. 2023.</p>		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1883	Indisciplinas, incivildades, conflitos e cultura de paz nas escolas	30
EMENTA		
Conceituações de Indisciplinas, Incivildades, Conflitos e Violências. O nascimento do ódio. A transformação da raiva. Prevenção da violência na família e na escola. Construindo diálogos restaurativos. Da cultura da violência para a cultura de paz. Reforçando características da paz. Professores/as construtores/as da Paz.		
OBJETIVO		
Identificar as várias formas de indisciplinas, incivildades, conflitos e violências para compreender os fatores externos e internos às famílias e às escolas e as possibilidades de construção de caminhos para a cultura da paz.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CECCON, Claudia. Conflitos na escola: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como lidar. São Paulo: CECIP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.</p> <p>DREW, Naomi. A paz também se aprende. São Paulo: Gaia, 1990.</p> <p>MALDONADO, Maria Tereza. Os construtores da paz: caminhos de prevenção da violência. São Paulo: Moderna, 1997.</p> <p>MILANI, Feizi Masrour (et al). Cultura de Paz: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: Inpaz, 2003.</p> <p>DEL PRIORE, Mary (org). História das Crianças no Brasil. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ASSIS, Simone Gonçalves de. Traçando caminhos em uma sociedade violenta. RJ: Fiocruz, 1999.</p> <p>BERNDT, Chistina. Resiliência: o segredo da força psíquica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.</p> <p>GAUTHIER, Clermont. TARDIF, Maurice (org). A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>GUIMARÃES, Marcelo Rezende. Educação para a paz: sentidos e dilemas. Caxias do Sul: Educus, 2005.</p> <p>JARES, XESÚS R. Educação para a Paz: sua teoria e sua prática. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1886	O ensino religioso nos anos iniciais	30
EMENTA		
Dimensões da experiência religiosa: vincular-comunitária, místico-extática, cosmológica, doutrinária, reflexiva, ritual-institucional, moral, estética. Religiões de possessão e religiões de livro. O “outro mundo” e este mundo (da casa e da rua), na cultura brasileira. O ensino religioso na legislação educacional brasileira, de ontem e de hoje. Estado laico, escola pública laica e religiosidade. Diálogo intercultural e inter-religioso. Religiões e ciências. Dádiva, subjetividade, mercado e estado.		
OBJETIVO		
Conhecer os aspectos estruturantes de diferentes tradições e vertentes religiosas, a partir de pressupostos científicos e filosóficos, para compreender a religiosidade como um direito humano no exercício da cidadania.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL, Taciana. Ensino religioso no Brasil: da confessionalidade à laicidade? Avaliação e Políticas Públicas em Educação , Rio de Janeiro, v. 31, n. 119, 2023. https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003290 Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/BhCC5dsmxNVcSLsx6k5bSzM/# Acesso em: 20 set. 2023.		
JUNQUEIRA, Sérgio R. A. O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil . Petrópolis: Vozes, 2002.		
OLIVEIRA, Lilian B. et al. Ensino religioso no ensino fundamental . São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DINIZ, Débora Person; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. Laicidade e Ensino Religioso no Brasil . Brasília: Letras Livres, 2010		
JUNQUEIRA, S. R. A. Formação do professor de Ensino Religioso: um processo em construção no contexto brasileiro. Rever , São Paulo, v. 2, p. 62-84, jun. 2010. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv2_2010/i_junqueira.htm Acesso em: 20 set. 2023.		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas	
		Presenciais	EAD
GCH1889	Jogos e brincadeiras na infância	30	30
EMENTA			
História, teorias, conceitos e classificações de jogo, brinquedo e brincadeira. Significados da recreação e da ludicidade. Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras como elementos constitutivos da aquisição de conhecimentos nos vários contextos. Propostas de brincadeiras nos diversos paradigmas: psicológicos, sócio-antropológicos e pedagógicos. A utilização do brincar em propostas pedagógicas.			
OBJETIVOS			
Compreender a importância dos jogos, brinquedos e brincadeiras na aprendizagem para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental em seus aspectos conceituais, históricos, metodológicos, pedagógicos e sua contribuição para o desenvolvimento humano em seus espaços de educação e lazer.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, Celso. O jogo e a Educação Infantil : falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.			
CABRAL, Fátima. Jogos eletrônicos: técnica ilusionista ou emancipadora? Revista USP . N 35. Nov, 1997. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26924 Acesso em: 30 out. 2023.			
CORDAZZO, Scheila Tatiana Duarte; VIEIRA, Mauro Luís. A brincadeira e suas implicações nos processos de aprendizagem e desenvolvimento. Estudos e Pesquisas em Psicologia . Vol. 7, n. 1. UERJ, RJ, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812007000100009&script=sci_abstract Acesso em: 30 out. 2023.			
BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação . São Paulo: Editora 34, 2002.			
FREIRE, João Batista; VENÂNCIO, Silvana (org.). O jogo dentro e fora da escola . Campinas: Autores Associados, 2005.			
VYGOTSKY, Lev Semionovitch. O papel do brinquedo no desenvolvimento. In: VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente : o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de. Sobre brinquedo e infância: Aspectos da experiência e da cultura do brincar. Educação e Sociedade . v. 27, n. 95, p. 541-551, maio/ago. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000200011 . Acesso em: 30 out. 2023.			
ARCE, Alessandra; DUARTE, Newton (org.). Brincadeira de papéis sociais na educação infantil : as contribuições de Vigotski, Leontiev e Elkonin. São Paulo: Xamã, 2006.			
GARDNER, Howard. A criança Pré-Escolar : como pensa e como a escola pode ensiná-la. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.			
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação . São Paulo: Cortez, 2023. (Ebook Minha Biblioteca).			
MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícole; PASSOS, Norimar Christie. Os jogos e o			



lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2011. (Minha Biblioteca – E-book.)

MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. **Amar e brincar:** fundamentos esquecidos do humano, do patriarcado à democracia. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2004.

Número de unidades avaliativas: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1887	Diversidade, diferença e educação	30
EMENTA		
Diversidades. A concepção de diversidade, diferença e educação, Igualdade e diferença, Gênero, violência e poder. Sexualidade e orientação sexual. Relações étnico-raciais. Multiculturalismo e suas implicações na educação. Políticas afirmativas em Educação. O ensino colaborativo na escola. Pessoas com deficiência. Implicações ao contexto educativo.		
OBJETIVO		
Problematizar diálogos a respeito das diversidades e sua relação com a educação, de forma a contribuir com uma formação crítica, humana, teórica e cidadã pautada na equidade, no enfrentamento das dicotomias entre os gêneros e na garantia dos direitos da pessoa com deficiência.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias . Petrópolis: Vozes, 2012.		
COVOLAN, Nadia Terezinha. OLIVEIRA, Daniel Canavese de. (org.) Educação & diversidade: a questão de gênero e suas múltiplas expressões . Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015.		
SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, STUART et al. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais . Petrópolis: Vozes, 2018.		
SANTOS, Reinaldo dos; GODOI, Eliamar (org.). Pesquisas em Educação, Inclusão e Diversidade . São Paulo: Paco Editorial, 2021.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CUNHA, M. I. Sala de aula: espaço de inovações e formação docente. In: ENRICONE, D, Grillo m. (org.). Educação Superior: vivências e visão de futuro . Porto Alegre: Edipucrs, 2005.		
DESLANDES, Keila; LOURENÇO, Erika. (org.) Por uma cultura dos direitos humanos na escola: Princípios, meios e fins . Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, 2012.		
MOURA, Glória. O Direito à Diferença. In: MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola . SECAD/MEC, Brasília, 2005, p.69-82. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/superando_%20racismo_escola_miolo.pdf Acesso em: 30 out. 3023.		
SIERRA, Jamil Cabral; SIGNORELLI, Marcos Claudio (org.). Diversidade e educação: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia . Matinhos: UFPR Litoral, 2014.		
SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. Gênero, Diversidade e Desigualdades na Educação: Interpretações e reflexões para formação docente . Pernambuco: Universidade Federal do Pernambuco- Editora Universitária UFPE, 2009.		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH308	Educação ambiental	30
EMENTA		
<p>Princípios, diretrizes e alguns marcos históricos da Educação Ambiental (EA). A prática da EA em diferentes contextos intra e extraescolares. Trilhas ecológicas como instrumento de EA no ensino de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Causas e consequências dos problemas ambientais. Benefício da sustentabilidade ecológica. Consumo consciente. Metodologias de Pesquisa em Educação Ambiental. Situações de ensino com uso de diferentes instrumentos culturais como a fala, a escrita e a leitura relacionados aos conteúdos em questão.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender a temática ambiental como elemento estruturante do ensino de Ciências e Biologia e como aspecto indispensável a formação de professores e cidadãos críticos e Responsáveis tendo como referência a vida sustentável em relação a ações socio-antropicoambientais, com vistas a conservação da natureza e a preservação da biodiversidade. Desenvolver procedimentos próprios ao exercício da docência.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.</p> <p>BRASIL. Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 28 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm Acesso em: 10 out. 2023.</p> <p>DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: Princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: GAIA, 2004.</p> <p>GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, Jose Vicente de (Org.). Metodologias Emergentes de Pesquisa em Educação Ambiental. Ijuí: UNIJUI, 2005.</p> <p>LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de. Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental no Brasil, pesquisa e Ensino. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007. (Tradução Sandra Trabucco Valenzuela).</p> <p>PACHECO, E. B.; FARIA, R. M. Educação Ambiental em Foco. Belo Horizonte: Le, 1992.</p> <p>RUSCHEINSKY, Aloísio (Ed.). Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>		



SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos, *et al.* O Enfoque CTS e a Educação Ambiental: Possibilidade de “ambientalização” da sala de aula de Ciências. In: SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MALDANER, Otávio Aloísio (Org.). **Ensino de Química em Foco**. Ijuí: Unijuí, 2010.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. **Educação em Química, compromisso com a cidadania**. 3. ed. Ijuí: Unijuí. 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, Ética/Meio Ambiente - Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 146 p.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

GELLER, Howard S. **O Uso eficiente de eletricidade:** uma estratégia eficiente para o Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Eficiência Energética, 1994.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

KRASILCHIK, Myriam; PONTUSCHKA, Nídia Nacib; RIBEIRO, Helena. **Pesquisa Ambiental:** construção de um processo participativo de Educação e Mudança. São Paulo: EDUSP, 2006.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Sociedade e meio ambiente:** a educação ambiental em debate. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MINC, Carlos. **Ecologia e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2005.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

REIS, Pedro Rocha dos. Os Temas Controversos na Educação Ambiental. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, USP, v. 2, n. 1, p.125-140, 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; MORTIMER, Eduardo Fleury. Uma análise de pressupostos teóricos da abordagem CTS no contexto da educação brasileira. **Revista Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 2, n. 2, 2002.

TREVISOL, Joviles Vitorio. **A educação ambiental em uma sociedade de risco:** tarefas e desafios na construção da sustentabilidade. Joaçaba: Edições Unoesc, 2003.

TUNDISI, Helena Silva Freire. **Usos de Energia**. São Paulo: Ed. Atual, 1991.

Número de unidades avaliativas: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1204	Educação em saúde	30
EMENTA		
Saúde coletiva e escola, políticas de saúde no Brasil, concepções e histórico de educação em saúde na escola, bases pedagógicas de educação em saúde no ambiente escolar, educação em saúde no ensino.		
OBJETIVO		
Discutir temas vinculados à saúde oportunizando espaços para reflexões e debates, enfocando o ensino e aprendizagem dessas questões nos diversos espaços educativos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAMPOS, G. W. S. <i>et al.</i> (org.). Tratado de saúde coletiva . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. 871 p		
CARSON, R. Primavera silenciosa . São Paulo, SP: Gaia, 2010. 327 p.		
FURLANI, J. Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças . São Paulo: Autêntica, 2011. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
GAZZINELLI, M. F. C.; REIS, D. C.; MARQUES, R. C. Educação em saúde: teoria, método e imaginação . Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. 166 p. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BOFF, E. T. O.; ARAÚJO, M. C. P.; CARVALHO, G. S. (org.). Interações entre conhecimentos, valores e práticas na educação em saúde . Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2016. 204 p.		
SCLIAR, M. Do mágico ao social: trajetória da saúde pública . 2. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. 160 p.		
Número de unidades de avaliação		02



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1800	Neurociências, ensino e aprendizagem	30
EMENTA		
Morfofisiologia do sistema nervoso. Neurociências, funções cognitivas e aprendizagem. Neurociências e ensino. Neurociências e aprendizagem no contexto escolar. Neurociências da linguagem, da leitura e da escrita. Neurociências e transtornos de aprendizagem.		
OBJETIVO		
Perceber o papel das Neurociências na educação. Conhecer as regiões e as funções do cérebro e suas relações com o ensino e a aprendizagem. Identificar o papel do cérebro nos transtornos de aprendizagem.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AZEVEDO, T. L. Psicopatologia da aprendizagem . São Paulo: Cengage Learning, 2015. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
BEAR, M. F. Neurociências: desvendando o sistema nervoso . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
CORRÊA, M. S. Criança, desenvolvimento e aprendizagem . São Paulo: Cengage Learning, 2015. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
COSENZA, R. M. Neurociência e educação . Porto Alegre: Artmed, 2011. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
LENT, R. Neurociência da mente e do comportamento . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
ROTTA, N. T. (org.). Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BIZELLO, A. <i>et al.</i> (org.). Psicolinguística . Porto Alegre: SAGAH, 2020. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
FLETCHER, J. M. <i>et al.</i> Transtornos de aprendizagem: da identificação à intervenção . Porto Alegre: Artmed, 2009. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
FONSECA, V. Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2011. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
IZQUIERDO, Q. (org.). Neurobiologia dos transtornos psiquiátricos . Porto Alegre: Artmed, 2019. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
LEE, T. C. Neuroanatomia: Netter's currelative imaging . Rio de Janeiro: ThiemeBrazil, 2016. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
MENEZES, A. O. Atenção, memória e aprendizagem: aspectos teóricos e instrumentos de avaliação . São Paulo: Saraiva, 2021. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
NUTTI, J. Z. Neuropsicologia da infância e adolescência . São Paulo: Saraiva 2021. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
ROTTA, N. T. Neurologia e aprendizagem . Porto Alegre: Artmed, 2016. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS)		
ROTTA, N. T. Plasticidade cerebral e aprendizagem: abordagem multidisciplinar . Porto		



Alegre: Artmed, 2018. *E-book*. (Minha biblioteca/UFFS).

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 496 p.

Número de unidades de avaliação	01
---------------------------------	----



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1802	Práticas pedagógicas em saúde	30
EMENTA		
Estudos das funções educacionais formais e informais face a problemática da saúde, nos espaços educativos, ou relativas às sucessivas fases de desenvolvimento humano, visando a elevação dos níveis de saúde da população.		
OBJETIVO		
Oportunizar espaços para reflexões e debates críticos sobre a temática educação em saúde na perspectiva de construção de propostas articuladas aos processos de ensino.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAMPOS, G. W. S. <i>et al.</i> (org.). Tratado de saúde coletiva . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. 871 p		
CARSON, R. Primavera silenciosa . São Paulo, SP: Gaia, 2010. 327 p.		
FURLANI, J. Educação sexual na sala de aula : relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. São Paulo Autêntica 2011. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
GAZZINELLI, M. F. C.; REIS, D. C.; MARQUES, R. C. Educação em saúde : teoria, método e imaginação. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 166 p. <i>E-book</i> . (Minha biblioteca/UFFS).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BOFF, E. T. O.; ARAÚJO, M. C. P.; CARVALHO, G. S. (org.). Interações entre conhecimentos, valores e práticas na educação em saúde . Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2016. 204 p.		
SCLIAR, M. Do mágico ao social : trajetória da saúde pública. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002. 160 p.		
Número de unidades de avaliação		01



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS085	Responsabilidade socioambiental	30
EMENTA		
Fundamentos da responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social. Marketing Social. Voluntariado. Terceiro Setor. Filantropia. Balanço Social. Sustentabilidade. Gestão Social. O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. Passivo ambiental. Impacto ambiental. Gestão Ambiental. Normas ISO E NBR, ambiental e de responsabilidade social. Projeto de responsabilidade socioambiental: diagnostico, planejamento estratégico de RSE. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental.		
OBJETIVO		
Desenvolver no estudante a capacidade de reflexão sobre as diferentes formas de perceber a responsabilidade social e ambiental de um ponto de vista crítico e problematizador.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, J. R. de et al. Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000.		
PAULI, G. Emissão zero. Porto Alegre: Edipuc, 1996.		
REIS, L. F. S. D. et al. Gestão ambiental em pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.		
TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.		
TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BERLE, G. O empreendedor do verde. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1991.		
JACOBI, P. R. Ciência ambiental os desafios da interdisciplinaridade. São Paulo: Annblame, 1999.		
LANNA, A. E. L. Gerenciamento de bacia Hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos Brasília: IBAMA, 1995.		
PAULI, G. Upsizing. Porto Alegre: L&PM, 1999.		
VARGAS, H. C. Novos instrumentos de gestão ambiental urbana. São Paulo: EDUSO, 2001.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA608	O Papel da gramática na escola	30
EMENTA		
O papel da gramática na escola: problemas e propostas. Reflexões acerca do espaço da descrição gramatical em um ensino de línguas voltado para o uso linguístico.		
OBJETIVO		
Compreender o papel do ensino de gramática na educação básica, examinando problemas e diretrizes alternativas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental . Brasília: MEC / SEF, 1998.		
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio . Brasília: MEC / SEF, 2006.		
NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português . São Paulo: Editora da UNESP, 2000.		
PAULIUKONIS, M. A; GAVAZZI, S. (org.) Da língua ao discurso: reflexões para o ensino . Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.		
ROCHA, L. C. A. Gramática: nunca mais: ensino de língua padrão sem o estudo de gramática . São Paulo: Martins Fontes, 2002.		
VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). Ensino de gramática: descrição e uso . São Paulo: Contexto, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTUNES, I. Aula de português: encontro & interação . São Paulo: Parábola, 2003.		
BATISTA, A. A. G. Aula de português: discurso e saberes escolares . São Paulo: Martins Fontes, 1997.		
GERALDI, J. W. O texto na sala de aula . 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.		
POSSENTI, S. Por que (não) Ensinar Gramática na Escola . Campinas: Mercado de Letras, 1999.		
AZEREDO, C. (org.). Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino . Petrópolis: Vozes, 2000.		
BASTOS, N. B. (org.). Língua Portuguesa: história, perspectivas, ensino . São Paulo: Educ, 1998.		
CITELLI, A. Aprender e ensinar com textos não escolares . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.		
NEVES, Maria Helena de Moura. Que gramática estudar na escola? norma e uso na língua portuguesa . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.		
RICHTER, M. G. Ensino do português e interatividade . Santa Maria: UFSM, 2000.		
TRAVAGLIA, L. C. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA640	O texto como unidade de ensino de Língua Portuguesa	30
EMENTA		
O texto como unidade do ensino de língua portuguesa na educação básica.		
OBJETIVO		
Refletir sobre a proposta de um ensino de língua portuguesa centrado no texto.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília: MEC / SEF, 2006.</p> <p>MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.</p> <p>PAULIUKONIS, M. A; GAVAZZI, S. (org.) Da língua ao discurso: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.</p> <p>SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004.</p> <p>VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ANTUNES, I. Análise de textos: fundamentos e práticas. SP: Parábola Editorial, 2010</p> <p>KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2002. KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>BUNZEN, C. O ensino de “gêneros” em três tradições: implicações para o ensino-aprendizagem de língua materna. Disponível em: http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/artigos/o_ensino_de_generos_ClecioBunzen.pdf. Acesso em: 15 fev. 2010.</p> <p>DIONÍSIO, A. P; BESERRA, N. S (org.) Tecendo textos, construindo experiências. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.</p> <p>GUIMARÃES, E. A articulação do texto. São Paulo: Ática, 1992.</p> <p>MOTTA-ROTH, D. O ensino de produção textual com base em atividades sociais e gêneros textuais. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 495-517, set./dez. 2006. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/347/368. Acesso em: 15 dez. 2023</p> <p>NASCIMENTO, E. (org.) Gêneros textuais: da didática aos objetos de ensino. São Carlos, SP: Claraluz, 2009.</p> <p>ROJO, R. Gêneros de discurso/ texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao <i>trivium</i>? In: SIGNORINI, I. (org.). [Re]Discutir texto, gênero e discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p.73-108.</p> <p>SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.</p>		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA646	O ensino de Literatura na escola	30
EMENTA		
A leitura na escola: problemas e propostas. Reflexões acerca de tópicos relacionados ao ensino de leitura na educação básica.		
OBJETIVO		
Refletir sobre o ensino de leitura na educação básica, examinando problemas e possíveis diretrizes alternativas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
KLEIMAN, A. Texto e leitor : aspectos cognitivos da leitura. 12. ed. Campinas: Pontes, 2009.		
KLEIMAN, A. Leitura : ensino e pesquisa. 4. ed. Campinas: Pontes 2004.		
KLEIMAN, A.; MORAES, S. E. Leitura e interdisciplinaridade : tecendo redes nos projetos da escola. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2003.		
SILVA, E. T. da. Elementos de pedagogia da leitura . São Paulo: Martins Fontes, 2003.		
TEBEROSKY, A. (org). Compreensão de leitura : a língua como procedimento. Porto Alegre: Artmed, 2003		
ZILBERMAN, R.; SILVA, E. T. da. Leitura : perspectivas interdisciplinares. São Paulo: Ática, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CORACINI, M. J. R. F. (org.). O jogo discursivo na aula de leitura : língua materna e língua estrangeira. Capinas: Pontes, 1995.		
KATO, M. A. O aprendizado da leitura . 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.		
KLEIMAN, A. Oficina de leitura : teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Pontes, 2000.		
KLEIMAN, A. Os Significados do letramento : uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.		
LAJOLO, M. Do mundo da leitura para a leitura do mundo . São Paulo: Ática, 2000.		
MATENCIO, M. de L. M. Leitura, produção de textos e a escola : reflexões sobre o processo de letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2000.		
MAGNANI, M. do R. M. Leitura, literatura e escola . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.		
ORLANDI, E. P. Discurso e Leitura . São Paulo: Cortez, 1988.		
ORLANDI, E. P. Interpretação : autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.		
PETIT, M. Os jovens e a leitura : uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2008.		
RÖSING, T. M. K. A formação do professor e a questão da leitura . Passo Fundo: Editora UPF, 1996. (Série didática).		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA651	Gêneros discursivos/textuais e ensino	30
EMENTA		
Gêneros textuais e gêneros discursivos: perspectivas teórica e metodológica. Gênero como objeto de ensino.		
OBJETIVO		
Promover a reflexão e o debate sobre o ensino de língua, a partir da perspectiva dos gêneros discursivos/textuais, tendo como base diferentes correntes teóricas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BAZERMAN, C. Gênero, agência e escrita. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). Gêneros textuais & ensino. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.</p> <p>COPE, B.; KALANTZIS, M. (org.) The powers of literacy: a genre approach to teaching writing. <i>In</i>: COPE, B.; KALANTZIS, M. (org.). In introduction: How a Genre Approach to Literacy Can Transform the Way Writing is Taught. London: Taylor and Francis, 1993.</p> <p>KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (org.) Gêneros textuais: reflexões e ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008.</p> <p>MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTA-ROTH. D.; (org.) Gêneros: teorias, métodos, debates. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.</p> <p>SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BAZERMAN, C. Escrita, gênero e interação social. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>BUNZEN, C. O ensino de “gêneros” em três tradições: implicações para o ensino-aprendizagem de língua materna. [2004] Disponível em: http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/artigos/o_ensino_de_generos_ClecioBunzen.pdf. Acesso em: 15 fev. 2010.</p> <p>DIONÍSIO, A. P; BESERRA, Tecendo textos, construindo experiências. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.</p> <p>MOTTA-ROTH, D. O ensino de produção textual com base em atividades sociais e gêneros textuais.</p> <p>MILLER, C. Rhetorical Community: the cultural basis of genre. <i>In</i>: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (ed.). Genre and the new rhetoric. London: Taylor & Francis, 1994, p. 67-68.</p> <p>NASCIMENTO, E. (org.) Gêneros textuais: da didática aos objetos de ensino. 1. ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2009.</p> <p>ROJO, R. Gêneros de discurso/ texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao <i>trivium</i>? <i>In</i>: SIGNORINI, I. (org.). [Re]Discutir texto, gênero e discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p.73-108.</p> <p>SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Linguagem & educação)</p>		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA668	Literatura e cinema	30
EMENTA		
Convergências e divergências entre a narrativa literária e cinematográfica. Os problemas do processo de “adaptação”. O roteiro cinematográfico como gênero literário.		
OBJETIVO		
Compreender as relações entre literatura e cinema como forma de adquirir conhecimento instrumental para a análise da narrativa em ambos os códigos, desenvolvendo olhar crítico sobre suas inter-relações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AUMONT, Jacques. As teorias dos cineastas . Campinas, SP: Papyrus, 2004.		
GANCHO, Cândida Vilares. Como analisar narrativas . São Paulo: Ática, 2002.		
MARTIN, Marcel. A linguagem cinematográfica . Rio de Janeiro: Brasiliense, 2002.		
SEGER, Linda. A arte da adaptação: como transformar fatos e ficção em filme . São Paulo: Bossa Nova, 2007.		
VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. Ensaio sobre a análise fílmica . 5. ed. Campinas: Papyrus, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CANDIDO, Antonio. A personagem de ficção . 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.		
DELEUZE, Gilles. A imagem-tempo . São Paulo: Brasiliense, 1990.		
EISENSTEIN, Sergei. O sentido do filme . Rio de Janeiro: Zahar, 1990.		
METZ, Christian. Linguagem e cinema . São Paulo: Perspectiva, 1980.		
RAMOS, Fernão Pessoa (org.). Teoria contemporânea do cinema: pós-estruturalismo e filosofia analítica . São Paulo: SENAC, 2005. v. 1.		
REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. Dicionário de teoria da narrativa . São Paulo: Ática, 1988.		
SCOTT, Kevin Conroy. Lições de roteiristas: roteiristas falam de seus filmes mais importantes . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.		
SEDLMAYER, Sabrina; MACIEL, Maria Esther (org.). Textos à flor da tela: relações entre literatura e cinema . Belo horizonte: Núcleo de Estudos de Crítica Textual; Faculdade de Letras da UFMG, 2004.		
STAM, Robert. A literatura através do cinema: realismo, magia e a arte da adaptação . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.		
XAVIER, Ismail (org.). A experiência do cinema . Rio de Janeiro: Edições Graal; Embrafilmes, 1983.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA562	Tópicos em ensino de literatura	30
EMENTA		
Estudo das diferentes abordagens teóricas e metodológicas a respeito do ensino de literatura na Educação Básica.		
OBJETIVO		
Discutir as práticas metodológicas de ensino de literatura na Educação Básica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A serem definidas pelo colegiado no semestre de oferta.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A serem definidas pelo colegiado no semestre de oferta.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1732	Introdução à Filosofia	30
EMENTA		
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia		
OBJETIVO		
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lulio, 2011. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003. FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011. GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção). HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000. GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994. HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002. JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papyrus, 2008. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v. SARTRE, Jean- Paul. Marxismo e existencialismo . In: Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963. SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latinoamericana . São Paulo: Paulus, 1995.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA452	Ensino de espanhol para pessoas com deficiência visual	30
EMENTA		
O ensino de língua espanhola para pessoa com deficiência visual (PDV) na educação básica e nos demais espaços de ensino.		
OBJETIVO		
Abordar metodologias de ensino de língua espanhola para PDVs. Refletir sobre a implementação de audiodescrição em materiais didáticos. Analisar e criar materiais didáticos acessíveis para PDVs.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>FONTANA, Marcus Vinicius Liessem. A língua que não se vê: o processo de ensino-aprendizagem de espanhol mediado por computador para deficientes visuais. Dissertação Mestrado. Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2009. Disponível em: http://pos.ucpel.edu.br/dissertacoes-pvgl/?action=download&file=L01lc3RyYWVRL-zIwMDkvQV9saW5ndWFfcXVlX25hb19zZV92ZS1NYXJjdXNfRm9udGFuYS5wZGY=</p> <p>LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. Aprendendo a ler “com outros olhos”: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. Cadernos de Educação FaE/PPGE/UFPel Pelotas [36]: 175 - 195, maio/agosto 2010. Disponível em: http://www.espanholacessivel.ufc.br/oficinas%20para%20professores%20surdos.pdf</p> <p>MEDRADO, Betânia Passos (org). Deficiência Visual e ensino de línguas estrangeiras: políticas, formação e ações inclusivas. São Paulo: Pontes, 2014.</p> <p>MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. Audiodescrição na escola: abrindo caminhos para a leitura de mundo. São Paulo: Pontes, 2016.</p> <p>PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira <i>et al.</i> (org). Aprendizagem e acessibilidade: travessias do aprender na Universidade. Santa Maria: UFSM, 2015.</p> <p>VERGARA-NUNES, Elton. AUDIODESCRIÇÃO DIDÁTICA. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167796/341239.pdf?sequence=1&isAllowed=y</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BRASIL, Decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009 [2012]. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949</p> <p>BRASIL, Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm</p> <p>CONDE, Antônio João Menescal. Definindo a cegueira e a visão subnormal. 2005. Disponível em: http://www.ibc.gov.br/?itemid=944</p> <p>DOMINGUES, Celma dos Anjos. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual. Brasília: MEC; UFC, 2010.</p> <p>FONTANA, M. V. L.; VERGARA NUNES, E. L. Audioteca Virtual de Letras: tecnologia para inclusão. RENOTE - Revista Novas Tecnologias na Educação. Porto Alegre, vol. 3,</p>		



nº. 2, 2005. Disponível em: http://www.cinted.ufrgs.br/renote/nov2005/artigosrenote/a45_audioteca_virtual_de_letras_rev_isado.pdf. Acesso em: 12 fev. 2008.

MASINI, Elcie F. Salzano. **O perceber de quem está na escola sem dispor da visão**. São Paulo: Cortez: 2013.

MELO, Amanda Meincke. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: livro acessível e informática acessível**. Brasília: MEC; UFC, 2010.

SILUK, Ana Claudia Pavão (org). **Formação de professores para o atendimento educacional especializado**. Santa Maria: UFSM, 2011.

SILUK, Ana Claudia Pavão (org). **Atendimento educacional especializado: condições para a prática pedagógica**. Santa Maria: UFSM, 2014.

SILUK, Ana Claudia Pavão (org). **Atendimento educacional especializado: processos de aprendizagem na universidade**. Santa Maria: UFSM, 2014.

Número de unidades avaliativas: 1



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA480	Produção de textos acadêmicos	30
EMENTA		
Produção de textos acadêmicos.		
OBJETIVOS		
Praticar a produção de textos pertencentes a gêneros da esfera acadêmica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CITELLI, A. O texto argumentativo. São Paulo: Scipione, 1994.</p> <p>ECO, U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1989.</p> <p>MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MOTTA-ROTH, D. (org.). Redação acadêmica: princípios básicos. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001.</p> <p>SILVEIRA, D. MARTINS; ZILBERKNOP, L. S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: Informação e documentação - resumos - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação – referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação - citações - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.</p> <p>BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 22. ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>COSTE, D. (org.). O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002.</p> <p>FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.</p> <p>KOCH, Ingedore G. V. O texto e a construção dos sentidos. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>KOCH, Ingedore G. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.</p>		



SOUZA, Luiz Marques de; CARVALHO, Sérgio W. de. **Compreensão e produção de textos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Número de unidades avaliativas: 1



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA480	Produção de textos acadêmicos	30
EMENTA		
Produção de textos acadêmicos.		
OBJETIVOS		
Praticar a produção de textos pertencentes a gêneros da esfera acadêmica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CITELLI, A. O texto argumentativo. São Paulo: Scipione, 1994.</p> <p>ECO, U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1989.</p> <p>MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MOTTA-ROTH, D. (org.). Redação acadêmica: princípios básicos. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001.</p> <p>SILVEIRA, D. MARTINS; ZILBERKNOP, L. S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 22. ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006.</p> <p>COSTE, D. (org.). O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002.</p> <p>FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.</p> <p>KOCH, Ingedore G. V. O texto e a construção dos sentidos. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>KOCH, Ingedore G. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>KOCH, Ingedore G. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>SOUZA, Luiz CARVALHO, Compreensão e produção de textos. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>SOUZA, Luiz Marques de; CARVALHO, Sérgio W. de. Compreensão e produção de textos. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>		
Número de unidades avaliativas: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA576	Tópicos de estudo em literatura: gênero e sexualidade	30
EMENTA		
Estudo de gênero e sexualidade na literatura a partir de três eixos: a representação, a autoria e a perspectiva teórico-crítica.		
OBJETIVO		
Realizar exercícios de análise sobre gênero e sexualidade em obras literárias.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A serem definidas pelo colegiado no semestre de oferta.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A serem definidas pelo colegiado no semestre de oferta.		
Número de unidades avaliativas: 2		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA577	Tópicos de estudo em literatura: relações étnico-raciais	30
EMENTA		
Estudo da produção de autores ligados às minorias étnico-raciais.		
OBJETIVO		
Realizar exercícios de análise de textos de autoria de escritores negros e indígenas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A serem definidas pelo colegiado no semestre de oferta.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A serem definidas pelo colegiado no semestre de oferta.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA436	Literatura brasileira: poesia	60
EMENTA		
Estudo da produção de poetas e de obras representativas da poesia brasileira das origens à contemporaneidade. Exclussões e inclusões: a poesia afro-brasileira e indígena.		
OBJETIVO		
Realizar exercícios de análise de obras poéticas da literatura brasileira tendo em vista a literatura como manifestação estética relacionada ao contexto artístico, cultural, histórico, social e ideológico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BANDEIRA, Manuel. Apresentação da poesia brasileira . São Paulo: Cosac Naify, 2009. BOSI, Alfredo (org). Leitura de poesia . São Paulo: Ática, 2007. (Temas; literatura brasileira 59) BUENO, Alexei. Uma história da poesia brasileira . Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2007. MOISES, Massaud. A Literatura Brasileira através dos textos . 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2011. MORICONI, Ítalo. Como e por que ler poesia brasileira do século XX . Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. SISCAR, Marcos. Poesia e crise: ensaios sobre a crise da poesia como topos da modernidade . Campinas, SP: Unicamp, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BOSI, Alfredo. Céu, Inferno: ensaios de crítica literária e ideológica . 3. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2010. BOURDIEU, Pierre. As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário . 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. DUARTE, Eduardo de Assis. (org.). Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 4 v. GEBARA, Ana Elvira Luciano. A poesia na escola: leitura e análise de poesia para crianças . São Paulo: Cortez, 2011. GRAÚNA, Graça. Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil . São Paulo: Mazza, 2013. MILOSZ, Czeslaw. O testemunho da poesia: seis conferências sobre as aflições de nosso século . Tradução, introdução e notas de Marcelo Paiva de Souza. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. MORICONI, Ítalo (org.). Os cem melhores contos brasileiros do século . Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. PERRONE-MOISÉS, Leyla. Inútil poesia e outros ensaios breves . São Paulo: Companhia das Letras, 2000.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA461	Fundamentos gramaticais de língua portuguesa	30
EMENTA		
Introdução aos estudos gramaticais. Organização frasal e pontuação. Relações morfossintáticas. Problemas de construção frasal.		
OBJETIVO		
Compreender e analisar a estrutura e o funcionamento da língua portuguesa. Empregar o conhecimento linguístico na modalidade escrita, observando-se aspectos de organização da frase, relações morfossintáticas e pontuação. Identificar problemas de construção frasal.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BASÍLIO, M. Formação e classes de palavras no português do Brasil . São Paulo: Contexto, 2004.		
BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa . 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.		
CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo . 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.		
LAROCA, M. N. de C. Manual de morfologia do português . Campinas; Juiz de Fora: Pontes; Ed. UFJF, 2003.		
HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. Dicionário Houaiss da língua portuguesa: com a nova ortografia da língua portuguesa . Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.		
NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português . São Paulo: Editora da UNESP, 2000		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BASÍLIO, M. Teoria Lexical . São Paulo: Ática, 2008.		
CÂMARA Jr., J. M. Estrutura da língua portuguesa . Petrópolis: Vozes, 2001.		
FRANCHI, C. Mas o que é mesmo gramática . São Paulo: Parábola, 2006.		
HENRIQUES, C. C. Morfologia . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.		
ILARI, R.; NEVES, M. H. M. Gramática do português culto falado no Brasil I: Classes de palavras e processos de construção . Campinas: Ed. Unicamp, 2009.		
MACAMBIRA, J. R. A estrutura morfo-sintática do português . São Paulo: Pioneira, 1999.		
MIRA MATEUS, M. H. <i>et al.</i> Gramática da Língua Portuguesa . Lisboa: Caminho, 2003.		
PERINI, M. A. Princípios de Linguística Descritiva . São Paulo: Parábola, 2006.		
SAUTCHUK, I. Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática . São Paulo: Ed. Manole, 2006.		
TRAVAGLIA, L. C. Gramática: ensino plural . São Paulo: Cortez, 2003.		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA663	Linguagem, discurso e subjetividade	30
EMENTA		
A concepção discursiva de sujeito. Processos de subjetivação. A individualização do sujeito na contemporaneidade.		
OBJETIVO		
Compreender os processos de constituição do sujeito.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 13. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2012.</p> <p>HAROCHE, C. Fazer dizer, querer dizer. São Paulo: Hucitec, 1992.</p> <p>HENRY, P. A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.</p> <p>ORLANDI, E. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.</p> <p>ORLANDI, E. P. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.</p> <p>PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>DUMONT, L. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.</p> <p>HAK, T.; GADET, F. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.</p> <p>HENRY, P. Sujeito, sentido, origem. In: ORLANDI, E. P. (org.) O discurso fundador. Campinas: Pontes, 1993.</p> <p>INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.</p> <p>MALDIDIER, D. A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.</p> <p>MARIANI, B. (org.). A escrita e os escritos: reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006.</p> <p>ORLANDI, E. P. (org.). Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.</p> <p>ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.</p> <p>PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.</p> <p>ZIZEK, S. (org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.</p>		
Número de unidades avaliativas: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA346	Língua espanhola I	30
EMENTA		
Compreensão e produção de textos em língua espanhola em diferentes modalidades, suportes e esferas de circulação a partir de prática situada. Desenvolvimento do letramento crítico e da aproximação intercultural. Estudo de aspectos fonéticos, morfológicos e semântico-lexicais em nível inicial.		
OBJETIVOS		
Participar de atividades orais e escritas em diversas situações comunicativas e que contemplem vários gêneros de discurso articuladas à análise e sistematização de conhecimentos linguísticos da língua espanhola.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARAGONÉS, Luis; PALENCIA, Ramón. Gramática de uso del español: teoría y práctica . Madrid: Ediciones SM, 2005.		
FANJUL, Adrián (org.). Gramática y práctica de español para brasileños . 3. ed. São Paulo: Santillana, 2014.		
HERMOSO GONZÁLEZ, A; CUENOT, J.R; SÁNCHEZ ALFARO, M. Gramática de español lengua extranjera: curso práctico . Madrid: Edelsa, 2007.		
RAYA, A. <i>et al.</i> Gramática básica del estudiante de español . Barcelona: Difusión, 2010.		
JACOBI, Claudia; MELONE, Enrique; MENON, Lorena. Gramática en contexto: curso de gramática para comunicar . Madrid: Edelsa, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRYAM, M.; M. FLEMING. Perspectivas interculturales en el aprendizaje de idiomas . Madrid: Cambridge university Press, 2001.		
CHOZAS, Diego; DORNELES, Flavia. Dificultades del español para brasileños . Madrid: SM, 2003.		
DOMÍNGUEZ, Pablo; BAZO; Plácido; HERRERA, Juana. Actividades comunicativas: entre bromas y veras . Madrid: Edelsa, 2011.		
EUGENIA, F.; ERES FERNÁNDEZ, G. Minidicionário espanhol/português -português/espanhol . São Paulo: Ática, 2008.		
GIL-TORESANO, Manuela (coord.). Agencia ELE Brasil: nivel básico (A1-A2) . Madrid: SGEL, 2011.		
MILANI, E. M. Gramática de espanhol para brasileiros . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.		
MOLINER, MARÍA. Diccionario de uso del español . Madrid: Gredos, 2009. <i>DVD</i>		
NADIN, Odair Luiz; LUGLI, Viviane Cristina Poletto (org.). Espanhol como língua estrangeira: reflexões teóricas e propostas didáticas . Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.		
REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Ortografía de la lengua española . Madrid: Espasa, 2010.		
UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. Señas diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.		
Número de unidades avaliativas: 2		



9. PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO

O processo pedagógico e de gestão do curso de Pedagogia - Licenciatura orienta-se pelos princípios e normas estabelecidos pela UFFS. Sob essa orientação, deverá conceber a instituição escolar e seus sujeitos como co-formadores, envolvendo-os em todas as etapas dos processos formativos, na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação do projeto formativo.

Caberá à coordenação do curso, junto ao Colegiado, a realização de reuniões para planejamento e avaliação permanente do curso. Além do Colegiado, destaca-se na gestão do curso o Núcleo Docente Estruturante, composto por docentes que atuam no curso, com a função consultiva e propositiva para apreciação e deliberação do colegiado, responsável pelo processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. O funcionamento do NDE segue as normativas vigentes da instituição quanto às suas atribuições, composição e funcionamento, assim como o Colegiado do Curso segue também ao seu Regimento interno.

9.1. DO COLEGIADO DE CURSO

E, de acordo com a Resolução nº 2/CONSUNI/CGAE 2017, constituem diretrizes de gestão pedagógica em termos de Colegiado de Curso:

I - A organização colegiada, envolvendo representantes da comunidade acadêmica e da comunidade regional (quando for o caso), executada por um coordenador e seu adjunto, cuja composição e atribuições encontram-se definidas no Regulamento de Graduação;

II - A preocupação com a qualificação do planejamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, vinculados aos princípios da formação docente e aos saberes necessários ao exercício profissional na Educação Básica pública em sua respectiva área do conhecimento;

III - A intensificação das atividades de planejamento e de avaliação nos colegiados de curso, especialmente na definição e organização da pesquisa e da extensão, da prática como componente curricular e dos estágios e na articulação destas atividades com a escola e a comunidade, com a formação continuada e com a pós-graduação;

IV - Diálogo permanente com os fóruns dos domínios curriculares e das coordenações de estágio e de TCC, com o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e com os setores e comissões específicos da universidade (SAE, Acessibilidade, PIN, etc.);

V - Ênfase nas estratégias de inserção dos novos estudantes no contexto do curso e da universidade, envolvendo os processos de socialização, de identificação de dificuldades de



aprendizagem e a oferta de oportunidades de recuperação da aprendizagem;

VI - Ênfase na promoção de estratégias para o fortalecimento da relação com os egressos e que contribuam com a qualificação da formação inicial e a organização das ações voltadas para a formação continuada.

Em especial, o Colegiado do Curso será composto de acordo com o regulamento da Graduação vigente e o Regimento interno do Curso e tem a função de deliberar sobre todas as decisões no que se refere às questões político-pedagógico e ao planejamento do Curso para atender os processos de ensino, de pesquisa e de extensão e cultura. Cabe ao Colegiado propor ações necessárias à qualificação do processo de ensino e aprendizagem, promover a interdisciplinaridade e a efetivação da extensão curricular e todas as atribuições conferidas pelas normatizações institucionais.

9.2 DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Constituem-se diretrizes de gestão pedagógica dos cursos de licenciatura no âmbito dos Núcleos Docentes Estruturante:

I - Acompanhamento, avaliação e proposição de ações que subsidiem as decisões do colegiado e qualifiquem a proposta pedagógica e os processos formativos do respectivo curso;

II - Acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a avaliação de suas relações com o perfil profissional, o reconhecimento do público-alvo, os problemas de evasão e retenção, entre outros, no âmbito do Projeto Pedagógico do Curso;

III - Integração com os demais NDEs dos cursos de licenciatura ofertados em um mesmo *campus*, entre os cursos de uma mesma área do conhecimento ofertados em *campi* distintos e entre o conjunto das licenciaturas da Instituição.

9.3 O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DOCENTES

Para o processo de planejamento docente, a UFFS disponibiliza o Plano Individual Docente (PID) que é preenchido anualmente pelos docentes do curso no SIGA-A e encaminhado para análise da Coordenação Acadêmica, sendo, posteriormente, homologado no Conselho de *Campus*. Nesse documento, o professor descreve detalhadamente as suas atividades referentes aos seguintes itens: atividades de ensino, de pesquisa e extensão, formação docente, atividades de administração/gestão universitária, atividades em colegiados e comissões temporárias.



Além desse planejamento geral, há o planejamento semestral de cada componente curricular, apresentado pelo docente no Plano de Curso desenvolvido para cada um dos componentes curriculares que ministrará durante o semestre, composto pelos seguintes elementos: objetivo do curso, ementa, objetivos geral e específicos, conteúdos programáticos e respectivos procedimentos didáticos, avaliação, referências bibliográficas básicas e complementares. O Plano de Curso é apresentado pelo professor do componente curricular ao colegiado do Curso, que tem a incumbência de aprová-lo.

O Curso de Pedagogia - Licenciatura organiza-se pedagogicamente observando focos formativos que concentram os níveis, ao longo do curso. Estes focos formativos se constituem transversalmente por meio dos CCRs impulsionando o planejamento pedagógico e compõem os *Seminários de Estudos Integradores e Práticas Interdisciplinares*, conforme explicitado no item 8 deste documento.



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação da qualidade do Curso de Pedagogia - Licenciatura e do desempenho dos estudantes dar-se-á, prioritariamente, pela Avaliação Institucional. Essa avaliação, na UFFS, é desenvolvida por três processos, a saber:

a) Avaliação externa: realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das auto avaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnicos administrativos) envolvidos nas atividades semestrais;

b) Avaliação interna: também denominada de auto avaliação será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de auto avaliação institucional, propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no Curso de Pedagogia - Licenciatura e o desempenho dos estudantes;

c) Auto avaliação do Curso: coordenada pela Comissão de Auto Avaliação do Curso (CAAC), tal instância do processo avaliativo contempla a participação dos docentes e discentes de modo a averiguar o andamento do curso em diferentes aspectos inerentes ao PPC, com objetivo de subsidiar o próprio replanejamento das atividades pedagógicas, a partir da avaliação do corpo docente, corpo discente, da estrutura física em que são realizadas as atividades acadêmicas, do desenvolvimento do projeto pedagógico do curso quanto ao desenvolvimento do ensino (presencial e em EaD), das práticas, dos estágios, das atividades curriculares complementares e das relações do curso com a comunidade universitária e externa. Estas últimas constituem um olhar avaliativo sobre as atividades de extensão realizadas com o protagonismo dos estudantes, de modo a aperfeiçoá-las e fortalecer a atuação do curso em direção ao atendimento ao previsto no Plano Nacional de Educação e demais normativas relacionadas à articulação da extensão ao ensino e à pesquisa, principalmente. Tal estratégia de auto avaliação será realizada anualmente, sob coordenação da Comissão de Auto Avaliação do Curso, composta por, pelo menos, dois membros do Colegiado de Curso, por discentes dos diferentes níveis do curso e pela Coordenação do Curso. O processo de auto avaliação do Curso será realizado por meio de coleta de dados e



através de formulários eletrônicos e de seminários de avaliação com a participação de discentes, docentes e de convidados da comunidade universitária e externa. Após a obtenção dos resultados finais do processo de auto avaliação do Curso de Pedagogia - Licenciatura, a Comissão de Auto avaliação elabora um relatório sobre o processo de avaliação, a ser apreciado pelo Colegiado de Curso.

No conjunto, esses processos avaliativos constituem um sistema que permite a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e aos planejamentos institucional e do curso, assim como o replanejamento das ações, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo Curso de Pedagogia – Licenciatura.



11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

Observadas as orientações legais para a docência em nível superior, o professor do Curso de Pedagogia – Licenciatura deve, obrigatoriamente, ser aprovado em Concurso Público de provas e títulos, correspondendo à titulação mínima estabelecida na legislação vigente. Em termos mais específicos, o perfil docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFFS – *Campus Cerro Largo* deve estar pautado nas seguintes características: a) formação *stricto sensu* em uma das áreas de conhecimento que compõem a estrutura curricular do curso; b) capacidade de articular a prática aos conhecimentos teóricos que dizem respeito à formação de professores; c) visão crítica da realidade e das necessidades da educação contemporânea; d) capacidade de mobilizar o discente para uma ação prático-reflexiva no processo de ensino e aprendizagem e no contexto social no qual está inserido; e) capacidade de interagir, dialogar, propor questionamentos, socializar conhecimentos e examinar criticamente saberes, atentando inclusive para a articulação dos três domínios formativos do currículo; f) capacidade de propor, fomentar e realizar práticas interdisciplinares com o intuito de articular diferentes saberes e práticas; g) competência para orientar os discentes nas diversas atividades desenvolvidas na UFFS, sejam elas de ensino, de pesquisa ou de extensão, relacionando teoria e prática; h) capacidade de articular atividades de pesquisa, ensino e extensão; i) domínio de novas tecnologias pertinentes aos processos de ensino e de aprendizagem; j) busca constante de qualificação profissional e formação continuada.

O docente envolvido no projeto da UFFS, instituição pública e popular, é um mediador do processo de aprendizagem e deve observar o compromisso social em sua atividade profissional. O pressuposto básico, no contexto curricular institucional, é de que não é possível tratar satisfatoriamente a problemática educacional e a escolarização, sem fazer considerações acerca de sua historicidade e vinculação com fenômenos sociais e culturais mais amplos. Por isso, o entendimento e a sensibilidade acerca da realidade sociocultural da Mesorregião da Fronteira Sul, do Noroeste Rio Grandense e da Região das Missões, assumem papel de destaque, pois os docentes estarão vinculados a uma realidade concreta e que se expressa no conjunto dos estudantes do próprio Curso.

Neste sentido, a gestão do curso observará com cuidado a política de formação profissional para a docência universitária em âmbito institucional e por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), poderá mobilizar o coletivo docente, priorizando a sua participação ativa em processos formativos voltados à qualificação da ação educativa no Curso, e visando o aperfeiçoamento didático-pedagógico por meio de eventos e atividades de atualização que



auxiliem na qualificação da prática docente, bem como no desenvolvimento das atividades correlatas de ensino, pesquisa e extensão e cultura.



12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

Nesta parte, apresenta-se a relação dos docentes, sua vinculação aos Componentes Curriculares, titulação, carga horária e Súmula do *Curriculum Vitae*.

Quadro 19: Docentes do *Campus* Cerro Largo que atuam no Curso de Pedagogia - Licenciatura

Domínio/Componente Curricular	Professor	Titulação	Regim e de Trabalho	Súmula do currículo
1º Nível				
Específico/Pedagogia e formação de professores	Neusete Machado Rigo	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia/FAFI Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/UFSM Lattes: http://lattes.cnpq.br/3927695478686758
Comum/Informática básica	Reneo Pedro Prediger	Dr	40DE	Graduação: Engenharia Agrônômica/UPF Mestrado: Ciência da Computação/UFRGS Doutorado: Desenvolvimento Regional/UNIJUÍ Lattes: http://lattes.cnpq.br/7326249072472320
Comum/Introdução ao Pensamento Social	Maria Alice Canzi Ames			Graduação: Ciências Sociais/PUCRS Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Sociologia/UFRGS Lattes: http://lattes.cnpq.br/9052517880394762
Conexo/Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da educação	Livio Osvaldo Arenhart	Dr	40DE	Graduação: em Filosofia/UNIJUÍ e Pedagogia/FAFIMC Mestrado: Filosofia/PUCRS Doutorado: Filosofia/PUCRS Pós-doutorado em Educação/UNIJUÍ Lattes: http://lattes.cnpq.br/7776408703306828
Conexo/ Políticas educacionais	Salete Oro Boff	Dra	40h	Graduação: Letras - UNIJUI - 1987; Direito - UNIJUI - 1992. Mestrado: Direito - UNISINOS - 2000. Doutorado: Direito - UNISINOS - 2005. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9964386845761903
Específico/Educação e infância	Deniz Alcione Nicolay	Dr	40DE	Graduação: Pedagogia/UFRGS Mestrado: Educação/UFRGS Doutorado: Educação/UFRGS Pós-doutorado: Educação/UFRGS Lattes: http://lattes.cnpq.br/3584853627711259
2º Nível				
Conexo/Fundamentos pedagógicos da educação	À definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXX Lattes: XXXX
Conexo/Iniciação à prática científica	À definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXX Lattes: XXXX



Domínio/Componente Curricular	Professor	Título	Regime e de Trabalho	Súmula do currículo
Específico/Psicologia do desenvolvimento infantil	Lívio Osvaldo Arenhart	Dr	40DE	Graduação: em Filosofia/UNIJUI e Pedagogia/FAFIMC Mestrado: Filosofia/PUCRS Doutorado: Filosofia/PUCRS Pós-doutorado: Educação/UNIJUI Lattes: http://lattes.cnpq.br/7776408703306828
Comum/ Produção textual acadêmica	À definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXX Lattes: XXXX
Específico/Organização pedagógica na educação Infantil	Sandra Vidal Nogueira	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia/UNIJUI Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI Doutorado: Educação/PUCRS Lattes: http://lattes.cnpq.br/9546447802670107
Específico/Seminário I - Estudos integradores e práticas interdisciplinares: introdutório	Sandra Vidal Nogueira	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia /PUCSP Mestrado: Educação/PUCSP Doutorado: Educação/PUCSP Pós-doutorado: Direito/URI Lattes: http://lattes.cnpq.br/1164669318007879
3º Nível				
Conexo/Fundamentos do ensino e da aprendizagem	Judite Wenzel	Dra	40DE	Graduação: Química - licenciatura/UFMS Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUI Lattes: http://lattes.cnpq.br/1046786613009478
Específico/Currículo e didática: processos de planejamento e avaliativos	Sandra Vidal Nogueira	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia /PUCSP Mestrado: Educação/PUCSP Doutorado: Educação/PUCSP Pós-doutorado: Direito/URI Lattes: http://lattes.cnpq.br/1164669318007879
Específico/Educação em ciências humanas I	Edemar Rotta	Dr	40DE	Graduação: Filosofia/FAFI Mestrado: em Sociologia/UFRGS Doutorado: em Serviço Social/PUCRS Pós-doutorado em Serviço Social/PUCRS Lattes: http://lattes.cnpq.br/9661112584933921
Específico/Educação em linguagens I	Neusete Machado Rigo	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia/FAFI Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUI Doutorado: Educação/UFMS Lattes: http://lattes.cnpq.br/3927695478686758
Específico/Educação em ciências da natureza I	Rosemar Ayres dos Santos			Graduação: Licenciatura Física/UFMS Mestrado: Educação/UFMS Doutorado: Educação/UFMS Lattes: http://lattes.cnpq.br/0438370356373868
Conexo/Estágio curricular supervisionado: gestão escolar	À definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXX Lattes: XXXX
4º Nível				



Domínio/Componente Curricular	Professor	Titulação	Regim e de Trabalho	Súmula do currículo
Específico/Estágio curricular supervisionado: educação infantil I	Sandra Vidal Nogueira	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia /PUCSP Mestrado: Educação/PUCSP Doutorado: Educação/PUCSP Pós-doutorado: Direito/URI Lattes: http://lattes.cnpq.br/1164669318007879
Específico/História da educação brasileira	Deniz Alcione Nicolay	Dr	40DE	Graduação: Pedagogia/UFRGS Mestrado: Educação/UFRGS Doutorado: Educação/UFRGS Pós-doutorado: Educação/UFRGS Lattes: http://lattes.cnpq.br/3584853627711259
Específico/Educação em linguagens II	Deniz Alcione Nicolay	Dr	40DE	Graduação: Pedagogia/UFRGS Mestrado: Educação/UFRGS Doutorado: Educação/UFRGS Pós-doutorado: Educação/UFRGS Lattes: http://lattes.cnpq.br/3584853627711259
Específico/Educação em matemática I	à definir	Dra	40DE	Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX Link Lattes: XXXXX
Específico/Fundamentos teórico-metodológicos do ensino de língua portuguesa	Ana Cecília Teixeira Gonçalves	Dra	40DE	Graduação: Letras/UFSM Mestrado: Letras/UFSM/ Doutorado: Letras/UFSM Lattes: http://lattes.cnpq.br/9941346597163409
Específico/ Psicolinguística	Caroline Mallmann Schneiders	Dr	40DE	Graduação: Letras/UFSM Mestrado: Letras/UFSM Doutorado: Letras/UFSM Lattes: http://lattes.cnpq.br/4193930441513869
Específico/Educação em Ciências da Natureza II	Rosângela Inês Matos Uhman			Graduação: Ciências/UNIJUÍ Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Lattes: http://lattes.cnpq.br/4842408797839388
Específico/Seminário II - Estudos integradores e práticas interdisciplinares: aprofundamento	Neusete Machado Rigo	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia/FAFI Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/UFSM Lattes: http://lattes.cnpq.br/3927695478686758
5º Nível				
Específico/Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II	Deniz Alcione Nicolay	Dr	40DE	Graduação: Pedagogia/UFRGS Mestrado: Educação/UFRGS Doutorado: Educação/UFRGS Pós-doutorado: Educação/UFRGS Lattes: http://lattes.cnpq.br/3584853627711259
Específico/Educação em Linguagens III	Neusete Machado Rigo	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia/FAFI Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/UFSM Lattes: http://lattes.cnpq.br/3927695478686758
Específico/Educação em Ciências Humanas II	Maria Alice Canzi Ames	Dra	40DE	Graduação: Ciências Sociais/PUCRS Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Sociologia/UFRGS Lattes: http://lattes.cnpq.br/9052517880394762



Domínio/Componente Curricular	Professor	Título	Regim e de Trabalho	Súmula do currículo
Específico/Educação em Matemática II	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX Lattes: xxxxxx
Conexo/Educação inclusiva	Cleusa Inês Ziesmann	Dra	40DE	Graduação em Pedagogia/UNIJUÍ Mestrado em Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado em Educação/PUCRS Lattes: http://lattes.cnpq.br/9546447802670107
Específico/Literatura infantil e juvenil	Demétrio Alves Paz	Dra	40DE	Graduação: Letras/UFRGS Mestrado: Letras/UFRGS Doutorado: Letras/ PUCRS Lattes: http://lattes.cnpq.br/2272620373111968
Específico/Educação: mídias e tecnologias digitais	Paula Bervian	Dra	40DE	Graduação: Ciências Biológicas/PUCRS Mestrado: Biologia/Univale Doutorado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Lattes: http://lattes.cnpq.br/8112449664181739
	Marcus Vinícius Liessem Fontana	Dr	40DE	Graduação: Língua espanhola e Literaturas/UFPel Mestrado: Linguística aplicada/UCPel Doutorado: Educação/UFMS Pós-doc:Linguística aplicada/UCPel Lattes: http://lattes.cnpq.br/0148962230603842
6º Nível				
Conexo/Prática de Ensino: Pesquisa em Educação	à definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX
Específico/Ética contemporânea e educação	Lívio Osvaldo Arenhart	Dr	40DE	Graduação: em Filosofia/UNIJUÍ e Pedagogia/FAFIMC Mestrado: Filosofia/PUCRS Doutorado: Filosofia/PUCRS Pós-doutorado: Educação/UNIJUÍ Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/7776408703306828
Específico/Sociologia da Educação	Edemar Rotta	Dr	40DE	Graduação: Filosofia/FAFI Mestrado: em Sociologia/UFRGS Doutorado: em Serviço Social/PUCRS Pós-doutorado em Serviço Social/PUCRS
Específico/Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Cleusa Inês Ziesmann	Dra	DE	Graduação; Pedagogia/UNIJUÍ Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/PUCRS Lattes: http://lattes.cnpq.br/9546447802670107
Específico/Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I	Neusete Machado Rigo	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia/FAFI Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/UFMS Lattes: http://lattes.cnpq.br/3927695478686758



Domínio/Componente Curricular	Professor	Título	Regime e de Trabalho	Súmula do currículo
Específico/Teorias do currículo: conhecimento e cultura	Deniz Alcione Nicolay	Dr	40DE	Graduação: Pedagogia/UFRGS Mestrado: Educação/UFRGS Doutorado: Educação/UFRGS Pós-doutorado: Educação/UFRGS Lattes: http://lattes.cnpq.br/3584853627711259
Específico/Seminário III - Estudos integradores e práticas interdisciplinares: avançado	Cleusa Inês Ziesmann	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia/UNIJUÍ Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/PUCRS Lattes: http://lattes.cnpq.br/9546447802670107
7º Nível				
Conexo/Temas contemporâneos e educação	Maria Alice Canzi Ames	Dra	40DE	Graduação: Ciências Sociais/PUCRS Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Sociologia/UFRGS Lattes: http://lattes.cnpq.br/9052517880394762
Comum/História da fronteira sul	Bedati Aparecida Finokiet	Mestra	40DE	Graduação: História/URI Mestrado: Educação/UNIJUÍ Doutorado: - Lattes: http://lattes.cnpq.br/1414064305485548
Específico/Trabalho de Conclusão de Curso I	Atividade individual			
Específico/Organização do trabalho pedagógico escolar: gestão, coordenação e orientação educacional	Livio Osvaldo Arenhart	Dr	40DE	Graduação: em Filosofia/UNIJUÍ e Pedagogia/FAFIMC Mestrado: Filosofia/PUCRS Doutorado: Filosofia/PUCRS Pós-doutorado: Educação/UNIJUÍ Lattes: http://lattes.cnpq.br/7776408703306828
Específico/Estágio curricular supervisionado: anos iniciais II	Cleusa Inês Ziesmann	Dra	DE	Graduação: Pedagogia/UNIJUÍ Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/PUCRS Link Lattes: http://lattes.cnpq.br/9546447802670107
Específico/Políticas Educacionais e Curriculares para Educação Infantil e Anos Iniciais	Sandra Vidal Nogueira	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia /PUCSP Mestrado: Educação/PUCSP Doutorado: Educação/PUCSP Pós-doutorado: Direito/URI Lattes: http://lattes.cnpq.br/1164669318007879
8º Nível				
Específico/Trabalho de Conclusão de Curso II	Atividade individual			
Comum/Direitos e Cidadania	Serli Genz Bölter	Dra	40h/DE	Graduação: Direito/UNIJUÍ Mestrado: Educação/UNIJUÍ Doutorado: Sociologia/UFRGS Pós-doc: Direito/UFSC e Ciências Humanas/UFSC Lattes: http://lattes.cnpq.br/6517869430918418
Comum/Meio Ambiente Economia e Sociedade	À definir			Graduação: XXXXX Mestrado: XXXX Doutorado: XXXXX



Domínio/Componente Curricular	Professor	Titulação	Regim e de Trabalho	Súmula do currículo
Específico/Educação Popular e ação Pedagógica na Educação de Jovens e Adultos	Maria Alice Canzi Ames	Dra	40DE	Graduação: Ciências Sociais/PUCRS Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Sociologia/UFRGS Lattes: http://lattes.cnpq.br/9052517880394762
Específico/Educação Especial na perspectiva da Inclusão	Cleusa Inês Ziesmann	Dra	40DE	Graduação: Pedagogia/UNIJUÍ Mestrado: Educação nas Ciências/UNIJUÍ Doutorado: Educação/PUCRS Lattes: http://lattes.cnpq.br/9546447802670107



13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

A UFFS *campus* Cerro Largo oferece uma infraestrutura física com equipamentos e materiais para atendimento das necessidades de seus discentes, docentes e comunidade regional. São diferentes ambientes destinados ao ensino, à pesquisa, à extensão e cultura, à gestão das atividades acadêmicas e às demandas acadêmicas gerais.

A infraestrutura do *campus* Cerro Largo é composta por duas unidades, sendo uma delas localizada no interior da aglomeração urbana, identificada como “Seminário” e outra localizada nas adjacências da cidade, identificada como “*Campus*”. A unidade “Seminário”, na qual o curso de Pedagogia – Licenciatura ocasionalmente desenvolverá atividades, apresenta salas de aula amplas contendo recursos adequados, sala equipada para bolsistas, laboratório de informática com internet, internet wireless, e auditório de 144,67 m² com capacidade para 120 lugares, equipado com equipamento de videoconferência. Apresenta, ainda, ampla área (pátio) de convivência que facilita a socialização entre os acadêmicos. Agregado a isso, o *campus* possui um ginásio poliesportivo com capacidade para 300 (trezentas) pessoas, com área de 1.229,28 m², disponível para práticas de diferentes modalidades esportivas, recreativas, didático-pedagógicas e eventos de integração entre acadêmicos e comunidade.

A unidade “*Campus*” apresenta (ano 2023) sete blocos construídos, além de uma área experimental: o bloco A, o bloco de salas de professores, o restaurante universitário e três blocos de laboratórios. O bloco A possui 4.925,06 m², no qual se localizam as salas de aula, o espaço para cantina, as salas para setores administrativos e a biblioteca (detalhada na seção 13.1). As salas comportam de 50 a 70 estudantes e estão equipadas com lousa e datashow. Em todos os espaços é disponibilizado acesso à internet wireless e tomadas para carregamento dos smartphones e notebooks.

No bloco de salas de professores, cuja área total mede 2.522,74 m², encontram-se 51 gabinetes, com área individual de 13,87 m², que são utilizados por dois docentes. Os gabinetes são climatizados, com espaço e mobília adequados para o desenvolvimento das atividades docentes. Há, também, a disponibilização de uma sala de reuniões, auditório, sala de convivência e cozinha para uso comum.

Os laboratórios a serem utilizados pelos acadêmicos do curso de Pedagogia – Licenciatura estão detalhados na seção 13.2.



13.1 BIBLIOTECA

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada *campus*. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.



Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

13.2 LABORATÓRIOS

Os laboratórios que atenderão ao curso de Pedagogia – Licenciatura são destinados prioritariamente às aulas práticas do curso e aos projetos de pesquisa. Além disso, também podem atender às demandas advindas da comunidade acadêmica e da comunidade externa através de ações, cursos, projetos e programas de extensão. Os laboratórios potencializam significativamente o trabalho articulado entre ensino, pesquisa e extensão e cultura, uma vez que se constituem em espaços nos quais são exercitadas as relações entre teoria e prática. Dessa forma, apresenta-se, na sequência, a estrutura de laboratórios disponíveis ao curso no *campus* Cerro Largo e a indicação de um laboratório específico didático-pedagógico para o ensino e aprendizagens lúdicas, intitulado como Brinquedoteca.

LABORATÓRIO DE ENSINO DE MATEMÁTICA	
Professor Responsável: Izabel Gioveli	
Alunos por turma: 30	
Área: 88,77 m ²	Localização: sala 103, laboratório 1
Quantidade	Descrição
1	O laboratório de ensino de matemática é climatizado, possui mesas de trabalho na forma retangular, cadeiras escolares com apoiador, banquetas giratórias, armários, cinco microcomputadores com monitor de LED. Equipamentos: Mosaico geométrico, cubos de frações, escala cuisenaire, numerais com pinos, xadrez escolar, sequência de frações, geoplano, material dourado, tangram em madeira, sólidos geométricos, régua de frações, blocos lógicos, dominó multiplicação, sequência de unidades. Este laboratório possui ainda 16 mesas de desenho técnico e 16 cadeiras. Este laboratório é utilizado para o desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para as licenciaturas.



LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM I	
Professor Responsável: Roque Ismael da Costa Gullich	
Alunos por turma: 60	
Área: 78 m2	Localização: sala 107, laboratório 1
Quantidade	Descrição
1	O laboratório de ensino-aprendizagem I é climatizado, possui mesas, cadeiras, armários, vinte e cinco computadores e projetor multimídia. Este laboratório é utilizado em conjunto com os laboratórios de ensino de ciências e ensino-aprendizagem II para o desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para as licenciaturas.

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM II	
Professor Responsável: Judite Scherer Wenzel	
Alunos por turma: 60	
Área: 78 m2	Localização: sala 109, laboratório 1
Quantidade	Descrição
1	O laboratório de ensino-aprendizagem II é climatizado, possui mesas, cadeiras, gaveteiro, mapoteca, globo terrestre, projetor multimídia, vinte e dois computadores, filmadora e lousa interativa. Este laboratório é utilizado em conjunto com os laboratórios de ensino de ciências e ensino-aprendizagem I para o desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para as licenciaturas.

LABORATÓRIO DE ORIENTAÇÃO A ESTÁGIOS E PRÁTICAS DE ENSINO	
Professor Responsável: Fabiane de Andrade Leite	
Alunos por turma: 40	
Área: 78,78 m2	Localização: sala 108, laboratório 1
Quantidade	Descrição
1	Este laboratório é climatizado, possui mesas, cadeiras, armários, gaveteiros, monitor de vídeo e computador.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA BÁSICA	
Professor Responsável: Denize Ivete Reis	
Alunos por turma: 50	
Área: 98,98 m2	Localização: sala 1-3-03, unidade Seminário
Quantidade	Descrição
1	Este laboratório possui cinquenta computadores com os seguintes softwares: Geogenia 4.4; LPSolve IDE 5.5.2.0; R – 3.0.2; Scilab 5.4.1; Sisvar; LINDO 6.1; Winplot 1.55; wxMaxima 5.31.2; Graphmatica 2.3; QGIS 2.2.0 Valmiera. A sala conta ainda com uma tela interativa, um quadro branco, um armário e projetor multimídia.



LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA APLICADA I E II	
Professor Responsável: Tatiane Chassot	
Alunos por turma: 50	
Área: 60,3 m ²	Localização: salas 407 e 408, bloco A
Quantidade	Descrição
2	Os laboratórios de informática possuem cinquenta computadores com os seguintes softwares: Geogenia 4.4; LPSolve IDE 5.5.2.0; R – 3.0.2; Scilab 5.4.1; Sisvar; LINDO 6.1; Winplot 1.55; wxMaxima 5.31.2; Graphmatica 2.3; QGIS 2.2.0 Valmiera. As salas contam ainda com uma tela interativa, um quadro branco, um armário e projetor multimídia.

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUAS E LIBRAS	
Professor Responsável: Geni Vanderleia Moura da Costa	
Alunos por turma: 80	
Área: 250 m ²	Localização: Laboratório de Letras 03 (Subsolo da unidade Seminário)
Quantidade	Descrição
1	Este Laboratório está destinado à realização das aulas práticas dos componentes curriculares voltados ao ensino de línguas e respectivas literaturas, às aulas práticas relacionadas ao estágio curricular supervisionado, às atividades do PIBID e Residência Pedagógica. Essa mesma estrutura será utilizada para a realização de atividades de extensão, pesquisa e ensino voltadas ao ensino de língua e literatura.

LABORATÓRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	
Professor Responsável: Geni Vanderleia Moura da Costa	
Alunos por turma: 40	
Área: 88,77 m ²	Localização: Laboratório de Letras 02 (Bloco dos Laboratórios 01 - Sala 105)
Quantidade	Descrição
1	O laboratório de Língua Portuguesa e Estudos Linguísticos é destinado à realização de aulas práticas dos componentes curriculares e ao desenvolvimento das competências e habilidades de investigação linguística. A mesma estrutura pode ser utilizada como espaço para coleta, descrição, análise e arquivamento de corpus para pesquisa na graduação e pós-graduação.

LABORATÓRIO DE PESQUISA E APRENDIZAGENS LÚDICAS – BRINQUEDOTECA	
Professor Responsável: Cleusa Inês Ziesmann	
Alunos por turma: 30	



Área: XXX	Localização: Laboratório 1 - Sala 111
Quantidade	Descrição
1	Este Laboratório está destinado à realização das aulas práticas dos componentes curriculares voltados ao ensino, com ênfase na ação transformadora e criadora dos brincantes, na valorização e na experimentação de elementos naturais, bem como no melhor desenvolvimento das capacidades corporais, cognitivas, culturais e sociais dos protagonistas dos processos lúdicos. A mesma estrutura pode ser utilizada como espaço para coleta, descrição, análise e arquivamento de corpus para pesquisa para o desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para a pesquisa e à docência na educação infantil e nos anos iniciais.



14 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E/OU MOBILIDADE REDUZIDA

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, a Resolução nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD/UFFS.

Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída, por meio da Resolução nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD/UFFS, a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS.

Com o intuito de fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se, a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação, a saber:

1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional



- Acessibilidade das páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de Libras nos cursos de graduação em que há estudante(s) surdo(s) matriculado(s) e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva.

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Oferta de Libras como CCR obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como CCR optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Setores de Acessibilidade;
- Oferta de formação e capacitação para os servidores.

4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação;
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores, para o intérprete de Libras, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de Libras nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) surdo(s) matriculado(s). Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades de visitas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) estudante(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de Libras para a Língua Portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em Libras do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;



- Adaptação de material impresso para áudio ou para o Sistema Braille para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;
- Disponibilização de apoio acadêmico a todos os estudantes que possuem deficiência, transtorno global do desenvolvimento e superdotação.

5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades do estudante;
- Promoção de curso de Capacitação em Libras para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência; transtorno global do desenvolvimento e superdotação.
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não- governamentais;
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre processos e práticas inclusivas.

Na unidade *Campus*, onde é efetuada a maioria das atividades relacionadas ao curso, a infraestrutura física apresenta caminhos podotáteis, os cruzamentos de vias são todos realizados em nível por caminho tátil sobre faixas elevadas e existem vagas de estacionamento PCD. Em relação às edificações, o bloco A tem 4 pavimentos, com acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, caminhos podotáteis, 1 BWC masculino PCD e 1 BWC feminino PCD em cada um dos 4 pavimentos, bebedouro com adaptação e mobiliário condizente com o uso por parte de PCD; o bloco dos professores tem 2 pavimentos com acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, caminhos podotáteis, 1 BWC masculino PCD e 1 BWC feminino PCD em cada um dos 2 pavimentos, além de 1 vestiário unissex adaptado PCD no térreo, bebedouro com adaptação e mobiliário condizente com o uso por parte de PCD; o restaurante universitário, por ser totalmente térreo, possui acesso em nível a todas as suas instalações, caminhos podotáteis, 1 BWC masculino PCD e 1 BWC feminino PCD na entrada do refeitório e 1 BWC masculino PCD e 1 BWC feminino PCD na saída do refeitório, bebedouro adaptado e mobiliário do refeitório condizente com o uso por parte de PNE.



15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÚCIO, Fernando Luiz. **Formação de professores no Brasil: diagnóstico, agenda de políticas e estratégias de mudanças.** São Paulo: Moderna, 2016.

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva.** 8. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2018.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. **O sentido da escola.** 5. ed. São Paulo: DP et Alli, 2008.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira.; HORN, Maria da Graça Souza. A cada dia a vida na escola com as crianças pequenas nos coloca novos desafios. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellino (orgs). **Para pensar a docência na educação infantil.** Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019.

BRASIL, **Parecer CNE/CES N° 15, de 2 de fevereiro de 2005.** Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP n°s 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf
Acesso em: 03 mai. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB N° 4/2008.** Orientações sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos.. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb004_08.pdf

BRASIL. **Parecer CNE N° 7/2010.** Diretrizes Curriculares nacionais da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192

BRASIL. **Censo da Educação Básica.** Resumo técnico do estado do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: [resumo_tecnico_do_estado_do_rio_grande_do_sul_censo_da_educacao_basica_2020.pdf](https://inep.gov.br/resumo_tecnico_do_estado_do_rio_grande_do_sul_censo_da_educacao_basica_2020.pdf)
(inep.gov.br) Acesso em: 4 mai. 2023.

BRASIL. **PNE em Movimento**, 2022. Disponível em: [PNE - Plano Nacional de Educação \(mec.gov.br\)](http://pne.mec.gov.br). Acesso em: 4 mai. 2023.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A prática como componente curricular na formação de professores. **Revista Educação**, Santa Maria, n. 2, v. 36, mai./ago., 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2013.



- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.
- GHEDIN, Evandro; OLIVEIRA, Elisangela S. de; ALMEIDA, Whasgthon A. de. **Estágio com Pesquisa**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.
- GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- GURARDELI, Paulo. **O que é pedagogia?** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Adequação da formação docente, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/adequacao-da-formacao-docente> Acesso em: 10 abr. 2023.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos: para quê?** Cortez, 2001.
- MARQUES, Mário Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: UNIJUÍ, 1992.
- MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- PIMENTA, Selma G.; MOREIRA, Jefferson da Silva. Pedagogia e pedagogos entre insistências e resistências: entrevista realizada com a Profª Drª Selma Garrido Pimenta. **Revista Eletrônica Pesquieduca**, v. 13, n. 31, p. 925-948, nov., 2021.
- ROCHA, Maria do C. S.; RANGEL, Maria T. R.; SOUZA, Lanara G. **Introdução à educação a distância**. Salvador, Bahia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30899/1/eBook%20-%20Introducao%20a%20Educacao%20a%20Distancia.pdf> Acesso em: 26 set. 2023.
- ROMANOWSKI, Joana. A aventura de formar professores. In: VEIGA, Ilma Passos Veiga. A aventura de formar professores. 2. Ed. Campinas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 50, p. 307-3011, out./dez. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/A_aventura_de_formar_professores.pdf Acesso em: 10 nov. 2023.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. O uno e o múltiplo: o sentido antropológico do interdisciplinar. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Apresentação. In: SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.



VARGAS, Gardia; GOBBATO, Carolina; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Das singularidades da docência com crianças de 0 a 3 anos às especificidades dos saberes docentes na formação inicial. **Cadernos de pesquisa em Educação**. Vitória/ES, nº 47, p. 46-67, jan./jul., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22535/cpe.v0i47.21328> Acesso em: 10 nov. 2023.

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_pedagogico_institucional. Acesso em: 05 jun. 2023.



16 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

ANEXO I - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES
COMPLEMENTARES

ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANEXO IV - REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA
DE COMPONENTE CURRICULAR



ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção I

Das normas, conceito e carga horária do estágio curricular supervisionado

Art. 1º O presente regulamento dispõe sobre o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Pedagogia, com base na Resolução CNE nº 1/2006, na Lei nº 11.788/2008 e ao regulamento de estágios obrigatórios e não obrigatórios da UFFS.

Parágrafo único. O Estágio não obrigatório obedecerá ao exposto nas diretrizes curriculares nacionais de cada curso, na Lei nº 11.788/2008, bem como no ordenamento interno da UFFS.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se Estágio Curricular Supervisionado como a atividade obrigatória prevista para integralização da estrutura curricular do curso.

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se em espaço-tempo de formação profissional e de iniciação à docência, que articula a teoria e a prática perpassando pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, permitindo a mobilização e a transformação de um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais que possibilitam o desenvolvimento da autonomia intelectual, profissional e da identidade docente de um/a professor/a-pesquisador/a crítico-reflexivo/a.

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é uma atividade acadêmica de natureza coletiva e deverá ser realizado, respectivamente nos níveis 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco), 6 (seis) e 7 (sete) do Curso de Pedagogia licenciatura, dividido em 5 (cinco) componentes curriculares, com suas respectivas cargas horárias e ementas, constantes no PPC do Curso, totalizando 405 horas.

Seção II



Dos objetivos do estágio curricular supervisionado

Art. 5º São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

I - integrar a teoria e a prática por meio da inserção dos/as estudantes no contexto profissional da Educação Básica, no âmbito do ensino (Educação Infantil e Séries Iniciais), da gestão escolar e da coordenação pedagógica;

II - vivenciar etapas da ação docente: conhecimento da realidade (diagnóstico), planejamento, execução e avaliação;

III - promover a aproximação do/a estudante com a realidade profissional (escolar e comunitária);

IV - planejar a prática de estágio (gestão e docência) articulada com atividades de extensão para desenvolver o ensino com compromisso ético-político com a inclusão social, a democratização do conhecimento, a qualidade social a dialogicidade e a gestão democrática;

V - promover processos investigativos sobre/na/para a realidade escolar e educacional para fortalecer a pesquisa como um princípio formativo do/a professor/a;

VI - identificar temas e problemas de pesquisa no campo da educação para aprofundamento de estudos;

VII – potencializar a reflexão frente a realidade escolar e educacional contemporânea.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES, DOS CAMPOS E DA ORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Seção I

Das modalidades de desenvolvimento do estágio curricular supervisionado

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado compreende o planejamento, a execução e a avaliação das ações de ensino e de extensão desenvolvidas no campo de estágio, nas seguintes modalidades:

I - Estágio curricular supervisionado: gestão escolar

II - Estágio Educação Infantil I (creche)



III - Estágio Educação Infantil II (pré-escola)

IV- Estágio Anos Iniciais I (1º, 2º, 3º ano)

V- Estágio Anos Iniciais II (4º, 5º ano)

§1º As atividades teórico-práticas destinadas à regência de classe poderão ser realizadas em turmas multisseriadas, sendo estas uma característica das escolas do campo, observando a modalidade de estágio.

§2º As atividades teórico-práticas não vinculadas à regência de classe ocorrem no Estágio Curricular Supervisionado: gestão escolar.

§3º As atividades de extensão articuladas às atividades docentes do estágio devem estar previstas no Plano de Curso do professor e descritas no Planejamento do estágio do estagiário, envolvendo os sujeitos da comunidade escolar e/ou geral, sendo realizadas no semestre de estágio, antes, durante ou posteriormente ao período de regência de classe, ocupando tempos/espacos diferenciados.

§4º A prática de Estágio Curricular Supervisionado é realizada de modo individual pelo estagiário, exceto o Estágio Curricular Supervisionado: Gestão Escolar, no qual são permitidas práticas em grupos de até cinco alunos por se tratar de uma atividade de reconhecimento do campo, análise e reflexão, elaboração e execução de propostas de ação que implicam na comunidade escolar de modo geral, ou seja, ações eminentemente coletivas.

§5º As atividades de extensão deverão ser articuladas às atividades de docência do estagiário e integrarão ao planejamento do estágio com descrição metodológica das atividades que serão executadas com a comunidade escolar e/ou geral.

Art. 8º O estágio Curricular Supervisionado consiste em Atividade Acadêmica de orientação coletiva, prevista no Regulamento da Graduação (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022).

Art. 9º A realização do Estágio Curricular Supervisionado é obrigatória a todos os estudantes do Curso de Pedagogia - Licenciatura.

Parágrafo único. Aos estagiários que fazem parte do público da educação especial (deficiências, transtornos de desenvolvimento e superdotação/altas habilidades) a instituição assegurará, junto com a Unidade Concedente de Estágio (UCE), as condições necessárias para que o estudante realize as atividades de estágio sem prejuízo à sua experiência docente.

Art. 10º O Estágio Curricular Supervisionado compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

I - Olhar investigativo por meio da inserção em contextos escolares e de aproximação



aos sujeitos que constituem a comunidade escolar – crianças, profissionais e famílias – objetivando desenvolver a prática da observação pela via da pesquisa e da reflexão na/sobre/para a ação;

II - Produção de Plano de estágio para a atuação docente e para as atividades de extensão nos espaços da comunidade escolar ou geral, a partir da análise, reflexão e interpretação dos elementos provenientes da inserção no contexto escolar e comunitário;

III - Atuação docente. Estágio sob orientação, supervisão e acompanhamento da Universidade e da Unidade Concedente de Estágio;

IV - Desenvolvimento de atividades de extensão junto à comunidade escolar ou geral;

V - Produção do Trabalho de Conclusão de Estágio que expresse as aprendizagens teórico-práticas e as experiências da atuação docente e de extensão;

VI - Socialização do estágio visando publicizar e avaliar o percurso formativo realizado;

VII - Arquivamento do Trabalho de Conclusão de Estágio em Repositório específico, sob responsabilidade do/a docente coordenador/a de Estágios do Curso.

Art. 11 O desenvolvimento das atividades dos Estágios Curriculares Supervisionados acontecerá em turno distinto ao de funcionamento das atividades letivas do curso, a fim de assegurar o processo formativo regular do aluno.

Seção II

Dos campos de estágio e áreas de atuação

Art. 12 O Estágio Curricular Supervisionado será realizado prioritariamente em instituições públicas que ofertam ensino regular e estejam devidamente conveniadas com a UFFS.

Parágrafo único - Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão formalizados pelo Setor responsável pelos Estágios no *Campus*.

Art. 13 As atividades de Estágio Curricular Supervisionado ocorrem nas Unidades Concedentes de Estágio (UCE) e devem ser realizadas preferencialmente no município de Cerro Largo ou na região de abrangência deste *Campus* da UFFS.

§1º Excepcionalmente, o estágio poderá ser realizado fora da região de abrangência do *Campus* Cerro Largo mediante indisponibilidade de vagas nos municípios mais próximos do referido *Campus*.

Art. 14 Os campos de realização dos estágios deverão apresentar as seguintes condições:



I - proporcionar experiências práticas, de ensino e de extensão, na área de formação do estudante;

II - reconhecer o estudante como aprendiz e não como profissional;

III - estabelecer um cronograma para o estágio, especificando as atividades do estudante;

IV - respeitar o estudante em sua individualidade, considerando-o sujeito em processo de formação e qualificação;

V - acolher e dialogar com o estudante acerca do planejamento das ações didático-pedagógicas e de extensão;

VI- Dispor de um/a supervisor/a habilitado na área de formação do curso que acompanhe a atuação do/a estudante;

Art. 15 O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser desenvolvido na instituição em que o/a estudante exerce suas atividades profissionais, observando-se que o campo de estágio esteja conveniado com a UFFS e que disponha de profissional apto a exercer a função de supervisor da UCE.

Art. 16 O contato com o campo de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado pelo estudante, mediado pelo professor Coordenador de estágio e por Setor responsável pelos Estágios do *Campus*, quando se fizer necessário.

Parágrafo único. As atividades de Estágios Curriculares Supervisionados deverão coincidir com o calendário do ano letivo das instituições campo de estágio e da UFFS.

Seção III

Da organização dos componentes curriculares

Art.17 A carga horária dos componentes curriculares que integram o Estágio Curricular Supervisionado será assim distribuída:

Quadro 20- Organização da carga horária dos estágios

Estágio	Carga horária				Total
	Teórica presencial	Prática de estágio e extensão*	Discente Orientada Presencial	Discente Orientada-Prática Extensionista Presencial	
Estágio I - Estágio Curricular Supervisionado: gestão escolar**	45h	15	15h	15h	90 h
Estágio II - Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I	20h	30	10h	-	60 h
Estágio III - Estágio	35h	30	10h	-	75 h



Curricular Supervisionado: educação infantil II					
Estágio IV - Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I	30h	50	10h	-	90 h
Estágio V - Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II	30h	50	10h	-	90 h
					405h

*A carga horária da prática de estágio está articulada às atividades extensionistas.

**Em conformidade à Portaria nº 449/PROGRAD/UFFS/2023 que aprova a caracterização dos CCRs do Domínio Conexo entre as licenciaturas do campus Cerro Largo.

Parágrafo único: A carga horária da prática dos estágios em docência articulada com a extensão cumpre a seguinte distribuição:

Quadro 21- Distribuição da carga horária da prática de estágio docente e da extensão.

Estágio	Prática de estágio docente	Prática extensionista	Total
Estágio II - Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil I	20h	10h	30h
Estágio III - Estágio Curricular Supervisionado: educação infantil II	20h	10h	30h
Estágio IV - Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais I	40h	10h	50h
Estágio V - Estágio Curricular Supervisionado: anos iniciais II	40h	10h	50h

Art. 18 A carga horária dos CCR de Estágio Curricular Supervisionado está assim distribuída:

I - Teóricas presenciais: Atividades de aulas teóricas para orientação à-elaboração dos Planos de estágio, na organização e planejamento das atividades de gestão ou regência de classe e de extensão, desenvolvidas na Universidade, na presença do professor responsável pelo CCR;

II- Práticas: Atividades de docência ou de gestão que os estudantes, sob orientação e supervisão de docente, realizam no ambiente escolar;

III – Extensionistas: Atividades de extensão que os estudantes, sob orientação e supervisão de docente, realizam no ambiente escolar;

IV – Discente orientada presencial: Atividades de orientação e acompanhamento do professor responsável pelo CCR;

V- Discente orientada extensionista presencial: Atividades de orientação e



acompanhamento do professor responsável pelo CCR;

Art. 19 O estágio Curricular Supervisionado consiste em Atividade Acadêmica de orientação coletiva, prevista no Regulamento da Graduação (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022).

Art. 20 A realização do Estágio Curricular Supervisionado é obrigatória a todos os estudantes do Curso de Pedagogia - Licenciatura.

Parágrafo único. Aos estagiários que fazem parte do público da educação especial (deficiências, transtornos de desenvolvimento e superdotação/altas habilidades) a instituição assegurará, junto com a Unidade Concedente de Estágio (UCE), as condições necessárias para que o estudante realize as atividades de estágio sem prejuízo à sua experiência docente.

Art. 21 O Estágio Curricular Supervisionado compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

I - Olhar investigativo por meio da inserção em contextos escolares e de aproximação aos sujeitos que constituem a comunidade escolar – crianças, profissionais e famílias – objetivando desenvolver a prática da observação pela via da pesquisa e da reflexão na/sobre/para a ação;

II - Produção de Plano de estágio para a atuação docente e para as atividades de extensão nos espaços da comunidade escolar ou geral, a partir da análise, reflexão e interpretação dos elementos provenientes da inserção no contexto escolar e comunitário;

III - Atuação docente. Estágio sob orientação, supervisão e acompanhamento da Universidade e da Unidade Concedente de Estágio;

IV - Desenvolvimento de atividades de extensão junto à comunidade escolar ou geral;

V - Produção do Trabalho de Conclusão de Estágio que expresse as aprendizagens teórico-práticas e as experiências da atuação docente e de extensão;

VI - Socialização do estágio visando publicizar e avaliar o percurso formativo realizado;

VII - Arquivamento do Trabalho de Conclusão de Estágio em Repositório específico, sob responsabilidade do/a docente coordenador/a de Estágios do Curso.

Art. 22 O desenvolvimento das atividades dos Estágios Curriculares Supervisionados acontecerá em turno distinto ao de funcionamento das atividades letivas do curso, a fim de assegurar o processo formativo regular do aluno.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO



Seção I

Do ingresso ao conjunto de componentes curriculares do estágio supervisionado

Art. 23 Poderá matricular-se nos CCR de Estágio Curricular Supervisionado o estudante que atenda aos pré-requisitos previstos na estrutura curricular indicados para cada um dos estágios.

CAPÍTULO IV

DAS COORDENAÇÕES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Seção I

Do Coordenador de Estágios e do Coordenador de Extensão e Cultura

Art. 24 A Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado será exercida por um professor indicado pelo Colegiado do Curso, em mandato com duração de dois anos, sendo permitidas reconduções.

§ 1º Para atender às demandas do curso, o colegiado poderá indicar um Coordenador de Extensão e Cultura que atuará de forma articulada com o Coordenador de Estágios.

Art. 25 São atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado:

I – coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso, organizando os estágios no Curso de Pedagogia - Licenciatura de forma articulada com os componentes curriculares do respectivo nível, com as demandas dos acadêmicos, com a vida institucional e com os campos de estágios;

II – promover a discussão sobre o papel formativo dos estágios com pesquisa e extensão no Curso de Pedagogia - Licenciatura;

III – planejar as ações relacionadas ao desenvolvimento dos estágios junto com os professores-orientadores do Componente Curricular e estudantes;

IV – convocar e coordenar reuniões com professores-orientadores do Componente Curricular e com os supervisores externos de estágio das Instituições conveniadas (UCE), sempre que necessário;

V - mapear as demandas de estágio dos semestres e buscar equacionar a definição dos



campos de estágio conjuntamente com os/as estudantes, os/as professores/as orientadores/as do Componente Curricular, e o Setor de Estágios do *campus*;

VI - atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do curso;

VII – fornecer informações necessárias relacionadas ao estágio aos professores-orientadores e aos supervisores externos;

VIII – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, à coordenação do curso e aos diversos órgãos da administração acadêmica da UFFS;

IX - participar dos processos de elaboração, planejamento e avaliação da política de estágios da UFFS;

X - coordenar as atividades de Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório em nível de Curso, em articulação com os professores do componente curricular, com os professores-orientadores de estágio, com a Coordenação Acadêmica e com as Unidades Concedentes de Estágio (UCEs);

XI - coordenar a execução da política de estágio no âmbito do curso;

XII - levantar as demandas de estágio vinculadas à execução do Projeto Pedagógico do Curso;

XIII - avaliar a natureza das atividades propostas, sua adequação ao caráter formativo do curso, ao nível de matrícula do acadêmico e à carga horária curricular;

XIV - integrar o fórum permanente de discussões teórico-práticas e logísticas relacionados ao desenvolvimento das atividades de estágio em nível de *Campus*;

XV - promover estudos e discussões teórico-práticas com os professores do componente curricular de estágio e com os professores-orientadores de estágio do curso;

XVI - orientar os acadêmicos de seu curso com relação aos estágios;

XVII - providenciar a organização da distribuição das demandas de estágio com seus respectivos campos de atuação no âmbito do curso;

XVIII - receber e encaminhar documentos e relatórios de estágio;

XIX - promover a socialização das atividades de estágio junto ao curso, intercursos e UCEs;

XX - promover ações que integrem as atividades de estágio entre os cursos de áreas afins e/ou com domínios curriculares conexos;

XXI - atender às demandas administrativas associadas ao desenvolvimento de atividades de estágio do curso.

Art. 26 São atribuições do Coordenador de Extensão e Cultura:



I-coordenar, articular, propor e acompanhar as atividades de extensão e de cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso, em diálogo com os coordenadores das ações, Coordenação Acadêmica e Coordenação Adjunta de Extensão e de Cultura do campus;

II-orientar os estudantes quanto às atividades e normatização da extensão e da cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso;

III-acompanhar e colaborar na organização dos processos de avaliação das ações de extensão e de cultura inseridas no currículo;

IV-zelar pelo caráter formativo das ações de extensão e de cultura realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;

V-divulgar as atividades de extensão e de cultura no âmbito do *campus*.

VI-conduzir a validação das ACEs desenvolvidas no âmbito do currículo do curso, quando for o caso.

Art. 27 A Coordenação de Estágio consiste em atividade de gestão e de organização das atividades de estágio para a qual será atribuída carga horária de 10 (dez) horas semanais, conforme disposto no Capítulo III, art. 37, § 1º da Resolução nº 7/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015.

Seção II

Dos professores orientadores e dos supervisores de estágio

Art. 28 O professor do componente curricular do Estágio Curricular Supervisionado, definido pelo Colegiado de Curso, acumulará privilegiadamente a função de professor e de orientador de estágio dos estudantes matriculados na turma ofertada.

Art. 29 São atribuições do professor do componente curricular/orientador de Estágio Curricular Supervisionado:

I - coordenar as atividades didáticas referentes ao componente curricular;

II - ministrar aulas teórico/práticas presenciais;

III – orientar e acompanhar os estagiários em relação ao planejamento e à prática referente às atividades de ensino e de extensão e cultura;

IV - promover seminários de apresentação e/ou avaliação de estágio;

V - fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento das atividades de estágio e ao desempenho dos acadêmicos;

VI - avaliar, em conjunto com a coordenação de estágio e o campo de estágio, as



diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado, inclusive a inserção da extensão na prática de estágio.

VII - participar das atividades programadas pelo Coordenador de Estágio.

Art. 30 O professor do componente curricular/orientador de Estágio Curricular Supervisionado atuará nas seguintes atividades de ensino:

I - Aulas teórico-práticas. Consistem em encontros pedagógicos do docente com a turma matriculada no CCR, nos quais são realizados estudos bibliográficos para produção reflexiva do Plano de estágio, do planejamento das atividades de ensino de extensão na escola ou das aulas de estágio, orientações coletivas referentes às atividades de estágios e socialização dos Relatórios finais dos estágios;

II - Orientações. Caracterizadas por atendimentos individualizados ou em pequenos grupos contínuos ao longo do semestre, para a escuta, problematização das vivências, avaliação dos planejamentos e dos relatos das aulas e das atividades de extensão implementadas, orientações gerais referentes aos problemas e dificuldades enfrentados pelo estagiário no dia a dia na escola, análise reflexiva, devidos ajustes a serem realizados conforme necessidade apresentada e orientações para a produção dos relatórios finais do estágio;

III - Acompanhamento do estágio e da extensão. Atividades de acompanhamento dos estagiários no campo de estágio para estabelecer um trabalho cooperativo e dialógico com a direção, a coordenação pedagógica e regente da turma; oferecer assistência sobre aulas ministradas pelos estagiários, bem como para as demais questões que a complexidade dos processos de ensino e de aprendizagem exigem; acompanhar as atividades de extensão realizadas pelos estagiários.

Art. 31 A carga horária referente à **ministração de aulas** será atribuída ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado conforme previsto na estrutura curricular do PPC.

Parágrafo único. É possível atribuir carga horária para mais de um docente, conforme necessidade do curso, para atender a orientação e a supervisão das atividades de ensino e de extensão, observando a normativa institucional – Resolução N° 106/CONSUNI.UFFS/2022 – que prevê a atribuição de 1 (uma) hora-aula semanal para cada 3 (três) orientações/supervisões de estágio.

Seção III

Do acadêmico estagiário

Art. 32 Para desenvolver as atividades de estágio, o estudante deve estar devidamente matriculado no Curso de Pedagogia - Licenciatura no respectivo componente curricular e preencher os requisitos previstos neste Regulamento.

Art. 33 Constituem atribuições do estagiário:



- I - assinar o Termo de Compromisso;
- II - elaborar o Plano de Estágio contemplando o planejamento das aulas e das atividades de extensão;
- III - desenvolver as atividades previstas no Plano de Estágio de forma acadêmica, profissional e ética junto à UCE;
- IV - zelar pela boa imagem da Instituição formadora junto à UCE e contribuir para manutenção e a ampliação das oportunidades de estágio;
- V - entregar o Trabalho de Conclusão de Estágio ao final do semestre em que cursou o CCR, atendendo aos prazos previstos no Plano de Curso.
- VI - comunicar qualquer irregularidade no andamento do seu estágio ao professor do CCR/orientador, à Coordenação de Estágios do Curso ou à Coordenação Acadêmica do *Campus*;
- VII - entrar em contato com a UCE na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de Carta de Apresentação e Termo de Compromisso;
- VIII - participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;
- IX - cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso e o que dispõe o Regulamento de Estágios da UFFS;
- X - respeitar os horários e normas estabelecidos na UCE, bem como seus profissionais e alunos;
- XI - participar das aulas teóricas previstas pelo CCR;

Seção IV

Dos Supervisores Externos da UCE do Estágio Curricular Supervisionado

Art. 34 Os Supervisores Externos do Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelas Unidades de Concedentes de Estágio (UCE), dentre os seus profissionais em efetivo exercício e com formação na área do curso.

Art. 35 São atribuições dos supervisores externos da UCE:

- I - apresentar o campo de estágio ao acadêmico estagiário;
- II - facilitar seu acesso à documentação da instituição;
- III - acompanhar a execução das atividades de estágio;
- IV - informar ao professor do componente curricular de Estágio Curricular



Supervisionado ou ao Coordenador do Estágio quanto ao andamento das atividades e o desempenho do acadêmico;

V - participar da avaliação do desempenho dos estagiários mediante preenchimento de parecer descritivo.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Seção I

Da assiduidade, frequência e prazos

Art. 36 A frequência do estagiário será observada considerando o mínimo legal (75%) exigido para a aprovação nos componentes curriculares.

Art. 37 As atividades resultantes do Estágio Supervisionado, consubstanciadas em Trabalho de Conclusão de Estágio deverão ser entregues pelo estagiário conforme os prazos estabelecidos no Plano de Curso do componente curricular referente ao estágio.

Seção II

Da avaliação do estágio

Art. 38 A avaliação do estudante estagiário será realizada pelo professor do componente curricular/orientador de estágio que orientou e supervisionou o estagiário, observando o previsto no Plano de Curso.

Art. 39 Para a aprovação no Estágio Curricular Supervisionado, o estudante deverá cumprir as atividades previstas em cada nível, atingir a frequência e média finais determinadas no Plano de Curso do componente curricular estágio.

§ 1º Os critérios e as formas de avaliação do estudante estagiário, nas diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado, serão propostos pelos respectivos professores dos componentes curriculares em seus Planos de Curso.

§ 2º Não há previsão de realização de atividades ou estudos de recuperação de nota



nos componentes curriculares de estágio.

Seção III

Trabalho de Conclusão de Estágio

Art. 40 Os Estágios Curriculares Supervisionados devem gerar um Trabalho de Conclusão do Estágio – TCE, podendo ser elaborado sob o gênero artigo, relatório, projeto inovador, ou outro, sempre de acordo com as práticas, produções e reflexões desenvolvidas, sob acordo em colegiado e com a proposta do Curso.

Parágrafo único. O Trabalho de Conclusão de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser entregue em formato digital – salvo em arquivo PDF (Portable Document Format), entregue à Coordenação de Estágios do Curso e encaminhado à Secretaria de Cursos pelo professor responsável pelo CCR ao finalizar os trabalhos.

Seção IV

Da interrupção Do Estágio Supervisionado

Art. 41 Terá seu Estágio Curricular Supervisionado não reconhecido o estagiário que não atender aos requisitos expressos neste regulamento e nas normas gerais da UFFS.

Art. 42 O professor orientador poderá requerer interrupção do estágio com as devidas justificativas de caráter didático-pedagógico ou de inobservância das normas estabelecidas neste regulamento.

Parágrafo único. Para a interrupção por solicitação do professor orientador as justificativas devem ser levadas ao coordenador de estágio e a deliberação tomada em colegiado do curso.

Art. 43 O acadêmico estagiário poderá requerer a suspensão de seu Estágio Supervisionado por meio de requerimento formalizado à Secretaria de Curso.

CAPÍTULO VI

DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 44 O Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional,



vinculada ao perfil acadêmico-profissional-social do curso, acrescido à carga horária regular e obrigatória, que pode compor a integralização curricular como Atividade Complementar.

Art. 45 O estudante poderá realizar, em qualquer período do curso, estágio não obrigatório, o qual obedecerá ao exposto nas diretrizes curriculares nacionais referentes ao curso, à legislação de estágios vigente e à regulamentação de estágios da UFFS, além do previsto neste regulamento, devendo ser realizado nas seguintes áreas: Gestão educacional, gestão pedagógica, apoio técnico educacional, apoio pedagógico e similares.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46 Os casos omissos neste Regulamento de Estágio Curricular serão resolvidos pela Coordenação de Estágio do Curso cabendo recurso ao Colegiado do Curso de Pedagogia - Licenciatura.

Art. 47 Este Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório entra em vigor a partir de sua aprovação juntamente com o PPC do curso, pela Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis.



ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACCS) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Entende-se por Atividades Curriculares Complementares (ACCs) do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, aquelas realizadas pelo estudante, de livre escolha, desde que vinculadas à sua formação e que possibilitam à complementação dos conteúdos ministrados no curso e/ou atualização de temas emergentes ligados à áreas de conhecimento do curso, ao mesmo tempo em que favoreçam a prática de estudos independentes, transversais e/ou interdisciplinares, bem como o desenvolvimento das habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso.

Art. 2º Os objetivos gerais das Atividades Curriculares Complementares do curso de Pedagogia - Licenciatura da UFFS são os de ampliar o currículo obrigatório, aproximar o acadêmico da realidade social e profissional e propiciar aos seus acadêmicos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação do acadêmico em atividades que visem à formação profissional e para a cidadania.

Art. 3º As Atividades Curriculares Complementares propiciam ao curso uma flexibilidade exigida pelas Diretrizes Curriculares.

CAPÍTULO II

FORMAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 4º As Atividades Complementares têm uma carga horária mínima prevista de 200 horas e estão divididas em 08 (oito) modalidades envolvendo ensino, pesquisa e extensão, conforme indicadas nos capítulos III a XI deste Regulamento.

Art. 5º As atividades somente serão aceitas quando realizadas após o ingresso do



acadêmico no curso, as quais poderão ser comprovadas mediante apresentação dos documentos expostos no Capítulo XIII, deste Regulamento.

Parágrafo único. As atividades curriculares complementares serão avaliadas e reconhecidas semestralmente, por professores designados pela Coordenação do Curso.

CAPÍTULO III

DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO E DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA INSTITUCIONAL E INSTITUCIONALIZADOS

Art. 6º Entende-se por Programa/projeto de extensão e iniciação científica institucional e institucionalizados os Programas de bolsas de iniciação científica financiados com recursos de Fundos de Apoio à Pesquisa, PIBIC-CNPq, outros vinculados a UFFS e outras instituições, bem como atividades de extensão universitária, totalizando 120 (cento e vinte) horas.

Parágrafo Único - Os alunos bolsistas e voluntários que desenvolvem projetos aprovados terão direito a apropriação de 60 (sessenta) horas e, caso os resultados do referido projeto sejam apresentados em algum evento de Iniciação Científica o aluno terá direito ao cômputo de 30 (trinta) horas adicionais.

CAPÍTULO IV

DAS MONITORIAS E ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Art. 7º Consideram-se monitorias e estágios não obrigatórios as atividades realizadas em sala de aula e nos espaços destinados à formação profissional que tenham estreita relação com atividades exercidas no campo da área de conhecimento do curso.

Parágrafo Único. Cada monitoria e/ou estágio desenvolvido equivale até 60 (sessenta) horas, totalizando, no máximo, 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO V

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art.8º Considera-se cursos de aperfeiçoamento os mini cursos, os cursos e outras



atividades que propiciem um aperfeiçoamento do acadêmico em áreas da área de conhecimento do curso. Serão considerados cursos presenciais e a distância.

I. A carga horária mínima por atividade presencial é de 8 horas, até o limite de 60 horas.

II. A carga horária máxima cursada na modalidade EAD é de 30 horas.

CAPÍTULO VI DAS VIAGENS DE ESTUDO

Art. 9 Serão consideradas viagens de estudo, aquelas programadas e/ou acompanhadas por professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, destinadas a ampliar os conhecimentos sobre as temáticas tratadas em sala de aula ou para atualização de conteúdos do curso, totalizando 80 (oitenta) horas.

§ 1º Será computado o número de horas em atividades descrito no certificado/declaração.

CAPÍTULO VII PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS: CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, JORNADAS E OUTROS

Art.10 - Será considerada a participação nos seguintes eventos: congressos, seminários, simpósios, semanas, conferências, colóquios, jornadas acadêmicas, palestras, oficinas, mesas redondas, painéis, encontros, fóruns, ciclos e outros de natureza similar.

§ 1º Para estas atividades a carga horária mínima por evento é de 4 (quatro) horas, totalizando até 60 horas.

§ 2º Na condição de apresentador de trabalho ou palestrante, o aluno terá direito ao cômputo de 15h adicional (por apresentação ou palestra), até o limite de 30 (trinta) horas.

CAPÍTULO VIII DA PUBLICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Art. 11 A cada artigo publicado em revista científica indexada (com Qualis) serão computados entre 40 (quarenta) e 80 (oitenta) horas e não indexada 30 horas, desde que a revista possua revisão por pares, até o limite de 120 (cento e vinte) horas.



Art.12 A cada publicação em anais de eventos científicos e/ou extensão o aluno pontuará da seguinte maneira:

I – artigo completo: até o limite de 30 (trinta) horas;

II – resumo expandido e resumo: 10 horas por trabalho até o limite de 30 horas.

Art. 13 Será atribuído 15 (quinze) horas para a participação na organização de eventos.

Art. 14 As atividades deste grupo totalizam no máximo 150 (cento e cinquenta) horas.

CAPÍTULO IX

DAS DISCIPLINAS ISOLADAS E/OU CURSOS SEQUENCIAIS DE GRADUAÇÃO

Art. 15 A disciplina isolada e/ou curso sequencial de graduação pode totalizar até 120 (cento e vinte) horas, sendo computada a carga horária descrita na ementa do CCR.

CAPÍTULO X

DA PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADO DE CURSO, ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES E GRUPOS ARTÍSTICO CULTURAIS CREDENCIADOS OU REGULARMENTE CONSTITUÍDOS

Art. 16 A participação, na condição de representante, em colegiado do curso, órgãos colegiados superiores da UFFS e membro de grupos artísticos culturais credenciados ou regularmente constituídos e vinculados à UFFS, podem totalizar até 15 (quinze) horas por ano de participação, até o máximo de 30 (trinta) horas.

CAPÍTULO XI

DA PARTICIPAÇÃO EM ELEIÇÕES NA QUALIDADE DE MESÁRIO

Art. 17 A participação como mesário em eleições presidenciais, estaduais e municipais o acadêmico terá o direito a 4 (quatro) horas por eleição trabalhada, sendo que a carga máxima neste grupo poderá ser de 8 horas, ou seja, o acadêmico poderá participar de até dois processos eleitorais diferentes.

CAPÍTULO XII

DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES



COMPLEMENTARES

Art. 18 Para validar as Atividades Curriculares Complementares o estudante deverá apresentar pedido acompanhado dos respectivos comprovantes das atividades desenvolvidas de acordo com o prazo definido em Calendário Acadêmico, junto à secretaria acadêmica.

Parágrafo único. Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de publicações científicas, a cópia das mesmas.

Art. 19 A validação das ACC será realizada via sistema pelo Coordenador de curso, Coordenador Adjunto de curso ou Secretário de curso.

Art. 20 As atividades curriculares complementares – ACC demandadas pelos estudantes serão validadas de acordo com as seguintes cargas horárias máximas, as quais também servirão de parâmetro em caso de inexistência de referência ao número de horas:

Quadro 22 - Categoria e pontuação das ACCs do curso de Pedagogia - Licenciatura

Grupo	Atividades realizadas	Carga horária da atividade	Carga horária máxima
Programas e Projetos De Extensão e de Iniciação Científica Institucional	Participação em projetos de pesquisa ou extensão como bolsista. (por projeto/ano)	60h	120h
	Participação em projetos como voluntário. (por projeto/ano)	60h	
	Publicações de trabalho em evento.	30h	
	Participação em grupo de pesquisa (por semestre/grupo)	60h	
Monitorias e Estágios Não Obrigatórios	Participação em monitorias e estágios não obrigatórios.(por projeto/ano)	60h	120h
Cursos de Aperfeiçoamento	Curso de informática (por semestre)	10h	60h por atividade (presencial) e 30h (EAD)
	Curso de idiomas (por semestre)	20h	
	Curso na área de formação acadêmica (por certificado)	Horas do certificado com mínimo de 8h	
Viagens De Estudo	Participação em viagens de estudo.	Horas do certificado com mínimo de 8h	80h
Participação em Eventos: Congressos, Simpósios, Jornadas e Outros	Participação em congressos, simpósios, jornadas e outros como ouvintes.	Horas do certificado	60h
	Participação em congressos, simpósios, jornadas e outros como apresentador ou palestrante.	Horas do certificado com mínimo de 2h	80h
Publicação e Organização de Eventos	Publicação em revista indexada Qualis A1, A2	80h	120
	Publicação em revista indexada Qualis A3, A4	60h	
	Publicação em revista indexada Qualis B1, B2, B3, B4	40h	
	Publicação em revista não indexada.	30h	
	Publicação de artigo completo em anais de eventos ou	30	



Grupo	Atividades realizadas	Carga horária da atividade	Carga horária máxima
	extensão (30h por trabalho).		
	Organização de Evento (por evento)	15	30h
	Publicação de resumo ou resumo expandido em anais de eventos ou extensão (por trabalho).	10h	30h
Disciplinas Isoladas e/ou Sequenciais De Graduação	Aprovação em CCR não previsto no Curso de Pedagogia ou disciplina isolada ou curso sequencial de graduação.	Horas do CCR	120h
Participação em Colegiado de Curso, Conselhos, Representação Estudantil e Grupos Culturais Credenciados	Participação em colegiado de curso, órgão colegiado superior, representação estudantil e grupos artístico culturais credenciados ou regularmente constituídos, desde que, vinculados à UFFS. (por ano)	15h	30h
Participação em eleições -mesário	Participação em eleições municipais, estaduais e presidenciais como mesário.	4h	8h
Validação do Teste Toefl Itp	Estudante da UFFS que realizar o teste de língua inglesa TOEFL/ITP aplicado pelo MEC	2h	8h

CAPÍTULO XIII

DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 São documentos comprobatórios das Atividades Curriculares Complementares:

Quadro 23- Documentos comprobatórios das Atividades Curriculares Complementares do Curso de Pedagogia licenciatura.

Atividades realizadas	Documentos comprobatórios
Participação em programas e projetos institucionais da UFFS.	Certificado de participação contendo período e carga horária e/ou Declaração da Pró-Reitoria e/ou declaração do professor responsável.
Participação como bolsista ou voluntário em atividade de extensão.	Certificado de participação contendo período e carga horária e/ou Declaração da Pró-Reitoria e/ou declaração do professor responsável.
Participação como bolsista do Programa de Iniciação Científica.	Certificado de participação contendo período e carga horária e/ou Declaração da Pró-Reitoria e/ou declaração do professor responsável.
Atividades desenvolvidas no PET (Programa Educação Tutorial).	Certificado de participação contendo período e carga horária e/ou Declaração da Pró-Reitoria e/ou declaração do professor responsável.
Realização de Teste Toefl Itp	Apresentação de declaração emitida pela Assessoria de Assuntos Internacionais da Reitoria, responsável pela organização da aplicação do teste no âmbito da UFFS.
Participação como bolsista ou voluntário em programa de monitoria com relatório de avaliação e/ou declaração do professor.	Certificado de participação contendo período e carga horária e/ou Declaração da Pró-Reitoria e/ou declaração do professor responsável.



Atividades realizadas	Documentos comprobatórios
Participação como voluntário em atividades administrativas ligadas ao ensino.	Certificado de participação contendo período e carga horária e/ou Declaração da Pró-Reitoria e/ou declaração do professor responsável.
Estágio não-obrigatório.	Certificado concedido pela Divisão de Estágio da UFFS com período ou documento emitido por órgão agenciador oficial, carga horária e atividades desenvolvidas.
Participação em cursos de formação na área acadêmica	Certificado contendo período, carga horária do curso e frequência.
Participação em cursos de idiomas	Certificado contendo período, carga horária do curso e frequência.
Participação em cursos de informática	Certificado contendo período, carga horária do curso e frequência.
Realização de viagens de estudos.	Certificado/Declaração de participação contendo período e carga horária.
Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, festivais e similares.	Certificado e/ou relatório de participação contendo período e carga horária.
Participação como apresentador/ministrante em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, festivais e similares.	Certificado e relatório de participação contendo período, carga horária. Comprovante deve deixar claro quem foi o apresentador/ministrante.
Publicação de artigo em jornal, revista especializada e/ou científica da área indexada	Cópia do artigo ou aceite de publicação.
Publicação de artigo em jornal, revista especializada e/ou científica da área não indexada	Cópia do artigo ou aceite de publicação.
Publicação de capítulo de livro	Cópia do capítulo do livro e capa contendo o corpo editoria (data, páginas, autor(es)) ou certificado da publicação.
Trabalho publicado em Anais de Evento Técnico-científico resumido ou completo.	Cópia do resumo/trabalho publicado nos Anais ou certificado de publicação nos Anais (capa, data, páginas, autor(es)).
Participação na organização de eventos.	Certificado/ atestado de organizador, com carga horária e período.
Disciplinas não previstas no currículo pleno que tenham relação com o curso nas modalidades presencial e não presencial.	Plano de curso assinado, Histórico Escolar e/ou Certificado da disciplina.
Participação estudantil nos colegiados de curso	Declaração expedida pela coordenação do curso, com carga horária e período.
Participação estudantil em órgãos colegiados superiores	Declaração expedida pela secretaria do órgão, com carga horária e período.
Participação em processo eleitoral – mesário	Certificado de participação expedido pelo Cartório Eleitoral com período e carga horária definida.

Art. 23 Compete à Coordenação com a colaboração do Secretário e do Colegiado do curso:

I – Orientar os alunos sobre a escolha das Atividades Curriculares Complementares a serem realizadas;

II – Orientar os alunos do curso quanto às regras deste regulamento;

III – Acompanhar o cumprimento da carga horária integral das Atividades Curriculares Complementares;



IV – Lançar a pontuação e carga horária para fins de integralização das Atividades Curriculares Complementares para alunos do curso junto ao Sistema Acadêmico.

Art. 24 Cabe ao professor ou responsável, que realizará a análise avaliar a aderência das atividades submetidas à análise, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e o PPC do curso de Pedagogia - Licenciatura.

Art. 25 Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos pelo Colegiado do curso de Pedagogia - Licenciatura.



ANEXO III – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se caracteriza por uma atividade individual e consiste na culminância da formação do estudante por meio do desenvolvimento de um projeto de pesquisa com o tema baseado na análise de um problema específico voltado para o campo da Pedagogia que atenda ao perfil do curso e, ainda, elaborado seguindo critérios e características de um estudo científico.

Art. 2º O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em duas etapas, denominadas Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I), ofertado no 7º nível e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), ofertado no 8º nível.

Art. 3º O TCC deverá ser desenvolvido individualmente, sendo que qualquer outra forma, como em grupos, deverá ser aprovada pelo Colegiado do Curso.

Art. 4º Os encaminhamentos para a definição dos professores orientadores serão aprovados no colegiado do Curso, tendo como número máximo, três orientandos por docente no TCC I e II.

Art. 5º O professor orientador deverá pertencer ao corpo docente do Curso ou ter ministrado algum CCR e, preferencialmente, ter ou estar realizando projetos de pesquisa e/ou extensão junto ao Curso.

Art. 6º De acordo com a Resolução nº40/CGAE/CONSUNI/2022, que dispõe sobre o Componente Curricular obrigatório a ser realizado na no sétimo e oitavo nível do Curso, subdividido em TCC I e TCC II, refere-se a:

§1º O TCC I consiste na definição da temática de pesquisa e na elaboração do projeto de pesquisa, sendo integralizado em 30 horas.

§2º O TCC II consiste na execução do projeto e na defesa do trabalho final, sendo integralizado em 30 horas.

Art. 7º A carga horária destinada ao TCC I e TCC II, consiste:

Atribuição carga horária TCC	Horas
Carga Horária Discente Orientada – Presencial:	10
Carga Horária de Orientação Docente:	20
TOTAL	30
Obrigatoriedade de Nota Final:	sim



CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I - DO COORDENADOR DE CURSO

Art. 8º Compete ao Coordenador de Curso:

I - Receber o termo de aceite de orientação para o TCC I, assinado pelo professor orientador e discente, até 30 (trinta) dias após o início do semestre;

II - Providenciar a homologação dos Professores Orientadores do TCC, após aprovação do Colegiado de Curso;

III - Homologar as decisões referentes ao TCC;

IV - Apreciar e aprovar, juntamente com o colegiado do curso, as temáticas do TCC I e as bancas examinadoras do TCC II.

Seção II - DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 9 O acompanhamento dos estudantes no TCC será efetuado por um Professor Orientador, observando-se sempre a vinculação entre a área de conhecimento na qual será desenvolvido o projeto e a área de atuação do Professor Orientador.

§ 1º O Professor Orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente da UFFS e ter dado aula nos últimos 3 (três) anos no curso de Pedagogia - Licenciatura, podendo existir coorientador.

§ 2º O coorientador terá por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho, podendo ser um profissional com formação superior na área e com conhecimento no assunto em questão.

§ 3º A indicação do coorientador deverá ser apreciada pelo Colegiado do Curso.

Art. 10 Cada Professor Orientador poderá orientar, concomitantemente, até três estudantes.

Art. 11 Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa e entregue ao Coordenador do Curso, até 90 (noventa) dias antes da data prevista para a apresentação final do trabalho.

Parágrafo único: Caberá ao Colegiado de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador.

Art. 12 Compete ao Professor Orientador:

I - Apoiar a Coordenação de Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC;



II - Estabelecer critérios e formas de acompanhamento (registro da frequência) e das atividades desenvolvidas no CCR;

III - Organizar e operacionalizar as diversas atividades de desenvolvimento e avaliação do TCC que se constituem na apresentação do projeto de pesquisa e defesa final;

IV- Orientar o(s) estudante(s) na elaboração do TCC em todos os seus níveis, do projeto de pesquisa até a defesa e a entrega do TCC;

Parágrafo único. Cabe ao professor orientador e ao estudante, de comum acordo, definirem os horários destinados para orientação e desenvolvimento das atividades previstas no plano de curso do CCR.

V - Elaborar juntamente com o discente o termo de aceite de orientação para o TCC I, e entregar ao Coordenador ou Secretário do Curso, até 30 (trinta) dias após o início do semestre;

VI - Indicar, se necessário, ao Coordenador do Curso, a nomeação de coorientador;

VII - Orientar o estudante na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TCC, conforme metodologia da pesquisa científica;

VIII - Efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC e autorizar o estudante a fazer as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada;

IX - Constituir e participar da banca examinadora do TCC;

X - Encaminhar ao colegiado as indicações das bancas, datas e horários das defesas finais do TCC II, em até 40 dias letivos antes do término do semestre letivo vigente, para apreciação;

XI - Avaliar o TCC e registrar o conceito no sistema de registro acadêmico;

XII - Encaminhar as atas e as listas de presenças das sessões públicas do TCC para arquivamento na coordenação do curso.

Seção III - DO ESTUDANTE

Art. 13 São obrigações do estudante:

I - Requerer a matrícula nos CCR TCC I e TCC II nos períodos de matrícula estabelecidos no Calendário Acadêmico da UFFS;

II – Elaborar, juntamente com o orientador, o termo de aceite de orientação para o TCC I, e entregar a Coordenação ou Secretaria do Curso, até 30 (trinta) dias após o início do semestre;

III - Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa e o Trabalho científico final em conformidade com este Regulamento;

IV - Apresentar toda a documentação solicitada pelo Professor Orientador;



V - Participar das reuniões periódicas de orientação com o Professor Orientador do TCC;

VI - Seguir as recomendações do Professor Orientador concernentes ao TCC;

VII- Encaminhar as versões finais dos trabalhos relacionados ao CCR de TCC II, com prazo até 20 dias, em conformidade com as normas exigidas pelo curso e pela UFFS, juntamente com a declaração de ciência do orientador.

Art. 14 Em caso de plágio, desde que comprovado, o estudante estará sujeito ao regime disciplinar previsto em regulamentação específica da UFFS.

Parágrafo único: Constitui plágio o ato de assinar, reproduzir ou apresentar, como de autoria própria, partes ou a totalidade de obra intelectual de qualquer natureza (texto, música, pictórica, fotografia, audiovisual ou outra) de outrem, sem referir os créditos para o autor.

CAPÍTULO III

DA MATRÍCULA E ACOMPANHAMENTO

Seção I – DA MATRÍCULA

Art. 15 Para efetuar a matrícula no CCR TCC I o estudante deverá ter cursado os pré-requisitos estabelecidos no currículo do curso conforme o previsto na estrutura do curso no PPC.

Art. 16 Para efetuar a matrícula no CCR TCC II, o estudante deverá ter sido aprovado no TCC I.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO DOS TCC I E TCC II

Seção I - do TCC I

Art. 17 O TCC I consiste na definição do problema de pesquisa (projeto de pesquisa) e é condição obrigatória para a matrícula em TCC II, sendo desenvolvido e defendido no prazo máximo de um período (semestre) letivo.

Parágrafo único. Caso o estudante não tenha concluído com êxito o TCC I, durante o período letivo, o mesmo deverá matricular-se novamente para sua integralização.

Art. 18 O tema para o TCC deverá estar inserido em um dos campos de atuação do curso do estudante, baseado na análise de um problema específico voltado para o campo da Pedagogia que atenda ao perfil do curso e, ainda, elaborado seguindo critérios e características de um estudo científico.

Art. 19 São condições necessárias para aprovação em TCC I:



- I - Frequência igual ou superior a 75% nas atividades do Professor Orientador;
- II - Apresentação em forma de Seminário e entrega da versão física e/ou digital do Projeto de pesquisa, com a revisão bibliográfica completa para o professor orientador, sobre o tema proposto, elaborado de acordo com as normas da UFFS;
- III - O rendimento acadêmico ocorrerá por meio da avaliação do projeto de pesquisa com a revisão bibliográfica correspondente, além de outras atividades previstas no plano de curso;
- IV - A avaliação do projeto de pesquisa fica a cargo do Professor Orientador, ou de outra forma de avaliação definida pelo Colegiado do curso;
- V- O estudante, ao final, deverá ter o conceito APROVADO e, devido às características próprias do CCR TCC I, a recuperação de nota e conteúdo não faz parte do processo de avaliação.

Seção II - do TCC II

Art. 20 O TCC II caracteriza-se pela execução do Projeto de Pesquisa aprovado na atividade TCC I, defesa final e entrega do trabalho científico.

Art. 21 No ato do pedido para o Seminário de Defesa do TCC II, o estudante deverá entregar as cópias do Trabalho Científico.

§ 1º Entende-se por trabalho científico o documento escrito e entregue pelo estudante, conforme as normas da UFFS.

§ 2º Deverá ser entregue na secretaria do curso as indicações das bancas, datas e horários das defesas finais do TCC II, em até 40 dias letivos antes do término do semestre letivo vigente, para apreciação em colegiado.

Art. 22 A defesa final constitui-se requisito obrigatório para aprovação e será realizada em forma de seminário público.

§ 1º O tempo de apresentação poderá ser de até 30 (trinta) minutos, prorrogáveis, a critério da banca examinadora.

§ 2º Cada membro da banca examinadora terá o tempo de até 20 (vinte) minutos para a arguição do trabalho apresentado.

Art. 23 São condições necessárias para aprovação em TCC II:

I – Frequência igual ou superior a 75% nas atividades programadas pelo Professor Orientador;

II – Defesa e aprovação no seminário público de defesa final do TCC II;

III - A verificação do rendimento do estudante no TCC II será realizada por uma banca examinadora constituída pelo Professor Orientador, como seu presidente, e por mais dois professores por ele sugeridos, aprovados pelo colegiado e designados pela coordenação do curso, devendo o estudante atingir conceito final Aprovado.



§ 1º A indicação e a designação dos integrantes das bancas examinadoras levarão em conta a vinculação dos examinadores à temática do TCC a ser avaliado.

§ 2º É facultada a participação de avaliadores de outras instituições, desde que não implique encargos financeiros.

§ 3º Devido às características próprias do CCR TCC II, a recuperação de nota e conteúdo não faz parte do processo de avaliação.

Art. 24 A participação do Seminário de Defesa do TCC II é obrigatória a todos os estudantes matriculados neste CCR.

Art. 25 A etapa de desenvolvimento do TCC II e a defesa final deverão acontecer no prazo de um período (semestre) letivo.

Parágrafo único. Caso o estudante não tenha concluído com êxito o TCC II durante o período letivo, o mesmo deverá matricular-se novamente para sua integralização.

CAPÍTULO V

DA DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 26 Deverá, obrigatoriamente, ser entregue na secretaria do curso, como documentação final do TCC, cópia digital do Trabalho científico–corrigido conforme as recomendações da banca examinadora.

Art. 27 O TCC de Curso da UFFS deve, obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital da UFFS, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 Poderão ser disponibilizados meios alternativos para acompanhamento e avaliação de estudantes que desenvolvem o TCC fora da localidade onde o estudante estiver matriculado, a critério do Colegiado do Curso.

Art. 29 Os direitos e deveres dos estudantes matriculados nos CCR de TCC I e TCC II são os mesmos estabelecidos para os demais CCR, ressalvadas as disposições do presente regulamento.

Art. 30 Quando o TCC for realizado em parceria com empresas ou outras organizações deverá ser elaborado um termo de compromisso próprio, definindo as atribuições, direitos e deveres das partes envolvidas, inclusive a autorização da divulgação do nome da empresa na publicação do trabalho.

Art. 31 Quando pertinente, o TCC deverá ter aprovação do CEP (Comissão de pesquisa com Humanos) e CEUA (Comissão de Pesquisa de Animais) antes de sua execução.



Art. 32 Quando o TCC resultar em patente, a propriedade desta será estabelecida conforme regulamentação própria da UFFS.

Art. 33 Os casos omissos neste regimento serão definidos pelo colegiado do curso de Pedagogia – Licenciatura cabendo recurso aos colegiados superiores.



ANEXO IV - REGULAMENTO DE EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR

CAPÍTULO I

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 1º A equivalência é um procedimento que possibilita reconhecer que um componente curricular cursado com êxito tem o mesmo efeito que outro para a integralização da estrutura curricular do curso.

Art. 2º A equivalência reconhece componentes curriculares cursados em outros cursos ofertados no campus Cerro Largo/UFFS levando em conta o desenvolvimento pedagógico do curso de Pedagogia - Licenciatura.

CAPÍTULO II

DA EQUIVALÊNCIA

Art. 3º No Quadro 24 as equivalências são definidas em relação aos componentes curriculares ofertados pelos cursos de graduação do *campus* Cerro Largo , considerando o Domínio Conexo das Licenciaturas.

Quadro 24 – Tabela de equivalência

Componentes Curriculares de outros cursos			Componentes Curriculares do curso de Pedagogia-Licenciatura		
Código	Componente Curricular	Horas	Código	Componente Curricular	Horas
GCH817	Estágio curricular Supervisionado: gestão escolar	90	GCH1769	Estágio Curricular Supervisionado: gestão escolar	90
GCH811	Temas Contemporâneos e Educação	60	GCH1765	Temas Contemporâneos e Educação	60
GCH812	Políticas Educacionais	30	GCH1766	Políticas Educacionais	30
GLA212	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	GLA0704	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60
GCH815	Prática de ensino: pesquisa em educação	60	GCH1768	Prática de ensino: pesquisa em educação	60
GCH814	Fundamentos Pedagógicos da Educação	60	GCH1767	Fundamentos Pedagógicos da Educação	60

Art. 4º O cumprimento de um componente curricular que é equivalente a um segundo permite a matrícula nos componentes curriculares que têm o segundo como pré-requisito.

Art. 5º Os casos omissos neste regulamento serão definidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia – Licenciatura, cabendo recurso aos colegiados superiores.